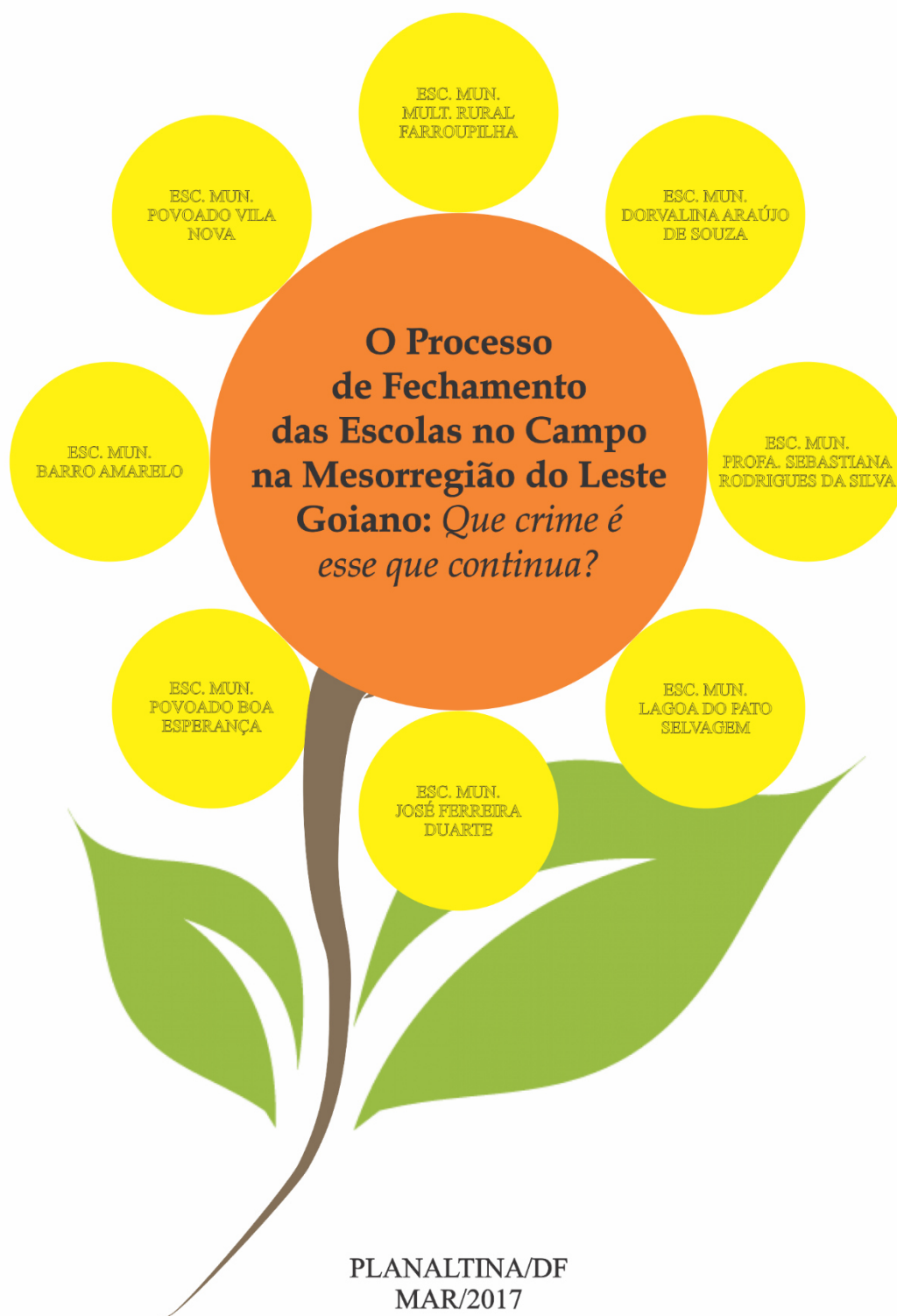




PPG-MADER

**Universidade de Brasília**  
**Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente**  
**e Desenvolvimento Rural**

CÁSSIA BETANIA RODRIGUES DOS SANTOS



CÁSSIA BETÂNIA RODRIGUES DOS SANTOS

O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO NA MESORREGIÃO  
DO LESTE GOIANO: QUE CRIME É ESSE QUE CONTINUA?

Dissertação apresentado à Universidade de Brasília  
(UnB), como requisito para obtenção do grau de  
Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Rural (MADER).

Professora orientadora: Mônica Castagna Molina

Planaltina/DF  
2017

Dissertação defendida e \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Mônica Castagna Molina  
Orientadora

---

Professora Doutora Regina Coelly Fernandes Saraiva  
Examinadora

---

Professora Dra. Rosineide Magalhães de Sousa  
Examinadora

---

Professora Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz.  
Suplente

Planaltina/DF  
2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SSA237  
p SANTOS, CASSIA BETÂNIA RODRIGUES DOS  
O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO NA  
MESORREGIÃO DO LESTE GOIANO: QUE CRIME É ESSE QUE  
CONTINUA? / CASSIA BETÂNIA RODRIGUES DOS SANTOS;  
orientador Mônica Castagna Molina. -- Brasília, 2017.  
179 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília,  
2017.

1. Campesinato. 2. Agronegócio. 3. Escolas no  
Campo. 4. Fechamento de Escolas. I. Molina, Mônica  
Castagna, orient. II. Título.

*Dedico primeiramente ao meu grande amor, Marcelo Lopes Pereira Junior que esteve sempre do meu lado ora me concedendo ora me incomodando em minhas horas de estudo.*

*Dedico a minha mamãe Maria Jane Rodrigues de Sousa dos Santos, ao meu papai Jorivan Ribeiro dos Santos e minha irmã Bruna Rodrigues Ribeiro dos Santos, pessoas que sempre me apoiaram que torceram por mim e me ensinaram muito, ensinamentos estes que com certeza não iria aprender em nenhum um banco de Universidade.*

*Dedico a minha amiga, professora, Orientadora Mônica Castagna Molina que me apoiou e acompanhou a construção desse trabalho.*

*Dedico a todos as mulheres e homens do campo, que lidam e lutam pela terra.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter concedido a oportunidade de continuar meus estudos. A meus pais e minha irmã que sempre me deram um grande apoio, sempre estiveram do meu lado acreditando que um dia eu poderia vencer. Eu não tenho palavras para descrever a gratidão que tenho por vocês.

A meu amor que me acompanhou na graduação e tem me acompanhado nesse momento da minha vida. Tão paciente, sempre me ajudando com cálculos matemáticos, me apontando ideias e questionando também. Enfim parceiro, parceiro em tudo em especial das horas na madrugada estudando.

A minha orientadora que sempre me encorajou, fazendo me ver mais forte. Que me revelou que a autonomia se adquire sendo autônomo.

A Michele que aceitou o convite de ir a campo com a pesquisadora, uma vez que a mesma não tinha experiência alguma com rodas de conversas. Gratidão profunda pela grande ajuda, apoio e conselhos. E aos demais parceiros de luta, Elizana, Pedro, Simone principalmente. Vocês me ensinaram, acompanharam e ajudaram na construção desse trabalho.

A professora Regina Coelly que sempre que preciso se fez presente. A professora Cláudia Pato que muito nos ajudou a definir a metodologia do trabalho. Agradeço pelo carinho, pela disponibilidade.

A professora Francilane Eulália, que me abriu os caminhos da Educação do Campo ainda no quarto semestre da graduação e me concedeu a oportunidade de participar no seu projeto “Dicotomias e Territórios em Disputa no Fechamento de Escolas no Campo do Estado de Goiás”. Obrigada pelo incentivo de trabalhar com o tema fechamento de escola no campo na Pós Graduação.

Aos parceiros do Programa PPG-MADER, em especial a Coordenadora do Programa, professora Janaína, e ao Aristides e Jorivê secretários de pós graduação que sempre tiveram muita boa vontade em tirar dúvidas e ajudar com problemas burocráticos.

A Deus, que nesta lista de agradecimentos se repete. É proposital pois creio que existindo essa força maior, é ela quem determinou todos desta lista na minha vida por algum argumento. E sou muito grata por isso.

## RESUMO

Este trabalho estuda a questão agrária da Mesorregião Leste Goiano que é um território em disputa entre camponeses e capitalistas. Integra a questão agrária dessa mesorregião a problemática do fechamento de escolas no campo. A escola *do e no* campo é um elemento fundamental para a permanência e fortalecimento do campesinato no território rural. As escolas do e no campo são importantes para que os camponeses reconheçam sua identidade e fortaleçam suas ações. A pesquisa tem como objetivo geral o de estudar os argumentos do Estado para o fechamento das Escolas no Campo na Mesorregião do Leste Goiano, objetivando compreender as consequências que o fechamento destas escolas traz para as comunidades camponesas que neles vivem e relacionando-os com a questão agrária nos territórios pesquisados. Esta pesquisa pretendeu responder a três perguntas: 1) Quais argumentos o Estado tem utilizado para fechar as escolas no campo? 2) Quais as consequências são provocadas com o fechamento de escolas no campo as comunidades que vivem nos territórios selecionados? E qual modelo de campo tem materializado na mesorregião Leste goiano especificamente em oito municípios? Guiados pelo materialismo histórico dialético são categorias conceituais essenciais Estado, território, campesinato, agronegócio, Educação do Campo, Escola do Campo. Para a categoria território trabalhamos com os autores Souza (2009), Fernandes (2004;2008;2009;2012;2016), Raffestin (2009) e Haesbaert (2000). Com o Estado trabalhamos nos referenciais de Carnoy (2010), Montãno e Durigueto (2010), Feliciano (2015) e Poulantzas (2000). Para discutir as categorias campesinato e agronegócio foi utilizado principalmente Duarte (2001), Calaça (2014); Medeiros (2012); Brum (1987); Fernandes (2008). Enquanto que as categorias Educação do Campo e Escolas do Campo foram essenciais as contribuições de Caldart (2015) e Molina (2015; 2008; 2011; 2012). Para realização dessa pesquisa foi utilizado os instrumentos entrevista semiestruturada com os pais e responsáveis, gestores, professores, funcionários da escola fechada e o secretário (a) de educação do município. A roda de conversa foi realizada somente com os educandos que estudaram na escola fechada. Pelas análises dos argumentos e consequências do fechamento das escolas, o Estado está beneficiando o modelo de campo do agronegócio, pois, a partir do fechamento das escolas no campo, este tem adentrado indiretamente ou direto no território do campesinato subordinando esse sujeito a partir do trabalho assalariado (no caso do agronegócio brasileiro, trabalho super explorado) e ou a expulsão em massa dos camponeses do campo. Este último é o fenômeno de desterritorialização do campesinato e reterritorialização do modelo de campo do agronegócio. A partir desse trabalho conclui-se que a hegemonia da ação deste Estado tem sido no sentido da promoção e intensificação do modelo de campo protagonizado pelo agronegócio, em total detrimento e abandono da agricultura camponesa.

**Palavras chave:** Campesinato; Agronegócio; Escolas no Campo; Fechamento de Escolas;

## ABSTRACT

This work studies the agrarian question of the East Goian Mesoregion which is a disputed territory between peasants and capitalists. It integrates the agrarian question of this mesoregion the problematic of the closing of schools in the field. The school of and in the countryside is a fundamental element for the permanence and strengthening of the peasantry in the rural territory. The schools in the countryside are important for the peasants to recognize their identity and strengthen their actions. The main objective of this research is to study the State's arguments for the closure of Field Schools in the Eastern Goiás Mesoregion, in order to understand the consequences that the closure of these schools brings to the peasant communities that live in them and relate them to the question in the territories surveyed. This research aimed to answer three questions: 1) What arguments has the State used to close schools in the field? 2) What are the consequences of the closure of schools in the countryside to the communities living in the selected territories? And what field model has materialized in the eastern Goiás mesoregion specifically in eight municipalities? Guided by dialectical historical materialism are essential conceptual Categories State, territory, peasantry, agribusiness, Field Education, Field School. For the territory category we work with the authors Souza (2009), Fernandes (2004, 2008, 2009, 2012, and 2016), Raffestin (2009) and Haesbaert (2000). With the State we work on the references of Carnoy (2010), Montão and Duriguetto (2010), Feliciano (2015) and Poulantzas (2000). To discuss the categories peasantry and agribusiness was used mainly Duarte (2001), Calaça (2014); Medeiros (2012); Brum (1987); Fernandes (2008). While the categories of field education and field schools were essential the contributions of Caldart (2015) and Molina (2015, 2008, 2011, 2012). To perform this research was used the instruments semi-structured interview with parents and guardians, managers, teachers, employees of the closed school and the secretary of education of the municipality. The conversation wheel was made only with the students who studied in the closed school. By analyzing the arguments and consequences of school closure, the state is benefiting the agribusiness field model, since, after the closure of schools in the countryside, it has indirectly or directly entered the territory of the peasantry by subordinating this subject from work (In the case of Brazilian agribusiness, super exploited labor), or the mass expulsion of peasants from the countryside. The latter is the phenomenon of deterritorialization of the peasantry and reterritorialization of the agribusiness field model. From this work it is concluded that the hegemony of the action of this State has been in the sense of promoting and intensifying the field model of agribusiness, to the detriment and abandonment of peasant agriculture.

**Keywords:** Peasantry; Agribusiness; Schools in the Field; Closing of Schools.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Distribuição espacial da área colhida de produção de soja, por município, do estado de Goiás (1990 a 2014).....	46
<b>Figura 2:</b> Distribuição espacial da área colhida de produção de sorgo, por município, do estado de Goiás (1990 a 2014).....	47
<b>Figura 3:</b> Distribuição espacial da área colhida de produção de arroz, por município, do estado de Goiás (1974 a 2014).....	48
<b>Figura 4:</b> Estado de Goiás e mesorregiões geográficas.....	58
<b>Figura 5:</b> Vista do Assentamento Barro Amarelo e do cultivo de Eucaliptos .....	60
<b>Figura 6:</b> Eucalipto e comércio na economia do Assentamento Barro Amarelo .....	60
<b>Figura 7:</b> Escola Municipal Barro Amarelo.....	61
<b>Figura 8:</b> Material escolar no canto da sala.....	61
<b>Figura 9:</b> Vista do povoado Boa Esperança e da Escola Municipal Boa Esperança.....	64
<b>Figura 10:</b> Escola Municipal Boa Esperança .....	64
<b>Figura 11:</b> Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem. ....	66
<b>Figura 12:</b> Escola Municipal Multigraduada Fazenda Farroupilha.....	68
<b>Figura 13:</b> Escola Municipal Professora Sebastiana Rodrigues da Silva.....	69
<b>Figura 14:</b> Escola Municipal Povoado Vila Nova .....	71
<b>Figura 15:</b> Estrutura atual da Escola Municipal José Ferreira Duarte .....	72
<b>Figura 16:</b> Material Escolar da Escola Municipal José Ferreira Duarte .....	72
<b>Figura 17:</b> Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza .....	73

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Número de escolas no campo por mesorregião do estado de Goiás: de 2007 a 2015 .....	16
<b>Quadro 2:</b> Quantidade de escolas fechadas por município da Mesorregião Leste Goiano .....	50
<b>Quadro 3:</b> Escolas selecionadas nos municípios da pesquisa .....	51
<b>Quadro 4:</b> Quantidade de sujeitos que participaram da pesquisa por município .....	53

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<i>Onde Tudo Começou</i> .....	14
O Objeto e Objetivos de Estudo da Pesquisa .....	15
Como Tudo se Organiza: A Descrição Estrutural da Dissertação.....	17
<b>CAPÍTULO I</b> .....	19
1. ESTADO, TERRITÓRIO E PODER .....	19
1.1 O Estado Moderno em Gramsci.....	20
1.2 O que é território e de que território estamos falando? .....	24
1.2.1. O Campesinato no Território Goiano.....	28
1.2.1.1 Campesinato e a luta pela Escola do Campo e a Educação do Campo .....	35
1.2.2. O Agronegócio no Território Goiano.....	40
<b>CAPÍTULO II</b> .....	49
2. OS CAMINHOS DA PESQUISA: TERRITÓRIOS, SUJEITOS E METODOLOGIA DA PESQUISA .....	49
2.1 Os Desafios e Êxitos no Passo a Passo da Construção da Metodologia da Pesquisa.....	49
2.2 Do Território aos Territórios da Pesquisa .....	57
2.2.1. O território em Abadiânia .....	59
2.2.2. O território em Damianópolis.....	62
2.2.3. O território em Cocalzinho de Goiás.....	65
2.2.4. O território em Santo Antônio do Descoberto.....	66
2.2.5. O território em Sítio d'Abadia.....	68
2.2.6. O território em Mambaí.....	70
2.2.7. O território em Pirenópolis.....	71
2.2.8. O território em Vila Boa.....	73
<b>CAPÍTULO III</b> .....	75
3. ARGUMENTOS E CONSEQUÊNCIAS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO NA MESORREGIÃO DO LESTE GOIANO .....	75
3.1 Os Argumentos para o Fechamento das Escolas no Campo na Mesorregião Leste Goiano.....	80
3.1.1. Ideológico.....	80
3.1.2. Numérico.....	98
3.1.3. Burocrático .....	107
3.1.4. Qualificação Docente .....	111
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	118
4. As Consequências do Fechamento das Escolas no Campo na Mesorregião do Leste Goiano .....	118
4.1 Sociais .....	118
4.2 Culturais .....	133

4.3 Econômicas .....	148
4.4 Políticas .....	160
4.5 Ambientais .....	163
<b>PARA NÃO CONCLUIR.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>177</b>

Não vou sair do campo  
Pra poder ir pra escola  
Educação do campo  
É direito e não esmola

O povo camponês  
O homem e a mulher  
O negro quilombola  
Com seu canto de afoxé  
Ticuna, Caeté  
Castanheiros, seringueiros  
Pescadores e posseiros  
Nesta luta estão de pé

Cultura e produção  
Sujeitos da cultura  
A nossa agricultura  
Pro bem da população  
Construir uma nação  
Construir soberania  
Pra viver o novo dia  
Com mais humanização

Quem vive da floresta  
Dos rios e dos mares  
De todos os lugares  
Onde o sol faz uma fresta  
Quem a sua força empresta  
Nos quilombos nas aldeias  
E quem na terra semeia  
Venha aqui fazer a festa

**Gilvan Santos**

## INTRODUÇÃO

### *Onde Tudo Começou...*

Antes de dar início ao trabalho propriamente dito, será apresentado a história da pesquisadora, os caminhos que ela trilhou, inclusive momentos importantes que levaram ao ingresso no mestrado e a realização do tema específico da pesquisa. A pesquisadora nasceu no município de Formosa, Goiás. Cresceu vivendo em fazendas de grandes capitalistas produtores de feijão e laranja e estudava em escolas no campo. Sua mãe e seu pai eram caseiros. Enquanto a mãe cozinhava para os demais trabalhadores assalariados da fazenda, seu pai operava as máquinas e realizava outros serviços na fazenda, desde a aração da terra, plantação até a colheita.

Mudaram de fazenda em fazenda, até os pais juntarem um valor que fosse suficiente para comprar um pedaço de terra, enfim adquirirem alguma autonomia. Os pais da pesquisadora compraram uma chácara no município de Cabeceiras, Goiás. Hoje eles não têm planos de sair de lá, a pesquisadora também não tinha, até ter que se preocupar em dar continuidade aos estudos no município de Formosa, próximo a Cabeceiras.

Foi no município de Formosa que fez o curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. No terceiro ano da faculdade, conseguiu participação num projeto de pesquisa com a professora Francilane Eulália. Era a II PNERA (Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e a pesquisadora tornou-se auxiliar de pesquisa com mais dois estudantes também do curso de geografia. O trabalho era levantar o número de estudantes, de parceiros que tiveram alguma ligação com a formação pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Nesse interim, a pesquisadora além de fazer esse trabalho, passou a identificar e estudar teóricos da Educação do Campo, começou a entender o que era e a importância da Educação do Campo.

Quando terminou esse projeto, engajou em outro, também com a mesma professora. Esse projeto era de extensão PROEXT (Programa de extensão Universitária) intitulado: *Reflexão-ação-reflexão docente no resgate e valorização da identidade camponesa: qualificação de docentes que trabalham nas escolas localizadas no meio rural do município de Formosa*. Nesse projeto foram feitas inúmeras visitas as escolas no campo do município de Formosa, com o objetivo de conhecê-las, traçar um contato que permitisse entender suas dinâmicas e refletir sobre elas.

A pesquisadora também conseguiu depois de ter cursado a disciplina de Geografia Agrária, ser monitora dessa disciplina. Oportunidade que também ajudou muito na sua formação. Já tendo algum conhecimento com a Educação do Campo que buscou fazer seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nessa perspectiva do campo com a professora Francilane Eulália, professora da disciplina de Geografia Agrária. Seu TCC foi intitulado “Agronegócio: uma Articulação do Capital impactando a paisagem do município de Formosa e entorno”.

Mesmo já terminando o curso de geografia, a pesquisadora começa a participar como voluntária de um projeto também da professora Francilane, intitulado “*Dicotomias e Territórios em Disputa no Fechamento de Escolas no Campo do Estado de Goiás*” já que se interessava pela temática e sabia o quão era importante as escolas no campo.

Já terminando a graduação em Geografia viu a oportunidade em ingressar no curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação do Campo para o Trabalho Interdisciplinar nas Áreas de Ciências da Natureza e Matemática na UnB. Esse curso de Especialização foi a oportunidade de conhecer a essência da Educação do Campo, de conhecer sujeitos que estão nessa luta e da pesquisadora se reconhecer e buscar fazer parte dessa luta. Não cabe descrever a felicidade em palavras tanto no ingresso como na conclusão do mesmo.

Contudo, no contexto ainda da graduação e garantido a continuação dos estudos na Especialização, que a pesquisadora buscou se inscrever no programa de Pós- graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MADER) na UnB. A partir daqui o leitor conhecerá mais sobre o presente trabalho: o objeto, os territórios, sujeitos e objetivos da pesquisa bem como os caminhos traçados e os desafios do percurso. Até aqui, tentou-se descrever a história e a construção de uma pesquisadora, lutadora do campo. A trajetória de uma pesquisadora que tem suas origens ligada ao campo e que percorreu caminhos desconhecidos, mas que a levou até a Educação do Campo. E hoje sua perspectiva tem sido de continuar estudando e lutando ao se reconhecer com orgulho como sujeito do campo.

## O Objeto e Objetivos de Estudo da Pesquisa

A escola do e no campo é um elemento fundamental para a permanência e fortalecimento do campesinato. As escolas do e no campo são importantes para que os camponeses reconheçam sua identidade e fortaleçam suas ações para permanecerem nestes territórios.

A saber, a escola no campo e do campo nem sempre existiu porque o entendimento era de que o campesinato não precisava de escola. Ainda hoje é presente a concepção de que para manusear a enxada não precisa de estudar. Portanto, escolas no e do campo são conquistas através da luta e organização dos próprios sujeitos camponeses que se materializam, mas do mesmo modo tem sofrido ameaças de retrocesso que neste trabalho está representado pelo fechamento de escolas no campo.

De acordo com Mariano e Sapelli (2014) em dados obtidos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil em 2003 havia 103.128 escolas no campo. Em 2013, este número foi reduzido a 74.112, totalizando 29.459 escolas fechadas no campo. Os estados que mais fecharam escolas no campo foram Bahia, com 5.072; Ceará com 3.968 e, na sequência o Pará com 2.024 unidades escolares fechadas.

Em relação ao estado de Goiás, os dados mais recentes sobre o quantitativo de escolas no campo foram extraídos também de fontes do Censo Escolar do INEP, que registraram em 2000, 1.822 escolas no campo, e ainda este número foi reduzido para 777 escolas em 2007. O que significa total de 1045 escolas fechadas nesse período somente no estado de Goiás. E pelos dados que foram levantados pela equipe do projeto “Dicotomias e territórios em disputa no fechamento de escolas no estado de Goiás” de 2007 em diante continuou o processo de fechamento de escolas no campo.

A discussão desse trabalho está no fechamento de escolas no campo em Goiás e especificamente em oito municípios da Mesorregião do Leste Goiano, pois, de acordo com os dados coletados pela equipe do projeto de pesquisa “Dicotomias e territórios em Disputa no fechamento de escolas no estado de Goiás” no intervalo de 2007 a 2015 foi constatado que ordenadamente as mesorregiões que mais fecharam escolas no campo foram Leste, Norte, Centro, Sul e Noroeste goiano.

**Quadro 1:** Número de escolas no campo por mesorregião do estado de Goiás: de 2007 a 2015

Mesorregião	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Leste	273	255	242	227	213	207	201	193	192
Norte	172	164	150	139	127	119	113	116	117
Noroeste	62	57	52	51	52	51	50	47	47
Sul	140	140	133	131	127	124	123	123	121



Centro	130	117	112	98	99	98	100	99	98
Total	777	733	689	646	618	599	587	578	575

Fonte: Sinopse estatística do INEP- 2007 a 2015. Org.: Francilane E de Souza – 2016

É importante ressaltar que cada mesorregião possui uma característica diferente, e essas características podem estar influenciando direto ou indiretamente na abertura ou fechamento de escolas no campo. A Leste é a que apresentou maior número de escolas em 2007, mas também um maior número de escolas fechadas, fator que foi um dos principais motivos para escolha dessa mesorregião para esta pesquisa. É uma mesorregião que sedia a capital do país, Brasília, portanto, urbanizada, mas, que ainda tem municípios com característica de interior apresentando ao mesmo tempo agricultura em larga escala, mas também um número considerável de pessoas no meio rural que exigem escolas no campo. Assim, além da urbanização crescente, também é marcada simultaneamente pela presença do campesinato e agronegócio no campo.

Souza (2012, p.78) coloca que o predomínio do agronegócio, num determinado território, provoca a “eliminação de diversos elementos que contribuem para existência e para permanência do campesinato, dentre eles, as escolas no campo”. Assim, o objetivo geral deste trabalho é de estudar os argumentos do Estado para o fechamento das Escolas no Campo na Mesorregião do Leste Goiano, objetivando compreender as consequências que o fechamento destas escolas traz para as comunidades camponesas que neles vivem e relacionando-os com a questão agrária nos territórios pesquisados. Enquanto que os objetivos específicos são: Analisar os argumentos utilizados pelo Estado para o fechamento de Escolas no Campo no Leste goiano. Investigar e analisar as consequências do fechamento das Escolas no Campo para as comunidades camponesas que vivem no Leste goiano. Compreender os modelos de desenvolvimento do campo em disputa, analisando a partir dos argumentos e consequências como esta disputa se materializa na mesorregião Leste de Goiás.

Portanto, com este trabalho, pretendeu responder quais argumentos o Estado tem utilizado para fechar as escolas no campo? Quais as consequências são provocadas com o fechamento de escolas no campo as comunidades que vivem nos territórios selecionados? E qual modelo de campo tem materializado na mesorregião Leste de Goiás?

Como Tudo se Organiza: A Descrição Estrutural da Dissertação.

Quanto ao referencial teórico são essenciais categorias conceituais Estado, território, campesinato, Educação do Campo, Escola do Campo, agronegócio. São essas categorias que foram discutidas a partir do seu contexto histórico e desfecho atual.

Em relação a organização do trabalho, este possui quatro capítulos que se conectam e são interdependentes. O primeiro capítulo inicia a discussão do referencial teórico, abordando a categoria Estado, pois é esta instituição que influencia na aparência dos territórios, com predomínio ou do campesinato ou do agronegócio. É uma instituição em constante disputa pelos sujeitos camponês e produtor capitalista, dependendo de como é e está o Estado e dos sujeitos que fazem o Estado ou o território do camponês, ou o território do produtor capitalista quem sobressai. Para discutir o Estado que trabalhamos com Montãno e Durigueto (2010); Feliciano (2015), Carnoy (2010) e Poulantzas (2000) enquanto que a discussão da categoria território foi trabalhado com Haesbaert (2000); Souza (2009) principalmente. Neste capítulo trazemos ainda a discussão sobre o território do campesinato com Duarte (2001). Ainda nessa sessão do território do campesinato, abordamos um elemento importante para a permanência do campesinato no campo que são as escolas no campo e da Educação do Campo, com Caldart (2015) e Molina (2015). Seguimos a discussão com o território do agronegócio, na perspectiva de ir na aparência até a essência deste, para que o leitor compreenda que a pesquisa trata de territórios totalmente distintos, desse modo de territórios que historicamente estão em disputa tanto por espaços físicos, econômicos e políticos em especial no estado de Goiás e em específico na mesorregião Leste de Goiás. Para a categoria conceitual agronegócio a discussão se deu com os autores Brum (1987); Fernandes (2008).

No segundo capítulo a discussão está em torno dos desafios e êxitos no passo a passo da construção deste trabalho bem como na descrição geral dos territórios, comunidades e escolas fechadas que foram selecionados. No terceiro e quarto capítulo discutimos os resultados. Nestes capítulos as perguntas que foram feitas pretenderam ser respondidas, mas nos possibilitando a fazer novas perguntas e se desafiar a respondê-las em trabalhos posteriores. Espera-se que o leitor deleite com a leitura e que reflita sobre qual campo pretende lutar. Para aqueles que já lutam por um modelo de campo, espera-se que o trabalho seja mais uma ferramenta que possibilite ampliar sua formação, numa postura crítica da realidade e lutar pelo campo mais justo, de mais vida.

## CAPÍTULO I

### 1. ESTADO, TERRITÓRIO E PODER

O presente capítulo tem por objetivo trazer uma abordagem teórica e crítica sobre a categoria conceitual Estado, este que influencia diretamente na performance do campo brasileiro e especificamente nesse trabalho na Mesorregião Leste Goiano. Para entender o Estado brasileiro e sua atuação na questão agrária do Brasil, iniciamos essa construção teórica com o significado da palavra Estado, que em latim, quer dizer “estar firme” (FELICIANO, 2015).

Segundo Dallari (1998), o Estado aparece pela primeira vez no livro “O Príncipe”, de Maquiavel em 1513. Maquiavel faz uma distinção entre Estado e Sociedade, “o Estado, antes chamado de *polis* pelos gregos e de *res pública* pelos romanos, é o espaço onde o ator político por excelência (o príncipe) atua” (MONTÃO; DURIGUETTO, 2010, p. 20). Nesse sentido, Montano e Duriguetto (2010) afirmam que esse ator concentraria, portanto, um poder supremo, exercendo a coerção e o consenso.

Segundo Feliciano (2015), há incertezas sobre a origem e mesmo o uso do conceito de Estado. Em relação as causas que levaram a formação do Estado, as suposições mais aceitas, é a de que o Estado se formou pela força e violência utilizada por um grupo que já se achava superior aos demais, criando daí a classificação de dominantes e dominados e por último coloca que o Estado surgiu pelas necessidades sociais, ou seja, causas econômicas e patrimoniais que culminaram com a propriedade da terra e com a divisão do trabalho.

A concepção da origem do Estado por necessidades econômicas, é sustentada principalmente por Marx e Engels. Na obra de Engels "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado" deixa explícito que o Estado só veio a existir a partir do momento em que a sociedade atingia um certo grau de desenvolvimento econômico. “O Estado foi criado também para facilitar a manutenção de uma determinada classe social no poder” (FELICIANO, 2015, p. 126)

O Estado passou por transformações para que tivéssemos o Estado Moderno. Segundo Dallari (1998), as fases do Estado foram: Estado Antigo, Estado Grego, Estado Romano, Estado Medieval e Estado Moderno, porém não é objetivo específico deste trabalho um estudo filosófico e detalhado sobre a evolução do Estado na sociedade. Contudo, é importante e por isso são objetivos do próximo item deste capítulo compreender e identificar alguns aspectos

relevantes para compreensão do papel e atuação do Estado na sociedade capitalista, é o Estado Moderno segundo o pensamento gramsciano.

### 1.1 O Estado Moderno em Gramsci

Essa discussão é importante para entender o que é, para que foi criado e para quem tem servido o Estado numa sociedade capitalista a partir das concepções gramscianas. Gramsci é um teórico marxista. Portanto, embora tenham vivido em épocas diferentes, as concepções de Marx e Gramsci se assemelham. As diferenças que existem entre estes se devem a épocas diferentes que viveram. Marx vive uma época do capitalismo industrial. Para Marx o Estado é puramente um instrumento de dominação da burguesia.

“A burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis” (MONTANTO; DURIGUETTO, 2010, p.36). Portanto na visão marxista o Estado que diz responder aos interesses universais, mas,

“Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante. Assim, o Estado tem a aparência da universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que ele garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual e pela qual a burguesia existe como classe dominante (MONTANTO; DURIGUETTO, 2010, p.37).

Já para Gramsci, o Estado não é neutro, mas também “não é mero instrumento de dominação, o Estado é resultado da condensação de uma relação de forças sociais, o resultado contraditório das lutas de classes, em que se manifestam interesses contraditórios” (MONTANO; DURIGUETTO, 2010, p. 147). Superando esta compreensão de Estado só como aparelho da classe dominante, Gramsci vai trazer a concepção de Estado ampliado em que envolve sociedade política e a sociedade civil. “O Estado não é uma entidade com uma essência instrumental intrínseca, mas é, em si mesmo, uma relação, mais precisamente a condensação de uma relação de classes. A luta de classes e o aparelho do Estado não podem ser separados”. (CARNOY, 2010, p.142).

Para Gramsci, o Estado não se resumia a um instrumento de repressão utilizado pela classe dominante, o Estado também cumpria o papel de garantir a hegemonia da burguesia na superestrutura, o que tem feito até hoje. “À hegemonia para Gramsci não equivale a pura

dominação, mas a direção social baseada num certo consenso e aceitação dos setores subalternos (MONTÃNTO; DURIGUETTO, 2010, p.45).

Esse último papel do Estado tem sido fundamental para o fortalecimento da dominação de uma classe específica: a burguesia. E tal tem se dado especificamente pela sociedade civil que engloba esferas capazes de influenciar na aceitação, convencimento e conformismo, a igreja, escola. A igreja, escola e a mídia são exemplos mais claros de organismos sociais que apresentam ideologias construídas no exercício da dominação.

A repressão acontece de duas formas, portanto: uma dada pela sociedade civil a partir de organismos sociais que são capazes de provocar nas demais classes o consentimento, mas temos também a sociedade política que cumpre o papel de que se houver conflitos, falta de consenso de alguém ou de alguns, este seja controlado pela força militar. É claro, que em determinados momentos históricos a sociedade política foi mais forte e presente, já que não havia muita tecnologia e, portanto, meios de informação desenvolvidos para difusão da ideologia dominante.

O aparelho repressivo do Estado compreende o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc. todos os quais funcionam pela violência, pelo menos, como último recurso. Os aparelhos ideológicos do Estado são definidos como: o AIE religioso (o sistema das igrejas), o AIE educacional, o AIE familiar, que é também responsável pela reprodução da força de trabalho, o AIE jurídico, que também pertence ao aparelho repressivo do Estado, o AIE político (o sistema político, incluindo os diferentes partidos), o AIE sindical, o AIE das comunicações (imprensa, rádio, televisão) e o AIE cultural (CARNOY, 2010, p.127).

Ainda, que Gramsci defenda a ideia do consentimento produzido pela ideologia de uma classe hegemônica, Gramsci não abandona a ideia do conflito entre classes. Importante observar que a ideologia é categoria de análise neste trabalho. Portanto, se a ideologia está relacionado com o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam universais, legitimando, assim, a dominação e a exploração pelos detentores do capital, Gramsci defende que a ideologia tem a dimensão positiva, pois é uma forma de as classes subalternas tomar consciência de sua existência enquanto coletivo e da própria realidade de sua subordinação. Bogo (2008, p. 214) reforça que

A ideologia pode ser vista de duas maneiras, como o conjunto de ideias da classe dominante voltadas para o obscurecimento da realidade, no caso para omitir a verdade, ou como o conjunto de ideias usadas para contestar a dominação, neste caso, voltadas para desvendar a verdade.

Conforme Gramsci, a constituição de uma hegemonia das classes subalternas requer uma intensa “preparação ideológica das massas”, uma construção de uma nova concepção de

mundo, de uma nova forma de pensar (reforma intelectual e moral). “Desse modo, a própria ação contra hegemônica exige, como seu pressuposto material organizativo, uma práxis política consciente, coletiva articulada das classes subalternas” (MONTANTO; DURIGUETTO, 2010, p.49).

Por isso, que existe também a disputa pelos aparelhos ideológicos do Estado. A briga tem sido intensa, principalmente pelo aparelho ideológico escolar. A escola, responsável por boa parte da formação das pessoas, tem sido alvo de disputa entre a burguesia e a classe trabalhadora. Duas concepções e ideologias diferentes de fazer escola.

Destacamos neste trabalho, a escola no e do campo porque é nesse espaço que também tem se construído a ideologia criada pela classe trabalhadora e não aquela manipulada pela burguesia. É construindo e se fortalecendo ideologicamente que é possível disputar o Estado burguês e fazer deste um novo Estado: o Estado dos trabalhadores, do poder popular. A consciência, portanto, torna-se o ingrediente fundamental para que haja transformação.

“A própria consciência torna-se a fonte de poder para o trabalhador, por disputar o Estado e os meios de produção, assim como a falta de consciência é a principal razão pela qual a burguesia permanece em sua posição dominante” (CARNOY, 2010, p. 117).

Muito dos direitos que se tem conquistado, são provenientes de lutas da classe trabalhadora já que não interessa a burguesia no controle do Estado dar-lhes simplesmente. Uma das características principais da ideologia burguesa é exatamente a de esconder o caráter de exploração do sistema que vive a classe trabalhadora. É uma ideologia que aparenta ser natural a exploração, aparenta atender o interesse geral do povo e da nação. E nesse ritmo que se faz a aceitação política e econômica de dominação de uma pequena classe.

Gramsci, chegou a afirmar que quem detém o controle dos meios de produção consequentemente possui os meios de produção mental, por essa razão que as ideias daqueles que não detém os meios de produção estão subordinadas, assim como suas ações, seu trabalho. “Nesse, a hegemonia não é um polo de consentimento em contraste com outro polo de coerção, mas é a síntese de consentimento e repressão (CARNOY, 2010, p.93).

O atual conceito de democracia criado pela ideologia capitalista teve a funcionalidade de deslocar a luta da esfera econômica para a esfera eleitoral. A democracia existente é, como coloca Carnoy (2010), uma contradição conceitual. Segundo Bogo (2008, p.189) “a democracia não pode ser vista como vontade da maioria, mas sim como consciência da maioria que se transforma em vontade de tornar as decisões em ações práticas”.

Assim, o que temos é a democracia na sua forma burguesa. Na época das eleições todos são iguais e estão exercendo a chamada “democracia”.

O poder deve ser transferido diretamente para o povo, e isso é impossível se esse diafragma o Estado burguês que separa a classe trabalhadora do poder”. A revolução destrói a diferença entre os governantes e os governados fazendo com que a classe trabalhadora governe a si próprio (CARNOY, 2010, p. 199).

Poulantzas (2000), nos esclarece do porque a burguesia escolheu exatamente o Estado Moderno, representativo, nacional- popular, pois é a partir desse que conseguiu separar o trabalhador da luta pelos meios de produção, e assim se perpetuando as relações capitalistas. É a partir dessa lógica de trabalho do capital que desloca a luta e conflito. Poulantzas (2000), nos coloca em detalhes como são as estratégias utilizadas para enfraquecer a classe trabalhadora. O primeiro passo dessa separação é a como salienta Poulantzas (2000), a divisão do trabalho intelectual do manual. Assim o sujeito desconhece o processo de produção, mesmo trabalhando neste. O Estado cumpre esse papel de separação, e isso acontece dentro dos próprios aparelhos ideológicos do Estado, quando o conhecimento é manipulado, se passa, se ensina o que quer para o sujeito.

O Estado não é neutro. Ele funciona para impedir que os trabalhadores se organizem politicamente como classe (mantendo-os isolados de seus interesses de classe), ao passo que, simultaneamente, ajuda a fazer com que o capitalista e seus gerentes saiam de sua posição isolada (um isolamento que o Estado ajudou a criar), a fim de reafirmar sua posição dominante através do Estado (CARNOY, 2010, p.150-151).

Como coloca Carnoy (2010), o Estado burguês produz individualização e privatização da sociedade. Separa as pessoas, as culturas, e posteriormente une a partir do próprio interesse e imagem do Estado. “O Estado remodela os indivíduos, redefine – os, homogeneiza-os e os coloca numa nova divisão de trabalho coerente com o espaço social, conforme definido pelo Estado- nação” (CARNOY;2010, p.150).

Em se tratando de indivíduo, este deixa de ser uma ameaça ao Estado. Se antes ele estava enraizado numa coletividade (aldeia, a terra, a produção familiar) ele passa a estar inserido em uma nova coletividade criada agora pelo Estado. E nesta nova coletividade ele passa a ser um indivíduo para o Estado (os direitos individuais, a igualdade perante a lei, o consumo individual, a expressão individual e o poder político individual (voto) (CARNOY, 2010, p.151).

O capitalismo separa, mas o Estado veio para reintegrar ao seu modo. No entanto, o Estado e os aparelhos do Estado fornecem o espaço para a luta de classes por meio dessa unificação. “O Estado enquanto unificador que o capacita a atuar como reprodutor, e a

unificação significa a existência da contradição, do conflito, entre grupos diferentes” (CARNOY, 2010, p.159).

Carnoy diz que, o “Estado não é uma entidade intrínseca, mas uma relação de conflito entre classes e frações de classes, tal como se expressam no núcleo do Estado” (2010, p.159). Tanto o poder do Estado, como os aparelhos do Estado estão em constante disputa, portanto, são em sua totalidade uma arena da luta. Poulantzas (2000), chega a afirmar que as classes populares sempre estiveram presentes no Estado, mas dependendo do momento histórico que a presença dessa classe se torna ou não mais forte. “A ação das massas populares, no seio do Estado, é uma condição necessária de sua transformação, mas não é, ela mesma, uma condição suficiente” (CARNOY, 2010, p.161).

Hoje, temos um Estado capitalista intervencionista, centralizando e monopolizando o capital para ser formado e permanecer forte o mercado imperialista mundial. Mas, também com certo cuidado garantindo migalhas de bem-estar social (saúde, educação, previdência, emprego) como forma de pacificar a classe subordinada. Portanto, para entender as particularidades da agricultura brasileira é preciso entender e considerar o contexto, e a ação do Estado e das políticas públicas. No Brasil, tem se perpetuado um Estado Burguês que privilegia uma classe a partir da exploração da classe popular.

Dessa classe popular de que falamos estão os camponeses. Segundo Fernandes (2001), no Estado constantemente corrompido que o campesinato e outras classes tem buscado encontrar brechas, oportunidades para fazer valer seus anseios, suas necessidades, seja em relação a terra, mas para além da terra a educação, saúde, emprego entre outros direitos fundamentais para permanecer na terra.

No próximo item, deste capítulo, é discutido a categoria território pois é neste que estão os agronegociantes e o camponês. São essas classes que disputam o Estado e, portanto, a terra, uma vez que no poder do Estado, conseqüentemente possui também, o poder sobre os meios de produção.

## 1.2 O que é território e de que território estamos falando?

O território é uma categoria da geografia, mas não exclusivo dessa ciência, outras também faz uso do conceito território, porém, cada ciência com uma abordagem diferente. De todo modo, a categoria território foi amplamente utilizada em diversos trabalhos científicos, de diversas áreas do conhecimento. Um dos argumentos que explica a utilização ampla do conceito território está nas palavras de Haesbaert quando diz “não há como definir o indivíduo, o grupo,



a comunidade, a sociedade sem ao menos inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial” (2004, p. 20).

Para uma compreensão da categoria território numa perspectiva geográfica é importante fazer uso dos termos espaço e poder já que o território é um espaço que é delimitado por relações de poder. Souza (2000) fala que essa é uma primeira aproximação para o entendimento do que é, e da dinâmica que envolve o território.

A categoria território, embora tenha sido utilizada em outras perspectivas da Geografia, teve na Geografia Política, uso com mais consistência. Desse modo, utilizava o conceito de território para entender a dinâmica do Estado e o poder do Estado a partir de sua forma de dominação. Portanto o conceito de território estava intimamente relacionado ao Estado. Assim, o conceito de território se fixou no entendimento de território nacional.

Mas, esse entendimento de território como espaço político, de poder do Estado, território nacional, passa por mudanças ao longo do tempo. Um dos primeiros autores da Geografia Política a trabalhar com território é Friedrich Ratzel, em sua obra *Politische Geographie*, tendo como referencial político, o Estado. O território compreendido pela territorialidade do Estado – nação, pela ideologia do patriotismo. Ratzel, inclusive não utiliza o termo território, mas sim de solo para se referir ao território. Para Ratzel, “é como se território fosse sempre sinônimo de Estado e como se esse território fosse algo vazio sem referência aos atributos materiais” (SOUZA, 2000, p. 86). Não somente Ratzel, mas outros autores ainda têm considerado o termo território a partir de um recorte específico definido pelo Estado nação, território pátrio. Dessa forma, restringe o território a uma única fonte de poder. Fernandes (2006), faz crítica a essa reflexão, pois, o território tem se reduzido em muitas discussões como espaço de governança.

Embora já bastante ultrapassada, a concepção de Ratzel teve papel importante para evolução do conceito de território na Geografia. A concepção de Ratzel foi posteriormente retomada por Raffestin (2009). Esse autor considera que o território é construído pelo trabalho. Raffestin propunha que o território deveria estar relacionado com a relação do homem com espaço a partir do poder. Quando o homem se apropria daquele espaço, ele deixa de ser simplesmente espaço e passa a ser delimitado como o território.

Raffestin, ainda, considera que o tempo quem determina o grau de modificação da organização territorial. E foi com o tempo que o homem encontrou formas diferentes para estar se territorializando, e essa territorialização se tornou cada vez mais técnica. A territorialização do homem se inicia com a intenção de satisfazer suas necessidades e se desenvolve com técnicas aprimoradas de territorialização.

São formados ou deformada constantemente florestas, provocadas desagregações nos campos, são construídas cidades. Todo esse movimento do território em curto prazo é provocado pela interferência humana presente no campo e na cidade. Por isso, Raffestin (2009) vai nos dizer que o território não é formado somente pelo campo, mas pela interação deste com a cidade. Portanto, a partir do trabalho que o sujeito territorializa o espaço.

Souza (2000) e Fernandes (2006), por exemplo, concordam com muitas reflexões de Raffestin (2009) dentre elas a ideia do espaço vir antes do território, porém esses autores abordam equívocos nas reflexões de Raffestin. Um desses equívocos cometidos é do território coisificado. Segundo Souza (2000), Raffestin faz isso, ao considerar o substrato espacial material, ou espaço social no conceito de território.

Não é pelo trabalho do ser humano que o espaço se torna território, mas pela presença e transformação constante do espaço pelo ser humano. Portanto, o homem precisa estar presente. Nem todo espaço social, que contém construções, matéria produzida pelo homem, pode ser território. Exemplo disso, é quando Souza (2000) exemplifica as cidades fantasmas, que estando em ruínas, não existe a presença humana para trabalhar e viver nelas, conseqüentemente são espaços que deixaram de se transformar, deixaram, portanto, de ser território. Não se pode, de forma alguma, desconsiderar a materialidade do território, pois é a materialidade que leva o desejo de defender ou conquistar territórios. Da mesma forma, Souza (2000) afirma que não se deve confundir território com o substrato deste, o território não se restringe ao substrato, ao que é material, o território para ser e continuar território, precisa de relações sociais constantes que determinam a materialidade do mesmo.

Portanto, considerar o espaço social como sendo o substrato material, é o mesmo que coisificar o território, desconsiderando sua dimensão principal que é a expansão do poder politicamente. “O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso” (SOUZA, 2009, p. 66).

A transformação da categoria território, seja em relação ao entendimento de território pátrio ou a coisificação deste, foi acontecendo a partir de algumas contribuições de autores como Souza (2009) a partir da década de 1990. Tivemos por exemplo, a primeira aproximação de Souza (2009) com a definição de território de “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”. Mas, essa definição, segundo o próprio autor, está limitada a um pedaço da superfície terrestre, portanto, coisificado, mas ele não parou por aí, sua contribuição se delonga para outros trabalhos e aperfeiçoa essa primeira aproximação. Em sua segunda aproximação, considera o território “antes relações sociais projetadas no espaço que espaços

concretos” e, portanto, “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”.

Esse estudo faz referência aos territórios rurais termo utilizado por Fernandes (2006), e é este o território da pesquisa. É especificamente o território rural de Goiás que se constitui do território do agronegócio e do território do campesinato que ora territorializa, desterritorializa ou reterritorializa um ou o outro.

A territorialização, enquanto, nascimento do território, desterritorialização representa muito mais do que a extinção dos territórios, significa o surgimento de um novo território, talvez mais complexo sobre outro. Segundo Haesbart (2004) no estudo de território é importante considerar sua historicidade. Entendê-lo a partir de sua transformação na história. E perguntar que tipo de território estaria desaparecendo? E que território tem prevalecido? No mundo de hoje vigora o sistema capitalista, o território que tem prevalecido é o da desterritorialização. Não foi por acaso, que discutimos território e muito menos é por acaso a discussão do fenômeno de desterritorialização identificada no Leste goiano, uma desterritorialização cometida as populações camponesas e que se reforça a partir das ações do Estado com o fechamento das escolas no campo.

Enquanto, que “a re-territorialização é o movimento de construção do novo território; no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e no segundo, eles se reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação”. (HAESBAERT, 2004, p. 127).

Para a produção do espaço, é necessário que haja sempre a territorialização em concomitância a desterritorialização e reterritorialização. “A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização”. E ainda, a expansão e ou recriação de um novo território em substituição ao primeiro são ações concretas representadas pela reterritorialização (FERNANDES, 2006, p. 06). E como coloca Fernandes (2006, p. 06),

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Portanto, território, é um campo de força, assim ele também é intangível, bem como o poder que não é palpável. Para Fernandes (2009), território e classe são indissociáveis uma vez

que o território indica conflito e disputa, portanto são as classes sociais que disputam e conquistam territórios.

Essa dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do território, enquanto espaço em disputa, envolve em outras palavras o nascimento, vida, morte e renascimento dos territórios provocada pela mudança social. O território do agronegócio que territorializa e reterritorializa pelas feitos ilegais e legais, pelas multinacionais, pelas políticas neoliberais. Com o avanço das políticas neoliberais tem-se duas mudanças: “a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, dos territórios (FERNANDES, 2008, p. 287).

Enquanto, que o território do campesinato territorializa e ou reterritorializa pela luta e resistência de um coletivo organizado. Esse coletivo ocupa a propriedade privada, ou pública ou mesmo as margens de rodovias. Na realidade do Brasil ficam dias, meses ou anos. Um tempo curto ou longo. Se vão conseguir conquistar a terra, o território, é uma questão sem resposta, o que estes sabem é que existem tanto medo e esperança. Medo de perder a vida, e esperança em não desistir. A nossa luta não termina na terra, outros elementos como a escola são fundamentais quando criados os assentamentos, e só são conseguidos na organização e na luta. É a partir das lutas que o território campesinato avança, “porque pelas experiências históricas e consciência política os sem-terra, camponeses sabem que só colherão o que plantarem. Que se não continuarem fazendo a luta, ela morre à mingua. A morte da luta também significa a morte de quem luta” (FERNANDES, 2001, p.134)

O território do campesinato e agronegócio são discutidos no próximo item deste capítulo, são territórios que estão em constante conflito/disputa, uma vez, que possuem modelos de campo diferentes e que passam por processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

### 1.2.1. O Campesinato no Território Goiano

É fundamental trazer a categoria conceitual campesinato, uma vez, que foi neste sujeito que se buscou respostas das consequências do fechamento de escolas no campo do Leste Goiano, e como essas consequências revelam a dinâmica da questão agrária na realidade na qual estão inseridas as escolas fechadas. Desse modo, é interessante entender esse sujeito a partir das transformações que ocorreram na sociedade, e em especial, sobre suas práticas e formas de resistência na sociedade brasileira.

Fernandes (2004), já dizia que o campesinato marca sua existência em diferentes sociedades, desde a escravocratas, passando pela feudal, socialista e capitalista. O campesinato sempre existiu e existiu em todos os lugares considerando que o começo da sociedade se deu no campo. O que não existia eram as cidades e os cidadãos, as indústrias e os industriais, por exemplo. Portanto,

A coexistência e a participação do campesinato nesses diferentes tipos de sistemas sociopolíticos e econômicos e a sua constância quando do fim ou crise dessas sociedades demonstram que essa firmeza precisa ser considerada como uma qualidade intrínseca dessa forma de organização social (FERNANDES, 2004, p. 17)

Ainda segundo Fernandes (2004), foi a partir do século XIX que começam a surgir paradigmas a respeito da coexistência do campesinato numa sociedade capitalista. São três correntes principais quais seja a do Fim do Campesinato, o Fim do Fim do Campesinato e a Metamorfose do Campesinato. Contudo, é o paradigma do Fim do Campesinato quem vigora ainda hoje. Nesse paradigma, há duas leituras sobre o campesinato. Primeiro que a renda capitalizada da terra quem destrói o campesinato, transformando parte em capitalista e outra em assalariado. Mas também, a leitura de que o campesinato deixaria de existir por sua inviabilidade quando comparado a uma agricultura capitalista, Fernandes (2004). Quanto ao paradigma do fim do fim do campesinato

Entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Mas, igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas. O paradigma da metamorfose do campesinato surgiu na última década do século XX e é uma espécie de “terceira Via” a questão do campesinato. Acredita no fim do campesinato, mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Desse modo utiliza o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês. A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar (FERNANDES, 2004, p. 17).

É por causa de seu histórico, que no Brasil diferentemente de alguns outros países, não existiu uma forte economia camponesa, como um modo de produção. Duarte (2001) vai dizer que a produção camponesa estava marginalizada/subordinada a uma outra forma de produção que vigorou e vigora ainda hoje: o latifúndio, a grande lavoura. Por isso, ser também tão forte o paradigma do fim do campesinato e da metamorfose do mesmo.

O próprio termo camponês ainda não é comum no Brasil, já que para referir a esse sujeito era e ainda são utilizados outros termos de caráter pejorativo dentre eles “caipira”, “jeca tatu”. É assim pensada hoje como “uma categoria em extinção, como sobrevivência de um passado, como um estranho ao debate político, como incapaz de fazer história, ou como um obstáculo do processo histórico” (DUARTE, 2001, p. 115).

Mas, a visão estereotipada e de camponês em extinção também se deve ao fato de esse sujeito preservar muito da sua essência original, uma essência que incomoda o desenvolvimento do capital. O próprio termo camponês foi introduzido no Brasil graças as lutas, manifestações principalmente na década de 1940 com as Ligas Camponesas<sup>1</sup>, pois, se não fossem as lutas continuaria com a forma pejorativa de tratar o sujeito que vive no campo.

O Brasil, é um exemplo, de adaptação do campesinato e de um campesinato bastante diverso. Ao considerar a origem do campesinato brasileiro, devemos nos referir primeiro aos grupos indígenas que existem e que já existiam nas terras brasileiras antes deste ser colonizado pelos portugueses. A colonização do Brasil perpetuou como herança após a independência do nosso país através da “dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse” (FERNANDES, 2001 p. 28).

O processo de colonização no Brasil que provocou uma diversidade de camponeses. Primeiro os negros da África no regime escravocrata, e posteriormente com a imigração de povos de diferentes lugares da Europa para compor o trabalho assalariado e que substituíam o trabalho escravo. Os camponeses no Brasil são de diferentes origens e se distribuíram por diferentes espaços caracterizando uma diversidade cultural muito ampla. São os quilombolas, indígenas, caiçaras, quebradeiras de coco, atingidos por barragens, comunidades ribeirinhas,

---

<sup>1</sup> Ligas Camponesas foi um movimento do campo, criado em 1958, em Pernambuco, no Engenho Galileia, e que teve maior força em Sapé, Paraíba. Contudo, as Ligas Camponesas enfraqueceram após Golpe Militar em 1964, (FILIPPI, 2005).

castanheiros, seringueiros, posseiros, assentados, geraizeiros, pequenos arrendatários, ocupantes, sem-terra, camponeses de fundo de pasto, entre outros.

Considerando essa diversidade que é interessante compreender em como se deu o processo sócio- histórico de formação do campesinato goiano, a partir de um autor fundamental, Élio Garcia Duarte (2001), já que é Goiás o território da pesquisa. Segundo Duarte (2001, p.116)

“Goiás se caracteriza fundamentalmente por uma economia de base agropecuária, constitui-se um ótimo laboratório de pesquisa sobre a cultura camponesa. Trata-se de um estado onde o capitalismo iniciou sua expansão há poucas décadas e onde convivem a grande, a média e a pequena propriedade, juntamente com empresas agropecuárias tecnificadas, e onde o camponês continua resistindo a completa expropriação”.

Segundo Duarte (2001) foi por volta do século XIX que Goiás tinha como base econômica a atividade mineradora utilizando a mão de obra de negros escravizados. Nessa época começaram a surgir comunidades que pelo ato da fuga, constituíram os famosos quilombos que ainda perduram nos dias atuais dentre estes o quilombo Kalunga, de Forte e Flores. Depois que a mineração decaiu, Goiás direcionou sua economia à pecuária, e é a partir daí que passa a ser de um trabalho “livre<sup>2</sup>” (DUARTE, 2001).

Teve o surgimento do trabalho livre, mas esse tipo de economia também permitiu à formação de grandes propriedades com o estabelecimento de relações de mandonismo, formando as oligarquias agrárias. “Estas oligarquias tiveram no coronelismo sua principal forma de organização política e de dominação sobre a população camponesa” (DUARTE, 2001, p. 126).

Contudo, na década de 1930, Goiás teve a chegada da estrada de Ferro. E por causa desses ditos “surto de progresso” foi um estado que recebeu povos de diversos lugares do país, principalmente de Minas Gerais e São Paulo. Com a Marcha para Oeste, uma política desenvolvida pelo presidente Vargas, com o objetivo de ocupar os vazios demográficos, Goiás recebeu outra leva de migrantes (DUARTE, 2001). Nessa época, foram criadas as colônias agrícolas, ou seja, eram as primeiras experiências com a Reforma Agrária, começando a surgir as pequenas propriedades familiares. Como as terras não foram suficientes, muitos desses migrantes ocuparam as grandes fazendas.

---

<sup>2</sup> Gradativamente as relações de produção escravistas cederiam lugar as novas relações de produção não capitalistas que aí se estabelecem. Novos elementos ocupam os espaços deixados pelos escravos, o agregado, o camarada e o trabalhador familiar (FUNES, 1986, p. 130).

Na década de 1950, foram criadas políticas desenvolvimentistas que muito refletiram no campesinato goiano. As estradas de rodagem e a entrada das empresas agropecuárias fizeram com que boa parte dos posseiros fossem simplesmente expulsos, o que causou muitos conflitos sendo que nesse período que surgiram várias associações rurais. Exemplo disso, foi a Associação de Trombas e Formosa e o conflito bastante conhecido, a revolta de Trombas e Formoso, no município de Uruaçu.

Porém em 1964, as revoltas, movimentos, foram sufocadas devido ao Golpe Militar. As organizações camponesas se mantinham através de suas manifestações culturais que segundo Duarte (2001) se deram por rezas, folias de Reis, as Cantigas de Viola, os mutirões, as romarias, etc.

Na década de 1970, eclodiram eventos de grande importância para o fortalecimento dos povos camponeses que até então permanecia esquecida. A partir desses eventos que contestavam a intensa urbanização, precariedade das condições de vida na cidade que surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Goiânia, no ano de 1975, e em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que vinha com objetivos de mobilização e discussão em torno da Reforma Agrária, pois, se de um lado nós temos o desenvolvimento do capitalismo no campo, também temos a resistência e luta de camponeses.

A Reforma Agrária que os trabalhadores rurais em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica da terra; é sim uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo as formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. Em resumo, não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento da mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras. (SILVA, 1990, p. 36)

Tanto o MST, quanto a CPT, hoje, resistem, juntamente com outros movimentos e organizações que foram criadas e que se unem com o propósito de luta pelos direitos que historicamente tem sido negados como a terra e educação. Portanto, o campesinato tem encontrado formas para lutar. Tem resistido, persistido, mesmo presenciando tantas transformações. Uma de suas características fundamentais que resistem é a de compreender sua base familiar. “É pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual” (FERNANDES, 2008, p. 163).

Assim, a produção camponesa e a produção capitalista são profundamente diferentes entre si. Enquanto o primeiro se organiza em conjunto, parcerias entre parentes e amigos para



realização do trabalho, o grande capitalista paga para realizar o trabalho de modo à estrategicamente beneficiar da exploração do trabalhado alheio, através da extração da mais valia.

É o camponês, a agricultura camponesa, responsável por alimentar com poucas terras boa parte da população produzindo diversos tipos de alimentos. Nessa ocasião cabe enfatizar a importância do camponês para o consumo respectivamente das pessoas que residem na cidade. Este sim, se diz que produz e produz alimentos saudáveis e em variedade. Variedade esta que pode vir a atender/encher o prato das famílias brasileiras o que só vem a calhar na afirmação de que esse sujeito produz muito, se comparado a um grande capitalista que tem uma extensa área de terra, mas pouco aproveitável e importante para nós, pois, a produção geralmente é enviada para o exterior. Com dados científicos, Alentejano (2012, p. 357) apresenta que,

As grandes propriedades pouco ou quase nada produz (são 120 milhões de hectares que os próprios proprietários declaram ao Incra serem improdutivo dentro dos latifúndios), seja porque, quando produzem, concentram-se na produção de poucos produtos, destinados à exportação ou a fins industriais. Com isso, nas duas últimas décadas, a área plantada com gêneros alimentares básicos, como arroz, feijão e mandioca, reduziu-se em mais de 2,5 milhões de hectares, ao passo que a área plantada com soja, milho e cana-de-açúcar aumentou 16 milhões de hectares. Além destas lavouras, as grandes propriedades destinam a maior parte de suas terras à pecuária extensiva e à plantação industrial de árvores, sobretudo o eucalipto. Desta forma, a estrutura fundiária concentrada se converte também num fator de insegurança alimentar.

É fato ainda, que a produção camponesa é hoje subordinada ao mercado capitalista. Segundo Fernandes (2012), é o mercado que determina preços, apropriando de parte da renda, do trabalho, por isso, a maioria absoluta do campesinato brasileiro vive em situação de miséria. E é a partir da apropriação do trabalho que também ocorre a apropriação do território camponês, a desterritorialização do campesinato. Mas, segundo Oliveira,

O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. (2007, p. 11)

Fernandes (2012, p. 748), já dizia que é no processo de territorialização desterritorialização e reterritorialização “que representa a essência da resistência do campesinato no enfrentamento com o capital”. A partir do que já foi discutido fica evidente que o campesinato e o campesinato brasileiro e de Goiás sempre existirá e em sua diversidade

cultural. Aquele homem que cria vínculos com as terras e que produz para viver nela é sim um camponês e ele está aí sobrevivendo as barbaridades do capital.

Dessa forma, falar que camponês não existe, ou que o camponês deixou de sê-lo, ou que mesmo que exista, este precisa andar em maltrapilhos, ser analfabeto, e viver distante do que proporciona bem estar social é uma ideia um tanto equivocada. Ocorreram mudanças proporcionadas pela lógica do capital, os interesses desse sistema se modificaram, se intensificaram, e com ela, toda a dinâmica mundial. Com a competitividade, a tecnologia se desenvolveu de maneira sem precedentes, invadindo as casas, os comércios, enfim a cidade e o campo. O camponês, também foi atingido, mas quando autônomo, sua maneira de tratar a terra, a terra de moradia e de trabalho, continua sendo a mesma, permanecendo assim como camponês.

As transformações históricas indicam que o camponês transformou-se e foi transformado, diferenciou-se, mas permaneceu identificável como tal. (MOURA, 1985, apud VANDERLINDE 2004, p. 109). Essa afirmação reflete a ideia de sua “real capacidade de adaptação e flexibilidade, resistência e resiliência nos controversos que tenderiam para sua eliminação” (SANTOS; TELÓ, 2011, p. 148).

Portanto, o campesinato que estão nos territórios dessa pesquisa são camponeses que na sua grande maioria já foram caseiros nas fazendas, mas que se tornaram proprietários de terras. Também há camponeses resultante de assentamento de Reforma Agrária e de terras que foram doadas. De todo modo, é como já dizia Costa e Carvalho, o camponês é,

O conjunto de famílias camponesas existentes em território. As famílias camponesas existem e resistem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas) e aparatos infra estruturais tangíveis e intangíveis de um dado espaço geográfico politicamente delimitado (2012, p. 113).

De acordo com Fernandes, hoje (2012, p. 748) “o grande desafio do campesinato no Brasil é o de manter sua soberania desenvolvendo seu território por meio de sua autonomia relativa e do enfrentamento à hegemonia do capital”. Mas, para que tenha força e possibilidade de vencer esse desafio se faz necessário as escolas no campo e do campo. O próximo item deste capítulo conheceremos como se deu a conquistas e trajetória das escolas no campo e em porque a escola no e do campo é tão importante para a territorialização ou ainda na reterritorialização dos povos camponeses.

### 1.2.1.1 Campesinato e a luta pela Escola do Campo e a Educação do Campo

Até meados do século XIX, a população brasileira era predominantemente rural e a educação não era vista como uma necessidade, sendo acessível somente as pessoas abastadas sendo comum o analfabetismo. As primeiras discussões para uma educação aos povos do campo iniciaram a partir da primeira metade do século XX, sendo que a primeira referência a educação em ordem jurídica ocorreu em 1923 nos anais do 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro. A Educação Rural que nascia ali, estava atrelada à grande expansão da produção de cana-de-açúcar e a contenção migratória do campo para a cidade, consequência da industrialização.

Porém, há que se notar a equivocada concepção de educação no meio rural atribuída pela classe de maior poder, no instante em que faz uso da escola como instrumento de domínio. Esse modelo de educação dedicada aos povos do campo não é aquele do período de colonização do país, momento em que a educação era imposta, “trata de obter submissão, a obediência, não via repressão ou catecismo, mas através de elementos mais sutis de formação para sujeição: não a um senhor, mas a uma ordem social” (CALDART, 2010, p.165). Essa Educação Rural só deixou mais evidente a dicotomia entre campo e cidade, já que as condições de escolarização foram diferentes nesses dois espaços. Na cidade a escolarização era com maior qualidade.

O primeiro documento oficial da Educação Rural foi promulgado na Constituição de 1934. A partir das décadas de 1940 e 1950 começaram a surgir programas visando a ampliação da Educação Rural no Brasil, como a Campanha Nacional de Educação Rural(CNER) e o Serviço Social Rural (SSR), ao qual não reconheciam as condições naturais, políticas, sociais, culturais dos camponeses.

Segundo Souza (2012, p. 73), em 1958 acontece a criação da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que a primeiro momento fez um levantamento para saber a situação educacional dos camponeses como também das populações urbanas, com o intento de expandir a formação dos mesmos. Esta campanha se iniciou no estado de Goiás e logo alastrou por todo o Brasil. Outro marco a ser considerado foi a criação do Movimento Educacional de Base (MEB) criado na década de 1960, o qual se deu a partir da promoção de um ensino sancionado por leigos com o apoio do governo Federal e da Igreja, embora esta última não exercia influência religiosa.

Ainda na perspectiva de (SOUZA, 2012), nos anos de 1963 a 1964, a partir do MEB percebe-se um avanço no setor educacional tanto no campo quanto na cidade, pois surge a

proposta Freiriana que já tinha por objetivo considerar os valores sócio-linguístico-cultural seja no campo ou na cidade. Mas nos anos seguintes inicia um regresso na educação no meio rural, durante o período que se estendeu a Ditadura Militar (1964/1985). Logo, o sistema educacional se tornou somente instrumento de reprodução de mentes alienadas<sup>3</sup> para atenderem apenas aos interesses capitalistas. Some-se a isso um contexto de dificuldades em relação à entrada e permanência na terra por meio da Reforma Agrária.

Como bem coloca Souza (2012), até aqui a educação que foi pensada para os sujeitos camponeses esteve arraigada ao descaso, e ainda para atender a interesses ideológicos. Na década de 1970 eclodiram manifestações que contestavam a intensa urbanização e a precariedade das condições de vida na cidade. Surge nesse período a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Goiânia, no ano de 1975, e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no ano de 1984, este último tinha como principal preocupação desenvolver uma educação no/do campo, pois colocavam a escola como um elemento importante para compor a luta da terra e sua permanência. Somente em 1988 que foi aprovada em Constituição que a educação é um direito público de todos. É nesse íterim que estava sendo gestada a nossa Educação do Campo.

Assim, a origem da Educação do Campo, está na luta dos trabalhadores do campo reivindicando a cada assentamento e acampamento escolas públicas no campo. Portanto, é na década de 1990 que organizações sindicais associadas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), movimentos sociais e outras organizações começaram a pautar a Educação do Campo e essa dinâmica ganha vapor no momento que ela torna estudo e assunto dos diversos setores da universidade pública sendo criado nesse espaço um movimento denominado Movimento Nacional de Educação do Campo.

A Educação no/do Campo, deve ser estabelecida *no* campo, no local onde o camponês reside, e que seja também *do* campo, ou seja, o processo educacional deve se estruturar a partir da realidade social daquele que vive no campo, valorizando a cultura e identidade do camponês, assim também como as peculiaridades do espaço em que o indivíduo está inserido, Caldart (2002). No entanto, destaca-se a importância da participação dos próprios camponeses, para

---

<sup>3</sup> A palavra alienação se origina da palavra *Alius*, que quer dizer separar. Logo, toda teoria que não reflete a realidade em que estamos inseridos, nos afasta dela. Coloca-nos ilusoriamente em outro mundo que não é aquele que precisamos compreender e transformar, por isso, a música, a novela, os livros de autoajuda etc., que as vezes parecem inofensivos, são vitais para a dominação das pessoas pelo capital e pela ordem estabelecida por ele. A desqualificação da informação é também a desqualificação da consciência (BOGO, 2008, p. 166).

fortalecer a construção deste novo sistema educacional visando sua valorização e reconhecimento em seu espaço. Portanto, como já dizia Ademar Bogo, a Educação do Campo “tem um lugar, tem uma ideologia. Aqueles que dizem que a educação não tem ideologia é porque sabem que isto já é a ideologia” (BOGO, 2008, p. 135).

Segundo Caldart (2008), esta luta Por uma Educação do Campo se consolida em julho de 1998 com a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica no Campo realizada em Luziânia, a qual surgiu por meio da realização do I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília. Nesta Conferência reuniram-se diversos grupos de movimentos sociais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores (MST), a Universidade de Brasília (UnB) a (UNESCO) o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em que o principal objetivo permeava na discussão sobre a realidade camponesa, tendo como ponto de partida o desafio de debater a realidade das escolas no/do campo. Com esse objetivo traçado, se almejava a consecução de políticas públicas para o desenvolvimento do campo. Ao fim do evento, um documento foi elaborado contendo todas as inquietações e proposições para ter uma educação que valorizasse a (s) cultura (s), a (s) identidade (s) do espaço de origem do camponês, Caldart (2004).

Esses momentos significativos para a Educação do Campo, levaram a aprovação em 2002 do primeiro Marco Legal com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1, 2002 do Conselho Nacional de Educação). A aprovação das diretrizes tem significado um avanço para o campo que queremos, um campo onde a escola é espaço fundamental para o desenvolvimento humano.

Além disso, em abril de 1998 cria-se o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). O objetivo do PRONERA, segundo Andrades; Di Pierro (2004, p. 30) é “promover ações educativas nos assentamentos da Reforma Agrária, com metodologias de ensino específicas à realidade sociocultural do campo”, o PRONERA tem como meta a diminuição do analfabetismo no campo, além da formação de professores do campo.

Em 2004, na II Conferência Nacional de Educação do Campo, também realizada em Luziânia, o nome “Por Uma Educação Básica do Campo,” passa a ser “Por Uma Educação do Campo”, indicando que a Educação do Campo estaria se tornando uma luta não somente para educação básica, que envolve o ensino infantil, fundamental e médio, mas também englobando o ensino superior. Até porque, “construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do e a partir do povo que vive no campo como sujeitos destas políticas públicas,

que estamos ajudando a construir, e também do projeto educativo que já nos identifica” (CALDART, 2002, p. 158). Foi também com a II conferência que abriu espaços para a Educação do Campo no MEC. Foi com a preparação e ocorrência dessa Conferência que instituiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Secretaria responsável por estar cuidando da Educação do Campo em seus trâmites principalmente burocráticos. Com a criação da SECAD na segunda Conferência foram construídas muitas propostas de políticas públicas para a Educação do Campo.

Segundo Munarim (2010), a primeira vez que aparece em documento oficial o termo Educação do Campo é no ano de 2008 com a resolução CNE/CEB Nº08 de 28 de abril. Em 2010, teve um outro importante marco legal, que foi o Decreto nº 7.352/2010, e de 2012 em diante muitas conquistas foram obtidas para o fortalecimento da Educação do Campo e o povo camponês. Segundo Molina e Freitas (2011, p.17),

Os avanços conquistados abrangem: obtenção de marcos legais e de programas educacionais destinados a esses sujeitos, inserção do tema na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras e articulação entre os diferentes movimentos sociais e instituições que lutam pela Educação do Campo.

Hoje, a Educação do Campo é reconhecida legalmente e ela tem sido construída em vários espaços seja no assentamento, acampamento, em comunidades diversas, nas universidades. A Educação do Campo é mais que educação para os sujeitos do campo, é a perspectiva, a esperança de permanecer de se fortalecer no seu território que é o campo.

Por isso, que Caldart (2008), explica que a Educação do Campo é conceituada considerando três importantes questões. A raiz da origem da Educação do Campo compõe de Campo – política pública – Educação. Essa tríade marca a existência de contradições, de que campo estamos falando? De que políticas públicas? Para que e quem servem? E qual educação? Para quem? Para que? Portanto, a tríade marca bem de como a Educação do Campo originou, assim podemos dizer que a combinação da tríade e a presença das contradições que surge uma mobilização e pressionamento dos movimentos sociais camponeses. Essa tríade não pode ser analisada separadamente, ao separá-la se desentende, desconhece a Educação do Campo e os seus propósitos.

Há quem prefira tratar a Educação do Campo sem o campo, e claramente os sujeitos que a sustentam, como também aqueles que preferem falar da Educação do Campo retirando a sua dimensão política. E ainda tem aqueles que queriam que a Educação do Campo não passasse de uma pedagogia, ou melhor uma proposta pedagógica, Caldart (2008).

A Educação do Campo é um importante elemento de luta dos camponeses contra os avanços do capital no campo. Dessa forma a Educação do Campo não resolverá os problemas que vivemos no campo, mas ela combinada com os sujeitos e com o conjunto de ações políticas econômicas e culturais tem por objetivo decodificar a realidade em que vivem, denunciando, lutando contra o capital, Caldart (2002).

A materialização da Educação do Campo é a partir das Escolas do Campo. A concepção de Escola do Campo representa uma luta, uma conquista. Portanto, as Escolas do Campo surgem no mesmo contexto de luta contra - hegemônica da Educação do Campo. De acordo com Molina e Sá (2012, p. 326), a Escola do Campo demarca uma diferenciação em relação à expressão Escola Rural, e foi reconhecida a partir das “Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo”, de abril de 2002, expedidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Para as autoras, “as Escolas do Campo no território rural, são fruto do movimento da Educação do Campo”.

Dessa forma, nem toda escola que está no campo, ou que atenda populações camponesas, é de fato uma Escola do Campo. A realidade é que a escola no campo pode se caracterizar como a Escola Rural articulada a danosa Educação Rural, portanto, é a partir da ação coletiva, na “formação dos sem-terra que extraem as matrizes pedagógicas básicas para construir uma escola preocupada com a formação humana, e com o movimento da história” (CALDART, 2009, p.97) e assim que se forja de fato uma Escola do Campo. Como a terra parte da luta dos sujeitos, a escola também deve ser conduzida por esses mesmos sujeitos.

Considerando as matrizes pedagógicas básicas para construção de uma Escola do Campo e ou para transformação de uma Escola Rural em Escola do Campo é preciso mudanças em duas dimensões:

1. Nos modos de produção de conhecimento;
2. Nas relações sociais que ocorrem dentro da escola.

Conforme, afirma Molina (2015), há um desdobramento em ambas dimensões para que ocorra essa transformação: Escola Rural para Escolas do Campo. Segundo Molina (2015), em relação aos modos de produção de conhecimento temos cinco dimensões: 1) tomar a realidade e atualidade como base dos processos de ensino aprendizagem; 2) superar a fragmentação do trabalho manual do trabalho intelectual, 3) trazer o trabalho socialmente útil para dentro da escola, sabendo que o trabalho é a produção material da vida, 4) promover o trabalho interdisciplinar e 5) incorporar os saberes e conhecimentos dos sujeitos camponeses nos processos de produção do conhecimento.

Ainda segundo Molina (2015), nas relações sociais que ocorrem dentro das Escolas do Campo, priorizam-se as seguintes mudanças: promover o trabalho coletivo dos educadores/educandos; a auto-organização dos educandos; a relação da escola com a comunidade: a gestão coletiva da escola; a formação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

A Escola do Campo propõe que o conhecimento não seja compartilhado de forma neutra, ou seja, apresenta propósitos para uma formação crítica pensada coletivamente. Os educandos de uma Escola do Campo não são somente sabedores de conteúdo, ou dominadores de competências e habilidades técnicas. Essas crianças e adolescentes “precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater, duvidar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber articular o pensamento próprio, o sentimento próprio” (CALDART, 2009, p.106).

A escola, passa então a ser de suma importância para os movimentos de luta pela terra, pois a escola é entendida pelo movimento como um instrumento político, por isso não é qualquer escola. A escola no campo e do campo são igualmente importantes. Além de estar no território camponês, é preciso de uma Escola do Campo que ao reconhecer e abraçar a identidade camponesa que a construiu, valoriza essa identidade, ou seja, as crianças, jovens que frequentam a Escola do Campo sintam-se orgulhosos de serem camponeses por conhecerem e reconhecerem em sua história, sua cultura. A Escola do Campo faz o encontro dos sem-terra com a terra, a Escola do Campo mostra a realidade que estão inseridos, os problemas do campo, mas também os prepara para enfrentá-los (CALDART, 2009).

A Escola do Campo, da Educação do Campo está em movimento, refazendo e fazendo sua prática educativa pelo coletivo, a partir da realidade e dentro da história. Hoje, nós temos escolas no campo e do campo em construção, no entanto a consolidação de nossas conquistas também tem exigido lutas, pois como nos coloca Fernandes “temos aprendido que mesmo os direitos mais sagrados são usurpados em nome de um suposto desenvolvimento. Por essa razão nenhuma conquista é garantida sem organização permanente” (2009, p.137).

### 1.2.2. O Agronegócio no Território Goiano

As principais transformações na agricultura mundial e na agricultura brasileira, se deram após a Segunda Guerra Mundial com a Revolução Verde. Segundo Prado Junior (2006),



se antes falava em *Plantation*<sup>4</sup>, a partir da Revolução Verde se fala na produção por *commodities*, ou seja, a evolução dos latifúndios em monoculturas transnacionais denominada de agronegócio.

De acordo com Matos (2010), o termo Revolução Verde foi criado por William Gown, em uma Conferência que aconteceu na cidade de Washington, em 1966. A Revolução Verde começou a dar seus primeiros passos no ano de 1935 quando se percebia uma guerra eminente e de grandes proporções. Essa guerra ameaçava a desarticulação da produção de alimentos pelos principais fornecedores mundiais que eram Estados Unidos, Canadá e Europa. Precisava-se incorporar a América Latina, África e Ásia, já que são regiões propícias para a agricultura. A Revolução Verde ganha força em 1943, quando a vitória dos EUA na Segunda Guerra Mundial já se delineava no horizonte. Estados Unidos, era o grande financiador desse Programa.

A Revolução Verde, repercutiu pelo mundo no final da Segunda Guerra Mundial com a introdução de um conjunto de técnicas para o melhoramento da produção na agricultura, pois acreditava-se que a fome tornar-se-ia um problema futuro. Para Cardoso (2011), foram feitos investimentos nos países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México. Tais técnicas só começaram a apresentar resultados a partir da década de 1960 e 1970, período em que os países estavam consideravelmente aumentando sua produtividade no campo.

No Brasil, a Revolução Verde foi introduzida na época do regime militar, isto é, entre as décadas de 1960 e 1970. Com as mesmas características do restante do mundo, ela sustentou que a agricultura brasileira seria também industrializada. A produção era principalmente de soja e carnes. Foram nos estados do Rio Grande do Sul e na região Centro Oeste que teve a maior produção desses dois produtos para exportação. “Essa expansão se deve as pesquisas que foram sendo desenvolvidas principalmente pela Embrapa” (JANK; NASSAR; TACHINARDI, 2005, p. 16) responsável pelo melhoramento da produção e que foi criada em 1971. Em 1970 também

---

<sup>4</sup> Na colonização do Brasil por Portugal que está a base de formação da estrutura fundiária. Foi nessa época que já inicia o desenvolvimento da agricultura, a de grande escala com a *plantation*. Segundo Prado Junior (2006, p.120) “a *plantation* é a exploração em larga escala, tipo "plantação" (modelo de agricultura dos economistas ingleses que foi adotada pelos portugueses)” que no Brasil se deu a princípio pela produção de cana de açúcar e que foi posteriormente complementada com a pecuária. Os portugueses utilizaram esse modelo não somente para povoar mas principalmente para exploração das terras brasileiras. “Como característica do *plantation* é a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde, por trabalhadores assalariados e toda a produção era exportada para a metrópole” Prado Junior (2006, p.120). É esse modelo a maior herança do colonialismo, o *plantation* que como veremos se transforma a seu modo a tradição agrícola no país. Uma herança imbuída de interesses especialmente comerciais. Foram a partir dos *plantations* que se constitui a produção por *commodities*, ou seja, a evolução dos latifúndios em monoculturas transnacionais denominada de agronegócio.

foi criada a Empresa de Assistência técnica e extensão Rural, (EMATER) que atua em vários estados visando controlar os tipos de culturas, as técnicas de cultivo, de manusear, o solo por exemplo. “A atuação dessa organização, de fato, acaba sendo influenciada direta ou indiretamente pelos centros internacionais” (BRUM, 1987, p. 49).

Na década de 1990, o agronegócio continuou ganhando novos espaços, ainda nessa época o foco estava na superação das dívidas do país e da competitividade. Ao passo que, a produção de alimentos aumentou consideravelmente, não colocado em prática as medidas necessárias para que houvesse uma distribuição igualitária dessa produção. O caso do Brasil mostra que o país aumentou a produção de alimento para o consumo interno em uma proporção menor do que a produção para a exportação entre 1970 e 1985 (OCTAVIANO, 2010). Dessa forma, o país se torna um grande exportador, porém com boa parte de sua população desprovida de alimentação básica, dentre outros recursos necessários para o bem estar social. Portanto, o país beneficiado não é exatamente o que produz, mas quem está no comando dessa produção, quer sejam os grupos econômicos internacionais, os produtores capitalistas que comandam os países emergentes. Também,

A Revolução Verde serviu de carro-chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas, etc. sem dúvida, uma forma inteligente de os grupos econômicos internacionais realizarem a expansão de suas empresas e de seus interesses com extraordinária rapidez e eficiência (BRUM, 1987, p. 49).

O Brasil, é um país de grande extensão territorial, mas desde a época da colonização permanece a desigualdade principalmente do acesso à terra. Entre mudanças de regime e de governos, a realização de Reforma Agrária ainda é uma esperança de muitos. Até a década de 1950 os governos brasileiros eram os próprios latifundiários, o que impedia uma Reforma Agrária. Fernandes (2015) afirma ainda que

Latifundiários, agronegócio, e governos pós década de 1950, se uniram em defesa do modelo hegemônico, baseado também na concentração fundiária. Portanto, não será dos atuais governos ou do agronegócio que sairá uma política de Reforma Agrária, que possibilite a emancipação do campesinato (FERNANDES, 2015, p. 164).

O governo só tem cumprido o papel de regularização e compra dessas terras para as famílias camponesas. Assevera Fernandes (2001, p.136), “se as famílias não ocuparem a terra, não há assentamento”. E mais, quando a terra é desapropriada o governo paga essas terras ao latifundiário, muitas vezes é um valor tão maior que este consegue obter terras ainda mais extensas. Portanto, a Reforma Agraria, é uma política que o governo tem falado que faz, mas o

que está se fazendo é outra coisa. “Reforma agrária é desapropriação. É ação do Estado e não política de mercado” (FERNANDES, 2004, p. 165).

Fernandes; Wech; Gonçalves (2012) reforçam que falar em Reforma Agrária, num país em que o índice de Gini ultrapassa 0,8, é falar numa dívida histórica com aqueles que sonham, que tem esperança de um dia conseguir conquistar seu pedaço de chão. Por isso, que no Brasil em final dos anos 1990 e início dos anos 2000, este termo Agronegócio significou uma tentativa de dar um ar de modernidade as velhas práticas da agricultura capitalista. O agronegócio traz impactos para além da esfera social.

Até o início da industrialização capitalista, a humanidade se alimentava com cerca de mil e trezentos tipos de vegetais. Esses foram diminuindo e chegamos agora a ter apenas trinta destes e 5 são mais usados: trigo, milho, arroz, feijão e soja (BOGO, 2008, p. 139).

Andrades & Ganimi (2007), complementam dizendo que o solo é muito afetado pelo processo de modernização da agricultura, seja com a utilização do agrotóxico, a retirada da vegetação, que deixa o solo sem sua proteção, o que acentua o processo erosivo recorrente da intensidade da chuva com o solo exposto. Rosa (1998, s/p, apud Andrades & Ganimi, 2007), mostram impactos na água seja por agrotóxicos, por irrigação, já que o uso indevido altera o ciclo hidrológico natural como o alagamento no solo que o deixa encharcado e causa a perda da sua fertilidade, a salinização do solo que ocorre pela elevação do nível do lençol freático à superfície, transportando os sais minerais do interior do subsolo.

Importa destacar que o Cerrado, bioma na qual está localizada a Mesorregião Leste Goiano, de uma forma ou outra, depois da Revolução Verde, ficou responsável por boa parte da produção do país, sendo que o Estado quem auxiliou através de políticas públicas a transformar o Cerrado em grande área de cultivo para o agronegócio com ênfase na soja (SOUZA, 2003).

É importante ressaltar ainda, que o Cerrado não era valorizado como é hoje na agricultura. Antes, a visão que havia do Cerrado, era de uma região particularmente inóspita, pobre, sem maiores prodígios para plantações ou mesmo para pecuária. As primeiras explorações econômicas no Cerrado se deram no século XVIII, com os mineradores e, posteriormente com os agropecuaristas. Porém, o Cerrado não chamava atenção, havia uma visão de preconceito e de “desprezo” pelo Cerrado e o que também influenciava para esse desprezo era da vida que estava instaurada no Cerrado, uma vida com símbolos do gado bovino, na enxada e na pequena roça (PELÁ; CASTILHO, 2010)

Portanto, antes para o grande produtor capitalista, o Cerrado era a “Região do pau torto”, “lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude”, “região letárgica”, “sertão inóspito”, “espaço opaco e vazio”, “floresta de cabeça para baixo”. (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 15). Por isso que, a princípio a agricultura em grande escala se desenvolveu principalmente nas regiões do sul e sudeste do país. Mas, estas terras sofriam um processo de esgotamento e por isso redirecionaram a produção para novas áreas com a consequente expansão agrícola.

Essas novas áreas incluíam o Cerrado, que devido ao seu solo ser bastante ácido, inicialmente foi pouco proveitoso, mas com o tempo, a Revolução Verde apoiado pela criação de políticas públicas desenvolveu medidas para correção do solo, tornando o favorável para cultivos, principalmente de soja atualmente, e principalmente em terras que antes era da agricultura camponesa.

Foi a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), quem possibilitou a produção extensiva da soja, a partir do desenvolvimento de técnicas para o melhoramento no solo, bem como de sementes de soja imunes a pragas, adaptadas ao clima. “É o Cerrado do Império da Soja ampliando a desigualdade social e, que cada vez mais, distancia o homem da sua natureza física, emocional, espiritual, cultural”. (GRATÃO, 2008, p 470).

Foi através dos incentivos fiscais, o crédito agrícola, subsídios a exportação, com investimento na infraestrutura, eletrificação rural, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas, construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas e políticas públicas que a grande agricultura se desenvolveu tanto no Cerrado. Quanto as políticas públicas teve em 1970 a II PND<sup>5</sup>(Plano Nacional de Desenvolvimento), o

---

<sup>5</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), foi um dos programas governamentais que tinham por objetivo integrar as regiões brasileiras, tal refletiu na época da ditadura militar. No PND continha metas direcionadas para o Cerrado com o desenvolvimento de uma agricultura de exportação o que estaria contribuindo para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Dentre as políticas do PND estão o PADAP que foi criado em 1973, tendo iniciado especificamente em Minas Gerais. Mas o PADAP marca sua importância por ser neste programa que inicia o sistema cooperativista na modernização agrícola no Cerrado que posteriormente se acrescenta em políticas como o PRODECER e o POLOCENTRO. Tanto o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba); o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados); e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) tiveram como principal função fornecer crédito, assistência técnica e remoção do obstáculo para imigrantes e excluiu os sujeitos locais, que foram eliminados, venderam suas terras aos produtores que tinham ou estavam beneficiados com o capital. Também o PNPB (Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustível) instituído em 2004 e que teve a função de incentivar por meio do argumento da sustentabilidade e da inclusão social e melhoramento no quadro econômico dos pequenos proprietários a partir da produção de oleaginosas como de soja por exemplo. “A soja em Goiás é produzida em diferentes escalas de produção, inclusive em unidades camponesas, tanto para a demanda da comercialização de grãos, insumo para a produção de ração e produção combustível vegetal” (CALAÇA, 2014, p. 03).

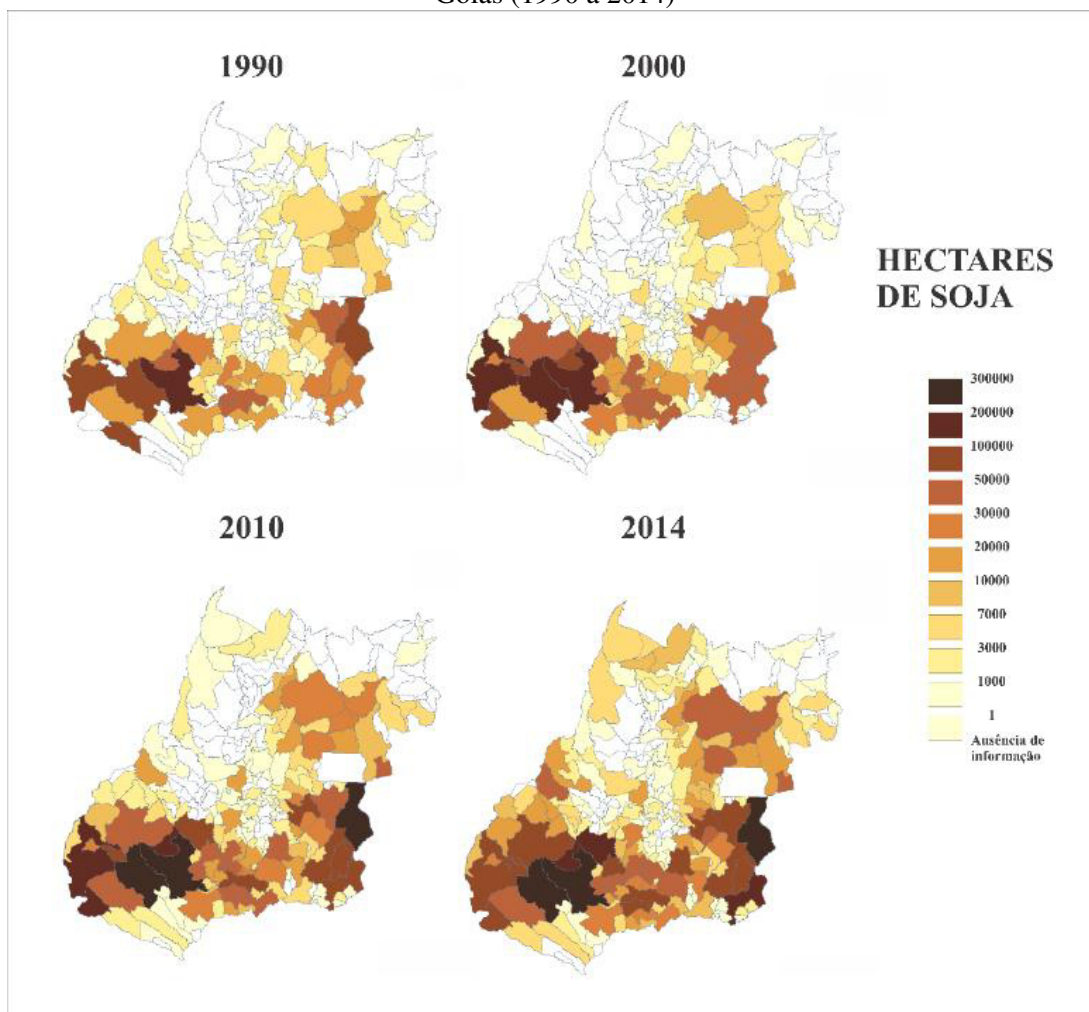
que estimulou tanto a ocupação como o desenvolvimento econômico por meio da agricultura extensiva.

Considerando os incentivos do Estado na produção de cultivos de soja, sorgo, milho, cana de açúcar, feijão e na pecuária, é que hoje é possível compreender como o agronegócio se expandiu pelo Goiás. É importante constatar que em algumas mesorregiões do estado já existe um agronegócio forte e consolidado, considerando os mapas que foram elaborados no programa PHILCARTO sobre a distribuição de culturas em toneladas produzidas.

Os dados em toneladas dos cultivos produzidos são representados em mapas que cumprem o propósito de perceber como tem se comportado o território do agronegócio no estado de Goiás. Os dados foram conseguidos entre os anos de 1990 até 2014, (não foi conseguido ano anterior a 1990 porque não foi disponibilizado no site do IBGE). Para este trabalho são apresentados os dois principais cultivos que se expandiram na mesorregião Leste de Goiás que são a soja e o sorgo. Milho, cana de açúcar, feijão e pecuária se expandiram na Mesorregião Leste Goiano mas não foram com a mesma intensidade. E o grão que mais tem retrocedido em quantidade produzida é o arroz.

Assim, o que podemos perceber em relação a soja na figura 1, é que a mesma já se apresenta forte na década de 1990 na mesorregião sul goiano, e que no ano de 2000 em diante esse cultivo fica ainda mais preponderante na mesorregião sul (a coloração fica mais forte), contudo, se expande nas demais mesorregiões e essa expansão é principalmente na Mesorregião Leste Goiano.

**Figura 1:** Distribuição espacial da área colhida de produção de soja, por município, do estado de Goiás (1990 a 2014)

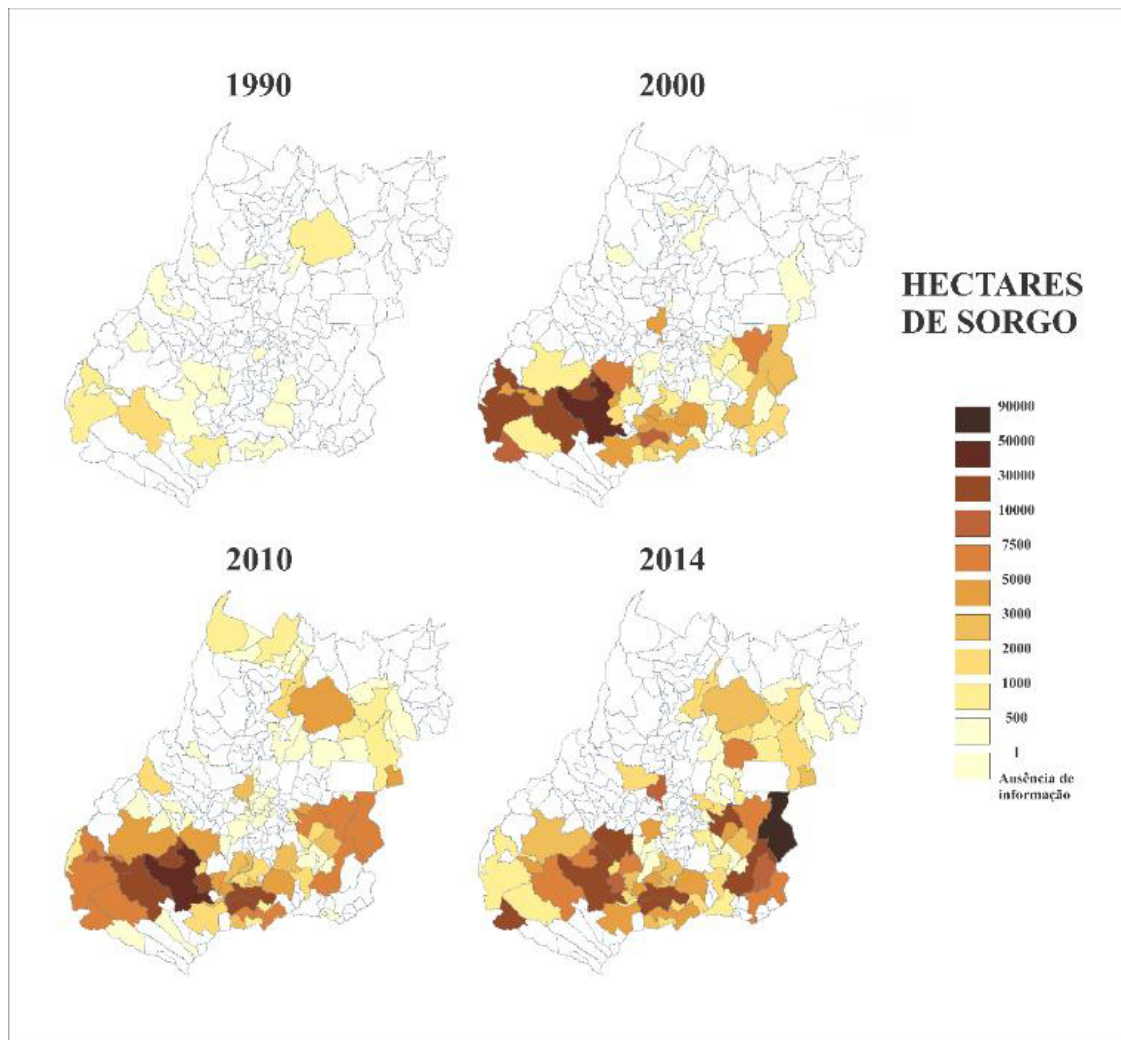


Fonte: IBGE cidades

Organização: Marcelo Lopes Pereira Junior, 2016

Na figura 2, conseguimos também visualizar esse fenômeno da expansão do sorgo. Se em 1990 o sorgo apresenta fracamente em todo o estado de Goiás, nas décadas seguintes a produção de sorgo intensifica especificamente nos municípios da mesorregião sul goiano e também na Mesorregião do Leste Goiano.

**Figura 2:** Distribuição espacial da área colhida de produção de sorgo, por município, do estado de Goiás (1990 a 2014)

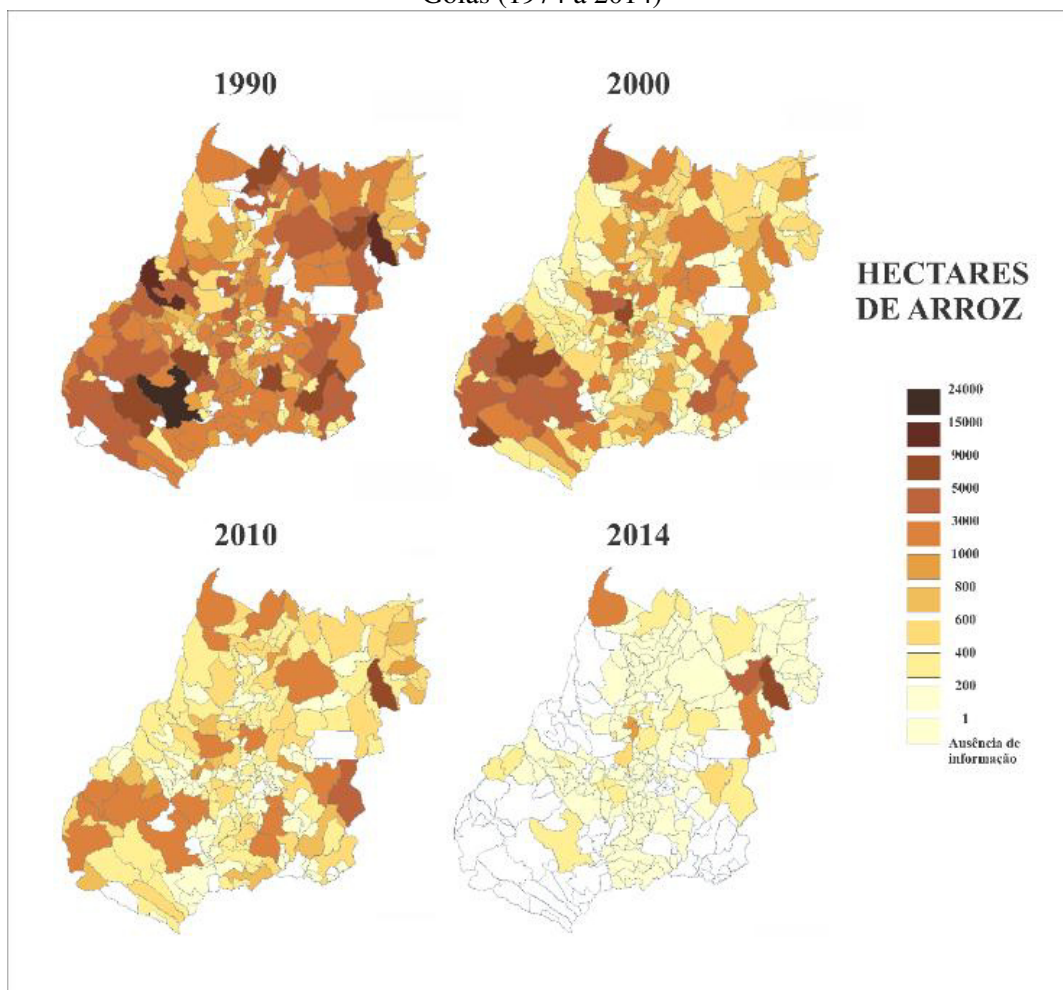


**Fonte:** IBGE cidades

**Organização:** Marcelo Lopes Pereira Junior, 2016

Ao mesmo tempo que ocorre a expansão da soja, do sorgo e outros cultivos que já foram citados, verifica-se a redução da produção de arroz na figura 3, uma vez, que o arroz é uma produção tradicional do campesinato goiano.

**Figura 3:** Distribuição espacial da área colhida de produção de arroz, por município, do estado de Goiás (1974 a 2014)



**Fonte:** IBGE cidades

**Organização:** Marcelo Lopes Pereira Junior, 2016

De acordo com Calaça (2014, p. 06), “A expansão das lavouras comerciais, associado a outros fatores, implicou em refluxo das lavouras destinadas ao abastecimento interno e ao autoconsumo, base de sustentação da unidade de produção camponesa”. Essa redução nada mais é do que uma consequência do agronegócio que subordina o campesinato, retirando sua autonomia no processo produtivo, bem como influencia na expulsão do campesinato, expandindo diretamente os territórios do agronegócio.

O próximo capítulo, traz os desafios e caminhos percorridos para realização desta pesquisa bem como a apresentação dos territórios e as escolas fechadas destes territórios. Entendendo que as escolas no campo e do campo são uma afronta para o agronegócio, portanto, não é por acaso que elas têm sido fechadas, já que a escola no e do campo dá possibilidades para a construção de uma Educação do Campo que tem como um de seus princípios desvendar a realidade e valorização da identidade camponesa.



## CAPÍTULO II

### 2. OS CAMINHOS DA PESQUISA: TERRITÓRIOS, SUJEITOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

#### 2.1 Os Desafios e Êxitos no Passo a Passo da Construção da Metodologia da Pesquisa

Esse trabalho dependeu de um momento que concerne ainda no projeto de pesquisa realizado na UEG, na qual a pesquisadora participou, intitulado “Dicotomias e Territórios em Disputa no Fechamento de Escolas no Campo do Estado de Goiás” coordenado pela professora Francilane Eulalia de Souza. O número de escolas no campo e outras características referente a esta em Goiás e especificamente na Mesorregião do Leste Goiano foi levantado nos sites de órgãos Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação).

A princípio, a pesquisa abarcava todos os municípios da Mesorregião Leste Goiano, posteriormente foi considerado 16 dos 32 municípios da mesorregião Leste. No processo de lapidação da metodologia e mesmo da problemática que sentiu dificuldade de abarcar os 16 municípios já que cada município variava no número de escolas fechadas, sendo uns para mais outros para menos. Em cada escola fechada consideraríamos a entrevista e roda de conversa, com os sujeitos (pais, educandos, professores, lideranças da comunidade, ex- gestor, ex- funcionário da escola, Secretário de Educação) seria muitos dados, muitas informações para serem coletadas e posteriormente analisadas considerando ser um trabalho de dissertação com tempo determinado de dois anos. Vimos que mesmo se houvesse alguém que estivesse acompanhando e ajudando nas entrevistas e rodas de conversas, depois seria um número muito grande de entrevistas e rodas de conversas para serem transcritas e analisados pela pesquisadora pelo número de municípios, vezes o número de escolas, vezes os sujeitos desse trabalho. Por essas razões principalmente, que foram estudados e considerados critérios para seleção de municípios da Mesorregião Leste Goiano, dentre estes critérios estão:

- O total de escolas no campo do município estar com percentual acima de 50 % de escolas fechadas. No quadro 2, está organizado o número de escolas e a porcentagem de escolas fechadas por município.

**Quadro 2:**Quantidade de escolas fechadas por município da Mesorregião Leste Goiano

Cidade	Número de escolas em 2007	Nº de Escolas Fechadas de 2007 até 2014	Porcentagem de Escolas Fechadas
Abadiânia	10	9	90,0%
Água Fria de Goiás	9	5	55,6%
Águas Lindas de Goiás	4	1	25,0%
Alexânia	8	2	25,0%
Alvorada do Norte	4	2	50,0%
Buritinópolis	4	3	75,0%
Cabeceiras	3	0	0,0%
Cidade Ocidental	2	1	50,0%
Cocalzinho de Goiás	7	5	71,4%
Corumbá de Goiás	11	6	54,5%
Cristalina	11	1	9,1%
Damianópolis	5	6	120,0%
Divinópolis de Goiás	5	1	20,0%
Flores de Goiás	15	4	26,7%
Formosa	21	4	19,0%
Guarani de Goiás	7	2	28,6%
Iaciara	3	0	0,0%
Luziânia	11	1	9,1%
Mambaí	2	1	50,0%
Mimoso de Goiás	7	2	28,6%
Novo Gama	3	2	66,7%
Padre Bernardo	15	2	13,3%
Pirenópolis	23	12	52,2%
Planaltina	15	3	20,0%
Posse	23	8	34,8%
Santo Antônio do Descoberto	9	6	66,7%
São Domingos	9	1	11,1%
Simolândia	10	4	40,0%
Sítio D'Abadia	6	3	50,0%
Valparaíso de Goiás	2	2	100,0%
Vila Boa	3	2	66,7%
Vila Propício	6	2	33,3%

**Fonte:** INEP/Informações Estatística/Indicadores Educacionais**Organização:** Cássia Betânia Rodrigues dos Santos, 2016

- Considerar a diversidade econômica dos municípios, ou seja, desde os municípios que produzem economicamente para o agronegócio aos de base econômica não voltada ao agronegócio. (É importante colocar ainda que foram selecionados critérios para as escolas dos municípios e foi a partir desses critérios que ajudaram na seleção dos 16 municípios).
- Escolas que tiveram maior número de educandos matriculados em seu último ano de funcionamento. Esse dado foi importante considerar porque quanto maior o número de educandos atendidos pela escola maior impacto na comunidade, também mais probabilidade de encontrar os sujeitos da pesquisa.
- Escolas que foram fechadas a partir de 2010. Essas escolas são mais recentes, ou seja, um tempo que não compromete tanto nas lembranças da comunidade.
- Escolas que ofereceram mais níveis de ensino (creche, infantil, Fundamental I e II, ensino médio e EJA), pois quanto mais níveis de ensino a escola trabalhava, mais possibilidades de captar diferentes visões (desde a criança da Pré-escola até o idoso da EJA) sobre a instituição.

Os municípios para pesquisa a partir destes critérios foram Abadiânia, Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás, Vila Boa, Mambaí, Damianópolis, Sítio D' Abadia e Santo Antônio do Descoberto. A pesquisa de campo nestes municípios ocorreram dentre os dias 05 a 19 de setembro. No quadro 3, é possível visualizar os municípios e as escolas pesquisadas em cada um deles, bem como a quantidade de educandos que havia no último ano de funcionamento das escolas fechadas.

**Quadro 3:** Escolas selecionadas nos municípios da pesquisa

Município	Nome da Escola	Ano de Fechamento da Escola	Quantidade de Educandos	Níveis de Ensino
Abadiânia	Escola Municipal Barro Amarelo	2012	21 Educandos	Fundamental I
Damianópolis	Escola Municipal Povoado Boa Esperança	2010	25 Educandos	Fundamental I e II
Pirenópolis	Escola Municipal José Ferreira Duarte	2012	15 Educandos	Pré-Escola Fundamental I
Cocalzinho de Goiás	Escola Municipal Lagoa Do Pato Selvagem	2012	12 Educandos	Fundamental I
Santo Antônio do Descoberto	Escola Municipal M. Rural Farroupilha	2010	39 Educandos	Fundamental I e II

Sítio D'Abadia	Escola Municipal Profa. Sebastiana Rodrigues da Silva	2013	38 Educandos	Pré-Escola Fundamental I
Mambaí	Escola Municipal Povoado Vila Nova	2011	11 Educandos	Fundamental I
Vila Boa	Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza	2010	32 Educandos	Fundamental I

**Fonte:** INEP e FNDE

**Organização:** Cássia Betânia Rodrigues dos Santos, 2016

Como técnicas de pesquisa, foram utilizadas a entrevista e a roda de conversa. A entrevista é um instrumento de pesquisa em que pesquisador e pesquisado estabelece um diálogo. Na entrevista semiestruturada não existem perguntas prontas, mas perguntas que podem e também não podem ser feitas, dependerá da necessidade do momento que é feita a conversa (SZYMANSKI, 2008). A entrevista ajuda muito em qualquer pesquisa principalmente aquela de caráter qualitativo. E com certeza ela é importante principalmente quando associada a outra instrumento como a roda de conversa.

A roda de conversa foi um instrumento escolhido por esse trabalho se caracterizar como de natureza qualitativa, e que exige adentrar no mundo dos significados, nesse caso mais nas percepções e ações humanas, o que não é possível de explicar somente com número e equações. Assim, a roda de conversa é um instrumento importante para compreender nosso objeto de estudo que se dá pelo entendimento que os indivíduos atribuem ao fechamento de escolas. Portanto, a roda de conversa possibilita criar um espaço de diálogo e interação entre os sujeitos.

Segundo Moura e Lima (2014), a roda de conversa é uma forma de conseguir informações a partir da inserção do pesquisador como sujeito da pesquisa pela participação indireta na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão. A roda de conversa, dá a oportunidade de os sujeitos se ouvirem e ouvirem uns aos outros, concordarem ou discordarem.

As rodas de conversa foram realizadas somente com os educandos e as entrevistas foram realizadas com pais; ex- gestores; professores; lideranças das comunidades; ex-funcionários das escolas, secretários (as) de educação dos municípios. Ao todo foram 38 pessoas entrevistadas e 08 rodas de conversa que variou de 2 até 6 pessoas na roda. É orientado que as rodas tenham no mínimo 3 pessoas e no máximo cinco pessoas. Por isso, afirmamos que não conseguimos estabelecer esse número em todas as rodas. A roda que teve menos de 03 educandos foi em Vila Boa e se deveu a esses educandos não se encontrarem mais no território. Tiveram rodas que foram organizadas com ajuda dos pais que foram entrevistados. Foi nesse

primeiro momento que além da entrevista foi também feito o convite e pedido de permissão dos pais e ou responsáveis para que acontecesse a roda de conversa com seus filhos/parentes menores de idade. Assim, explicou-se como e porque, e com quem seria feita a roda de conversa. Também foi pedido nesse momento sugestão aos pais de onde poderia ocorrer a roda.

Na roda de conversa, assim, como na entrevista, foi importante situar sobre o trabalho. Mais que na entrevista, a roda de conversa foi trabalhado principalmente com crianças e adolescente, portanto, preparamos uma fala inicial sobre a escola no campo e qual era o objetivo do trabalho com a escolas que eles estudaram.

No quadro 4, é possível visualizar a quantidade de sujeitos que contribuíram para as entrevistas quanto para as rodas de conversas, por município.

**Quadro 4:** Quantidade de sujeitos que participaram da pesquisa por município

Sujeitos	Abadiânia	St. Antônio	Pirenópolis	Cocalzinho	Vila Boa	Mambaí	Damiánópolis	Sítio d'Abadia	Total
Pais e responsáveis de Educando	2	1	2	2	2	2	1	1	13
Funcionários	1	0	1	2	1	0	1	1	7
Gestor	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Professor	1	1	1	0	1	2	1	1	8
Líder do Assentamento	1	0	0	0	0	0	1	0	2
Secretária de Educação	1	1	1	1	1	1	1	0	7
Educandos	6	3	4	5	2	3	6	4	33

**Organização:** Cássia Betânia Rodrigues dos Santos, 2016

Contudo, é importante colocar que antes de sair a campo e encontrar os sujeitos e mesmo de chegar a escola selecionada, a pesquisadora buscou localizar os sujeitos dos municípios selecionados que conheceriam, tinham ligação, ou poderiam passar alguma informação sobre outros sujeitos que conheciam ou tiveram alguma ligação com a escola fechada.

A princípio, a pesquisadora pensava encontrar esses caminhos pela Secretaria de Educação do município. Planejava fazer a entrevista com o Secretário de Educação e posteriormente ter com este, informação sobre como chegar aos demais sujeitos que tiveram uma ligação mais direta com a escola. No entanto, era muito incerto essa possibilidade já que o fechamento de escolas em se tratando da Secretaria, acaba sendo um assunto muito delicado

para ser informado e estudado. Por isso, a pesquisadora buscou as redes sociais que é uma forma um pouco demorada, mas mais garantida.

Desse modo, foram enviadas centenas de solicitações de amizade pelo facebook conjuntamente com uma mensagem para as pessoas. Para a mensagem a pesquisadora estudou as palavras que poderiam utilizar, pois já via também a possibilidade de não ser respondida por essas pessoas não conhecerem a pesquisadora, e mesmo pensarem ser algum vírus de computador. Quanto a mensagem correspondeu as seguintes palavras:

*“Bom dia/Boa noite. Tudo bem com o senhor (a)? Meu nome é Cassia, sou pesquisadora na UnB e estou fazendo uma pesquisa sobre o fechamento das escolas. E soube da Escola (...) O senhor (a) conhece? poderia me ajudar com alguma informação?”*

*“Bom dia/Boa noite. Tudo bem com o senhor (a)? Meu nome é Cassia, sou pesquisadora na UnB e estou fazendo uma memória das escolas que não estão funcionando mais. E soube da Escola (...) O senhor (a) conhece? poderia me ajudar com alguma informação?”*

Foi um trabalho que exigiu muita paciência e horas de dedicação. Mesmo assim, de centenas de pessoas, não foram muitas que corresponderam a mensagem enviada. Foi uma tática interessante de ser feita, uma vez que foi conseguida uma e até mais de uma pessoa em cada município, o que já não deixaria a pesquisadora tão perdida no momento em que estivesse a campo nos municípios, sem saber quem procurar, em saber da localização da escola. As pessoas que corresponderam as mensagens foram tanto as que somente conheciam a escola, as que tiveram alguma ligação com a escola (pai, aluno, professor), também foram contatadas pessoas que conhecia alguém que trabalhou/estudou na escola, e pessoas que sabiam de outras pessoas que poderiam ajudar de alguma forma na pesquisa a campo. Quando conseguia falar pelo facebook, a pesquisadora compartilhava seu número de telefone para que a pessoa pudesse manter contato. Algumas, no entanto, preferiram não entrar em contato a partir do telefone por receio em não conhecer a pesquisadora. Outras simplesmente sumiam e a pesquisadora tinha que começar a procura por outros que pudessem lhe ajudar.

Embora as dificuldades, foi conseguido nos oito municípios pelo menos uma pessoa que pudesse ajudar de alguma forma. Por isso a pesquisadora considera que os contatos que foram conseguidos, e que se sentiu à vontade em ajudar na pesquisa foram importantes de alguma forma. A partir desses primeiros contatos, que foi conseguido encontrar os demais sujeitos da pesquisa quer sejam (pais, professores, funcionários, educandos da escola).

Tiveram uma quantidade de sujeitos que negaram a participação na entrevista e na roda e isso se deve ao fato de a pesquisa a campo também ter culminado justamente em época eleitoral dos municípios. Foram pais e assim também os educandos, os professores, funcionários que não quiseram participar de forma alguma nesse trabalho. Um professor em Mambaí chegou a dizer

*Olha se você tivesse vindo um pouco mais cedo talvez eu até te ajudava, mas agora fica difícil.* Fala obtida em entrevista com ex- professor da escola.

Explicamos para estes sujeitos, que se tratava de um trabalho acadêmico, que não tinha nenhum vínculo político partidário, explicamos ainda que não havia identificação do entrevistado no trabalho, foi apresentado a documentação como estudantes, mas nada adiantou. Medo de perder o contrato, o emprego, de criar rixas políticas influenciaram as pessoas a dizer “não”, a ficarem alteradas/nervosas somente com nossa presença.

Para compreender o processo de fechamento das escolas na Mesorregião Leste Goiano através das entrevistas e rodas de conversas realizadas, seria a princípio, utilizado somente a análise de conteúdo. Na análise de conteúdo o pesquisador tem que organizar as falas obtidas nas gravações, transcrevendo-as primeiro, para posteriormente ler e reler e perceber as categorias principais, Richardson et al (2007, p.222).

É com a organização por categorias ou temas que é possível do pesquisador analisar as falas dos sujeitos. As categorias de análise são criadas conforme os objetivos e questões feitas durante a pesquisa e que são percebidas no material obtido que nesse trabalho se deu pelas rodas de conversa e pelas entrevistas. As categorias de análises que dizem respeito as consequências do fechamento da escola são as seguintes:

- Consequências sociais – Em relação as consequências sociais temos primeiramente o analfabetismo, concentrada no campo por ser pouco o número de escolas e em certos casos de difícil acesso. Também a evasão de estudantes do campo que passam a morar na cidade; também o transporte, que gera cansaço, incômodos como a poeira, fome, horas na estrada já que o transporte quebra, além de problemas respiratórios; pouco rendimento na sala de aula e muita preocupação dos pais pois acidentes acontecem na estrada, acidentes a caminho do ponto de ônibus, e de dias sem aula por falta de ônibus.
- Consequências políticas – Em relação as consequências na esfera política temos o enfraquecimento da comunidade camponesa no enfrentamento político para conquista de direitos. Esse enfraquecimento ocorre devido à falta de organização, de reuniões da comunidade, dos sindicatos, cooperativas, momentos que geralmente ocorreriam na escola. O

rompimento de palestras de órgãos públicos ou particulares que com temas relacionados a saúde, agricultura também poderiam ocorrer na escola, haja visto que a escola tem a capacidade de mobilizar a comunidade.

- Consequências econômicas – Em relação a esfera econômica tem o êxodo rural que muitas vezes é impulsionado pela falta de escolas no campo. A expulsão do campesinato causa grande perda para a comunidade e significa pouco desenvolvimento. A comunidade tende a ficar cada vez mais envelhecida, e a economia tende a estagnar até a comunidade desaparecer.
- Consequências culturais – Desvinculamento das crianças e adolescentes do convívio familiar. Os momentos de lazer dos jovens, e mesmo da comunidade que são quebrados como os jogos de futebol por exemplo, as festas de datas comemorativas. Isso provoca também a desunião da comunidade que passa a não se encontrar mais. Também tem o preconceito e a discriminação que os jovens do campo sofrem quando saem para estudar na cidade. Infelizmente ainda predomina uma concepção de que o urbano se põe superior ao campo, e a hierarquização que é produzida acaba atingindo diretamente o processo educacional. Com a inexistência de escola no campo para a comunidade camponesa, significa desvalorização do território, não existe movimento e transformação.
- Consequências ambientais – como este trabalho aborda sobre dois modelos de campo, um do campesinato e outro do agronegócio, quando este último modela e reterritorializa no campo do campesinato a comunidade sente os impactos dentre eles o enfraquecimento dos nutrientes de solo e a diminuição da água.

Sobre as categorias de análises, referente aos argumentos justificados pelo Estado para o fechamento da escola foram:

- Numéricos – O número reduzido de crianças é o argumento mais utilizado para o fechamento da escola, uma vez que é considerado custos para a prefeitura que poderiam ser evitados. Eles determinam um número de 15 alunos por sala caso contrário é preciso estar fechando a escola.
- Ideológicos – O Estado tem empregado as justificativas anteriores para fechar as escolas, mas além destes ele reforça que foi a comunidade quem preferiu fechar a escola, porque a escola da cidade é melhor.
- Qualificação Docente – também é colocado a falta de professores qualificados para trabalharem na escola e falta de professores que queiram sair da cidade para trabalhar no campo. Devido não ter nem um nem o outro, acaba que por fechar a escola. Não somente a falta mas o



excesso de professores e funcionários tem sido argumento para o fechamento da escola no campo.

- Burocráticos – a falta de documentação da escola também é outro argumento para fechar a escola uma vez que sem os documentos não é possível provar a existência da escola.

Mas, além da análise de conteúdo, também foi necessário utilizar a análise de discurso, já que algumas falas estão imbuídas de ideologias, e portanto, o pesquisador tem que interpretar a aparência das falas para alcançar a essência dessas. A análise de discurso compreende as “diferentes perspectivas de mundo, associadas a diferentes relações que as pessoas estabelecem com o mundo e que dependem de suas posições no mundo e das relações que estabelecem com as pessoas”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 70)

Segundo Mendes e Silva (2005), todos os discursos são ideológicos, mas existe diferença quando este parte da consciência autônoma do indivíduo, pois não é uma falsa consciência, daquele que é uma falsa consciência, implantado ali por algum argumento. Considerando a análise de discurso, que pretende principalmente entender a relação Estado para com o fechamento das escolas e como elas refletem na visão e na realidade da comunidade. Foi necessário nesse trabalho uma análise minuciosa sobre o discurso das pessoas, pois o que elas dizem podem estar deformando uma realidade, imbuídas de conteúdos inconscientes, uma ideologia de interesses. Assim, a análise de conteúdo e a análise de discurso possuem dois focos distintos, mas que nesse trabalho são complementares, para uma análise mais aprofundada do processo de fechamento das escolas no campo do Leste Goiano.

## 2.2 Do Território aos Territórios da Pesquisa

O estado de Goiás comporta 246 municípios agrupados em cinco mesorregiões<sup>6</sup>, nessas cinco mesorregiões estão organizados 18 microrregiões<sup>7</sup>, cada qual com suas semelhanças e diferenças. Os municípios da pesquisa estão somente na Mesorregião do Leste Goiano e nas microrregiões do Vão do Paranã e Entorno do Distrito Federal. A microrregião do Vão do

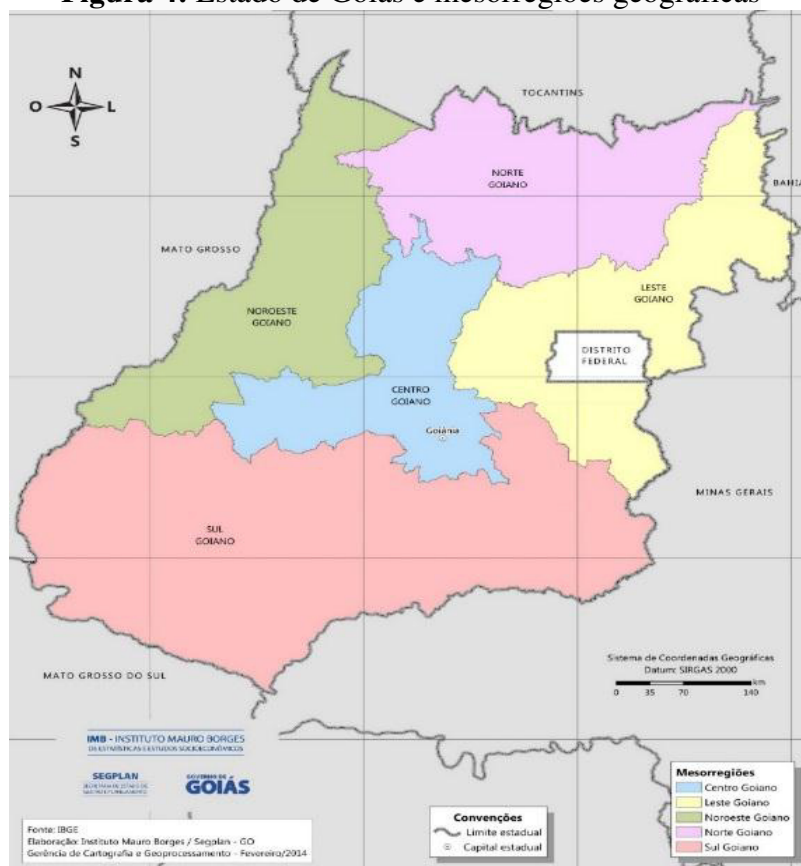
---

<sup>6</sup> De acordo com o IBGE (2010) a mesorregião é uma subdivisão que há nos estados brasileiros. Portanto cada estado tem seus municípios subdivididos considerando as similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões.

<sup>7</sup> Ainda segundo o IBGE (2010) a microrregião é, o conjunto de municípios que são limítrofes. A finalidade é facilitar tanto na organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei estadual. Porém o termo é muito mais conhecido em função de seu uso prático pelo IBGE que, para fins estatísticos. Atualmente o Brasil possui 558 microrregiões. Tais regiões são subdivisões das mesorregiões que são 137. Em Goiás há 18 microrregiões.

Paraná é composta por 20 municípios e a microrregião do Entorno do Distrito Federal são 12 municípios. Ao todo, a Mesorregião do Leste Goiano (correspondente a coloração amarela na figura 4) abrange 32 municípios<sup>8</sup> e sua área corresponde a 55.520,399 km<sup>2</sup>. Na microrregião do Paraná fizeram parte da pesquisa os municípios Vila Boa, Damianópolis, Mambaí e Sítio d'Abadia. Na microrregião do Entorno do Distrito Federal os municípios Pirenópolis, Cocalzinho de Goiás, Abadiânia, Santo Antônio do Descoberto.

**Figura 4:** Estado de Goiás e mesorregiões geográficas



Fonte: SEPLAN.

Disponível em: <http://goo.gl/058LAK>

Acessado em: 24 de Jun. de 2015

É interessante assinalar, sobre a produção no campo dos municípios da pesquisa. Segundo dados emitidos em 2015 pelo IBGE cidades, os municípios de Abadiânia tem concentrado principalmente na produção do eucalipto soja e aves. Cocalzinho de Goiás tem

<sup>8</sup> No Vão do Paraná são Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos, Simolândia e Sítio d'Abadia. A microrregião do Entorno do Distrito Federal envolve 12 municípios sendo eles, Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa, Vila Propício.

produzido eucalipto, soja e a pecuária e Sítio d'Abadia tem produzido principalmente soja e a pecuária. Damianópolis e Vila Boa principalmente a pecuária, cana de açúcar e milho. E vale ressaltar que em Vila Boa possui a Usina Companhia Bioenergética Brasileira que incentiva a plantação de cana de açúcar.

Mambai e Santo Antônio do Descoberto, concentram-se na pecuária. E somente Pirenópolis que tem dedicado a produção de rochas ornamentais e a pecuária extensiva. É interessante observar que em Pirenópolis, também há fazendas que apropriam da natureza para gerar capital por meio da atividade turística, são fazendas que viram pousadas, hotéis, lugar para fazer trilhas, contemplar as belezas naturais.

O que contrasta nos municípios selecionados nas duas microrregiões são o fato de serem municípios pequenos, com a população concentrada na cidade, são municípios pouco desenvolvido, e economicamente dependente da agropecuária extensiva. Os camponeses que ainda persistem no campo destes municípios, possuem carência em recursos mais básicos como saúde e educação.

Ainda, os oito municípios que integraram a pesquisa (Abadiânia, Pirenópolis, Cocalzinho, Santo Antônio do Descoberto, Mambaí, Vila Boa, Damianópolis e Sítio d'Abadia) foi estudado uma comunidade e uma escola no campo fechada e a qual veremos nas próximas páginas.

### 2.2.1. O território em Abadiânia

No município de Abadiânia, foi estudado o território do Assentamento Barro Amarelo. O Assentamento Barro Amarelo possui 32 famílias assentadas. É um assentamento em que as famílias se inseriram no comércio, por isso é bastante recorrente bares, pequenos mercados e restaurantes. As famílias que não recorreram ao comércio estão inseridas no trabalho das fazendas que estão no entorno, principalmente como vaqueiro. Também é um assentamento precário de infraestrutura o que tem estimulado a prática de arrendamento e venda de terras. É predominante o cultivo de eucalipto dentro e fora do assentamento.

**Figura 5:** Vista do Assentamento Barro Amarelo e do cultivo de Eucaliptos



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos,  
2016

**Figura 6:** Eucalipto e comércio na economia do Assentamento Barro Amarelo



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos,  
2016

A Escola Municipal Barro Amarelo, está localizada no Assentamento Barro Amarelo, a 30 km do município de Abadiânia. A referida escola, foi criada na década de 1980 e foi fechada em 2012 com 21 educandos. Antes de funcionar num prédio escolar, a escola deste assentamento já funcionou em uma casa antiga numa fazenda próxima a localização atual desta área de Reforma Agrária.

O prédio escolar funcionou próximo a igreja e ao postinho do assentamento. A escola, funcionava somente o Fundamental I no modo multisseriado<sup>9</sup> e a EJA. O prédio da escola possui uma sala para aula, uma cantina, dois banheiros e uma sala pequena que funciona como despensa na escola. O prédio da escola é de uma estrutura boa, toda na alvenaria. Hoje já não tem essa estrutura tão boa, pois está totalmente abandonada e segundo os próprios moradores do assentamento, servindo como casa de morcegos e do próprio gado que transita dentro da escola.

Dos funcionários, na escola havia somente uma professora e a merendeira. A professora não morava no assentamento que a escola está localizada, mas em outro próximo a este, que é o Assentamento Barreiro. Essa professora tem graduação em Pedagogia e depois que mudou para a cidade começou a cursar uma pós-graduação também na sua área. Tanto a merendeira como a professora moram no município de Abadiânia e são concursadas pelo município, porém somente a merendeira que atualmente está aposentada.

---

<sup>9</sup> Segundo Cardoso e Jacomeli (2010), são turmas nas quais um professor dar aulas para mais de dois níveis de escolaridade ao mesmo tempo e espaço. Escolas multisseriadas é comum na organização da escola do meio rural.

Não havia transporte intra-campo na escola, só passou a ter no último ano que funcionou a escola. Segundo os educandos era um transporte ruim, mas que passou a ser melhor depois que fechou a escola,

*Antes era uma Kombi velha caindo aos pedaços, ai agora é um ônibus grande pra caber todo mundo, se não tivesse fechado a escola continuaria naquela Kombi antiga, todo mundo ia apertadinho. (Fala obtida em roda de conversa com educandos da escola).*

A escola atendia as crianças do Assentamento Barro Amarelo, mas também atendia crianças provenientes do Assentamento Barreiro, da comunidade conhecida como Lago Azul e Vereda. Esses demais territórios também já possuíram escolas mas foram fechadas por causa do número de educandos.

Antes de ter o transporte para os educandos, professor e merendeira, os mesmos tinham que se deslocar por conta própria. Para quem morava no Assentamento Barro Amarelo era perto, mas como já havia fechado as demais escolas no campo de Abadiânia, restou somente esta escola e do Distrito de Planalmira, por isso, houve também uma grande demanda de educandos que precisavam deslocar de uma longa distância até o destino.

No Assentamento Barro Amarelo, no município de Abadiânia, participaram da pesquisa 12 pessoas. A fala de cada um foi de suma importância para compreender o processo de fechamento da escola e as consequências provocadas. Nas figuras 6 e 7 podemos observar como é e está a escola.

**Figura 7:** Escola Municipal Barro Amarelo



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos,  
2016

**Figura 8:** Material escolar no canto da sala



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos,  
2016

Dentro da comunidade, entrevistamos pais de ex-educando. Um senhor e uma senhora. O senhor que tem quatro filhos e está pouco mais que três anos no assentamento e vive do arrendamento do lote e uma senhora que tem três filhos e vive há mais de 20 anos no

assentamento. Ela cuida da terra e trabalha como doméstica, e o marido como vaqueiro em uma fazenda próxima.

No município de Abadiânia tivemos quatro entrevistas quais sejam: as entrevistas com ex-líder do assentamento; com a professora; a merendeira e a Secretária de Educação. As entrevistas acima citadas, com o pai e a mãe de educandos e a roda de conversa que seu com os próprios educandos, ocorreram dentro do assentamento, as demais foram no município.

A roda de conversa que ocorreu dentro do assentamento foi com seis educandos, cinco homens e uma mulher. Somente um dos homens não está mais estudando, ele tem aproximadamente 30 anos. Também não terminou a educação básica e hoje trabalha no comércio de bebidas no assentamento. Ainda, um outro é rapaz de aproximadamente dezessete anos que está cursando o ensino médio, e três que são crianças e que estão terminando o Fundamental II.

### 2.2.2. O território em Damianópolis

Em Damianópolis, o território de estudo foi um povoado denominado de Boa Esperança. O povoado está localizado a 15 km do município e tem aproximadamente 50 famílias. São pequenos lotes que foram doados pelas fazendas que estão ao redor do povoado. Lá há somente dois mercados pequenos e a economia gira em torno da produção interna com criação de galinha principalmente. A líder da comunidade, diz como foi o processo de construção dos principais elementos do povoado

*Quando eu mudei pra cá ne, o que tínhamos de fornecer conhecimento pra gente era só a escola. O centro era a escola, tudo se acontecia na escola. Essa escola ela começou num barraquinho, todo mundo fazia todas as séries nesse barraquinho. E depois que a gente conseguiu, com muita luta a gente conseguiu aquela escola que está aqui hoje. A gente no início não tinha nada diferente de conhecimento a não ser a escola, depois que a gente foi adquirindo. Com muitas reivindicações, com muita luta que a gente conseguiu o postinho, conseguimos a igreja. O postinho foi através de obras políticas ne. Mas a igreja não, a igreja, nós que reunimos né e a gente fazia festinha, bingo, fazia quimercia, e íamos arrecadando dinheiro e construímos a igreja que temos hoje. Não tinha mercadinho, aí depois que esse rapaz veio, porque tudo que a gente queria tinha que ir para Damianópolis. Nossa referência era Damianópolis, tudo. Não tinha ambulância, tínhamos que fretar carro. Ou ia de a cavalo ou de carro de boi para resolver alguma coisa. Aí depois que foram vindo os recursos pra cá mas eu ainda acho que está precário, porque no século que a gente está hoje, deveria estar melhor ne. (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).*

A maioria das famílias, hoje, trabalham no município de Damianópolis ou ainda trabalham nas fazendas do entorno, ou nas grandes fazendas situadas entre Goiás e Minas Gerais. É comum não encontrar membros da família em casa, já que estes trabalham fora e normalmente voltam somente nos finais de semana.

A Escola Municipal Boa Esperança está localizada no centro deste povoado, assim como a igreja. A escola foi fechada em 2010, porém sua data de fundação ainda é da década de 1980, Em 1998, a escola passou a funcionar num prédio novo, amplo e confortável. Antes, a escola funcionava num casebre, que foi doado por um senhor, dono de uma fazenda próximo do que tornaria o povoado Boa Esperança. No início, quando ainda era no casebre, os professores não tinham ensino superior.

Foi em 1998, também que iniciou o Fundamental II, assim ela passou a ter de primeira a oitava série. Era uma escola estadual, mas sofreu com o processo de municipalização <sup>10</sup>em 2007. Portanto, depois de haver a municipalização da escola, foram apenas mais dois anos em funcionamento para a mesma ser fechada.

A Escola Municipal Boa Esperança, já atendeu o Fundamental I e II que corresponde da primeira até o atual nono ano, atendendo as crianças e jovens do povoado e das fazendas do entorno. E mesmo a comunidade conseguindo o ensino Fundamental II, precisava de transporte para os educandos do ensino médio. O ensino médio nunca chegou a funcionar nessa escola, embora fizesse parte do desejo da comunidade. Também foi com o tempo e com luta que apareceu o transporte escolar, já que antes de funcionar o Fundamental II não havia transporte, portanto não tinha como continuar a estudar. E mesmo sendo difícil adquirir formação, houve sujeitos que buscaram formar-se e retornar para o povoado e hoje estão lutando por ele.

A comunidade de Boa Esperança, tem hoje mais perspectivas de luta comparado as outras sete comunidades estudadas e isso se deve principalmente a muitos sujeitos que conseguiram fazer todo o fundamental na própria comunidade sendo necessário sair para fazer o ensino médio e a faculdade. Como não exigiu muitos anos de sofrimento fora de seus territórios. Conseguiram adquirir formação e ainda alguns retornaram a comunidade.

Hoje, a estrutura da escola tem sido afetada pelo tempo. A última reforma, na pintura ocorreu no ano de 2016 por causa das eleições municipais. No entanto, por causa da estrutura

---

<sup>10</sup> O processo de fechamento das escolas no campo se intensificou com outra ação do Estado a partir da municipalização das escolas que ofereciam o fundamental, ou seja a transferência da responsabilidade do Estado para as prefeituras. E as prefeituras por ter um orçamento que não cabe ser dividido em escolas no campo com poucos ou muitos alunos, acabam por fechá-las.

está muito deteriorada foi demolida uma parte da escola, assim a escola que contava com seis salas, hoje está com três salas. Se for reaberta, não tem condições de funcionar o fundamental II. Considerada as circunstâncias, a escola possui uma excelente estrutura física, já teve seis salas, uma cantina, o pátio, dois banheiros, a Secretaria, sala do diretor e sala de informática.

No seu último ano, havia 25 educandos matriculados na escola. Todos os funcionários da escola foram removidos para trabalhar nas escolas do município. Alguns continuaram morando no povoado mesmo trabalhando no município, outros no entanto, preferiram mudar-se. A escola, mesmo não funcionando como espaço de aula, já que está fechada, tem funcionado como outros espaços, dentre esses, reuniões da própria comunidade do povoado.

**Figura 9:** Vista do povoado Boa Esperança e da Escola Municipal Boa Esperança



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos,  
2016

**Figura 10:** Escola Municipal Boa Esperança



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos,  
2016

Quanto aos sujeitos, entrevistamos a liderança da comunidade deste povoado, bem como, mãe de educando; vigilante que trabalhou na escola; professora; diretora e por fim o Secretário de Educação. A liderança da comunidade, a mãe, o vigilante e a diretora foram entrevistados dentro do próprio povoado. A líder da comunidade tem feito uma organização de base para trazer a escola novamente. Essa organização de base corresponde as reuniões, ao incentivo de buscar e lutar pelo povoado seja em relação a escola seja em relação a outros propósitos. Tanto a mãe e a diretora entrevistada já são senhoras aposentadas pelo serviço prestado dentro dessa escola que fechou, o vigilante que também trabalhava na escola, hoje trabalha no município. Não foi conseguido fazer entrevista com a última diretora da escola, pois ela se candidatou a prefeita do município de Damianópolis e era “*complicado discutir esse assunto*” segundo sua mãe em entrevista que também foi diretora da escola mas, numa gestão anterior a da filha. Assim, das pessoas entrevistadas, somente a professora e o Secretário de Educação que não ocorreram na comunidade, mas, no município de Damianopolis.



Enquanto, a roda de conversa correspondeu a cinco jovens que estudaram na escola e ocorreu no próprio povoado. Quanto aos educandos, dois são homens e três são mulheres. Os homens trabalham numa grande empresa agrícola na Bahia e estão no povoado somente nos finais de semana e as mulheres também moram no povoado mas não trabalham fora.

### 2.2.3. O território em Cocalzinho de Goiás

No município de Cocalzinho de Goiás, o território de estudo foi a comunidade Lagoa do Pato Selvagem que possui aproximadamente 150 lotes. Essa comunidade, é formada por um conjunto de chácaras e sua formação se deu através da compra. Assim, tem sujeitos que aparentemente tem melhor condição financeira que outros. A economia dessa comunidade gira em torno do pequeno comércio de bares, de mercados pequenos e ainda da produção de hortaliças. Boa parte dos moradores trabalham em comércios, escolas, instituições públicas e privadas no próprio município de Aguas Lindas Distrito Federal. Trabalham neste município porque é mais próximo do que Cocalzinho que está a 60 km da comunidade, enquanto que Aguas Lindas está a uns 5 km de distância.

A comunidade conta atualmente com uma igreja, onde a população se reúne para orações e encontros sociais. Essa comunidade já possuiu uma escola que funcionava desde a década de 1990 e que sempre esteve em estado bastante precário e atendia crianças da 1ª fase do ensino fundamental. A escola funcionava multisseriada e havia somente uma sala de aula com a cantina. De funcionário da escola, havia somente a professora que vinha da cidade e a merendeira da comunidade. Somente a professora quem era concursada, a merendeira era contrato.

A escola fechou em 2012, com 12 educandos. Hoje, o terreno e o prédio da escola tem sido ocupado e modificado pela proprietária que é dona do terreno. Assim, os educandos da primeira fase e das demais fases estudam parte em Aguas Lindas que é mais perto, e para isso utilizam do transporte escolar.

**Figura 11:** Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem.



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos, 2016

Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram entrevistado neste território, duas mães de educandos e duas merendeiras que trabalharam na escola. As duas mães trabalham na lida do campo, e uma das merendeiras também, somente a outra merendeira trabalha no comércio de construção dentro da própria comunidade. Este público foi entrevistado na própria comunidade. Somente a Secretária de Educação foi no próprio município de Cocalzinho de Goiás. Não foi conseguido conversar com a professora porque ela tem morado em Tocantins. Enquanto, que a roda de conversa foi realizada também dentro da comunidade e foi conseguido fazer esse trabalho com 05 educandos (quatro homens e uma mulher) que estudaram na escola que foi fechada e que hoje tem estudado na escola de Aguas Lindas utilizando do transporte no período noturno.

#### 2.2.4. O território em Santo Antônio do Descoberto

No município de Santo Antônio do Descoberto, o território da pesquisa foi numa fazenda denominada de fazenda Farroupilha. Foi lá que encontramos os principais sujeitos da pesquisa, camponeses e filhos de camponeses que são conhecidos pelo trabalho que exercem na fazenda de caseiros. Além da fazenda Farroupilha, existem outras fazendas na região e que trabalham com a pecuária. São também fazendas de luxo que servem de lazer principalmente nos finais de semana e feriado para os proprietários que tem sua residência fixa na cidade.

É interessante observar, que a escola funcionava em vários prédios pequenos espalhados na propriedade da fazenda Farroupilha. Antes de haver vários prédios, funcionou em um único prédio de forma multisseriada, mas, por causa do aumento de educandos na escola, não foi possível manter a escola em um único prédio sendo necessário a reforma de prédios antigos que

servia como aposentos para os caseiros da fazenda. Sobre isso, a professora que trabalhou na escola diz em entrevista que,

*A escola ela era desmembrada pela fazenda. As casas dos caseiros se transformou em sala de aula, eram salas boas. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

A escola também começou com uma única professora, mas, devido a demanda de alunos é que continuou multisseriada, mas, menos turmas para cada professor. Quando foi para fechar a escola já tinha quatro professores. Funcionava o transporte intra- campo já que muitos educandos vinham de fazendas distante. No início, não havia transporte intra-campo, por isso, os educandos iam a pé. A professora reforça ainda que,

*Os que moravam mais longe iam a pé porque os pais não tinha como levar, tinha que trabalhar, cuidar da fazenda. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

Os professores moravam na própria escola, que como eram casas que deveriam ser de caseiro, tinha estrutura para dar aula e de se alojar também. Segundo a professora entrevistada, foi uma

*Luta da dona da escola para ter transporte para eles, porque eles andavam muito. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

Repara, ainda, que a professora fala “dona da escola” para se referir a diretora assim como os pais e educandos tiveram esse sentimento, porque quem fazia a escola acontecer era a dona da fazenda, a prefeitura matinha com o básico do lanche e com o pagamento dos funcionários.

Os professores foram todos provenientes do município de Santo Antônio do Descoberto. Quando passou a ter o transporte, os professores passaram a voltar para casa junto com os educandos. Deixavam primeiro os educandos e depois levavam as professoras para a cidade. Quando foi fechada a escola, havia a merendeira e uma professora concursada, outras três professoras que trabalharam eram apenas contratos, a diretora da escola era a própria dona da fazenda onde estava localizada a instituição de ensino. A escola funcionava o Fundamental I e foi fechada no ano de 2010 com 39 educandos matriculados, todos provenientes das fazendas do entorno da escola. Hoje, a escola tem servido como moradia de caseiros que trabalham na propriedade.

**Figura 12:** Escola Municipal Multigraduada Fazenda Farroupilha



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos, 2016

Nesse território foi conseguido entrevista e roda de conversa. A entrevista com a mãe e roda de conversa com seus três filhos. Na roda de conversa, foi uma adolescente com aproximadamente 15 anos e um rapaz também de aproximadamente mesma idade e uma criança com aproximadamente 10 anos. Também foi conseguido entrevista com a professora que trabalhou na escola num período de 10 anos. A entrevista com a professora se deu na cidade, bem como a entrevista com o Secretário de Educação.

#### 2.2.5. O território em Sítio d'Abadia

No município de Sítio d'Abadia, o território de pesquisa foi a comunidade denominada de Fazenda Água Boa. Vive em média 100 famílias, a maioria das famílias conseguiram as terras por meio de compra, as demais por meio de doação. É uma comunidade que está entre Sítio D'Abadia e Damianópolis. Aproximadamente 20 km de Sítio D'Abadia e 25 km de Damianópolis. A comunidade produz hortaliças e artesanato para próprio sustento e alguns trabalham ainda com comércio de bares. Alguns membros da família trabalham como caseiro nas fazendas ou em diferentes cargos no município de Damianópolis ou de Sítio D'Abadia.

A Escola Municipal Sebastiana Rodrigues da Silva está localizada nesta comunidade, funcionou a pré-escola e a primeira fase do ensino fundamental. É uma escola que existiu desde a década de 1950 e já funcionou como multisseriada. Contudo, com a mudança do local da escola houve ampliação do prédio. De início, a escola funcionava em uma pequena casa, com uma única sala sem estrutura alguma, essa situação ficou por durante 10 anos. Portanto, foi posterior a mudança e construção de um novo prédio, que passou a ter uma estrutura excelente e deixou de ser multisseriada. Segundo a professora,

*A estrutura da escola ficou muito boa, com salas amplas. Quatro salas, uma cantina, depósito para merenda, a Secretaria. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

É interessante observar que a escola quando deixou o casebre, também mudou o nome que antes era Escola Municipal Fazenda Água Boa. Em homenagem a mãe e professora da professora entrevistada que passou a ser Escola Municipal Sebastiana Rodrigues da Silva. Como havia fechado outras escolas em Sítio D'Abadia, a Escola Municipal Sebastiana Rodrigues da Silva passou a atender além da comunidade Água Boa, outras comunidades provenientes da Fazenda Brejão e Fazenda Areias.

Devido a distância das outras comunidades em relação a escola é que havia o transporte intra-campo. Quando a escola foi fechada havia cinco professoras e uma merendeira. De início elas não eram concursadas, mas fizeram o concurso do município e quatro delas passaram. A merendeira está aposentada e uma professora está afastada em decorrência de problemas de saúde, todas as professoras moram na comunidade mas trabalham no município. A Escola Municipal Professora Sebastiana Rodrigues da Silva também já foi estadual no entanto sofreu com o processo de municipalização e com esse processo esteve aberta por quase dois anos e fechou. Seu último ano foi em 2013, com 38 educandos. É a escola mais recente fechada.

**Figura 13:** Escola Municipal Professora Sebastiana Rodrigues da Silva



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos, 2016

Quanto aos sujeitos entrevistados, foram uma professora que mora na comunidade e trabalhou na escola. Essa professora é filha da dona Sebastiana Rodrigues da Silva, primeira professora da escola da comunidade. Hoje, essa professora entrevistada está afastada por causa do problema de saúde. Também entrevistamos a merendeira que mora na comunidade e também aposentada e dona de um pequeno bar. Vive na comunidade há 42 anos.

Entrevistamos uma avó que mora na comunidade há 36 anos e tem um neto que estudou na escola da comunidade, mas que agora estuda na cidade, e feita a roda de conversa com quatro educandos. Dessas crianças, havia um menino de aproximadamente 12 anos e três meninas, já adolescentes com aproximadamente 15 anos.

Não conseguimos conversar com ninguém da Secretaria de Educação, primeiro porque o Secretário de Educação estava numa viagem sem uma previsão certa para o retorno. Também não houve nenhum funcionário ligado à Secretaria que quisesse responder por ele sobre o fechamento da Escola Municipal Sebastiana Rodrigues da Silva. A outra tentativa foi conversar por telefone com o Secretário de Educação, mas nas cinco tentativas não houve respostas.

#### 2.2.6. O território em Mambaí

No município de Mambaí, o território estudado foi o povoado Vila Nova. O povoado está localizada entre os municípios de Mambaí e Buritinópolis. A comunidade deste povoado está a 15 km de Mambaí e 40 km de Buritinópolis aproximadamente. Tem características rurais com a produção de pequenos hortaliças nos lotes, mas é uma comunidade organizada de forma concentrada as margens da rodovia. É um povoado constituído de aproximadamente 100 famílias, possui pontos de comércio como bares e mercados pequenos e é um povoado todo asfaltado.

O povoado Vila Nova, tem uma igreja e tinha uma escola. Era a Escola Municipal do Povoado Vila Nova. Ela já funcionou em uma casa simples e depois sofreu com uma reforma. A escola foi criada na década de 1970, e ofertava somente o ensino fundamental de primeira fase e o último ano da escola foi em 2011 havendo 11 educandos matriculados. Essa escola funcionou somente multiserriada por ser composta de apenas uma sala. Assim, havia ano que funcionava a 1º e a 2º série, e o ano seguinte 3º e 4º série. As professoras eram concursados assim como a merendeira. Além de uma sala de aula, a escola possui uma cantina com o pátio coberto, sala de informática e dois banheiros.

Trabalhavam, portanto, duas professoras e a merendeira. A escola atendia ao povoado, Assentamento São José e as fazendas do entorno do povoado. Apesar de muita pequena é uma escola com excelente estrutura física, tanto que está previsto de que essa estrutura no próximo ano se torne um posto de saúde. Por causa dessa previsão de funcionar o posto de saúde a escola está totalmente fechada, não abre, assim não funciona para nenhuma atividade.

**Figura 14:** Escola Municipal Povoado Vila Nova



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos, 2016

Quanto aos sujeitos da pesquisa, foram duas professoras que trabalharam nessa escola que foi fechada e que hoje continuam morando no povoado e trabalham no próprio município de Mambaí. Também entrevistado o pai de educando que é aposentado e vive no povoado e uma mãe que mora e trabalha como comerciante no próprio povoado. Conseguimos fazer entrevista com o Secretário de Educação do município. Portanto, todas as entrevistas foram conseguidas no povoado, somente a do Secretário de Educação que ocorreu no município de Mambaí. Enquanto que a roda de conversa se deu somente com três educandos (dois meninos com 10 anos de idade e uma jovem com 20 anos) que estudaram na escola, já que não foi possível encontrar os demais que se mudaram e outros que não quiseram, não tiveram permissão dos pais pelo receio com a pesquisa principalmente.

#### 2.2.7. O território em Pirenópolis

Pirenópolis é outro município que foi abordado na pesquisa. Neste município foi analisado o processo de fechamento da Escola Municipal José Ferreira Duarte no povoado Bom Jesus. O Povoado Bom Jesus, está a 35 km de Pirenópolis, GO 338 (saída para Goianésia, às margens da BR 70 Brasília-Cuiabá) e tem aproximadamente 40 famílias. É um povoado que possui igreja e também posto de saúde. É um povoado constituído de muitos sujeitos camponeses que pelos relatos eram caseiros nas fazendas do entorno e que com o tempo adquiriu capital suficiente para aquisição da terra.

A Escola Municipal José Ferreira Duarte já funcionou num casa mais simples e com pouca estrutura física, contudo, depois houve a mudança de estrutura embora a comunidade não

sabe dizer quando ocorreu. A nova estrutura era melhor porém bastante pequena. Funcionava duas sala, a cantina e os banheiros. Segundo a ex- merendeira

*E a escola tem banheiro, tem cantina, toda forradinha, tudo arrumadinho, não tem é muro em volta, é aberto, mas é tudo arrumadinho, funcionava bõ ai. (Fala obtida em entrevista com a ex- merendeira da escola).*

E segundo a mãe,

*E agora ficou desse jeito aí o. abandonada, acabando caindo, esse mato ai oh tava tomando conta, ai eu comecei a limpar lá, mas ai parei também porque coisa pública ne, a gente não pode ficar mexendo não. (Fala obtida em entrevista com a mãe de educando da escola).*

**Figura 15:** Estrutura atual da Escola Municipal José Ferreira Duarte



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos, 2016

**Figura 16:** Material Escolar da Escola Municipal José Ferreira Duarte



Autor: Cássia Betania Rodrigues dos Santos, 2016

Todos os funcionários da escola eram concursados e por isso foram juntamente com os educandos transferidos para o povoado de Santo Antônio e para Pirenópolis. A Escola Municipal José Ferreira Duarte tem aproximadamente 30 anos. O último ano de funcionamento da escola foi em 2012 e tinha 15 educandos. Era uma escola que oferecia de primeira à quarta série multisseriada, segundo a merendeira,

*Era duas professoras ai uma ficava com a terceira e a quarta série e a outra com a primeira e segunda série, Tudo numa sala só, ficava meio apertado. (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

E havia transporte intra-campo. No entanto, nem sempre houve transporte intra-campo para os alunos que terminavam o quarto ano. O primeiro transporte era o famoso Pau de Arara e finalmente veio o ônibus enquanto transporte escolar. Com o fechamento da escola são dois transportes escolares no povoado Bom Jesus, o ônibus que levam os jovens para Pirenópolis para fazer o ensino médio e os menores que estudavam na Escola Municipal José Ferreira Duarte começaram a ir numa vã para a escola do povoado Santo Antônio.



Sobre os entrevistados, foi uma professora que hoje mora e trabalha no município de Pirenópolis e também uma merendeira que já está aposentada. Essa merendeira conta que foi substituída pela sua irmã, ambas moram na comunidade. Sua irmã foi transferida para a escola do povoado Santo Antônio, próximo ao povoado de Bom Jesus. Entrevistamos também duas mães de educandos que moram no povoado e a secretária de educação. E ainda, foi feita uma roda de conversa com quatro educandos que estudaram na escola. Dos quatro educandos, dois vivem no município de Jaraguá por causa do trabalho que conseguiram e que estavam precisando e os outros dois moram na comunidade. Eram três mulheres jovens, de 18 a 21 anos aproximadamente, e um homem também jovem de aproximadamente mesma idade, que participaram da roda de conversa. Somente as entrevistas com a secretária de educação e a professora que foram no próprio município de Pirenópolis.

#### 2.2.8. O território em Vila Boa

No campo do município de Vila Boa é que está a Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza que atendia em específicos filhos de camponeses que são caseiros na terra. Uma escola que oferecia da primeira a quinta série e a educação infantil. A saber, a escola era extensão de uma escola da cidade, Vila Boa. Essas escolas de extensão eram importantes porque em determinadas épocas do ano a escola da cidade superlotava com educandos provenientes do campo. Essa superlotação ocorria por causa do período de safras das grandes fazendas e propriamente da usina de álcool que tem no município. Por causa desse movimento, a Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza sofreu com o movimento de fechamento e reabertura. O último ano que funcionou foi em 2009, com 32 educandos.

**Figura 17:** Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza



Autor: Cássia Betânia Rodrigues dos Santos, 2016

Ela funcionava multisseriada e a professora diz que,

*Eu trabalhei lá na escola Dorvalina por dois anos. Eu dava aula para a terceira, quarta e a quinta série e a outra professora dava aula para a segunda e a primeira e o pré. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

A escola tinha duas salas de aula, banheiros e a cantina. Funcionava no período da tarde, mas, também era uma casa simples. Segundo a merendeira que trabalhou na escola

*Porque na verdade ali era uma moradia, ai foi doado por uma dona, eu nem sei se é por isso que se chama Dorvalina, não sei se é o nome dela. (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

Havia transporte intra-campo para buscar os educandos, uma vez, que vinham de fazendas distantes. Tanto a professora, merendeira eram do próprio município e não eram concursadas e iam no transporte. Vila Boa, foi um dos municípios mais difícil para realização da pesquisa, e isso se deve principalmente ao contexto de funcionamento da escola e ainda ao contexto político que estava vivendo.

Foram somente dois rapazes de aproximadamente 20 anos, ex-alunos da escola que participaram da roda de conversa, já que estes ainda permanecem e são de uma família de mais de 20 anos no trabalho enquanto caseiro na fazenda. Outras fazendas com caseiros têm crianças, mas que não sabem sequer da existência da escola.

Conseguimos entrevista com dois pais que são caseiros na fazenda, com uma professora que hoje já é concursada no município e sempre morou na cidade, com a merendeira que sempre morou na cidade, também é concursada. Ambas não eram concursada na época. E conseguimos entrevista com o ex-Secretário de Educação, pois, o atual não disponibilizou entrevista.

Após essa breve apresentação dos territórios, bem como, das escolas que foram fechadas nestes territórios, que é dedicado nos próximos dois capítulos a discussão sobre os argumentos para o fechamento das escolas no campo e as consequências que são geradas as comunidades camponesas destes territórios.

### CAPÍTULO III

#### 3. ARGUMENTOS E CONSEQUÊNCIAS DO FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO NA MESORREGIÃO DO LESTE GOIANO

A educação é considerada um direito social, sendo importante para garantia da igualdade entre as pessoas. Oliveira (2009, p. 238) já dizia que “a educação deve ser compreendida portanto, como um direito universal básico e um bem social público. Ela é assim, condição para emancipação social e deve ser concebida numa perspectiva democrática e de qualidade”.

Considerando a Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a escola deve estar onde a população está. Assim, é uma conquista do campesinato brasileiro ter conseguido o direito de acesso à educação e a educação no seu território.

No entanto, a realidade atual é que na prática a educação tem sido um direito de migalhas ao considerar a desigualdade do direito a educação no Brasil, por exemplo. E mesmo esses direitos que foram conquistados no palco de muita luta, tem ao longo dos anos retrocedido com as ações do Estado, dentre esses retrocessos está o fechamento de escolas no campo em todo o Brasil. E, o fechamento dessas escolas é fator para agravar o analfabetismo que está principalmente no campo, Caldart (2002). É importante ressaltar ainda, que é no campo que encontramos o déficit nos níveis de ensino, pois, as escolas no campo dificilmente ultrapassam a pré-escola e o Fundamental I. Segundo Nascimento (2006) são pouquíssimas as escolas no campo que oferecem o ensino Fundamental II e o ensino médio. Por serem poucas as escolas que oferecem ensino médio, também são poucas as escolas de ensino médio fechadas e a maioria das escolas fechadas são escolas do fundamental. Portanto, esse fechamento das escolas no campo significa negar a educação ainda dos anos iniciais aos povos do campo.

O processo de fechamento das escolas no campo se intensificaram com ação do Estado a partir da municipalização das escolas, a transferência da responsabilidade do Estado para as prefeituras. As escolas desta pesquisa que sofreram com o processo de municipalização foram Sítio d’abadia na comunidade Água Boa e em Damianópolis no povoado Boa Esperança. A municipalização pode ser entendida segundo Noronha (2015) como cortes de gastos, a “racionalização” administrativa e financeira, e mais representa o “enxugamento” da máquina do Estado, enfim, a aplicação do receituário neoliberal do Estado mínimo”.

É preciso analisar os argumentos do Estado, reproduzido pelas Secretarias de Educação dos municípios desta pesquisa, para o fechamento das escolas no campo, uma vez que o transporte escolar pode ser mais caro do que a manutenção de uma escola já existente que não

precisa ser construída. E para isso, façamos a análise sobre os argumentos utilizados para terem fechado essas escolas, as consequências, bem como da questão agrária dos territórios que foram considerados para este estudo.

O processo de fechamento das escolas dos territórios nos municípios de Abadiânia, Pirenópolis, Santo Antônio, Cocalzinho, Vila Boa, Mambaí, Damianópolis e Sítio d'Abadia ocorreu a partir de 2009, sendo que o último fechamento de escola nos territórios destes municípios se deu em 2013.

Todas as escolas fechadas eram municipais e em praticamente todas as escolas fechadas, percebemos que possuem uma boa estrutura física. Das sete escolas, nos municípios Abadiânia, Vila Boa, Damianópolis, Sítio d'Abadia, Santo Antônio, Pirenópolis e Mambaí, possuem ou já possuíram uma estrutura boa, claro escolas pequenas com duas três e até seis salas como foi o caso da Escola Municipal Boa Esperança em Damianópolis. Somente em Cocalzinho de Goiás, que a estrutura realmente era precária, desde o início até quando fechou a escola, e que muito do que foi construído na escola (banheiros, eletrodomésticos, portão da escola) se deveu a organização da comunidade com a arrecadação de dinheiro em festas comunitárias.

Oliveira; Montenegro, Molina (2010, p. 74) nos adiantam que é comum o abandono do poder público com as escolas no campo e que o abandono reflete na precariedade das condições de trabalho dos professores: eles costumam estar sozinhos, sem nenhum apoio, sem material didático, e sem formação continuada.

Contudo, a única escola que se aproxima da escolinha rural de Miguel Arroyo é realmente a de Cocalzinho Goiás que mesmo construída com base na alvenaria é a mais simples escola e que estruturalmente dependeu muito da comunidade. Por isso, que as escolas no campo que foram fechadas nestes oito municípios muito contraria ao que Miguel Arroyo diz “a imagem de que a escola no campo, tem que ser apenas a escolinha rural das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler, ensina alguém a não saber quase ler. (1999, p. 20). São escolas que representam as conquistas do campesinato, mas que com o fechamento representam o retrocesso para este.

Todas as escolas destes oito municípios já foram multisseriadas algum dia. Segundo D'Agostini; Taffarel e Santos Junior (2012, p. 315) até 2011 as escolas multisseriadas representavam 50% das escolas no campo. Contudo, em relação as escolas serem multisseriadas não é o problema pois ainda segundo D'Agostini; Taffarel e Santos Junior (2012, p. 315)

Há muito preconceito e desqualificação das escolas multisseriadas, porém elas são uma forma possível e necessária de organização escolar no campo e podem ser referência de qualidade de ensino se organizadas por ciclos e por princípios multidisciplinares.

As escolas multisseriadas foram criadas exatamente por causa da densidade demográfica ser baixa no campo e não importando se são poucos os educandos “toda criança tem direito a estudar próximo à sua casa e aos seus familiares” (D’AGOSTINI; TAFFAREL; SANTOS JUNIOR, 2012, p. 315).

A única escola que funcionou o Fundamental II durante alguns anos foi a Escola Municipal Boa Esperança do povoado de Boa Esperança no município de Damianópolis. Nessa escola, fecharam primeiro as turmas do Fundamental II e posteriormente com a diminuição de educandos é que fechou totalmente a escola.

Em todas as escolas estudadas nestes municípios encontramos professores formados, que cursaram o ensino superior, embora nenhum tivesse formação continuada. Somente nos territórios de Vila Boa, Santo Antônio do Descoberto e em Cocalzinho que os professores são provenientes da cidade, não são da comunidade.

Os sujeitos desse trabalho são em grande maioria camponeses e filhos de camponeses. (Apenas alguns professores que foram entrevistados que nunca viveram no campo, portanto, não são camponeses). Mas, a maior parte dos entrevistados e da roda de conversa, são da comunidade local em que a escola foi fechada. Nessas conversas, trouxeram lembranças que provocaram risos (do tempo em que a escola estava aberta), mas que também levaram a lágrimas (do atual momento em que a escola está fechada).

As escolas fechadas e estudadas nestes oito municípios não conseguiram integrar toda a comunidade ao seu redor. Na visão dos sujeitos entrevistados e que participaram da roda de conversa, a escola no campo está mais no sentido facilitar a vida, de evitar sofrimentos. E os sujeitos que mais participaram e mantinham vínculo com a escola eram principalmente pais, educandos e funcionários. Quando o educando sai da escola viram ex- – pais, ex- -educando, ex- -professores e não há nenhum vínculo com a escola. Isso fica expresso em fala de todos os territórios. Uma mãe da comunidade Boa Esperança, em Damianópolis, diz que,

*A escola era importante porque era perto de casa, na hora dos meninos irem para o colégio, tá pertinho, almoça, toma banho e vai para o colégio, não vai com fome. Sai do colégio direto para casa. Sem bagunça sem nada ne. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Uma outra mãe em Cocalzinho, ainda reforça que,

*A escola era importante porque não tinha que sair pra fora né para estudar, não tinha que andar muito, porque a escola é aqui perto, agora tem dificuldade de ir né porque minha filha que não anda. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

No território de Sítio d’Abadia, o educando diz que,

*Para sair menos cedo era melhor, não precisava acordar tão cedo pra sair pro colégio, ai depois que mudou ai que teve que acordar bem mais cedo. Porque passaram os alunos para o Sítio né. Tinha pouco alunos e muito professor. Ai nós começamos a acordar uma cinco e meia da manhã.* (Fala obtida em roda de conversa com educandos da escola).

Sobre isso, está claro também na fala do educando da comunidade de Mambaí que diz que,

*Eu preferiria que a escola tivesse aberta, porque minha irmã é pequenininha, ai ela pega ônibus para levar pra outra escola.* (Fala obtida em roda de conversa com educandos da escola).

É importante ressaltar que somente uma escola era de comunidade que partia do movimento de luta pela terra. É o Assentamento Barro Amarelo, no município de Abadiânia. Os demais territórios não foram territórios de acampamento e assentamento o que muito explica o desconhecimento da Educação do Campo e de Escolas do Campo, enfim, do direito e da importância da escola em todas as dimensões da vida. Segundo Munarim (2010, p.10) “o principal berço de origem da Educação do Campo está na luta dos trabalhadores rurais sem-terra, que desde a década de 1980 reivindicam escola pública em cada novo acampamento, assentamento de Reforma Agrária”.

De todo modo, é importante ressaltar ainda que as oito escolas no campo destes oito municípios não são puramente escolas rurais, são escolas que integraram várias atividades, não se restringe somente ao espaço de aula. Mas, nessas atividades não conseguem integrar todos os sujeitos da comunidade, não existe uma participação geral. Membros da comunidade nem sabe da existência de outros momentos na escola e quando sabem participam de alguns momentos, as festas comunitárias, por exemplo. Não se reconhece como parte da escola e a escola não se reconhece como sendo da comunidade São principalmente os pais de educandos e ainda assim não são todos os pais.

Para esse trabalho, foram elencados a realidade de oito territórios, cada qual correspondente a um município da Mesorregião Leste Goiano. São oito municípios que tiveram suas escolas no campo fechadas. Assim, a atuação do Estado nesse trabalho aparece com um órgão específico que é a Secretaria de Educação dos municípios. Portanto, a voz do Estado para explicar os argumentos que levam ao fechamento da escola está no secretário (a) da Secretaria Municipal de Educação destes municípios. Sabendo ainda, que as Secretarias municipais não tomam as decisões por si só, tem uma ligação direta com o Conselho Estadual de Educação<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> É órgão normativo, deliberativo vinculado à Secretaria de Estado da Educação.

(CEE) do próprio município ou do Conselho Estadual de Educação de Goiânia, portanto diretamente o Estado tem participado na decisão do fechamento de escolas no campo.

A fala transcrita logo abaixo é do ex-secretário do município de Vila Boa e este repassa o que um grupo dominante induz fazer e a responder. Grupo este que tem e usa o Estado. Portanto, são sujeitos como o ex-secretário que por estarem diretamente a serviço do Estado, são manipulados a reproduzir, mesmo reprimir e ignorar a situação dos povos do campo com o fechamento das escolas. Isso está evidente quando o ex-Secretário de Educação do município de Vila Boa ao nos revelar que,

*Assim a gente vem naquela paixão de fazer a diferença na educação, fazer uma educação melhor, mas infelizmente tem a política que vai desvirtuando né você quer fazer uma coisa mas não consegue. Então mesmo existindo a lei para reduzir a quantidade de alunos, e o ministério de educação estava liberando uma escola modelo, com doze salas de aula, auditório, refeitório que tem tudo né, e eu achei isso muito bom porque hoje as salas cheias com um ventiladorzinho para o professor trabalhar e se locomover em sala de aula dá trabalho. Então eu fiz toda uma justificativa que em determinada época do ano aumenta o número de alunos devido a usina que nós temos aqui aí as salas se tornam muito mais cheias, aí falei das salas que não tem dimensões adequadas, então isso tudo eu justifiquei, aí eu mandei né para o Ministério de Educação, mas, aí me disseram que o município não comporta uma escola dessas porque isso é para a escola de cidade mais de 30.000 habitantes. Eles não pensam né no pequeno, os alunos estudam numa escola de qualquer jeito e só vão ter contato com uma escola mesmo quando tiver na faculdade. Então a gente vai ficando triste né com essa situação. (Fala obtida em entrevista com o ex- Secretário de Educação do município).*

Por utilizar a análise de conteúdo, os argumentos para fechar as escolas no campo são organizados em categorias de análise, quais sejam, ideológicos, numéricos, de qualificação docente e burocráticos. Iniciamos com o argumento ideológico visto que todas as outras categorias são norteadas pela ideologia. São argumentos que estão nas falas dos (as) secretários (as) de educação dos municípios estudados, bem como, nas falas dos próprios sujeitos da comunidade ou de sujeitos que ainda tiveram algum vínculo com a escola. Em relação as consequências, foram organizadas nas categorias social, político, econômico, cultural e ambiental.

A análise de conteúdo serviu para organização das falas por essas categorias. E a análise do discurso também torna fundamental para analisar/desvelar os argumentos do fechamento, e as consequências do campesinato, visto que são vozes que denunciam as ações neoliberais que destroem a Educação do Campo. As consequências do fechamento de escolas no campo são percebidas principalmente nas fala dos sujeitos do campo que participaram das entrevistas e nos sujeitos que participaram de rodas de conversas, pois foram a partir dos instrumentos

entrevista e roda de conversa utilizado para realização dessa pesquisa. É importante colocar que o conteúdo obtido nas entrevistas e rodas de conversas foram gravadas em áudio, e todas elas foram autorizadas para serem utilizadas neste trabalho.

A saber, tanto as consequências, quanto os argumentos do fechamento das escolas, são identificadas nas falas de sujeitos em oito municípios, portanto, as falas se assemelham, se complementam e carregam ainda algumas particularidades de um território para outro. As falas foram selecionadas de acordo com o detalhamento e com as diferenças que carregam. Embora tenham falas que foram selecionadas para representar outras falas que estiveram muito semelhante, portanto, para não tornar repetitivo. É importante ressaltar ainda que tem falas que carregam mais de uma categoria de análise portanto, há falas que aparecem mais de uma vez, embora que ao depender da categoria, toma outros sentidos, outras análises.

Enfim, são falas que aparecem constantemente nas análises da pesquisadora uma vez que é a voz do campesinato quem nos diz as consequências e a essência do que está na realidade e entender como as consequências e os argumentos do Estado se encaixa na realidade desvelada na mesorregião Leste a partir de 8 dos 32 municípios que esta compõe. O próximo item deste capítulo traz os argumentos para o fechamento das escolas no campo dos oito municípios desta pesquisa.

### 3.1 Os Argumentos para o Fechamento das Escolas no Campo na Mesorregião Leste Goiano

#### 3.1.1. Ideológico

Inicia com o argumento ideológico pois todos os outros argumentos (numéricos, burocráticos e de qualificação docente) perpassam pela ideologia. E a ideologia é a visão de mundo, imposta mecanicamente ou construída coletivamente na luta de classes. Numa sociedade capitalista, que divide o povo em classes, há uma que é especificamente dominante e tem feito uso do aparelho Estado para exercer sua dominação sobre as demais classes.

O Estado é sempre um Estado de classe. O Estado, ao constituir-se como forma de dominação e organização das classes, se equilibra entre a tarefa de “educar” as massas, adaptando-as a determinado tipo de comportamento (conformismo) e, ao mesmo tempo, busca reprimir todo aquele comportamento inadequado às formas de viver e produzir socialmente dominantes (BRANDÃO; DIAS, 2007, p. 92)

“Este Estado não pode ser simplesmente destruído, para as classes subalternas se coloca um desafio: a construção de uma nova ideologia, de uma nova concepção de mundo, enfim,



construir primeiro um novo Estado” (BRANDÃO; DIAS, 2007, p. 94). Nesse trabalho, afirmamos que a classe dominante que tem se servido do Estado, utiliza das Secretarias de educação para lançar o discurso ideológico aos sujeitos camponeses de que não é possível estudar no campo ou porque é melhor estudar na cidade. “Tenta fazer com que a classe trabalhadora aceite essa desigualdade educacional como desigualdade natural, sendo assim inútil lutar contra ela (OLIVEIRA, 2009, p. 244).

Os territórios que tiveram suas escolas fechadas por argumentos ideológicos foram em Abadiânia, Damianópolis, Cocalzinho, Vila Boa, Sítio d’Abadia, Mambaí e Pirenópolis. É por causa da realidade no território de Santo Antônio do Descoberto, que não teve discurso ideológico que influenciasse no fechamento da escola.

Contudo, em Abadiânia, Pirenópolis, Cocalzinho e Vila Boa foi construído um discurso ideológico capaz de gerar uma conformismo mais preocupante uma vez que parte da comunidade dos territórios destes municípios se mostram contra o funcionamento da escola. Os sujeitos que se mostraram contra o funcionamento da escola foram pais, funcionários e professor da escola. Mas, foi somente no território de Vila Boa que teve professor que se mostrou contra o funcionamento da escola e isso se justifica pelo fato de não ser do campo. Em Cocalzinho, a professora também era da cidade mas não foi conseguido ter entrevista com ela.

Em Abadiânia, esse movimento contra o funcionamento da escola se deve ao fato da prática de arrendamento bem como a venda de lotes que intensificou logo depois que ocorreu o fechamento da escola. Assim, os sujeitos que participaram no movimento de luta, das conquistas mudaram e os novos sujeitos que estão no assentamento não conhecem a luta e movimento do assentamento. Tem sujeitos no Assentamento Barro Amarelo, que não são camponeses, são estranhos ao campesinato por ser da perspectiva do modelo de campo do agronegócio. Portanto, esse movimento contra a escola partem principalmente dos sujeitos novos e dos sujeitos estranhos, mas ainda de sujeitos que não mais dependiam da escola, como bem diz o educando da comunidade do Assentamento Barro Amarelo

*Mas teve pai a favor também, e esses a favor é que a já tinha filho tudo grande que não ia sofrer tanto igual os pequenininho. (Fala obtida em roda de conversa com educandos da comunidade).*

Sobre sujeitos novos no Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia, foi identificado um pai que mora no assentamento há três anos e sete meses, que quando entrevistado diz,

*Mesmo se tivesse estrutura boa, e professor bão, acabou o tempo de colocar os filhos para estudar na roça. Hoje não tem isso mais não, eu mesmo não apoio isso nem. (Fala obtida em entrevista com pai de educando da escola).*

Este pai explica também que em relação a professor,

*Quando eu cheguei aqui eu tinha a informação que faltava, os que tinha algum estudo não queria ensinar ai, e quem pode ensinar ai é uma pessoa que tá em um bom grau não vem ensinar aqui na roça. E eu concordo que quem sabe é o que fica na cidade, entende as coisas. E eu não vou deixar meus filhos aprender com quem não sabe. A estrutura da escola também é muito precário, não é boa, quando eu cheguei eu vi lá e eu não gostei. Ai eu preferi colocar meus filhos para estudar em Abadiânia. A reunião aconteceu lá em Abadiânia e nos aqui da minha família, tudo votou contra essa escola. (Fala obtida em entrevista com pai de educando da escola).*

A partir da fala deste pai, afirmamos que existe um discurso ideológico de que a escola no campo do assentamento é ruim e aliado a isso ele foi até a escola e viu a realidade de uma escola pequena e com o básico para funcionamento. Não reconhecendo a luta que foi para conquistar a escola, e não reconhecendo a importância da escola e ao adquirir a compreensão de que a escola no campo não tem solução, de que a própria escola é culpada por sua precária condição de funcionamento, que este pai entra no movimento contra a escola do assentamento.

É importante ressaltar, que mesmo este e outros pais sendo prejudicados com o fato de não ser garantido o transporte para os filhos todos os dias, os pais que se dizem contra a escola asseguram que

*Sempre quebra, ai tem que parar mesmo. Mas sempre tem sido muito bom e as estradas vem concertando, ta boa. Quando não tem ônibus meus filhos não vai, mas é problema de dois dias, e ai resolve também. (Fala obtida em entrevista com pai de educando).*

Esse, como outros pais no Assentamento Barro Amarelo foi convencido de que o filho deva ficar sem estudar dois ou três dias, as vezes mais de semana, do que estudar na escola no campo, por que essa escola carrega a imagem de atrasada. O pai deixa claro que a escola no campo é uma escola atrasada ao dizer também que,

*Uma série sozinha, não passa de uma e lá na cidade tem várias salas, dois três professores. Aqui era um para ensinar não sei quantos alunos e quantas matérias. Moça e essa escola não vai aumentar, não vai melhorar, quantos anos e não está a mesma coisa. Isso ai é para acabar e não para continuar daqui para frente. Da roça eu já sai com eles, não quero eles estudando aqui não. (Fala obtida em entrevista com pai de educando).*

Na fala de pais como estes, não há esperanças para a escola no campo. Fechar é inevitável. São discursos de pais como este, no Assentamento Barro Amarelo, que são capazes de enfraquecer enquanto território do campesinato, um discurso para o esvaziamento de pessoas no campo. Sujeitos como esse pai, são vítimas de interesses capitalistas, de um modo de produção, em especial que é do agronegócio. Tanto ao redor como dentro do Assentamento Barro Amarelo em Abadiânia tem se expandido o cultivo do eucalipto, pois a organização e

articulação do Estado tem sido do abandono das escolas no campo, do território do campesinato e a implantação da ideia de que não há alternativas para estudar, para viver no campo, para o conformismo da realidade de que a cidade é a única opção para sair do atraso do campo do camponês. É uma ação do Estado que abre espaços para reterritorialização do agronegócio. E como já dizia Caldart quando o Estado abandona e depois fecha a escola por meio de algum argumento, ele está reforçando o mito de que

O agronegócio, representa o “avanço das forças produtivas no campo”, a modernização da agricultura seja um avanço em relação ao desenvolvimento da classe trabalhadora e seu acesso a direitos sociais, entre eles o avanço da escolarização, enquanto que a sobrevivência do trabalho de base camponesa representa o atraso, não exigindo qualificação e elevação da escolaridade dos trabalhadores. A realidade nos mostra o contrário, mas a ofensiva ideológica tenta mascará-la (CALDART, 2015, p. 19).

Assim, existe uma realidade difícil de ser transformada no Assentamento Barro Amarelo. Difícil principalmente no sentido de construir coletivos nesse assentamento, já que não tem somente sujeitos camponeses, pois o fechamento da escola expulsou muitos dos camponeses e permitiu a entrada de outros sujeitos que fazem avançar o agronegócio sobre o território que é do campesinato. A esperança de transformação nesse assentamento está naquelas pessoas que ainda acreditam na escola no campo, é a possibilidade para renascer a Educação no e do Campo e fortalecer novamente o território do campesinato no Assentamento Barro Amarelo. E essas mudanças só se darão quando estes sujeitos se organizarem e lutarem, aproveitando as brechas do Estado. Estado este que por enquanto tem favorecido no Assentamento Barro Amarelo a reterritorialização do agronegócio. O ex-líder e professor da comunidade que esteve desde quando o assentamento ainda era acampamento diz sobre a escola, o contrário deste pai que ainda é novato no assentamento,

*Lá a escola era muito boa, tem duas salas, tem aluno que dá para encher a escola. A gente tinha ampliado aquela primeira, mas foi dois anos só para iniciar nessas que tem lá. Eu falo que nós fizemos isso, eu não falo eu não, porque éramos um grupo né, o eu não faz nada.* (Fala obtida em entrevista com ex-líder da comunidade).

Fala-se em ex-líder porque não mora mais no Assentamento Barro Amarelo. Depois da sua transferência para a escola da cidade já que era professor, e fechamento da escola, além da dificuldade de acesso com recursos de saúde foi obrigado a sair do seu território. Hoje esse grupo de que o ex-líder menciona era quem formava o assentamento, mas atualmente esse grupo praticamente que não mais existe. Segundo o ex-líder da comunidade do Assentamento Barro Amarelo,

*Eu não conheço muitas pessoas de lá. Tem gente lá que eu vou ser sincero eu não conheço, porque organização é o seguinte, quando é todo mundo do mesmo nível é uma coisa, você tem argumento para conversar com as pessoas, aí o que acontece, aquele pequeno vende a terra para uma pessoa que tem mais poder aquisitivo, ele não vai te ouvir. (Fala obtida em entrevista com ex-líder da comunidade).*

O ex-líder do Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia, explica que quando pede satisfação da escola na Secretaria de Educação de Abadiânia,

*Eles falam que fecham a escola para melhorar, mas melhorar em que eu não sei, porque os professores daqui do município como os de lá todos são preparados tudo tem faculdade, então eu não vejo melhoria não. (Fala obtida em entrevista com ex-líder da comunidade).*

Contudo, o discurso da Secretaria de Abadiânia é que os sujeitos do campo preferem a escola da cidade.

*As Escolas do Campo foram desativadas porque o número de alunos é muito pequeno e eles preferem estar na zona urbana aí por isso oferece o transporte para eles. Aí envolve muita coisa estrutura da escola, por serem escolas multiseriadas, porque o multisseriado não favorece muito a aprendizagem. (Fala obtida em entrevista com a Secretaria de Educação do município).*

Em Abadiânia, no Assentamento Barro Amarelo, como parte expressiva da comunidade é contra o funcionamento da escola, foi organizado uma reunião para reiterar o processo de fechamento da escola. Nessa reunião, participou e documentou em ata com a assinatura dos sujeitos da comunidade, que concordaram e se apresentaram contra o funcionamento da escola que como bem coloca o pai,

*A reunião aconteceu lá em Abadiânia e nós aqui da minha família, tudo votou contra essa escola. Tem uma amiga minha aqui que votou contra, e tem vários pais aqui que fizeram isso. (Fala obtida em entrevista com o pai de educando da escola).*

Assim, quem era contra o fechamento da escola ou não soube da reunião como foi o caso do ex-líder da comunidade que diz

*Chegou e fechou, tá fechado e acabou e não abre mais não. Ditadura mesmo. Avisou que ia fechar né, mas não para pedir opinião se podia, se seria melhor. (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).*

Dá para notar, que a informação de que ia ocorrer a reunião para decidir os rumos da escola não chegou a todos e não chegou ao que representou a liderança da comunidade. O que pode ser uma falta de comunicação, desencontros como pode ser intencional a sua não participação.

Em Pirenópolis, a Secretaria também possui todo um discurso ideológico de comparação das escolas no campo com as escolas urbanas. Ao ignorar as consequências para o campesinato, a Secretaria de Pirenópolis diz que

*Então os alunos mudaram para uma escola com melhor estrutura, o acesso também é mais rápido, porque antes passava por mata-burro, curvas, e agora o ônibus já levando para essa fica melhor, é uma estrada de chão, mas é direto. É ser muito particular dar aula para uma duas crianças né. Seria um prazer mesmo se for o caso de abrir a escola, então a ideia é realmente de parar um tempo, então se tiver demanda volta sim. (Fala obtida em entrevista com a Secretaria de Educação do município).*

No povoado de Bom Jesus, em Pirenópolis, também tiveram sujeitos contra o funcionamento da escola e esses sujeitos foram pais de educandos. O relato se dá através de um educando, uma vez, que não foi conseguido entrevista com pais que foram contra o funcionamento da escola. O educando relata que,

*O prefeito ganhou e ele era contra, da oposição e tal e foram eles que resolveram tirar a escola. Daqui tinha muita gente que demonstrou ser a favor e contra. E aí o pessoal que era a favor disse que o prefeito tinha que fazer o que achasse melhor e aí a comunidade ao invés de brigar se unir, não, foi de um lado apoiar o prefeito falando que ele tava certo e do outro não soube o que fazer, deixou saber as coisas acontecerem mesmo. A união aqui é bem fraca mesmo. (Fala obtida em roda de conversa com educandos da escola).*

Segundo a merendeira da escola do povoado Bom Jesus, em Pirenópolis, tiveram pais que,

*Gostou de ter mudado para a escola da cidade. Eles acham que a escola é melhor sendo que a mesma professora que dava aula aqui da aula lá. Tem muitos pais que falam que o filho se desenvolve melhor lá na cidade. (Fala obtida em entrevista com merendeira da comunidade).*

Se deve a concepção de que a escola na cidade é melhor na organização e na estrutura assim como acontece no Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia. Em Pirenópolis, aconteceu da mesma forma que em Abadiânia. Como havia parte da comunidade a favor do fechamento da escola, foi essa parte que soube e participou da reunião de fechamento da escola. Não foi conseguido entrevista com pai ou mãe contra o funcionamento da escola, mas pela Secretaria de Educação teve reunião, quando diz que

*Nós fizemos foi uma reunião, comunicamos aos pais, conversamos, e a gente foi amadurecendo essa ideia também que não dava a escola. (Fala obtida em entrevista com a Secretaria de Educação do município).*

Nesta fala nos confirma que existiu reunião, mas que essa reunião não teve participação de todos da comunidade quando a ex- merendeira diz que

*Uai veio dizendo que todo mundo ia mudar agora para a escola da cidade. Antes das férias de dezembro, eles trocaram as cadeiras tudo, pois armário novo, quando foi fevereiro levou tudo para Santo Antônio, eles trouxeram as coisas e ai levaram tudo embora, ninguém teve prazer de sentar aqui na cadeira novinha. Não teve reunião, não teve nada assim, para avisar, pedir opinião da gente sobre a escola não. Não teve não. (Fala obtida em entrevista com a ex- merendeira da escola).*

Portanto, seria uma reunião manipulada, com resultados manipulados? Pois, participam somente os pais contra o funcionamento da escola e convencidos com o fechamento. Em Cocalzinho, na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, também tiveram pais e funcionários contra o funcionamento da escola. Para a ex- merendeira,

*Os pais também tinha razão, porque estavam caçando melhorias com relação ao ensinamento mesmo. Milha filha o que eu acho desse espaço é que tem que ficar do jeito que tá. Eles colocaram o carro de lá para pegar aqui também... teve gente aqui que se meteu com um dos políticos aqui e foi onde teve a derrota porque ele pegou e foi só tirando os meninos. E as mães foi se iludindo, porque tem gente que se ilude com política. E aqui teve foi muita promessa, sabe aquela promessa que fica só no papel, vem quatro anos aparecem, todo mundo bonzinho mas depois somem, o negócio aqui é isso ne. Os pais até que chegou a cobrar muito aquela escola, aquela escola não tinha banheiro, os pais que foi que fizeram um jeito porque lá era só um buraco, a gente chama de privada, a gente tinha o maior medo dos meninos cair lá dentro. Foi meu marido que trabalhou mais outro pai que levantou aquele banheirinho. (Fala obtida em entrevista a ex- merendeira da escola).*

Na fala da ex- merendeira havia pais que não queriam colocar os filhos na escola da comunidade por causa da situação estrutural e organizativa da escola. A esperança de ter uma escola em boas condições na comunidade se acabaram com o tempo e assim foi só diminuindo o número de educandos, mas a Secretaria de Educação de Cocalzinho traz um outro discurso, um falso discurso em que a comunidade quem preferiu a escola na cidade ao dizer,

*Ai os pais dos alunos preferiram levar as crianças para a Morada da Serra, porque a escola tinha mais estrutura do que lá na Lagoa do Pato Selvagem. Nós pensamos em reformar e crescer a escola, mas na medida que foi diminuindo a quantidade de alunos, não valia a pena. Fazer todo um gasto e a escola não ter aluno. Quando eu entrei aqui a escola tinha mais de 30 alunos, então era uma escola que tinha possibilidade de você crescer ela. Melhorar a estrutura. Mas como no decorrer dos anos foi só transferindo o aluno. (Fala obtida em entrevista com a Secretaria de Educação do município).*

Não melhorando a estrutura da escola no campo, que a escola vai perdendo todas as suas condições de funcionamento e depende ainda mais da formação, de coletivo da comunidade para mantê-la. Como a comunidade não tem essa consciência de como é importante a escola no campo, de formação de um coletivo, é que aceita o discurso ideológico do Estado que é transmitido pela Secretaria de Educação de Cocalzinho ao dizer que,

*Essas crianças estão melhor, mais espaço, melhor escola, mais professores. Foi um ganho para comunidade a escola da cidade. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

Representa a perda do direito de ter uma escola no campo, quando a secretária em Cocalzinho, também complementa no discurso que,

*Eu sei que foi feito uma ata, resultado de uma reunião que teve na comunidade ali. Informando que seria fechada a escola. Foi feita uma reunião porque como a gente sabia que a comunidade do Pato Selvagem é grande, a gente tem consciência que ali tem várias crianças, então a gente fez reunião com o pessoal, se eles realmente iam continuar com as crianças matriculadas na outra escola, ou não, se eles não fossem continuar a gente continuaria mantendo a escola normal, mas eles preferiram a outra escola, melhor estrutura, então não tem nem o que questionar né. A escola atendia somente a comunidade Pato Selvagem. O pessoal não opinou para manter aberta, não falaram nada porque tinha uma outra escola que era melhor para eles. Ai então eles não tiveram prejuízo nenhum. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

Portanto, a reunião de que a Secretária se refere, que foi para tratar do destino da escola, contou com a participação somente de sujeitos contra o funcionamento da escola, enquanto que sujeitos que mesmo nas reais condições de funcionamento da escola queria que ela se mantivesse aberta, não participaram, não souberam que houve alguma reunião. Quanto ao desconhecimento da reunião, os pais a favor do funcionamento da escola dizem que,

*Ninguém veio aqui falar com a gente que a escola ia ser fechada. Agora tem dificuldade de ir né porque agora eu tenho dificuldade de ir com minha outra filha que não anda pra levar para a escola. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Em Vila Boa, a Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza não atendia exatamente uma comunidade de camponeses, uma vez que são camponeses que trabalham em fazendas na região. Pelas falas dos entrevistados, na época do fechamento dessa escola, havia pais e professor que ficaram contra o funcionamento da escola. Quanto ao professor, ele sempre foi da cidade e não tem a escola no campo como importante, a realidade que o trabalho na escola no campo só dificultou sua vida. Para este professor é explícita sua visão de que o campo é atrasado, quando diz que

*A cidade sempre vai prevalecer todo pai quer seu filho na cidade, eu falo porque eu vejo aluno que vai para a escola doente porque quer que a gente tome as providencias. Os pais já tem essa concepção de que a cidade é bom. De que a cidade tem recurso. (Fala obtida em entrevista com ex- professor da escola).*

Além da estrutura física pequena, e de material escolar não tão boa, a escola contrariava os sujeitos do campo por estar nas proximidades da BR, o que representaria um perigo para as

crianças, uma vez, que não havia sequer guarda para ter esse cuidado com as crianças. Mas, o ex- Secretário de Educação de Vila Boa diz que a escola é fechada porque são poucas crianças e existem muitos gastos com o guarda/vigia, por exemplo. Algo bastante contraditório na sua fala, já que na realidade o vigia, por exemplo, não existia nessa escola, portanto, não representou gastos, e que se tivesse o vigia, os pais não ficariam tão contrariados com o funcionamento da escola. Segundo o ex- secretário em Vila Boa,

*Fica inviável de manter a escola lá na zona rural sendo que tem um veículo que pega os alunos do sexto ao nono ano lá porque só tem essas séries e o ensino médio aqui no município. Porque o transporte já não vai lá pegar esses alunos, já não precisa fazer aquela trajetória toda, porque então funcionar uma escola com 13 alunos por exemplo que tem professor, merendeira, **tem que ter vigia na escola**, tem que ter merenda que são os direitos dos alunos, então quando você põe na ponta da caneta os recursos que entra então. E lá nessa escola o professor vinha aqui da cidade então é um transtorno muito grande, então a gente tinha que transportar professor o tempo inteiro. (Grifo nosso). (Fala obtida em entrevista com ex- Secretário de Educação do município).*

Sobre o fechamento da escola, a fala da mãe em Vila Boa diz,

*Muitas vezes a gente acha ruim, mas por outro lado a gente acha bom porque **na época a escola não era cercada de muro nem nada, eles iam para pista, aí eu mesmo tinha medo era disso na época. A gente não tinha segurança não.** Para estudar era bom mas não tinha muro não tinha nada. Prefiro na cidade porque é mais seguro também. Então pra mim foi bom ter fechado a escola, não tinha guarda, nada na escola e esse homem apareceu ameaçando meu filho, por esse motivo que eu falo né. Era só os professores, e a merendeira. (Grifo nosso). (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Também houve em Vila Boa, reunião para o fechamento da escola. Segundo o ex-Secretário de Educação

*Todo mundo concordou com o fechamento, não de fechar a escola e de parar o atendimento, era porque a demanda da escola já não dava mais pagando os seus gastos. Onde foi trazido todo mundo para cá. Ai eles lavaram ata sobre isso com assinatura dos pais concordando né com o fechamento, porque não tinha como mais. E ai os alunos não ia ter percas também, ai professores e alunos e funcionários da escola foram realocados. (Fala obtida em entrevista com ex- Secretário de Educação do município).*

Se a intenção das reuniões é de ter participação exclusiva dos pais contra o funcionamento da escola, neste foi ainda mais fácil pois, como os pais moram distante da escola, o único contato que estabelecem é quando os filhos estudam na escola e é uma vez ou outra que vão à escola pela dificuldade que é sair da fazenda. Portanto, na reunião participaram os pais que na época tinham filhos estudando na escola e que sofria com a situação de a escola representar um perigo constante por estar próximo a BR e sem nenhuma segurança física ou



humana. Não participaram da reunião pais que já tiveram filhos que estudaram na escola, mas apenas que estavam estudando.

Sobre os pais que tiveram filhos que estudaram na escola há algum tempo, dizem que,

*Na época que a escola fechou os meninos não tava lá mais não. A gente não soube que fechou, depois que a gente viu que tinha fechado que passava para ir para Formosa né. A gente também tinha perdido o contato não sabia mais nada do que tava acontecendo não. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Outro pai deste território, complementa que,

*Eu não sei se teve reunião porque quando fechou a escola a minha filha já não estudava lá mais, se conversou foi com os pais de quem estudava lá na escola. Eles não procura por a gente assim que não tem nem mais filho né estudando na escola. (Fala obtida em entrevista com pai de educando da escola).*

As Secretarias dos municípios passam a ter nos territórios de Abadiânia, Pirenópolis, Cocalzinho e Vila Boa um documento assinado e concordado com a comunidade sobre o fechamento da escola, um documento que dificulta a abertura da escola e que carrega uma cruel forma de retirar os direitos dos povos do campo, que é a partir da manipulação da consciência.

Em Sítio d'Abadia, Mambaí, Damianópolis e Santo Antônio do Descoberto não houve reunião com a comunidade para discutir o fechamento da escola. A realidade também é que são nestes municípios que os sujeitos dos territórios estudados não se mostraram contra o funcionamento da escola. A reunião aconteceu somente nos municípios onde pelo menos uma parte da comunidade se colocou contra o funcionamento da escola. Assim, segundo os educandos da comunidade Água Boa, em Sítio d'Abadia,

*Eles avisaram mais os professores assim que esse professor avisou pro aluno que ia fechar que ia passar para a cidade. No dia fecharam e não abriram mais. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Em Mambaí, da mesma forma, não ocorreu a reunião, inclusive foi conseguido a justificativa de não ter ocorrido reunião na fala do secretário quando diz que,

*Em relação a opinião dos pais, não teve uma consulta pública, foi uma decisão unilateral da Secretaria de Educação. A gente sabe também que na época que eu reformei ela, ela tinha aproximadamente 15 alunos com seis funcionários para estar dando manutenção. Então ficava caro porque a mão de obra é um pouco puxado, então para o aluno, então provavelmente deve ter isso que alegaram. Ai os alunos do povoado Vila Nova foram todos transferidos para o povoado Machado. E os professores também. (Fala obtida em entrevista com o Secretário de Educação do município).*

Em Santo Antônio do Descoberto, também não houve reunião, como bem coloca a Secretaria de Educação deste município,

*Ainda não temos esse processo dialógico de democratização, o que temos é de faz de conta. Normalmente, as decisões são tomadas de forma vertical. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

E os pais desta escola que tem ou tinham filhos, gostariam da escola funcionando, mas a condição de funcionamento da escola, que estando dentro de uma fazenda e dependente econômico e burocraticamente dos proprietários da fazenda, bem como dos pais na condição de caseiros neste território, que se sentem fracos numa reunião para discutir o destino da escola. Por isso que houve muita desistência de trabalho nas fazendas, muitos pais deixaram sua função de caseiro por causa da falta de escola. A mãe de educando diz que,

*A gente também não tem força assim sabe para mobilizar porque tem pais que nem se preocupa mais para reabrir a escola, os filhos já estão tudo adolescente, então vai se virando. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

No Povoado de Boa Esperança em Damianópolis, os educandos dizem que,

*Colocaram o aviso na porta da escola, e pediram para que matriculasse os meninos na escola de Damianópolis. O pessoal fez um monte de reunião para ver se eles apareceriam, mas ninguém apareceu para dar satisfação. (Fala obtida em roda de conversa com educandos da escola).*

Enquanto que o Secretário de Educação no município de Damianópolis diz que,

*Geralmente essa decisão é mais das Secretarias e subsecretarias do Estado. Então, a população não é consultada nesse sentido. (Fala obtida em entrevista com Secretário de Educação do município).*

Ainda em relação ao município Damianópolis, especificamente na Secretaria de Educação, que também apareceu o discurso ideológico. A Secretaria de Educação que reproduz uma ideologia de que o fechamento da escola é necessário para melhorar a educação, pois

*O Estado subentende que quando as salas tem de seis a oito alunos fica difícil de manter por causa dos custos porque o repasse que vem também para os municípios é pequeno. Então para você manter a escola aqui e manter a escola lá termina ficando, igual o recurso de merenda escolar fica cerca de vinte mil por ano e por ai vai. Então se você perceber a logística, termina que os recursos se persistir em manter uma escola dessas lá no povoado termina o município dando uma qualidade de ensino ruim por falta de recursos em manter. (Fala obtida em entrevista com Secretário de Educação do município).*

Na fala do secretário fica explícito que para ter acesso a qualidade de educação é preciso fechar a escola no campo, de que não é possível ter essa qualidade mantendo a escola no campo aberta com poucos alunos. O argumento numérico para fechar a escola está intimamente ligado ao argumento ideológico. E a professora que dava aula na Escola Municipal Boa Esperança em Damianópolis, e que hoje mora no município tem uma visão crítica sobre a visão do Estado, de superlotar as salas de aulas, de aumentar a carga horário do professor.

*O Estado tem a meta deles de quantidade de alunos, eles cortam muita coisa quando tem poucos alunos mesmo na cidade, aí cortam muitos serviços e aumento muito a carga horaria dos que ficam, mas tem que ser acima de 300 alunos. Aqui que tem 200 e poucos alunos já reclamam imagina a de lá em Boa Esperança que tinha uns 30 alunos! (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

A promessa de melhorar a educação fechando as escolas, e fechando as escolas no campo é uma farsa já que fechando as escolas, as salas sofrem com superlotação o que dificulta o trabalho do professor, bem como outras consequências que as crianças e adolescentes sofrem com a dependência do transporte para chegar a escola, como logo veremos.

Existe toda uma estratégia do Estado onde o que importa não é a diminuição dos gastos, é a diminuição de gastos com a educação no campo. Não há estudo algum sobre as consequências das comunidades com a forma que a escola no campo tem funcionado e muito menos com o fechamento da escola. E ainda o desrespeito, desconsideração que as falas das Secretarias carregam em relação aos direitos dos povos do campo e a ignorância para com o sofrimento de crianças e jovens. É o descaso completo quando a Secretária de Abadiânia diz, por exemplo, que,

*Quanto ao transporte eles acostumam com o vai e vem. Tem uns que são longe, mas acostuma. E sempre teve transporte para a zona rural, os que não estão estudando e que são da zona rural é porque não quer estudar. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

Se a escola existe, o transporte é necessário principalmente para educandos que residem longe da escola no campo. Se tem professores formados na comunidade que possam trabalhar na escola, e tem educandos porque trazer todos para a cidade? Continua havendo os mesmos gastos só que acrescente a isso o desperdício com o dinheiro público quando abandona a escola, e mais não importa o que a escola no campo significa para a comunidade e como essa comunidade tem passado sem a escola. Tanto que o descaso com a Educação no e do Campo, a intenção de fazer com que as escolas no campo estejam fadadas a extinção está claramente expresso quando o secretário em Damianópolis, coloca,

*A escola de Boa Esperança assim como as escolas dos demais municípios aqui Mambai, Sítio D'Abadia, tinham escolas nas zonas rurais, como a de Boa Esperança, mas com o passar dos anos essas escolas foram fechando ai hoje **praticamente em toda a região do Leste Goiano aqui as escolas concentram tudo na cidade. As escolas rurais praticamente que acabaram. E da Boa Esperança não foi diferente. É uma escola que funcionou muitos anos e primários e chegou até funcionar a oitava série, mas com o passar dos anos o que acontece, houve uma migração muito grande do pessoal pra cidade e começou a ficar inviável a manutenção dessas escolas, exatamente pela quantidade de alunos. Era muito pouco os alunos para cada sala e foi***

*ficando difícil.* (Grifo nosso). (Fala obtida em entrevista com Secretário de Educação do município).

Por isso afirmamos que é privar a classe camponesa do acesso aos seus direitos. Molina (2008, p. 21) já dizia que

A educação é um direito. E como tudo que diz respeito a nós, seres humanos, a ideia da educação como um direito humano, é mais que isso, a ideia dos direitos humanos é fruto de uma longa construção histórica da luta de milhares de pessoas até nós chegarmos as conquistas.

É muito mais do que cortar gastos, é viável estrategicamente fechar essas escolas antes que adquiram mais importância para a comunidade, sendo possibilidades de transformação da realidade, portanto, uma afronta ao agronegócio, uma ameaça para o Estado Mínimo que temos. O fechamento da escola “não constitui um problema interno ao sistema escolar, pelo contrário, uma questão bem mais vasta que diz respeito ao futuro do mundo rural e, portanto, à configuração global da nossa sociedade (CANÁRIO, 2000, p. 123). Sobre isso Caldart também nos chama a atenção que

É preciso que muito mais gente entenda que a lógica assumida pelo Estado em relação à produção agrícola é a mesma lógica assumida para exacerbar a mercantilização da educação; que o mesmo Estado com o qual disputamos políticas públicas de educação para os trabalhadores do campo é o que está garantindo volumosos recursos públicos para fortalecer o modelo agrícola do agronegócio, mesmo sabendo que esse modelo reduz drasticamente o número de trabalhadores no campo (2015, p. 16).

Ainda é importante ressaltar que em relação ao conformismo do fechamento da escola estiveram em todos os territórios estudados inclusive em Abadiânia, Pirenópolis, Vila Boa e em Cocalzinho que parte dos sujeitos do campo se mostraram contra o funcionamento da escola. Os sujeitos dos territórios estudados em Abadiânia, Pirenópolis, Cocalzinho e Vila Boa estavam conformados com o fechamento da escola porque parte da comunidade era contra o funcionamento da escola e portanto, a outra parte se sentia incapaz de fazer qualquer coisa. Sobre isso, tem a fala da mãe no Assentamento Barro Amarelo em Abadiânia que representa essa situação ao dizer que,

*Não fiz nada porque quase todo mundo votou a favor da escola ficar fechada. Muitos pais acharam melhor fechar a escola.* (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).

A ex- merendeira da comunidade Bom Jesus em Pirenópolis que diz também,

*Não, ninguém fez nada não e era difícil também. Até porque tem um pouco de gente que gostou de ter mudado para a escola em Santo Antônio.* (Fala obtida em entrevista com ex- merendeira da escola).

E em Cocalzinho na comunidade Pato Selvagem o educando diz que,

*Tem gente que quer que abra a escola mas todo mundo deixou a situação relaxar demais. E tinha um povo do contra também ne. Acho que não abre mais não.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Em Vila Boa o pai quem diz que,

*“Eu lutaria se fosse o caso de não lutar sozinho porque é um direito nosso então se fechar as escolas do município acaba sendo uma perca muito grande né”.* (Fala obtida em entrevista com pai de educando da escola).

E em todos os demais municípios mas incluindo aqui Abadiânia, Pirenópolis, Cocalzinho e Vila Boa está a presença forte do individualismo e falta do coletivo e em sujeitos específicos que são os ex- educandos, ex- professores, ex- funcionários, pais que não tem filho em idade escolar. Existe o sentimento de não pertencimento a escola, ou de não ter mais vínculo, de não precisar da escola. Também um conformismo que se explica pelo implante do discurso ideológico do Estado nas falas dos sujeitos, isso porque as explicações das Secretarias pela diminuição de educandos, e ainda da dita inviabilidade de manter a escola no campo com poucos educandos, aparecem nitidamente em falas dos sujeitos do campo entrevistados e que participaram da roda de conversa.

Sobre o individualismo, a merendeira já aposentada em Sítio d ‘Abadia diz que

*Eu te falar a verdade, não lutaria para a escola abrir, porque nem neto estudando aqui eu tenho. Se tivesse pelo menos neto a gente lutaria. Só eu e o marido, só nos dois. Ai fica difícil.* (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).

Sobre isso, pode ser representado pela fala da mãe de educando, no povoado de Vila Nova em Mambaí que diz que,

*Como eu não tinha mais menino pra estudar pra mim não fez diferença não. Pra muitos fez ne, não tinha muito menino para abrir a escola de novo. Mas no meu caso como eu não tinha pra mim tanto faz.* (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).

Em Bom Jesus, Pirenópolis a fala de uma mãe de educando, que diz que,

*Foi muito ruim ter fechado porque as crianças ficam muito sofrida, não é meu problema, porque eu não tenho filho estudando ne, o que pode estudar aqui meus filhos estudaram.* (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).

No território de Damianópolis, povoado de Boa Esperança, como exemplo, tem a fala da merendeira aposentada, quando diz que,

*Dessa vez eu não fiz nada, uma porque eu não tinha filho que estudava, e outra porque eu vi que não era falta dos prefeitos, mas foi falta de aluno.* (Fala obtida em entrevista com a ex- merendeira da escola).

E quando tinha filhos na idade escolar ela diz que,

*Teve uma época quando minha filha era pequena, que ia fechar a escola por falta de professor, e não tinha ônibus, minha filha ia ficar sem estudar. Pois eu fui lá de a pé em Damianópolis para correr atrás disso. E eu não ia mudar para Damianópolis porque eu tinha muito mais filho, aí eu ia lá mas o prefeito não queria por. Mas eu ajuntei umas parente, e amiga aqui e fomos lá, aí foi que ele resolveu por uma professora aqui. Aí que minha filha continuou, hoje ela tem duas faculdades, ela é professora, não mora aqui mas valeu a pena. (Fala obtida em entrevista com a ex- merendeira da escola).*

Foram exemplificados falas de sujeitos que mesmo quando reconhece a importância da escola para outras crianças, outros pais, são sujeitos conformados com o fechamento. Apesar de ser exemplificado falas de quatro territórios portanto nos municípios de Pirenópolis, Damianópolis, Sítio d 'Abadia e Mambaí, são falas que se encontram em todos os outros territórios. Sobre essas falas, Bogo já dizia que

Muitas vezes temos a tendência de nos organizar por movimentos ou categorias, fato importante, porque as pessoas não começam a lutar se não for para resolver seus problemas concretos. Ocorre que isso tem levado a cada um cuidar do seu problema, e, então, as categorias nunca se transforma em classe, porque lutam por interesses isolados, tal qual fazem as massas populares. Precisamos compreender que, no sentido amplo, somos parte da mesma classe do proletariado, mas, se essas partes ficarem isoladas, ela não se constitui e não terá força suficiente para negar a classe burguesa (2008, p. 174).

É importante que se entenda que também não cabe julgar o pensamento desses sujeitos, seja do individualismo, do receio, desânimo de participar da luta e mesmo no receio de participar desse trabalho com as entrevistas e rodas de conversa, uma vez que existe todo um discurso do Estado, e que por serem municípios pequenos se expressa com maior força o controle de uma pequena elite que detém e determina o destino da população, portanto criar implicações políticas contra as ordens do poder municipal que representa o Estado, é ser depois oprimido.

A Secretaria de Educação bem como o poder público municipal cumprem a função nesse trabalho de serem aparelhos ideológicos e repressores do Estado. A Secretaria de Educação como aparelho ideológico e o poder público municipal repressor, fazendo com que as pessoas se sintam intimidadas de falar, de lutar, com receio de perder principalmente o emprego. Sobre isso tem a fala de pai de educando no povoado Vila Nova, em Mambaí, que diz,

*Mas o povo tem medo de falar, porque a senhora chegou em mim. Agora eu dou meu voto secreto se precisar para voltar essas crianças a estudar aqui. (Fala obtida em entrevista com pai de educando da escola).*

A ex- merendeira do território estudado em Vila Boa, que diz,

*Trabalhar aqui de contrato ou sem contrato a pessoa depende de muita política. Aqui é uma cidade pequena que você prevalece se você tiver do lado do prefeito. Se não você não tem direito a nada.* (Fala obtida em entrevista com ex- merendeira da escola).

A ex- professora e diretora na comunidade Água Boa, em Sítio d'Abadia, diz que,

*Assim o governo municipal eles falam e não tem como a gente contradizer. Essa pessoa que mandou você falar comigo, elas tem medo de falar, mas eu não tenho, porque um dia eu ouvi uma delas falarem assim – o que adianta a gente falar alguma coisa, se eles não acatam nada. E se precisam do emprego para trabalhar né.* (Fala obtida em entrevista com ex- professora da escola).

E ainda a ausência de uma formação que os fortaleça enquanto camponeses, com base nos princípios do MST, da Educação do Campo. Um dos princípios do MST, da Educação do Campo, é a atuação no coletivo, pois é no coletivo que se adquire coragem e força seja para enfrentar o discurso seja para enfrentar a violência do Estado. Segundo Caldart,

*A falta de coletivo é uma das marcas fundamentais deste padrão cultural de relações sociais é a centralidade no indivíduo, sua aprendizagem, seu desenvolvimento, sua avaliação, sua subordinação, que, ao acompanhar o desenvolvimento próprio do capitalismo, degenera em individualismo, marca distintiva da cultura burguesa (CALDART, 2010, p. 166).*

Contudo, é interessante observar que essa falta de coletivo se expressa no fechamento da escola mas não se expressa em outras ações que demandam o coletivo na comunidade. São nas comunidades de Cocalzinho, Mambaí, Sítio d'Abadia, Pirenópolis, Damianópolis, Santo Antônio do Descoberto que foi identificado algum coletivo quando são outras demandas que não envolve política. As exceções de comunidades que não foi percebido nenhum tipo de organização coletiva são nos território de Abadiânia e Vila Boa.

Dentre todos os territórios dos municípios, foi o povoado de Boa Esperança, em Damianópolis o único que se aproxima de um coletivo no âmbito político para a defesa da escola e contra o fechamento da escola, tanto que é a única escola fechada que ainda ocorre alguma atividade, que tem se dado por meio de reuniões da comunidade. Sobre isso a líder da comunidade conta que

*Até hoje as reuniões são feitas na escola. Muitas coisas ocorrem na igreja agora, mas o que não pode, ocorre tudo na escola por exemplo as reuniões mesmo.* (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).

Neste território, existe um coletivo político, mas um coletivo que conta somente com educandos que estudaram na escola, a líder da comunidade e professores que moram no povoado. Havia uma vereadora nesse povoado, mas como ela não integrou a esse coletivo e o coletivo não integrou a vereadora que estaria representando a comunidade no poder do Estado)

é que deixa passar uma brecha do Estado em fortalecer as possibilidades de reabertura da escola.

Na fala da ex-diretora da escola, ela conta que,

*Minha filha uma época tentou quando eles fecharam, ela organizou uma reunião com eles da Secretaria, diz que ia chamar o prefeito, mas o secretário até falou que não ia vim nessa reunião não, ele falou para minha filha que ela não tinha filho estudando aqui, porque que ela tava querendo preocupar com isso, minha filha falou que sabia da dificuldade, que morava na comunidade. (Fala obtida em entrevista com a ex-diretora da escola).*

Essa fala da ex-diretora é interessante também, porque sua filha foi vereadora do município de Damianópolis e tentou articular reuniões para discutir a escola do povoado Boa Esperança, mas como era somente a vereadora que estava mantendo a articulação, os representantes municipais do Estado desmanchou sua ação de duas formas: primeiro não disponibilizou nenhum tempo para reunião com a comunidade que pudesse tratar do fechamento da escola, e em contrapartida pode ser percebido na fala da ex-diretora que foi implantado o discurso da individualidade quando o secretário indaga a vereadora.

Em alguns territórios, também foram expressos por alguns sujeitos, o sentimento da indignação com o fechamento da escola, mas essa indignação não é suficiente para mover a comunidade para lutar em coletivo e buscar reabrir a escola. Foram nos territórios de Mambaí, Sítio d'Abadia, Cocalzinho, Damianópolis, Pirenópolis e Abadiânia. Sobre o sentimento de indignação com o fechamento da escola, está expresso em Mambaí somente na entrevista com um senhor que é pai de um educando que estudou na escola. No território de Água Boa em Sítio d'Abadia o sentimento de indignação está na ex- professora e diretora da escola, pais e em educandos. No Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia, o sentimento de indignação aparece na fala somente do ex-líder da comunidade. Em Pirenópolis, no povoado Bom Jesus, a indignação está nos funcionários, alguns pais e os educandos. Em Cocalzinho, o sentimento de indignação está nos pais e nos educandos. Em relação a mãe do território de Cocalzinho e que expressou indignação com o fechamento da escola,

*O prefeito aqui que tá querendo candidatar agora, ele disse que vai fazer reunião para ver se a comunidade acha melhor abrir a escola. Só se o prefeito ganhar que vai ter uma reunião assim. Se ele não ganhar ai eu vou ver alguma coisa, vou ver se se faço um baixo assinado, coisa assim, ai vou levar para o atual prefeito para abrir a escola de novo porque aqui tem muito aluno. Ai quero também pedir aulas pros adultos, eu mesmo tenho vontade de estudar de novo, eu queria terminar meus estudos pelos menos da escola. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Em contrapartida, a Secretaria de Educação de Cocalzinho diz que

*Agora em época de eleição que sempre aparece aquele candidato que quer aparecer as custas, ai eles vem fala que quer abrir a escola, ai a gente tem*



*que pegar o estudo e mostrar que não é viável. Ai a gente tem que explicar que não tem aluno e não tem estrutura a escola. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

Mas, dos oito municípios, foi principalmente em Damianópolis que havia sentimento de indignação do fechamento da escola. Esse sentimento de indignação se expressou na fala dos educandos, da líder da comunidade, o ex-vigilante, dos ex-professores da escola e isso se explica por causa do envolvimento que estes sujeitos tinham com a escola e da importância que a escola estava adquirindo em outras dimensões da vida. Também é interessante observar, que essa comunidade é a mais instruída em termos educacionais e isso se deveu principalmente à escola que chegou a funcionar de primeira a nona série, estimulando os educandos a terminarem os estudos. Sobre a indignação de ter fechado a escola, o ex-vigilante diz que,

*Eu não sei porque fechou a escola, eu não vejo porque tem poucos alunos, porque as vezes, tem funcionário aqui do município que poderia estar lecionando aqui, porque além dos alunos eles levam, os funcionários. Então qual a lógica se você tem o prédio, tem os funcionários, tem os alunos, porque na escola que eu trabalho na cidade, eu trabalho a noite lá, e eu vejo tem duas salas de aulas lá que tá funcionando com oito alunos, então não deveria ser um problema a quantidade de alunos aqui ne mesmo.*

*Agora eu acho que cabe os responsáveis pela escola, pelo município, do bom senso deles querer ne. Porque se você tem o prédio, você tem os funcionários aqui e que você vai ter que descolocar as crianças, vai deslocar os funcionários, sendo que você poderia deixar todo mundo aqui, eu sinceramente não entendo porque. (Fala obtida em entrevista com o ex-vigilante da escola).*

Nas falas dos territórios que manifestaram indignação há uma visão de que depende do bom senso do Estado, de que depende do vereador, do prefeito para reabrir a escola. Está certo que depende também de quem está nos representando no poder do Estado. Mas mesmo sendo alguém que representa a classe trabalhadora, alguém que saiu do território do campesinato, este não consegue agir sozinho em prol do campesinato, da classe trabalhadora se a própria classe trabalhadora não lutar com este.

Falta na classe trabalhadora, nos camponeses em especial uma formação emancipadora, que explique a realidade vivenciada e que as conquistas da classe trabalhadora se dão pela luta de um coletivo, ou seja, esse Estado tem se mantido e tem se mantido forte, não dá simples e facilmente o acesso aos direitos. No poder do Estado, não tem somente o prefeito, ou o vereador, são vários sujeitos e sujeitos que se articulam, fazem o Estado ser do Estado Burguês, portanto o Estado Mínimo para a classe trabalhadora. Assim, para a escola continuar funcionando ou de reabri-la é preciso de formar coletivo de luta para também ser forte, e é o que tem faltado em evidência nas comunidades de todos os territórios dessa pesquisa.

### 3.1.2. Numérico

A princípio, é interessante observar que o argumento numérico está relacionado a quantidade de educandos e que apareceu nas falas de sete de oito territórios e, este argumento esteve associado a outros argumentos, sendo ideológico, de qualificação docente, ou burocrático. E é na união desses argumentos, que dificulta ainda mais a reabertura da escola.

De modo geral, os oito territórios que tiveram suas escolas fechadas, não oferecem boas condições de vida no campo, e condições de vida autônoma. Falta infraestrutura, possibilidade de trabalho, por exemplo. É importante considerar que são comunidades com poucas crianças já que são pouco atrativas para as famílias camponesas, o que acaba tornando comum o movimento de migração das famílias para a cidade e diminuindo o número de educandos no campo. Mas desconsideram esse fato, e torna argumento para fechar as escolas no campo a pequena quantidade de educandos. E com o fechamento das escolas no campo, intensifica o processo de expulsão dos sujeitos do campo. A respeito da pequena quantidade de educandos, Freitas (2015) quem nos ajuda a refletir sobre isso dizendo que

É a lógica financeira de alunos por metro quadrado o que define, nas planilhas financeiras, se compensa ou não ter uma escola em um determinado local. Não é a função social que a escola cumpre ou poderia cumprir de forma ampliada como um centro cultural local, o que guia a decisão.

Assim, pela quantidade pequena de educandos, as Secretarias de Educação dos municípios argumentam que é caro manter a escola no campo. A questão econômica foi expressa por seis, de oito Secretarias de Educação dos municípios. Somente em Santo Antônio que foi utilizado outro argumento para fechamento da escola e em Sítio d'Abadia, embora também não conseguimos entrevista com a Secretaria de Educação de Sítio d'Abadia. Sobre essa inviabilidade de manter a escola no campo com poucos educandos, a Secretaria de Educação de Damianópolis melhor representa ao dizer que,

*Na verdade isso foi um entendimento criado até pela Subsecretaria Regional de Ensino do Estado que vem acompanhando através do Censo Escolar que é um programa que ele que vinha medindo essa diminuição de alunos e chegou se no consenso de que realmente tava ficando inviável pra o município a manutenção dessas escolas. Então de uma forma geral a Secretaria de Ensino do Estado, porque tudo que acontece no município é regido pela Secretaria de Ensino Estadual. Assim, então a gente trabalha em consonância com ele e todas as decisões é tomada mediante o que o Estado determina. O fechamento da escola se deu exatamente por isso, o próprio Estado viu que realmente não tava tendo mais condições de manter aquela escola funcionando. (Fala obtida em entrevista com o Secretário de Educação do município).*

A Secretaria de Abadiânia ainda reforça que,

*É caro manter o aluno no campo, o custo aluno é muito pouco, ai tudo que paga aqui na cidade tem que pagar lá no campo, só que acrescenta a isso a dificuldade de tá levando. (Fala obtida em entrevista com o Secretário de Educação do município).*

Nessa fala da Secretaria, está evidente que o Estado não tem importado com as dificuldades das crianças e adolescentes para irem estudar na cidade, uma dificuldade que é sentida todos os dias. A Secretaria de Cocalzinho ainda diz que,

*Mesmo a escola sendo pequenininha tinha gasto, porque a gente tinha que deslocar até lá para levar o material de limpeza, a merenda, material didático, ai a gente mantinha uma professora formada, uma formação acadêmica necessária, além de um funcionário administrativo. Todo esse gasto para manter esses alunos lá. (Fala obtida em entrevista com o Secretário de Educação do município).*

O ex-secretário de Vila Boa também demonstra na sua fala que a educação no campo não é de direito quando dá o exemplo dos 13 educandos sem escola, considerando este número pouco e irrelevante para manter-se uma escola, enfim, desconsiderando as consequências para a vida destes 13 educandos. Na fala, este ex-secretário diz que,

*Já não precisa fazer aquela trajetória toda, porque então funcionar uma escola com 13 alunos, por exemplo, que tem professor, merendeira, tem que ter vigia na escola, tem que ter merenda que são os direitos dos alunos, então quando você põe na ponta da caneta os recursos que entra então. E lá nessa escola o professor vinha aqui da cidade então é um transtorno muito grande, então a gente tinha que transportar professor o tempo inteiro. (Fala obtida em entrevista com o ex- Secretário de Educação do município).*

Mas, do mesmo modo, se essa escola pequena e multisseriada comporta uma quantidade elevada de educandos, esta também é fechada, já que muitos educandos em única sala com várias séries para uma única professora não é possível de ser mantido como aconteceu no território de Abadiânia, no assentamento Barro Amarelo. Por isso, afirmamos que é falho o critério numérico, de quantidade de educandos, pois em ambas as situações (pouco ou muitos educandos) a alternativa sempre é fechar a escola no campo.

Portanto, foram em seis territórios (Pirenópolis, Cocalzinho, Mambai, Vila Boa, Damianópolis e Abadiânia) que foi utilizado pelas secretarias o argumento numérico, referente a diminuição de educandos para fechamento da escola. Contudo, no Assentamento Barro Amarelo onde está localizado a Escola Municipal Barro Amarelo, em Abadiânia, foi fechada por ter uma quantidade excessiva de educandos e a professora não conseguia ministrar suas aulas. A escola possuía uma única sala de aula e de acordo com a comunidade, o fechamento

da escola do Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia, foi em função do excesso de educandos. Mas segundo a Secretária,

*A escolas foi desativada porque o número de alunos é muito pequeno e eles preferem estar na zona urbana ai por isso oferece o transporte para eles. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

Dá para perceber ainda na fala, que as escolas no campo não tem porque existir pelo número de educandos terem diminuído e devido os pais preferirem os filhos estudando na cidade. Mas, para contradizer a fala da Secretária de Educação de Abadiânia, tem a professora que trabalhou na escola que bem reforça que suas demandas não valem nada. É um educação automatizada. Ela diz que,

*Ai eu cheguei lá, eu tinha três alunos. Ai eu fiquei com esses três alunos, ai quando foi no outro ano ai eu já tinha dez alunos. No outro ano mais alunos, foi chegando, foi chegando e eu já tinha 28 alunos quando eu sai de lá. Ai a escola já estava inviável, o número de alunos, e era uma escola multisseriada com 28 alunos você imagina o que é né. Muito difícil de trabalhar. Eu acho que dá para fazer um bom trabalho numa escola multisseriada, mas tem que ser no máximo de 15 alunos, passou de 15 alunos, eu já acho inviável para aprendizagem dos alunos e também pro professor. Então era 28 alunos de todas as séries, do primeiro até o quinto ano. Então, é foi assim eu particularmente falava para a Secretaria, abre outro turma, não dá mais, mas não era feito. Ai tinha que abrir duas turmas o mais rápido possível. Não dava mais para comportar o número de alunos. E ai preferiu fechar. Tenho pra mim que lá foi o excesso de aluno que fechou a escola. (Fala obtida em entrevista com a ex- professora da escola).*

A mãe de educando, no assentamento Barro Amarelo, expressa sua angústia com o fechamento da escola, ao dizer que,

*Eu senti um pouco que decepcionada né. Porque a gente vai lá e vota, mas, o prefeito diz que não ia fechar e logo passou um mês e a escola fechou, e colocaram o ônibus para os meninos irem para Abadiânia. Porque era sempre mais fácil, agora eles andam 26 km para ir para a escola todos os dias. E aqui era pertinho, era dois km. Tem vez que o ônibus passa uma semana sem vir, a Kombi quebra quase todo dia, então fica muito difícil. Agora se a escola fosse aqui, era bem mais fácil. Porque aqui nem precisava de transporte dava para ir de a pé por dentro, porque aqui pertinho. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Assim, a transferência dos educandos para a escola urbana não foi uma preferência mas, uma consequência do descaso para com a educação, para com o povo do campo. Como bem coloca a professora na sua fala, não tinha como manter aquela quantidade de educandos numa única sala. A Secretária de Educação do município de Abadiânia, ainda complementa a fala quando diz que,

*Antes de fechar a escola tudo é organizado antecipadamente. Ai os alunos da zona rural são distribuídos pelas escolas do município de acordo com a*

*necessidade, ai vê a questão da lotação das salas também.* (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).

Quanto a essa organização antecipada, de nada adianta, pois, como há de se ver, existe uma série de consequências para a comunidade com o fechamento da escola. Se com a escola funcionando em precária condições já havia dificuldades, com o fechamento desta, tudo isso fica muito pior, o impacto a comunidade é sem precedentes.

Em Vila Boa, Pirenópolis e Cocalzinho tem uma outra especificidade que não foi citada mas, que influencia na diminuição do número de educandos na escola. O pequeno número de educandos se dá principalmente porque os pais vivem do trabalho sazonal nas grandes fazendas, assim, quando não tem mais trabalho eles vão embora e com isso diminui o número de educandos. Esse fenômeno se deu de forma mais intensa em Vila Boa, pois a Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza não atendia em específico uma comunidade, atendia somente a caseiros da região próxima à escola.

O pequeno número de educandos da Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza no campo de Vila Boa, a Escola Municipal José Ferreira Duarte de Pirenópolis e a Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem em Cocalzinho Goiás está intimamente relacionado a dinâmica do agronegócio. Quanto a diminuição de educandos na Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza em Vila Boa, a ex- merendeira quem diz que,

*Eu não sei ao certo mas quando eu trabalhei lá tinha uns 43 alunos e foi diminuindo cada dia a mais, os pais mudando das fazendas, ai chegou até 14 alunos e foi ai que fechou não teve mais alunos.* (Fala obtida em entrevista com a ex- merendeira da escola).

A professora da cidade que trabalhou na Escola Dorvalina Araújo de Souza complementa ao dizer que as famílias camponesas,

*Vem trabalha com toda aquela ilusão, que vai ser bom, vai ser bom... ai trabalha um ano, cinco meses e resolve sair. Aqui no nosso município a gente tem bastante isso. Igual na escola que estou trabalhando agora, aqui na cidade, de repente a gente agora no final do ano tem mais alunos, e tudo são da zona rural.* (Fala obtida em entrevista com a ex- professora da escola).

Assim, as famílias que dependem da escola e que continuam nos territórios são desconsideradas uma vez que são poucos, portanto, sem importância, e é desconsiderado ainda que haverá o retorno de famílias que dependem do trabalho sazonal no território do agronegócio. Tem poucas famílias nas fazendas que conheceram e que participaram da Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza, e segundo o educando de uma das famílias que estudou na escola e ainda mora com os pais de caseiro na fazenda, explica, que realmente existe essa rotatividade tanto que,

*A escola foi fechada mas eu acho que não mudou muito para as crianças que tá por aqui porque eu acho que elas nem chegaram a conhecer aquilo lá. Ai então nem sabe que a escola existiu, porque quando mudaram pra cá já foram direto pra cidade. (Fala obtida em roda de conversa com educandos).*

Mas, ainda considerando essa dinâmica do trabalho sazonal determinada pelo agronegócio, que no território da comunidade Lagoa do Pato Selvagem, em Cocalzinho, a Secretária de Educação relata,

*O pessoal foi mudando de lá também, porque o pessoal da zona rural a gente vê essa rotatividade, o pessoal vem para ser caseiro nas fazendas, e depois vão embora para outras fazendas, ai transferem os alunos. A gente trabalha com toda essa realidade. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

Mas, apesar desse fator, a Secretária de Cocalzinho justifica dizendo que a diminuição de educandos se deve a “preferência”,

*Eles preferiram a outra escola, melhor estrutura, então não tem nem o que questionar ne. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

Enquanto que a Secretaria de Educação de Pirenópolis explica que,

*Mas, a sorte que a gente tem para estar aumentando o número de alunos são os caseiros que são trabalhadores temporários, então chega aqui alguém que quer matricular, ai são pessoas que vem de longe e que vem trabalhar na fazenda de fulano agora e trouxe as crianças e vai morar lá. Ai de repente ele também tão mudando voltando para sua terra. Ai a gente tem esse movimento também, de chegando e saindo. Hora tá aumentando hora tá diminuindo. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

Na fala da Secretaria de Pirenópolis, se coloca que a condição de trabalhadores temporários nas fazendas é a “sorte” de ainda manter as escolas no campo abertas, pois aumenta o número de educandos quando esses trabalhadores temporários entram no território, como se a condição que o agronegócio oferece ainda pudesse ajudar a manter a escola. Desconsidera afinal, que por ser o modelo do agronegócio, ser temporário há uma desterritorialização desses sujeitos que são obrigados a sair, mas continuar dependendo dessa função e alimentando o sistema capitalista e predador que está no modelo de campo do agronegócio. Vendramini (2004, p. 153) já dizia que “a imposição do assalariamento na sua forma mais perversa de exploração: trabalho temporário, “diarista”, sem carteira assinada e sem direitos e garantias.

Podemos retomar a tríade da Educação do Campo nesta fala da Secretaria de Pirenópolis. A tríade da Educação do Campo que se compõe de Campo – política pública – Educação. Na fala da Secretaria do município de Pirenópolis, o direito à terra está claramente

desvinculado de política pública e educação. E por não ter direito a terra, também não tem direito a educação no momento que tem fechado a escola. Segundo Caldart, (2008, p. 73)

*Não tem sentido, dentro da concepção social emancipatória que defendemos afirmar a especificidade da Educação do Campo pela educação em si mesma; menos ainda pela escola em si mesma. Isso é reducionismo; politicamente perigoso e pedagogicamente desastroso. E este reducionismo de fato tem aparecido nos debates e nas práticas, exatamente pela tendência de descolamento dos termos da tríade de constituição originária da Educação do Campo.*

As Secretarias de Educação dos três municípios não conseguem relacionar as condições de trabalho e o acesso à educação com a diminuição de educandos. Para uma não-reflexão sobre, que ainda utilizam de argumentos ideológicos a partir da preferência dos pais pela escola da cidade, como também explica que a diminuição de educandos a partir do controle da natalidade. Explicação simplista e que não poderia ser considerado uma vez que estamos falando do direito ao acesso à educação. Em Pirenópolis, a secretária de educação diz,

*A gente percebe no campo é a diminuição de alunos ao longo dos anos, porque as vezes pensa que é por causa dos professores, mas professores bons nós temos, a questão é porque está diminuindo mesmo. E essa questão é natalidade mesmo, mães querendo menos filhos. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

Em Vila Boa, o ex-secretário de educação explica a diminuição de educandos ao dizer que

*Através dos tempos foi trabalhado com o controle de natalidade e a questão da família foi diminuindo mais, porque elas passaram a ter menos filho por família. Então esse impacto vai chegando na educação com o tempo. (Fala obtida em entrevista com o ex-secretário de Educação do município).*

No entanto, é importante entender que as explicações para diminuição do número de educandos relacionado ao controle de natalidade, da escola da cidade ser melhor, estiveram nas falas de sujeitos do campo. A ex-merendeira, no território de Água Boa, em Sítio d 'Abadia reproduz essa ideia ao dizer que,

*Eu acho que não abre aqui mais não, não tem aluno mais, só se pegar de outro município, lá em Brejão mesmo foi já tudo pro município de Damianópolis. Ai as escolas vai acabando tudo, as mulher não quer ganhar neném. (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

Essa senhora, ex-merendeira da escola da comunidade de Água Boa complementa ainda que,

*Eu não acho que a escola era importante aqui porque não tem mais alunos. Os alunos que tem eles já estão levando pra lá. É pouquinhos os alunos, ai pega na outra comunidade lá do Brejão ai passa aqui e leva tudo pro Sítio. (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

Enfim, ambas as explicações vão de encontro as explicações da Secretaria, portanto, do Estado para fechar a escola no campo, são explicações simplistas que mascaram o descaso do Estado com escolas no campo e com o direito a educação dos camponeses. A ex-merendeira no território do povoado Boa Esperança, em Damianópolis, também diz que,

*Hoje o povo reduziu né, não tem como ter muita criança, além disso atrapalhou. Tem uma vantagens por umas parte e as desvantagens. Que era tão bom né quando.... (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

Essa camponesa foi merendeira da escola durante 30 anos e aposentou na escola. Ela ainda coloca que

*Eu sinto porque a escola acabou, mas eu não culpo ninguém, governante, porque foram as pessoas que pararam de ter filho. Cada um teve só dois filhos, que cresce e procura outro lugar. Mas eu gostaria que essa escola funcionasse ainda porque hoje eu tenho neto. Se você vê, são cada criancinha indo, encontrando muita poeira, muito sofrimento, daqui até Damianópolis. Não é tão perto como vocês sabem né.*

*Tem as vantagens de ser de ônibus, porque de primeiro aqui era mais difícil tinha que ir de cavalo ou carro de boi, não tinha outra forma de pra cidade. Agora foi uma boa porque eles não deixa faltar oportunidade de ônibus para ir pra Damianópolis, e que os professores também vão trabalhar. (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

A ex-merendeira entende que não há como ter transporte e a ao mesmo tempo ter a escola, ou é um ou é o outro. Nesta fala, está explícito que ela conhece a realidade, o sofrimento das crianças e adolescentes ao depender do transporte escolar para a escola da cidade, mas ela está conformada com argumento de ser poucos educandos já que tem havido o controle de natalidade e entende que a escola fechada garante o direito do transporte na comunidade. É a escolha por direitos, pois todos os direitos não se encaixam no Estado Mínimo.

Mas a escolha por direitos aconteceu não somente em Damianópolis. Também está explícito que aconteceu no território de Mambaí. O Secretário de Educação em Mambaí ao explicar o processo de fechamento da escola do povoado Vila Nova, relata a realidade de um outro território deixando mais claro como funciona o Estado Mínimo, com direitos mínimos. Quando o secretário diz que,

*Só que a gente tem uma outra situação que é no povoado São José aqui que é um assentamento que lá já é diferente, lá a escola foi fechada por falta de adesão do próprio pessoal dos assentados da região, porque lá foi feita uma escola grande na época, com os padrões do município, mas não tem uma aceitação boa porque o pessoal entendia que se tivesse uma escola funcionando lá, não teria o ônibus para tá indo e levando todo dia, porque eles usam o transporte pra vir pra cidade, então eles não aceitaram a gente ta com o projeto de colocar a escola em ativa novamente. Mas lá a gente não teve êxito por causa disso. Lá é porque a comunidade, os assentados, não*



*aceitaram abrir as escolas lá e não ter esse transporte regular diário. Ai lá é outra características diferente. Porque eles entendia que se eles não tivesse um ônibus levando, e trazendo os alunos todos os dias, não haveria transporte. (Fala obtida em entrevista com o Secretário de Educação do município).*

O secretário de educação em Mambaí, fala do território do Assentamento São José. Porém, no território de estudo deste município que é o povoado Vila Nova acontece o mesmo fenômeno que aconteceu com o assentamento São José. A escola foi fechada e irá transformar em posto de saúde. E os educandos no povoado Vila Nova, em Mambaí, diz que escolheria o posto de saúde

*Seria melhor transformar a escola no PSF. O PSF a gente tá precisando mais. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da comunidade).*

Sobre o investimento do Estado em transporte escolar, foi selecionada a fala do Secretário de Educação em Damianópolis que explica que teve os

*Projetos do governo federal de transporte escolar essas coisas assim, pro município ficou mais fácil trazer o aluno pra cidade, do que manter a escola com poucos alunos, com professores, todo um corpo com uma quantidade mínima de alunos. Então foi o que aconteceu com Boa Esperança. (Fala obtida em entrevista com o Secretário de Educação do município).*

A ex-merendeira de Vila Boa, complementa as fala do Secretário de Educação do município de Damianópolis, ao dizer que,

*Aumentou o número de transporte, graças a Deus. E os ônibus hoje é tudo novinho. Antes que quebrava demais, pouco ônibus. Todas essas cidades pequenas tem recebido esse projeto do governo. (Fala obtida em entrevista com ex- merendeira da escola).*

Sobre preferir o ônibus escolar à ter a escola no campo, o pai em Abadiânia diz que o transporte

*Sempre quebra, ai tem que parar mesmo. Mas sempre tem sido muito bom e as estradas vem consertando, ta boa. Quando não tem ônibus meus filhos não vai, mas é problema de dois dias, e ai resolve também. (Fala obtida em entrevista com pai de educando).*

O governo federal criou programas para destinação de verbas aos estados, municípios e Distrito Federal, programas de incentivo ao transporte dos alunos. O Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE ou PNATE) foi criado em 1994, por meio da Portaria Ministerial nº 955, de 21 de junho, Ferreira e Brandão (2015). O transporte que deveria ser auxílio para as crianças chegarem em suas escolas no campo tem impulsionado o fechamento, uma vez, que são transporte para levar os educandos para a cidade. Ferreira e Brandão (2015) apud Molina (2015, p.391) vai dizer que

a partir das intensas pesquisas sobre a análises dos custos dos transportes nas escolas do campo, os dados encontrados não sustentam as teorias dos gestores municipais quanto a uma efetiva economia financeira quando ocorre o fechamento de escolas do campo e a concentração de alunos e professores nas cidades. Ao contrário disto, seus estudos sobre os repasses federais aos municípios e estados revelaram que há, na verdade, um aumento significativo no volume de recursos públicos envolvidos nos repasses ao transporte escolar rural, o que derruba, inclusive numericamente, o já equivocado argumento usado pelos gestores que fecham escolas para “reduzir gastos”.

O processo de fechamento da escola nos anos iniciais também é facilitado, uma vez, que se faz uso do transporte escolar para educandos do Fundamental II e ensino médio. Fica fácil retirar a escola dos anos iniciais porque é mais fácil aceitar negando que são poucos educandos e que já possuem o transporte escolar para os educandos das demais séries para a cidade. Assim, não é opção ampliar a escola no campo para demais séries de ensino. Sobre essa estratégia do Estado de escolas com poucas séries, o ex-líder da comunidade do território de Abadiânia descreve que,

*A maioria dos alunos que estudavam lá, são os iniciantes, até o quinto ano, os outros automaticamente já vinham mesmo. Então acho que foi nesse sentido, já que busca uns busca todo mundo.* (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).

E reforçando, o sentido da fala do ex-líder da comunidade de Abadiânia, que tem a Secretaria de Educação de Abadiânia que diz que tem,

*Muitos também que vem de lá que não são da primeira fase, que não são do município, é do Estado, ai já é outra escola, ai de qualquer forma eles teriam que vir mesmo, porque lá não tem.* (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).

Assim, é a partir da escola de poucas séries, e poucos educandos que em sete territórios (com exceção de Santo Antônio) tiveram falas de sujeitos do campo que expressam que o problema do fechamento da escola já é resolvido com o transporte escolar para a cidade. Portanto, o Estado lança o transporte para levar os educandos a cidade como forma de dizer que o direito a educação lhes é garantido. Sendo que está instituído no artigo 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, o direito dos educandos estudarem perto de casa, nas suas comunidades.

O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e a luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2012, p. 34).

O processo de fechamento ainda é facilitado porque as escolas não são Escolas do Campo, não trabalham com os princípios da Educação do Campo, ainda porque são escolas que funcionaram com dificuldades sejam estruturais, de formação, burocráticos, de materiais pedagógicos, de merenda escolar e que segundo Nascimento (2006, p. 872) é “porque faltam políticas públicas, princípios, concepções e métodos pedagógicos que forneçam maiores condições para se assumir uma educação específica do campo”.

E ainda porque são comunidades pouco instruídas exatamente pela dificuldade que é de ter acesso à educação e a educação com qualidade e aliado a isso são convencidas porque o fenômeno de fechamento de escolas tem ocorrido em outros lugares, tornando para os sujeitos do campo algo comum e inevitável. Sobre este fato, está expresso na fala da ex-merendeira em Água Boa, Sítio d’Abadia que diz,

*Fechou a escola porque tinha poucos alunos e também não fechou só essa escola, fechou de outros cantos também ne. Foi todas as escolas é porque é igual Damianópolis, Damianópolis não tem mais escolas na zona rural mais ne, é pouco aluno demais, ne. Ai teve que passar tudo pra cidadinha lá ne porque não podia lecionar mais na zona rural. (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

A ex-merendeira do povoado de Boa Esperança, em Damianópolis, traz uma reflexão complementar, mas semelhante a anterior, quando diz

*E além disso não é só Boa Esperança. Isso tá em todos os municípios em peso, e dizem que em Sítio d’Abadia, tá a mesma coisa, em Mambai também, então não é só Damianópolis, hoje o povo reduziu ne! (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

E com as estratégias utilizadas pelo Estado, de número de alunos, aliado a outros argumentos, que logo veremos nas próximas páginas, que aparecem falas de sujeitos que aceitam de bom grado o transporte para a cidade. Os sujeitos do campo não se reconhecem enquanto sujeito de direito, mas enquanto números. O transporte é a migalha bem aceita pela comunidade, é a oportunidade sofrida de continuar estudando porque sem o transporte era bem pior. Parece que há uma crença, de que não é possível ter num conjunto o transporte, saúde, escola no campo.

### 3.1.3. Burocrático

O argumento burocrático envolve desde a falta de documentação bem como a falta de terreno para manter a escola aberta, ambas situações ocorreram nos territórios estudados. Em relação a falta de documentação ocorreu no município de Abadiânia, no Assentamento Barro

Amarelo, em Sítio d'Abadia na comunidade Água Boa. Quanto a falta do terreno da escola, foram em Cocalzinho, na comunidade Lagoa do Pato Selvagem e em Santo Antônio do Descoberto, na Fazenda Farroupilha.

Assim, os argumentos burocráticos causam também o fechamento bem como dificultam a reabertura da escola no campo. Em Abadiânia, no Assentamento Barro Amarelo, a falta de documentos foi citado por educandos na roda de conversa,

*Eu ouvir dizer que não existia o documento da escola. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Em Sítio d'Abadia, na comunidade Água Boa, a ex-professora e diretora da escola que diz,

*Eles também argumentam que a documentação da escola sumiu. Mas eu acho que ela sumiu de forma ilícita, eu não tenho provas mas eu acho que sim. Porque se a documentação ficava na Secretaria de Educação, como é que ela sumiu? E nada impedia que fizessem uma outra documentação. Inclusive tem eu como testemunha aqui e se eu sai eu arranjo 50, 60 assinaturas que confirmam que a escola existiu. Numa reunião eu ouvi se a escola atingisse quarenta alunos a escola não teria como voltar a funcionar por falta de documentação. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

Santo Antônio do Descoberto e Cocalzinho foram os que contaram com o argumento ainda mais complexo que é a falta de terreno para a escola. A Escola Municipal Multigraduada Farroupilha no campo do município de Santo Antônio do Descoberto, estava dependendo do financiamento do agronegócio para se manter, pois a prefeitura cumpria a função somente de fornecer a merenda e o pagamento dos professores. Mesmo assim, ambas as funções ainda ficavam comprometidas e a merenda, por exemplo, era fornecida pelo recurso dos próprios donos da fazenda Farroupilha, onde localizava a escola. A ex-professora fala sobre, quando diz que,

*A prefeitura somente pagava os funcionários e mantinha o lanche né. Ai como a escola era dos dono da fazenda lá né eram eles que davam apoio para a gente. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora).*

Pela fala dos pais e educandos atendidos pela escola Farroupilha, existe uma gratidão muito grande de ter existido a escola, dá para perceber que os fazendeiros tanto onde ficava a escola, como os fazendeiros da região que doavam alimentos receberam o título de sujeitos bondosos e que o fechamento da escola foi uma fatalidade causada pela separação do casal de fazendeiros, donos da fazenda, que estava a escola. Sobre isso, a mãe de educandos coloca que,

*Acho que não depende nem só da fazenda onde fica a escola, que fez muito pôr a gente, nem da gente né, acho que isso depende é da prefeitura, porque na época da Escola Sabaru eles falavam que estava pensando em fechar*

*porque não tinha tanto aluno. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Se a dona da fazenda realmente estivesse interessada em ajudar com doação, um pedaço da terra para construção da escola, tal teria feito com ou sem separação. E ao se referir a escola e a fazenda, tanto os professores, pais e educandos se referem aos donos da fazenda também os donos da escola. Interessante observar, que essa escola funcionava muito bem, segundo a professora que deu aula na escola, e que morava na cidade,

*A gente dava aula lá como se fosse uma escola particular, as crianças tinham murais, datas comemorativas, tinha festinha, tinha tudo direitinho como se fosse uma escola particular. A dona da fazenda era como uma diretora da escola sabe. (Fala obtida em entrevista com a ex- professora da escola).*

Interessante observar ainda, que no início, para ir para essa escola não tinha transporte escolar e também não tinha professor de inglês. Mas, tudo foi conseguido pelos donos da fazenda que articularam com a prefeitura. A professora que trabalhou na escola, conta que quanto a

*Essa aula de inglês ela começou nos sábados pela dona da escola e com o passar do tempo ela pediu ajuda e tal e a prefeitura acabou mandando um professor para ter aula de inglês, para que quando passasse para a quinta série pudessem ter alguma noção. (Fala obtida em entrevista com a ex- professora da escola).*

Como os pais não aceitaram simplesmente o fechamento da Escola Municipal Multigraduada Farroupilha, os pais buscaram por uma escola perto das fazendas. Reivindicaram e deu certo. Conseguiram reabrir a Escola Municipal Sabaru que funcionou por conta totalmente da prefeitura e funcionou sobre precárias condições e mesmo os pais ido e reclamado à prefeitura pela situação de funcionamento da escola, de nada foi feito e durou somente dois anos, uma vez que foi diminuindo o número de educandos, pois, os pais foram saindo do território em busca de melhores condições de estudo para os filhos. Os educandos que participaram da roda de conversa deixam claro que de uma escola melhor e toda equipada foram para uma escola capenga.

Os próprios pais, educandos e professores colocam que quando a escola da fazenda Farroupilha foi fechada sentiram grande diferença. A estrutura, material escolar, merenda foram comprometidos e a Escola Municipal Sabaru mais passava de doação feita pelos pais, por isso, a escola Farroupilha que era gerida pela fazendeira teve uma boa imagem, tanto a escola como os próprios fazendeiros que mantendo essa escola, garantiu uma boa imagem e portanto, não teve outros conflitos quando a escola foi fechada. É como se agronegócio estivesse fazendo

uma favor para esses sujeitos, não conseguem perceber que foi com este agronegócio que não tem terra e não tem escola.

Sobre essa realidade de fechamento da escola, os sujeitos do campo pensam somente no descaso da prefeitura. Não compreendem que a escola do agronegócio só existe enquanto para este é favorável. Havia muitos educandos na região, educandos provenientes das próprias fazendas onde os pais trabalham como caseiros. Pelo que foi percebido nas falas, a escola surgiu da necessidade dos fazendeiros em permanecer com os caseiros, uma vez, que as famílias não se sentiam atraídas pelo trabalho já que não havia nem o transporte, como também não havia escola próxima. Ambos conseguidos pela articulação do agronegócio no poder municipal do Estado.

Os sujeitos entrevistados e que participaram da roda de conversa não percebem que o agronegócio escondeu sua imagem predadora a partir do fornecimento de uma escola em boas condições. Existe afinal, um apoio do Estado ao agronegócio uma vez que até professor de inglês foi conseguido para a escola da fazenda Farroupilha, enquanto, que quando venderam a fazenda, fecharam a Escola Municipal Multigraduada Farroupilha e reabriram a Escola Municipal Sabaru sobre total dependência da prefeitura, estava faltando o básico para o funcionamento da escola, razão de muitos pais deixarem as fazendas onde trabalhavam para dar uma escola melhor para o filho em outro lugar.

Na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, em Cocalzinho, tiveram os argumentos numérico, estrutural e ideológico mas também burocrático com a falta de documentação e que se explica na atual falta do terreno para a escola. As terras para a construção da escola havia sido doada mas a prefeitura não interessou em documentar o terreno. O terreno da escola fazia parte de uma propriedade particular e o proprietário veio a falecer passando a propriedade para o herdeiro que vendeu a propriedade e não colocou na documentação de venda, que parte da propriedade era doação, assim quem é dono da propriedade não reconhece que há um terreno que é de doação uma vez que quando comprou não constou que uma parte do terreno seria escola. Portanto, mesmo quando doado, o desinteresse pela escola no campo é grande. E quando a Secretaria de Educação diz que buscou a documentação mas,

*Só que nisso também a escola desativou e aí não precisou, a gente passou para o pessoal da Secretaria de administração e Planejamento porque é uma área particular, mas tem um prédio considerado público, mas a gente não tem a propriedade do terreno. (Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município).*

A Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem ficou funcionando sem documentação por quase 30 anos e a Secretaria ainda diz que estava buscando a documentação. A realidade é que

esperou tempo suficiente para que a situação se complicasse impedindo a possibilidade da existência de uma escola no campo na comunidade Lagoa do Pato Selvagem. Os educandos reforçam que,

*Aqui é complicado porque nem área pública pro colégio não tem mais. Tá cheio de colégio aqui construído, mas o pessoal morando no colégio, tiraram todo mundo, os professores. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

A Escola Municipal Lagoa do Pato Selvagem, funcionou sem documentação e como o principal motivo para seu fechamento foi a quantidade pequena de educandos, hoje se for reabril já existe outro argumento que a impede de funcionar que é exatamente a falta de documentação e de terreno para a escola.

#### 3.1.4. Qualificação Docente

A qualificação docente está relacionada principalmente a falta de professores do campo para atuarem nas escolas no campo, mas outros fatores foram considerados argumentos que envolve a qualificação docente. O Estado tem dificultado o fortalecimento do campesinato a partir do fechamento de escolas no campo. Escolas do campo mais ainda, já que este tem impedido os professores das comunidades de atuarem em suas escolas como veremos a seguir. Embora, nenhum dos oito territórios camponeses, tivessem professores com formação a partir dos princípios da Educação do Campo e formação continuada.

Dos oito territórios, é cabível afirmar que somente em três destes (Cocalzinho, Santo Antônio do Descoberto e Vila Boa) que não havia professor nas comunidades com ensino superior. E somente em Cocalzinho de Goiás Vila Boa que está explícito os prejuízos para a comunidade quando o professor é da cidade.

Na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, os pais e funcionários estiveram contra o funcionamento da escola por causa também da professora que era da cidade e, portanto, não tinha identidade camponesa, estabelecia um diálogo mais distante com a comunidade. Segundo a ex-merendeira da comunidade Lagoa do Pato Selvagem, a professora,

*Foi se achando sabe, dona da escola, e ela quase não ficava em sala de aula. Ficava mais era na cantina. E foi deixando de dar aulas, e os pais viram que os seus filhos tava caindo, resolveram tirar né. (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

A professora em Vila Boa, deixa explícito seu preconceito com educandos do campo ao dizer que

*Os meninos lá são muitos amorosos é uma das coisas melhores da zona rural. Na época de manga, de milho é o que a gente mais ganha na escola. Os alunos da zona rural são bem melhores de mexer do que os da zona urbana. Onde eu trabalho os pais deixam o filho largado acha que pensa que o filho tem que caminhar com as próprias pernas mas aí que tá o problema. O pessoal da zona rural é muito mais preocupado, mais presente que os daqui. O coração dos alunos é melhor também, é muito difícil você ver um caipira ruim. (Fala obtida em entrevista com ex- professora).*

É importante ressaltar ainda que não foram nestes três territórios destes municípios (Cocalzinho, Santo Antônio do Descoberto e Vila Boa) que o argumento de qualificação docente é identificado nas falas das Secretarias de Educação para o fechamento das escolas. No entanto, o argumento de qualificação docente atuou nos territórios do Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia, no povoado Bom Jesus, em Pirenópolis e no povoado Boa Esperança em Damianópolis.

A Secretaria de Educação de Abadiânia chegou a afirmar que não há professor para atuar na escola do Assentamento Barro Amarelo, pois são

*Os professores principalmente que pedem para ir para a zona urbana. Trabalhar na zona rural é multisseriado muito menos. A última que ficou lá ela já não suportava mais. Fala obtida em entrevista com a Secretária de Educação do município.*

A professora que deu aula na Escola Municipal Barro Amarelo, em Abadiânia, não suportava dentro de uma realidade que ela não tinha possibilidades de continuar o trabalho na escola. A dificuldade com seu filho diabético, e em ambos os assentamentos, (no que morara e no que trabalhava enquanto professora) tinham os postos de saúde, mas, estavam abandonados, também a questão financeira de ter que ir todos os dias do Assentamento Barreiro, para a escola no Assentamento Barro Amarelo e depois do município de Abadiânia para o Assentamento Barro Amarelo, uma vez que precisou mudar para a cidade por causa do cuidado que deveria ter com seu filho, na dificuldade do trabalho na escola, com tantas crianças de vários níveis de escolaridade em uma única sala, e ainda ter crianças especiais em sala num modelo de ensino multisseriado, e mesmo a professora indo na Secretaria, ter feito sua voz o pedido de socorro, de nada foi feito. Sobre isso a ex-professora conta que

*Eu também tinha uma aluna down que dava muito trabalho para mim, porque era eu sozinha e tinha que ter um cuidado especial com ela. Tinha que levar ela ao banheiro, fazer a higiene, e como era o primeiro ano de escola dela, ela estava em fase de adaptação, então era difícil ela não queria ficar em sala. Eu cheguei a pedir várias vezes para a Secretaria de Educação, mas não tomava uma atitude. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*



Ela continuou trabalhando sozinha com a companhia somente da merendeira em uma sala multisseriada com quase trinta educandos do primeiro ao quinto ano e com educandos especiais. Não é culpada a professora por ter fechado a escola, ela continuou até onde conseguiu sustentar toda a situação. E a professora que trabalhou na escola do Assentamento Barro Amarelo como não tem uma formação de luta, de movimento social, dos princípios da Educação do Campo, sua fala está imbuída da falsa consciência, do convencimento de um campo sem escola e sem perspectivas, quando diz que,

*Acho que tem até uma ata assinada por eles que concordava que seria melhor para eles vir para a cidade do que continuar naquela escola lotada com uma sala só. E os pais já tinham consciência que estava muito cheia e não tinha condições.* (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).

A professora embora fosse camponesa e morasse próximo ao Assentamento Barro Amarelo, não tinha uma formação que reconhecesse a importância da escola no campo e não tinha formação que lhe pudesse dar algum suporte para mobilizar pais, a comunidade em sua totalidade, a favor da escola. Caldart, explica que

*A tarefa principal dos educadores é exatamente garantir o ambiente educativo da escola, envolvendo educandos e toda comunidade escolar em sua construção. Para isto precisa ter tempo, organização e formação pedagógica para fazer a leitura do processo pedagógico. Pensado especificamente para o funcionamento de uma educação do campo.* (CALDART, 2003. p. 75).

Portanto, a professora da escola do Assentamento Barro Amarelo, conhece que o melhor jeito é sair do campo, e desconhece esse direito, de estudar no campo e em condições favoráveis, com espaço, bem como tecnologia, ou seja, com estrutura. Desconhece, que essa escola no campo só se constrói com luta, e luta organizada de todo um coletivo de pais, educadores, educandos, lideranças da comunidade. Assim, a ex-professora diz da dificuldade de manter a escola também pela falta de professor na comunidade.

*E também não tinha pessoa qualificada na época. E a pessoa que é qualificada aqui na cidade, não quer morar lá, trabalhar lá, porque é muito longe, fica difícil. Os alunos agora estão aqui na cidade, acho que em termo de aprendizagem não prejudicou, acho que o desgaste é a viagem para eles. Assim como eu não gostaria de ir trabalhar lá, para eles vir também é ruim.* (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).

Por conhecer a realidade camponesa, a ex-professora sabe da importância da escola para evitar o sofrimento das crianças, assim, está claro em sua fala que a grande dificuldade de trabalhar no campo não é por ser uma escola no campo, mas pelas condições estruturais dessa escola e as consequências sociais ao trabalhar nela. De todo modo, sua fala também diz que não

havia professor no Assentamento Barro Amarelo, e isso seria verdade se não tivesse professores da própria comunidade, mas que saíram para morar na cidade, assim como ela o fez.

Importante observar, que nos territórios de Cocalzinho, Santo Antônio do Descoberto e Vila Boa, os professores realmente precisavam vir da cidade porque não tinha professor do campo e não se oferecia transporte, precisavam ir por conta própria. Mas, quando que para retirar o professor do campo que tem representado problema por possuir uma postura mais crítica da realidade, se faz o esforço de garantir o transporte do professor da cidade durante algum tempo. Segundo o ex-líder e professor do Assentamento Barro Amarelo, viveu uma perseguição política, quando diz,

*Eu fui lá questionar eles falaram que meu concurso não vale nada não, ai eu falei que o mandato também não dura eternamente não. Um dia ele também acaba. E a professora que eles colocavam da cidade, mudava sempre, porque deslocar vinte e poucos km, vai indo que uma hora elas cansa também. Foram vários professores que passaram por ai. **Eu fiquei oito anos sendo transferido. Era perseguição política, porque cada um tem um lado né. E como eu era concursado não tinha como me despedir. Mas transferir podia a vontade né. Por incrível que pareça só para me perseguir eles mandavam um carro só para levar professor daqui da cidade que ia. Quer dizer eu morava lá mas não podia trabalhar.** (Grifo nosso) (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).*

A organização dos conteúdos, do currículo e mesmo das relações sociais dentro da escola acontecem seguindo uma ordem que geralmente parte diretamente da Secretaria de Educação. Mas, além, dessa interferência na forma de educação, é percebido nas falas dos sujeitos que existe muito jogo político envolvido no próprio quadro de professores da escola. Aquele que de alguma forma quer fazer mudança na forma escolar é excluído, mas também aquele que bate de frente, que questiona, e que é contra o político eleito que tem representado o poder municipal, também é excluído. Ainda, sobre essa perseguição política, o ex-professor e ex-líder da comunidade coloca,

*Eu trabalhei no início ai depois teve uma gestão ai que eu era contra a prefeita que ganhou, ela ficou me transferindo, cada ano em uma escola. Eu fui obedecendo, o último ano que era para ela poder ganhar meu voto ela me voltou lá para o lugar. Ai eu fiquei lá mais uma temporada, ai depois eu voltei para cá para poder trabalhar aqui, ai daqui eu não sei mais. Mas eu vou lá visitar minha terrinha quase todo dia. Eu vou lá trabalho e volto. La é meu lugar, lugar que devo ficar. Eu passei por várias escolas, mas escolas tudo daqui do município. (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).*

Trata-se de uma grande perda para a comunidade uma vez que é um sujeito capaz de mobilizar, de formar outras pessoas, pois mesmo não conhecendo a Educação do Campo e todos

os seus princípios, tem na sua vida os princípios do movimento, do campesinato, portanto, uma reflexão mais crítica sobre a realidade que vivenciou e que ainda vivencia. Assim, no Assentamento Barro Amarelo, além da quantidade de educandos, a questão burocrática, ideológica, colocam também a falta de professores sendo que a realidade é que há uma expulsão dos professores da comunidade para a cidade.

Embora não apareça nas falas explicitamente que o argumento de qualificação docente foi utilizado para fechar a escola, foi este que influenciou o fechamento da escola na comunidade Água Boa, em Sítio d'Abadia. Houve uma perseguição política de uma professora em específico e que pela sua fala influenciou para o próprio fechamento da escola. Essa foi a única realidade de fechamento de escola que não foi conseguido conversar com o secretário e ninguém que pudesse representá-lo. Também tentamos contato por telefone, mas não houve respostas.

A Escola Municipal Sebastiana Rodrigues da Silva, na comunidade Água Boa possui excelente estrutura, mas que hoje está completamente abandonada, tomada pelo mato. Para a ex-diretora e professora da escola, passou a existir uma implicância do prefeito pelo fato dela ser contra o mandato dele. E como na comunidade Água Boa, existe um coletivo não tão forte, (mas mais forte do que na comunidade do Assentamento Barro Amarelo) que a ex-diretora e professora conseguiu não ser transferida para a cidade, e continuar trabalhando na escola da sua comunidade até o último dia que esteve em funcionamento. Sobre isso a ex-diretora e professora da Escola Municipal Professora Sebastiana Rodrigues da Silva diz que,

*Eu fiquei através do abaixo assinado entregue a Secretaria de Educação porque me transferiram para a fazenda São Vidal. E a comunidade se levantou e fizeram o abaixo assinado. E eu fiquei como se fosse uma permuta, o prefeito pagava alguém para ficar lá e eu ficava no meu lugar aqui, porque o pessoal não queria, chegou uma época que um ex--prefeito que ganhou era contrário que chegou a falar assim – **Aquela professora vai ficar na Água Boa não é porque eu quero não, é porque o povo quer!** (Grifo nosso). (Fala obtida em entrevista com a ex- professora da escola).*

Ela conta ainda, que devido a esse problema na política do município de Sítio d'Abadia que,

*Por isso sempre que tinha algum problema eu gostava de resolver; eu, o pai e o aluno. (Fala obtida em entrevista com a ex-diretora e professora da escola).*

Contudo, a ex-diretora e professora complementa que antes da gestão do prefeito que fechou a escola, a escola havia melhorado bastante, principalmente enquanto estrutura física e material escolar. Sobre isso ela diz, que,

*Aos pouquinhos foi melhorando, foi melhorando, mas aí quando a coisa começou a melhorar que outras pessoas acharam que (...) aí tá a história! Entrou uma nova gestão que inclusive eu era contra, mas aí teve outros professores que achou que essa nova gestão seria melhor, e tudo que precisava ligava no Sítio e eu na minha e quando a escola foi para a acabar, aí eu também deixo! Não falo nenhuma palavra! Se eu tivesse me intrometido, acho que surtia efeito porque tinha os pais e os alunos, por isso que eu acho que eu poderia ter abrido a boca. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

Nesta fala fica evidente que o fechamento da escola esteve muito ligado a uma implicância política do município, que aproveitou da confiança dos outros professores na escola, com objetivo de fechá-la e prejudicar diretamente a ex-diretora e professora tanto emocionalmente quanto profissionalmente. Faltou diálogo entre os professores e gestão da escola para discutir sobre os contatos que estavam sendo estabelecidos, bem como, sobre os problemas que existiam e que poderiam existir. Assim, observação, o cuidado bem como a discussão sobre a situação e a coletividade seriam fundamentais para que não abalasse o funcionamento da escola, principalmente se falamos numa coletividade que envolve participação de toda a comunidade de Água Boa. O conhecimento e participação de todos sobre as decisões e os procedimentos dentro da escola são fundamentais para um trabalho saudável, que não se abala facilmente pelo movimento contrário.

Em Pirenópolis, na comunidade Bom Jesus, se diz que a escola fechou pelo excesso de funcionários na escola e de professores. Portanto, a qualificação docente passa a ser um problema quando se tem em “excesso” professores no campo, e é pelo “excesso” que torna argumento para fechar a escola. Segundo a Secretaria de Educação, em Pirenópolis,

*E não foi só porque tava diminuindo as crianças mas porque tava com excesso de funcionário lá. Tinha dois professores numa escola multisseriada com pouquinho aluno lá. E a outra escola estava precisando. E nessa escola também era multisseriada, aí uma das professoras ficou nessa escola em outro povoado, o de Santo Antônio e a outra quis vir para a cidade. (Fala obtida em entrevista com a Secretaria de Educação do município).*

Fizemos entrevista com a professora do povoado de Bom Jesus, e que precisou ser transferida pelo dito “excesso”. Hoje tem morado na cidade e diz que,

*Morava de fazenda em fazenda sendo caseira com meu marido e o dia que nós conseguiu comprar a casa na comunidade, aí fechou a escola, parecia até uma marcação, sei lá. Eu tive isso na minha mente né. Mas fazer o que né, quando as pessoas podem fazer isso faz né e a gente tem que se humilhar e concordar com tudo. Te falar que a escola foi uma influência para mim comprar e agora para mim vender. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*

Hoje, o povoado de Bom Jesus não tem mais professor, pois mudaram para a cidade. Como não tem mais professor, torna argumento para dificultar a abertura da escola. A escola no povoado de Boa Esperança, em Damianópolis, teve falta de professores na época que funcionou o Fundamental II. Mas, mesmo quando deixou de ser um problema para seu funcionamento ao passar a oferecer somente o Fundamental I, a escola fecha, não somente pela quantidade de alunos, mas porque havia falta de funcionários e de professores na escola da cidade, tanto que dois dos professores do povoado Boa Esperança, que foram transferidos acabaram que se mudando para a cidade. Segundo um desses professores, que era do povoado mas que agora mora na cidade devido a transferência, relata que,

*Tava faltando professor, por isso que vai ter concurso agora também. Ai trouxeram o pessoal de lá da comunidade de Boa Esperança inclusive eu, pra fechar o quadro de serviços aqui também que tava incompleto. (Fala obtida em entrevista com a ex- professora da escola).*

A partir das falas conclui-se, que não é a falta de professor formado para trabalhar na escola já que esse é um dos argumentos utilizados para fechar a escola. Em cinco das comunidades estudadas, nós encontramos professores formados, porém é fato de que existe uma perseguição política aos professores mais críticos, e mais que perseguição, uma estratégia do Estado que muito enfraquece a comunidade. Seja com o fechamento da escola, ou perseguição política, ambos tem expulsado os poucos sujeitos do campo que conseguiram alguma formação e uma visão crítica de sua realidade.

O próximo capítulo discute as consequências ao campesinato dos territórios destes oito municípios (Abadiânia, Cocalzinho, Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto, Vila Boa, Mambaí, Damianópolis, Sítio d'Abadia). São a partir das consequências que percebe mais claramente a influência, territorialização, interferência do agronegócio. São consequências provocadas pelo Estado que temos e que são ignoradas igualmente por este.

## CAPÍTULO IV

### 4. As Consequências do Fechamento das Escolas no Campo na Mesorregião do Leste Goiano

#### 4.1 Sociais

As consequências sociais se deram em todos os territórios dos oito municípios. São consequências, que variam de um território para outro, bem como são consequências que se complementam pelo grau de intensidade de um território para outro. Algumas consequências sociais são mais específicas embora não estejam descartados de acontecer nos demais territórios. Em relação as consequências sociais, temos a evasão e abandono da escola com o uso do transporte, e ainda por terem que estudar numa escola que desvaloriza sua identidade.

Sobre um dos pontos negativos do uso do transporte, é deste não ser garantido todos os dias, o que compromete o rendimento na escola urbana. Sem exceção, todas as comunidades dos territórios estudados nos oito municípios, tem muito prejuízo na formação dos estudantes por causa da falta do transporte. O transporte tem faltado dias, semanas e até meses, e a falta do transporte escolar é devido estar quebrado. Quebra porque as estradas de 7 de 8 territórios são estradas de terra. E são estradas de terra ruins, como bem coloca a ex-merendeira do povoado Bom Jesus, de Pirenópolis,

*O grande problema do transporte também que eu acho é as estradas, não precisa ser estrada de asfalto não, basta ser uma estrada boa. Daqui lá com estrada boa devia ser uns quarenta minutos, mas dependendo do tempo, a estrada fica tão ruim que demora horas para chegar na cidade. Se cuidasse das estradas, colocasse ponte nas estradas, ai ficava melhor né. Um transporte bão também. Estrada boa e carro bom difícil é dar problema. Agora hoje a gente não tem nenhum dos dois. Ai tem a Kombi pros pequenininho e o ônibus pros maiores que vão para Pirenópolis. (Fala obtida em entrevista com a ex- merendeira da escola).*

No Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia, o educando diz que,

*Toda semana quebra, e é estrada de chão, tem que rodar demais. Não tem transporte que aguenta. Ai a gente fica sem estudar porque meus pais trabalham. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

E outro educando, no Assentamento Barro Amarelo, complementa,

*Eu sinto triste de ver a escola abandonada, porque aqui ficaria bem mais perto né. Quando a escola ficava aqui, a gente tinha transporte e tudo, e quando não tinha a gente podia ir de a pé. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Portanto, quando não tem ônibus, os educandos não estudam, sejam porque eles não têm carro, seja porque o pai e a mãe trabalham. No povoado Boa Esperança, em Damianópolis, a líder da comunidade quem relata que,

*Tivemos quase uma férias de ir para a escola, de quinze a vinte dias sem aula, por faltar ônibus. Principalmente quando está chovendo, porque o ônibus não sobe. Já teve dia do ônibus descer deslizando é um perigo pras crianças.* (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).

Em Sítio d'Abadia, na comunidade Água Boa, acontece ainda de o ônibus quebrar na estrada com as crianças e que segundo a ex-professora e diretora,

*Se por exemplo o ônibus quebra, o aluno fica horas e horas até chegar o socorro da prefeitura, ou quando as professoras liga para os esposos, para ir buscando de pouco em pouco.* (Fala obtida em entrevista com a ex- professora da escola).

Em Sítio d'Abadia, na comunidade Água Boa, a prefeitura chegava a mandar carro, Kombi para buscar os professores e não mandava o ônibus para buscar os educandos. Sobre isso a diretora e professora diz que,

*Teve época de o ônibus tá quebrado e que eles mandavam buscar os professores sendo que o aluno era prioridade e os alunos ficaram. Até que uma turminha sismou um dia aí e fizeram um baixa faca e se os alunos não iam os professores também não iam. De vez em quando eles fazem isso ainda.* (Fala obtida em entrevista com a ex- professora da escola).

Nesta última fala, está claro o interesse do Estado para com os povos do campo. É o interesse que se perpetua na condição de sujeitos analfabetos, como pouca formação e consciência crítica, porque é a partir de uma classe alienada que os burgueses, o coronelismo se mantém no poder do Estado, se fortalecendo pelo Estado Mínimo. Em falas como da ex-professora e diretora da comunidade Água Boa, se mostra mais do que somente um Estado Mínimo, é um Estado usurpador, pois que usam do poder do Estado para proteger patrimônios e investimentos em detrimento da garantia dos direitos fundamentais do povo, como saúde e educação, por exemplo.

Em todos os territórios, as falas indicam que os educandos não vão para a escola quando o ônibus está quebrado, mas, também quando está em greve. Em relação a greve foram nos territórios de Abadiânia e em Santo Antônio do Descoberto. Sobre isso, os educandos do território de Abadiânia, diz que,

*O ônibus mesmo, também falta por falta de pagamento. O motorista já tem três meses atrasados. Meu pai era motorista, mas parou de mexer com esses trem, porque as vezes atrasava vários meses e depois só recebia metade.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

No município de Santo Antônio do Descoberto, território Fazenda Farroupilha, uma mãe complementa, ao dizer que,

*E temos problema com o transporte sempre, agora mesmo está de greve porque tem quatro meses que os motoristas não recebem e os meninos tem que se virar para poder ir para a escola. Antes dessa greve que agora ta, eles paralisaram duas semanas também por causa de seis meses sem receber. O prefeito pagou só dois meses. Ai eu falei ontem com o encarregado do transporte, ai ele falou que não tem previsão nenhuma de quando vão voltar. Ai alguns motoristas estão falando que mesmo pagando, eles estão pensando em não voltar mais. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Santo Antônio do Descoberto é o único que foi identificado jovens que deixaram suas casas para morar na cidade durante a semana de aula, e nos finais de semana retornam para casa dos pais, exatamente pela falta constante de transporte. Contudo, não resolve totalmente esse transtorno de dias sem aula, pois somente dois dos educandos na família que foi entrevistada, tem morado na cidade já que são adolescentes, mas o filho menor, de 10 anos, continua com os pais na fazenda onde trabalham, portanto, ele, de todo modo, está sem estudar.

O rendimento do educando do campo na escola da cidade é comprometido também pelo cansaço, provocado com o transporte tanto na hora que precisa levantar para se arrumar ao momento que espera o transporte, até o tempo que leva para chegar a escola e voltar para casa. Essa rotina de transporte, gera muito cansaço e desânimo de estudar.

Em todas as comunidades dos territórios estudados, as crianças são submetidas a levantar muito cedo para ir para a escola, caso no turno matutino, se no vespertino tem que almoçar cedo. Quanto ao horário, em algumas comunidades é mais cedo que outras. E isso vai depender muito das paradas que o transporte precisa realizar, bem como das condições da estrada e a distância. Como são escolas das séries iniciais, tem crianças a partir de quatro anos de idade. Em Damianópolis, no povoado de Boa Esperança, a líder diz que,

*São 15 km que as crianças pegam todos os dias, somente para ir. Eles saem cinco horas da manhã. A minha pequena tem que acordar as quatro e meia. (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).*

Mas, sobre o transporte a Secretaria do município de Damianópolis diz que,

*Sempre teve transporte para as crianças, e são quatorze km daqui até o povoado de Boa Esperança. Não é uma distância... Em poucos minutos os alunos estão aqui. (Fala obtida em entrevista com o Secretário de Educação do município).*

Em Sítio d'Abadia, os educandos da comunidade Água Boa, diz que acordam cinco horas da manhã, mas, colocam que de outras comunidades, próximas a comunidade Água Boa



*Ai nós começamos a acordar uma cinco e meia da manhã. Os daqui da comunidade, porque os das outras comunidades tinha que acordar bem mais cedo, quatro horas da manhã pra ir para a escola. Ficou bem mais ruim depois que fechou a escola.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da comunidade).

Segundo a ex-professora e diretora da comunidade Água Boa, em Sítio d'Abadia,

*Os alunos saem de casa cedo, que eles dão o almoço lá mesmo na escola, mas já está cansado, com o reforço à tarde ele está morto, então ele não quer aprender nada. As vezes eles são rebeldes, eles ficam rebeldes e aí são considerados péssimos alunos.* (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).

Essa ex-professora e diretora da comunidade Água Boa, reconhece a realidade do educando do campo, uma vez que é uma camponesa. Enquanto, que o professor da cidade dificilmente reconhece, por não estar inserido na realidade, e por não reconhecer, é que considera os educandos do campo como péssimos educandos, como se fossem culpados pela sua realidade. Acontece de os próprios educandos se sentirem culpados por não terem se esforçado um pouco mais para continuar estudando. No povoado de Bom Jesus, em Pirenópolis, está claro esse sentimento, quando dizem que,

*Eu pelo contrário eu não me esforçava não, e eu me arrependo demais, eu perdi dois anos da minha vida. Não tinha interesse em estudar. A gente levantava cinco horas para sair daqui uma cinco e meia pra chegar lá e eu ficava vagabundando na rua.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Hoje, esse educando bem como os demais de sua mesma idade não concluíram sequer o ensino fundamental, o que é resultado da rotina cansativa da casa para a escola, e vice-versa. Segundo os educandos em Bom Jesus, Pirenópolis,

*Seria muito bom se abrisse, ampliasse a escola, facilitaria demais. Se aqui tivesse a condição de fazer o ensino fundamental, de primeiro ao nono ano já seria bem melhor igual ela ali parou tudo no nono ano.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Em Santo Antônio do Descoberto, na fazenda Farroupilha, os educandos relatam que pior que levantar cedo é levantar cedo no horário de verão,

*É horrível isso no horário de verão. Eu chego na escola, não tem ninguém na escola, só as faxineiras. Eu chego umas seis e cinquenta e só entro só umas oito horas, ficando esse tempo todinho em pé lá.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Mas, são os educandos que saem das fazendas em Vila Boa, que levantam mais cedo de casa. Segundo a ex-merendeira,

*Hoje os alunos eles estudam aqui na escola da cidade, mas eles levantam muito cedo, tem aluno que tem que sair de casa três e meia da manhã pra pegar o ônibus para vir para a cidade. (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

Estudar já é uma atividade que demanda energia, portanto chegar cansado na escola ou em casa ainda para estudar não é algo que torna atrativo para uma criança, um adolescente. A ex-merendeira da escola que fechou em Vila Boa,

*Tem alunos que dorme dentro das salas e eu acho que o ensino deles não vai evoluir em nada. Então cansa eles, então é muito difícil. (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

O cansaço não está somente pelo fato de levantar cedo, do ônibus quebrar nas estradas, os educandos ainda relatam que é um cansaço que está ligado a poeira, lama e fome, transtornos que infelizmente com o uso do transporte escolar, não tem como evitar. Os educandos do Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia relata que,

*Agora no ônibus quando vai para a cidade entra tanta poeira que dá para plantar lá dentro. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Os educandos em Santo Antônio do Descoberto, na fazenda Farroupilha, complementa dizendo que,

*Essa poeira ou mesmo época de chuva que dá muita lama é ruim porque em dias de eventos na escola tem o transporte né que a gente fica bem limpinho arrumadinho, arruma todas as nossas coisas assim, quando chegava lá tava só a poeira. Vai só a poeira, cabelo, sobancelha, tudo, bate o pé quando chega lá para sair um pouco da poeira. E o pior que eles pensam que é culpa da gente. Eles pensam que a gente gosta de ir sujo de poeira ou lama. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Ainda sobre a poeira, tem os problemas de saúde que podem se agravar, como bem diz os educandos que passaram por isso no povoado Boa Esperança, em Damianópolis que,

*Os meninos vão, muita gente sofre de asma por causa de muita poeira, sol quente. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Os educandos de Bom Jesus, em Pirenópolis traz na memória o desgosto dos momentos que passaram ao lembrar que,

*É o maior sofrimento, o ônibus daqui a Pirenópolis num calor desse, gente é sofrimento demais, eu é que já sofri demais mesmo, eu não tenho saudade nenhuma desse tempo. Quem já passou por esse caminho até Pirenópolis de ônibus não quer isso para ninguém não. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Mas, a poeira não é o maior transtorno, também tem o transtorno nutricional, uma vez que tanto os educandos do turno da manhã quanto da tarde nos oito territórios, se não levar

lanche de casa estão submetidos a ficar com fome ou muita fome, quanto mais demora chegar em casa ou na escola, mais fome passarão, pois a escola na cidade não está adaptada a receber esse público. Em Sítio d'Abadia, na comunidade Água Boa, a ex-professora e diretora da escola fechada diz que,

*Passam fome porque o aluno almoçou as onze horas lá na fazenda Areias e anda ainda pro ponto para pegar esse ônibus. Chega lá na escola o que dão é um lanchinho uma banana uma maçã. E depois tem um outro lanche, e eles vão chegar em casa sete e pouco da noite os últimos, vão chegar aqui. Ai eles vão tomar banho, fazer o dever, já arrumando para poder voltar no outro dia. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

Somente nos municípios de Sítio d'Abadia e em Vila Boa que as escolas na cidade oferecem dois lanches (na chegada para os educandos do campo e no horário normal a todos). Nos outros municípios, a escola que fica na cidade oferece só um lanche que se for no período da manhã ocorre no horário normal para todos, às nove horas. Exemplo disso, são as escolas do município de Damianópolis. Assim, os educandos do campo de Damianópolis precisam estar preparados para não passar fome durante o dia.

*A gente manda nossos filhos com alguma coisa porque só tem um lanche. E ainda assim chegam aqui varados. Eles chegam aqui umas meio dia, uma hora da tarde. (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).*

Os educandos de Água Boa, em Sítio d'Abadia, complementam que,

*O lanche aqui na escola da comunidade era muito melhor. Tinha mais. A gente estuda lá e a gente passa o dia todo lá e eles botam um tiquinzinho dentro da vasilha. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Como as escolas na cidade de Pirenópolis não oferecem dois lanches, ocorria de o educando não se alimentar nem mesmo com um lanche porque,

*Tinha dia que saia daqui cinco horas da manhã, chegava só dez horas da manhã sem comer nada e sem ir para a aula porque o ônibus tava na estrada quebrado, furado pneu. As vezes a gente chegava na escola e o povo não deixava a gente entrar porque estava atrasado, até a gente explicar ai deixava, ai já passava o lanche que era nove e meia e ainda ficava sem lanche, perdia metade da aula. E agora tem criança que hoje tá passando isso hoje, porque se tivesse aqui a escola seria mais fácil. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Em nenhum dos territórios estudados que tiveram suas escolas fechadas tem transporte escolar com monitor. Por isso, o risco de os educandos se machucarem é ainda maior, seja porque, uns ficam andando pelo corredor do ônibus, outros vão dormindo no ônibus, brigas entre si e entre outras situações que podem estar provenientes. Os educandos de Boa Esperança, em Damianópolis, diz que,

*Até porque nos ônibus não usa cinto de segurança, eles só colocam cinto de segurança no ônibus só para revisão. Ai quando ele vai rodar, tira de novo. Isso é um perigo de criança machucar nessas estradas. Sem contar que levanta cinco horas da manhã, ai vai criança dormindo dentro do ônibus, se tiver um acidente com o menino que tá até dormindo. É menino no corredor, não tem nenhum monitor. Já que mudou tinha que ter pelo menos um ou dois monitor. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Por falta de monitor nos ônibus escolares que também acontece da criança ser esquecida, e ainda da criança se perder dentre os transporte escolares seja porque é ainda muito pequena para diferenciar de um e outro, por estar cansada e porque está ansiosa pelo retorno para casa. Sobre isso, os educandos de Boa Esperança, em Damianópolis dizem que,

*Já teve até crianças pegando ônibus errado. A duas semanas atrás teve um menino que pegou ônibus errado. Que é criança muito pequena, não tem muito juízo, entra correndo demais. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Os educandos ainda complementam, que em,

*Duas semanas atrás também esqueceram um aluno lá, a mãe teve que ir doida atrás. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Sobre outros incidentes que ocorrem, a avó de educando em Sítio d'Abadia, na comunidade Água Boa, nos conta que,

*Bateram esses dias no meu neto no ônibus, chegou todo machucado. Eu cheguei a ir, pedir um monitor lá no município, mas eles falaram que para isso tinha que fazer tanta coisa, tinha que fazer inscrição e até hoje não tem. Ai eu peço o motorista para sentar ele na frente, se começa a bagunça, falei para ele que pode por ele para sentar até no motor do ônibus. Eu sei que no motor não pode, mas para livrar da bagunça né. Pode por ele em pé também até ele chegar aqui. (Fala obtida em entrevista com avó responsável de educando da escola).*

Além dessas dificuldades, a falta da escola no campo é sentida principalmente por pais que tem crianças com necessidades especiais, que aconteceu tanto no território da comunidade Lagoa do Pato Selvagem, em Cocalzinho, quanto no Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia. Quando havia escola na comunidade, o pai podia levar até a escola por ser perto de casa, e ainda podia acompanhar o filho, uma vez, que tanto na escola no campo, quanto na escola da cidade existe carência de profissionais que possam dar assistência a esses educandos em sala de aula. Sobre isso, a mãe em Cocalzinho, na comunidade, Água Boa, diz que,

*A escola era importante porque não tinha que sair pra fora né para estudar, não tinha que andar muito, porque a escola é aqui perto, agora tem dificuldade de ir né porque agora eu tenho dificuldade de ir com minha outra filha que não anda, pra levar para a escola, porque o dia que meu marido não pode levar, ai mata aula, e ai é ruim. São três quilômetros daqui na escola.*

*Milha filha é cadeirante, para ficar subindo e descendo, cadeira... (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da comunidade).*

Essa mãe ainda complementa, sobre a questão de não ter monitor, tanto no ônibus quanto na escola da cidade,

*Não tem monitor dentro do ônibus, lá na escola onde ela estuda também não tem monitor pra ela, então eu achava importante aqui porque eu mesmo levava ela na escola, buscava, até a hora de trocar as fraudas eu ia antes, e trocava, agora isso não tem como mais porque é longe daqui lá na escola. Ai não troca fraudas da minha filha. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Em todos os sete municípios, são utilizados o transporte escolar “ônibus”, que é o transporte maior devido a quantidade de educandos. Somente em Pirenópolis, que é utilizada um ônibus e a Vã. Em relação a quantidade de pessoas no ônibus, em todos os territórios tem sido cheios. Somente em Vila Boa que não foi conseguido saber como é a situação da quantidade de pessoas no ônibus, já que os educandos que estudaram na escola e que ainda estão neste território, não usam o transporte escolar a bastante tempo. Mas de modo geral, os educandos de Sítio d’Abadia, por exemplo, colocam no sentido de que,

*Volta e meia vem bem cheio, o que não vem sentado vai em pé mesmo. Senta de três. E vai muito caroneiro também. Ai quando é assim os caroneiro não respeita para os alunos sentar. E tem muito aluno pequenininho. (Fala obtida em roda de conversa com educando da escola).*

Ainda que o fechamento da escola, quebra toda a rotina familiar tanto da criança porque passam a estar menos em casa, e ajudar menos na lida no campo, tendo menos contato com a terra e mais contato com a cidade. É porque chegam tarde e também cansados. Sobre isso, os educandos do povoado de Bom Jesus, em Pirenópolis, dizem que quando tinha a escola,

*As pessoas estavam mais perto de casa, então daqui a pouquinho podia ajudar a mãe a fazer alguma coisa na horta, um trem, alguma coisa. (Fala obtida em roda de conversa com educando da escola).*

Estudar na escola da cidade acarreta outros prejuízos ao educando, uma vez, que o educando não conhece, bem como, os pais também não sabem, os dias que podem ter imprevistos e não haver aula. Assim, o tempo que poderia gastar fazendo diversas outras atividades, precisa estar na espera do pai ou mãe buscar se este tiver alguma condução, o que demanda bastante tempo seja pela distância, seja pelo seu trabalho que quando não é autônomo é mais complicado, só podem sair quando o patrão não tão logo irá precisar de seus serviços. Assim, quando acontece do pai ou responsável não poder ir buscar, resta ao educando esperar o transporte que só vai pegar os educandos no horário normal de saída por haver educandos de outras escolas. Sobre isso o educando, em Santo Antônio do Descoberto, coloca que,

*Tem hora que eu fico esse tempão todo e quando chega para entrar fala que não vai ter aula ainda. Deveriam avisar antes, e o diretor é um dos primeiros a chegar depois de mim. Ele poderia avisar né. Ele avisa na hora de entrar. Minha mãe deu o telefone para ele, e-mail, mas não adianta. Ai é perder tempo atoa. Ai fico lá pescando de oito a quase uma hora da tarde. (Fala obtida em roda de conversa com educando da escola).*

E complementa ao dizer que,

*Não precisava quando saísse cedo de ficar na rua igual a gente fica, quando a gente sai cedo esperando na parada um tempão, sabe. Assim quando não tem aula ai eu tenho que ficar das oito até meio dia e cinquenta sentado, sem fazer absolutamente nada. Porque vem muita gente para cá, ai quando vem os patrão nosso ai não tem como meu pai ir me buscar. (Fala obtida em roda de conversa com educando da escola).*

Está claro ainda a quebra da rotina dos próprios pais e responsáveis, que quando distante do ponto de ônibus, também precisa levar a criança até onde o ônibus possa pegar. A fala do ex-professor e líder da comunidade do Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia diz que,

*E as vezes o pai levanta de madrugada para tirar o leite do gado, ai ainda tem que trazer o menino aqui na estrada para depois voltar e terminar de tirar o leite. (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).*

Em Sítio d'Abadia, na comunidade Água Boa, a necessidade dos pais acompanharem até o ponto de ônibus está não somente na distância, mas nos perigos que o caminho pode oferecer. Segundo a ex-professora e diretora,

*Os últimos alunos que eles entregam já tá de noite, tem onça, tem perigo, o pai, a mãe o avó tem que levar e tem que buscá-los. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

E não há como desconsiderar esse fato, já que em períodos chuvosos, é ainda mais necessário a ida dos pais no ponto de ônibus. Sobre os transtornos do ônibus, na época de chuva, os educandos em Pirenópolis complementam ao dizer que,

*A estrada não tá passando carro grande somente carro pequeno. Vai só moto, então tinha que se virar. As vezes o ônibus ou vã vem só até um pedaço ai os pais tem que levar os alunos até onde o transporte ia. Quando a ponte rodou mesmo a gente ficou muito tempo indo daqui até lá na ponte indo de carroceria de caminhonete, de madrugada, sofrimento quando tá chovendo, a carroceria cheia de menino. Que segurança que tinha! Nenhuma. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Assim, quando não tem a caminhonete de alguém para levar, é o pai, a mãe de cada educando que saem da lida diária do campo, para levar o filho até o ponto de ônibus e espera minutos, meia hora ou hora nesse ponto de ônibus. Pior é quando esse ônibus falta,

considerando que há pontos de ônibus distante da residência do educando, e por isso precisam andar muito e ainda para retornar para casa.

A rotina dos professores e funcionários da escola que foi fechada, também muda bastante. Segundo a ex-merendeira no povoado Bom Jesus, em Pirenópolis, não precisou experimentar essa mudança, pois, havia aposentado quando a escola foi fechada, mas quando a escola estava perto de sua casa, ela diz que,

*Eu vinha embora fazer o almoço aqui, porque era coisa de segundo e eu tava em casa, agora indo pra Santo Antônio como é que faz. Minha irmã que me substituiu no serviço e hoje ainda tem sorte porque tem uma nora que mora com ela dentro de casa, se não era fazer almoço duas horas da tarde. (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

Diante de todos esses transtornos com o ônibus escolar, é que pode fazer com que as crianças e jovens percam o interesse da escola, fiquem fora da escola. E a dificuldade ocorre de outras formas, dentre elas, as próprias atividades que a escola exige do educando. As atividades das escolas na cidade não consideram a realidade do educando do campo que mora distante de outros colegas bem como de recursos tecnológicos para pesquisa e de biblioteca. Tal consequência aparece mesmo que implicitamente na fala de todos os educandos dos territórios estudados.

Além das atividades não serem feitas, existe nas falas dos educandos, um sentimento de exclusão e aliado a esse sentimento, o de incapacidade sobre o fato de não conseguir interagir da mesma forma que os educandos da cidade em relação as atividades. Tanto em relação ao professor, que pode ajudar a fazer ou dar a nota simplesmente, que é uma forma de tratar a questão de modo a não considerar as reais dificuldades dos educandos do campo que passam com trabalhos desse tipo. Também dos colegas de sala que por não compreender a situação toma uma atitude de rejeição, ou seja exclusão dos educandos do campo. Sobre isso os educandos em Vila Boa, diz que,

*Os trabalhos também né, porque a Escola Rural eles não passam trabalho para você, tipo há vai na casa do colega lá, porque de uma fazenda para outra não tem como e lá na cidade já tem como, então se falar assim que tem que fazer em grupo e como a gente morava aqui não tinha jeito da gente ir porque não tem carro. Ai quando era assim o professor tentava ajudar a gente um pouco, ou a gente fazia por lá mesmo na escola, ou a gente nem fazia trabalho o professor depois dava uma nota. (Fala obtida em roda de conversa com educandos da escola).*

Os educandos em Bom Jesus, Pirenópolis, complementam que,

*A gente sofria também quando ia fazer trabalho de grupo, como é que eu vou fazer um trabalho de grupo que mora lá, ai sempre que era um trabalho de grupo eu tinha que fazer o trabalho sozinha, porque na sala que estudava era*

*só eu que ia daqui pra lá. Então não tinha mais ninguém, então se eu quisesse fazer o trabalho ou era sozinha ou ficar na casa de alguém para fazer o trabalho. Ai assim, ninguém já queria fazer comigo, porque já era mais complicado. Ai por isso que eles colocavam o máximo dos alunos que vinha da fazenda que era da mesma série numa sala só, para ficar mais fácil quando era assim. Já era para evitar isso de trabalho de grupo, ai eles pensavam assim que era mais fácil. Só que não era, por exemplo, eu moro aqui, mas vou fazer um trabalho que o menino mora lá quase chegando em Pirenópolis. Mas eles pensam que para a gente é mais fácil. Não sei parece que eles achavam que os da fazenda vinha só de um lugar só, sendo que é longe de um lugar para outro. Então quando a gente tava numa sala que não tinha ninguém daqui, fazia mais o trabalho era sozinho mesmo. Muitas vezes também nem fazia o trabalho direito porque igual, saia daqui e ia para a escola, saia da escola entrava no ônibus e vinha embora, ai você tinha que comprar material para fazer, tinha que pesquisar livro, ir na biblioteca, era muito custoso fazer trabalho, então ficava sem fazer. (Fala obtida em roda de conversa com educandos da escola).*

A escola no campo, pela estrutura física, tecnológica, pela organização em multisseriada, pelo pouco número de funcionários e de professores e professores que não encontram apoio para estarem sempre buscando por formação, é que de fato o educando que passa a estudar na cidade, tem muitas chances de reprovação, já que era um outro modo de ensino, uma rotina diferenciada, e uma organização que estava limitado aos recursos. As reprovações acabam se tornando comuns porque nada disso é considerado, tanto a mudança de uma nova organização, o esforço exigido com a nova rotina escolar. Por isso, que os educandos em Bom Jesus, Pirenópolis, dizem,

*Você saia daqui, tinha muita coisa que você não tinha visto nem falar que todo mundo já conhecia, porque assim a escola era mais avançado, tinha mais recurso, as professora era mais capacitada, preparada né, então você chegava muitos alunos que saia daqui e o primeiro ano lá eles reprovava, porque não conseguia acompanhar. Porque saia daqui sem muita base né porque aqui aprendia o básico do básico mesmo. Então quando chega lá é a aquele impacto, se você não pegar firme, você não consegue acompanhar. Coisa que eles estudou na quarta série e a gente nunca ouviu falar. As escolas no campo são mais fracas sim. Não dão muito valor o governo, por ser no campo. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Em Vila Boa, os educandos complementam essa dificuldade dizendo que,

*Foi um pouco difícil, porque lá era só um aula no dia, tipo hoje vai ser português então a gente via só português, na cidade não, a gente chegava lá, no dia, são várias, a primeira aula é português, a segunda outra matéria, ai até que foi pegando o jeito a gente sente dificuldade. Era diferente. (Fala obtida em roda de conversa com educandos da escola).*

Ainda é interessante ressaltar que na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, em Cocalzinho, tem jovens que estão sem estudar porque as escolas na cidade já estão lotadas,



portanto, sem vagas, o que só confirma que de diferentes formas não existe garantia de educação para os sujeitos do campo, seja com o transporte porque este sempre quebra, falta de pagamento aos motoristas, e ainda escolas da cidade estarem sem vagas para estes sujeitos estudarem. Sobre o transtorno de não ter vagas para estudar na cidade, o educando na comunidade de Lagoa do Pato Selvagem, em Cocalzinho diz,

*Eu uai! Eu estou sem estudar porque fechou a escola. Porque ao invés de fechar botasse do sexto ao nono ano ficava massa! Colocasse o EJA, supletivo. Eu parei de estudar porque não tem vagas lá na escola da cidade e eu parei na sétima série. Ai eu vou tentar o próximo ano. Se tivesse pelo menos a quinta série que antes tinha aqui eu fazia de novo só para não ficar sem estudar. (Fala obtida em roda de conversa com educandos da escola).*

De acordo com Oliveira; Montenegro; Molina “a inadequação idade série, percebida ainda no ensino fundamental, desencadeia uma onda perversa, que afeta a trajetória escolar dos alunos do meio rural e se transforma nas principais causas de abandono, de evasão escolar”. (2010, p. 180). Oliveira; Montenegro e Molina ainda complementam que

O atraso escolar dos jovens do meio rural, a impossibilidade de continuarem a escolarização pela falta de oferta educacional, ou pelas longas distâncias que precisam enfrentar para suprir essa ausência, aliado ao alto custo que isso representa para suas famílias, faz com que parte relevante desses jovens não ascenda a muitos níveis de ensino. Essa privação desencadeia diferentes prejuízos não só para seu desenvolvimento integral, como para as possíveis contribuições que poderiam trazer para suas famílias e comunidades. (2010, p. 182).

A mãe deste educando que está sem estudar, por falta de vagas na escola da cidade também diz que,

*Ai quero também pedir aulas pros adultos, eu mesmo tenho vontade de estudar de novo, eu queria terminar meus estudos pelos menos da escola. Se aqui tivesse eu voltaria. Então qualquer coisa que a gente vai fazer precisa ter o primeiro grau completo. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Segundo a ex-professora da Escola Municipal Multigraduada Farroupilha, em Santo Antônio do Descoberto, as escolas na cidade,

*As sala são muito lotadas, aquela coisa de sempre, aquela atenção que você dá para vinte não é a mesma que você dá para 50. Eu acho que isso para eles ficou muito ruim, foi uma perda. (Fala obtida em entrevista com ex- professora da escola).*

A professora explica que nas escolas da cidade que sofrem com a superlotação, interfere na aprendizagem do educando, não porque o professor não tem capacidade, mas pela inviabilidade de interagir com tantos educandos em uma sala de aula. Em Vila Boa, os educandos explicam uma das consequências, ao dizer, que na escola no campo,

*Era mais acolhido porque era poucas pessoas juntos, tinha uma atenção especial, era bom. Lá na cidade é muita gente, então é todo muito igual mesmo. Aqui a gente conhecia as pessoas, lá não dava muito tempo e era muita gente também.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Os educandos do campo da comunidade Água Boa, e que estudam na cidade, em Sítio d'Abadia, falam que com o processo de superlotação,

*Lá falta livro, aqui não faltava livro. Quando falta livro a gente faz de dupla. Ai a gente também não pode levar o livro pra casa porque tem que deixar para outra turma usar também. A gente antes trazia para casa. Era bom. Ai mudou tudo.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Mas, a lógica de educação do Estado é estudar em salas lotadas ou passar ainda pelo transtorno de não estudar pela falta de vagas porque tiveram escolas fechadas, e as escolas são fechadas principalmente no campo. Em Damianópolis, no povoado Boa Esperança, os educandos dizem que,

*La na cidade é muito lotado, tumultuado. O sossego daqui é outro, eu acho que aqui aprenderia mais, além de aprender se divertia.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

A escola no campo é importante em vários sentidos, mas é importante ressaltar ainda, que os pais nas comunidades, demonstram que sofrem com o sentimento de preocupação que, infelizmente, é bastante válido, não somente pela questão de estar longe de casa, e em ambiente não familiar, mas, por que em três dos territórios estudados ocorreu acidente que envolveu o ônibus escolar que estava levando os educandos para a cidade.

Os territórios foram Pirenópolis, Sítio d'Abadia e Santo Antônio do Descoberto. Portanto, essas crianças, jovens, adolescentes, não estão perdendo somente o que é de direito de ter a escola perto de casa, estão submetendo ao perigo nas estradas, uma vez que as estradas são de terra ou com cascalho.

Somente em Mambá que tem asfalto já que é um povoado que se desenvolveu entre a rodovia. Em Vila Boa, somente perto da escola que é asfaltada porque se encontra próximo da BR- 346. Todos os demais territórios, tem parte dos trechos estrada de terra que mesmo quando é cascalhada, é uma estrada ruim.

Pior, é que em alguns dos territórios a estrada é mais ruim do que de outros como acontece em Pirenópolis na comunidade Bom Jesus, onde a estrada é estreita demais, com bastante curvas, não tem cascalho, e com muitas erosões no percurso e passa no meio de fazendas com criação de gado, porém o que mais é preocupante nas estradas que leva ao povoado de Bom Jesus de Pirenópolis, é por ter muitos trechos de riachos que quando chove se

elevam muito e não tem pontes em nenhum dos cinco braços de riachos que o ônibus atravessa. Sobre o acidente que ocorreu em Pirenópolis, no povoado Bom Jesus, a mãe de educando nos conta que,

*Já teve até acidente numa ponte ali, teve um acidente bem feio, dos meninos, porque graças a Deus o motorista também era bão. Nesse dia mesmo, o ônibus tombou e tinha uma árvore na beira, aí ele escorou e a meninada tudo lá dentro e a meninada aprontou uma gritaiada e ele manteve a calma. Se o ônibus caísse lá dentro não sobrava menino não. Porque ele ficou preso e engraçado não machucou ninguém. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Nesse acidente, em Pirenópolis, com os educandos do povoado Bom Jesus, não houve pessoas feridas, mas em Santo Antônio do Descoberto, na Fazenda Farroupilha, foi diferente, houve pessoas feridas. Inclusive a professora, que dava aula na época, precisou de tratamento, ficou internada por dois anos. Interessante observar que os acidentes acontecem em épocas de chuva, época em que a estrada está ainda mais ruim e mais suscetível a perigos. Para a mãe de educando,

*Teve uma época que teve um acidente com o transporte escolar devido as estradas serem ruim, na época da chuva, a professora se machucou ficou mais de dois anos em tratamento. Machucaram alguns alunos mas não chegaram a ser grave. Devido as estradas porque você viu a situação. Imagina isso quando chove. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Em Sítio d'Abadia, houve outro acidente escolar que levou a uma vítima fatal. O acidente envolveu o transporte escolar e o carro pequeno. Segundo a ex- professora, diretora,

*Foi o ônibus e um policial que estava bêbado e se jogou na frente do ônibus e acabou morrendo por isso. Alunos que desmaiaram, eu peguei meu carro e fui levando aos poucos meu carro é de carroceria. Eu tava ótima deixei todo mundo em casa, mas quando eu cheguei em casa também, eu desabei. (Fala obtida em entrevista com ex- professora da escola).*

Diante de tudo que foi exposto, que reforça a afirmação, de que o uso do transporte escolar e a dependência pela escola da cidade, desestimula os pais a ficarem neste campo, e quando ainda ficam, é o educando que se desestimula de estudar. Mas, mesmo esse sujeito submetendo a todo o sofrimento, todo o risco nas estradas para terminar a educação básica, em nenhum dos territórios foi identificado incentivo para fazer o curso superior, pois não tem curso superior no campo e não há o transporte para levar jovens e adultos para cidade. Para representar essa realidade o ex-líder e professor da comunidade do Assentamento Barro Amarelo em Abadiânia diz que,

*La no assentamento também, principalmente as pessoas que termina o ensino básico que tem que estudar na cidade, não tem outro jeito, aí tem que vim pra cidade. Morando lá no assentamento, faculdade mesmo ninguém faz, porque*

*não tem transporte, ai se quiser tem que mudar de lá. (Fala obtida em entrevista com ex-líder da comunidade).*

Os educandos da comunidade Bom Jesus, em Pirenópolis, explicam que geralmente é a noite o horário da faculdade e não tem o ônibus,

*Porque também é assim sempre só tem ônibus no horário que tem mais alunos, ai nunca teve o horário da noite. Eu se quis trabalhar e estudar tive que morar em Pirenópolis. Ai não tinha ônibus a noite. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

No povoado de Bom Jesus, há somente dois dos educandos que estudaram na escola fechada e que hoje eles têm curso superior. No entanto, na roda de conversa participou somente um dos educandos que conseguiu fazer o curso superior e diz que,

*Eu não queria fazer turismo, sério mesmo. Eu queria ser professora, mas na época era tão complicado e era tudo pago e a única faculdade que tinha lá em Pirenópolis que dava para eu fazer era turismo. Foi uma faculdade de graça, perto da minha casa, e só tinha que pagar o vestibular. Tinha gastronomia também, mas eu nunca gostei de cozinhar, ai eu fiz turismo até porque eu já tava trabalhando numa pousada também. Então não tinha faculdade para professor e de graça então, eu fiz turismo mesmo. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Outro educando do mesmo território, expressa sua vontade em fazer curso superior e explica do porque não conseguiu.

*Eu gostaria de ser veterinário, porque eu sempre morei na roça e gosto de animal, eu queria mais a condição não deu conta. O acesso para fazer faculdade também. Se fosse para eu fazer veterinário eu teria que ir para Anápolis e é uma coisa que não dá pra mim. Ai agora lá em Pirenópolis, não é que diminuiu o emprego, é que você tem que ter qualificação. E tem muita gente que estuda e tudo né então, dá preferência para aqueles que tem qualificação. La para você entrar sem ter estudo precisa de uma indicação de alguém. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

O educando que gostaria de ser veterinário diz que o pessoal que não estudou, resta lhes

*O trabalho nas fazendas, como vaqueiro tirando leite, fabricando queijo. No meu caso que não continuou né estudando me sobrou trabalhar na roça. E o que manda hoje em dia é o papel que eu não tenho, o jeito é trabalhar no pesado! (Fala obtida em roda com os educandos da escola).*

A priori, em Pirenópolis, o mercado é forte em turismo e pecuária, portanto, é para esse mercado que ainda tem se formado sujeitos e com dificuldade os sujeitos do campo, já que mesmo as escolas ainda das séries iniciais no campo tem sido fechadas. O pessoal jovem que ficam no povoado dificilmente termina o fundamental e param de estudar, seja pelas dificuldades com o transporte, com a escola da cidade, por causa do trabalho.

Como são municípios pequenos, com cursos superiores voltada a economia local, precisa não somente sair do campo para continuar a estudar, como também de cidade, se quiser fazer curso superior em outras áreas. Sobre isso a ex-professora que trabalhou na escola no povoado de Vila Nova, Mambaí que foi fechada, relata,

*E pelo menos aqui na comunidade, lá em Mambaí também são dois três jovens que chegam na faculdade. A gente vê os alunos terminando o ensino médio, os alunos não tem mais aquele interesse de estudar. Também quem quer estudar tem que ir pra Goiânia e Brasília. Eu tenho uma filha enfermeira que ficou quatro anos estudando, não mora aqui mais, já tenho meu filho que é zootecnista ficou três anos na faculdade, mas não aguentava mais cidade grande. (Fala obtida em entrevista com ex- professora da escola).*

Assim, mesmo os sujeitos que ainda cursam e terminam o ensino superior, que passam a morar na cidade, não voltam para a comunidade seja pela falta de recurso, emprego, desenvolvimento na comunidade. Fica evidente que quanto mais elevado o nível educacional mais difícil fica da população camponesa ter acesso. Sem perspectivas para estudo é que a comunidade ainda perde muitos jovens e os que ficam tornam se os futuros caseiros, trabalhadores rurais pois, é a única opção, opção que lhe obriga a negar sua identidade para servir ao agronegócio, e isso tem ocorrido claramente a partir das falas tanto em Pirenópolis, Vila Boa, Damianópolis e Mambaí. Sobre isso, ainda será melhor analisado em consequências econômicas.

#### 4.2 Culturais

As consequências culturais envolve tanto os eventos que ocorriam na escola que foi fechada e que não ocorrem mais, além da recepção e diferenças que foram sentidas pelos educandos, professores e demais funcionários da escola no campo para a escola da cidade. Em todos os territórios estudados neste trabalho, tiveram consequências desse tipo, uns com mais e outros com menos intensidade. As festas, eventos, comemorações tinham em todas as escolas.

Nas comunidade dos municípios de Cocalzinho, Pirenópolis, Mambaí e Abadiânia, as escolas já foram espaços de atividades que hoje tem acontecido na igreja e ou no postinho. Portanto, quando não havia construído a igreja e posto de saúde era na escola que ocorriam todos os eventos. A escola era tudo para essas comunidades, como bem coloca a mãe de educando em Cocalzinho, na comunidade Lagoa do Pato Selvagem,

*Acontecia tudo na escola, porque antes não tinha a igreja aqui, batizado, casamento, tudo na escola. Vacina, primeira comunhão era tudo no colégio. Não tinha a igreja, ai depois que construiu. Ai agora é aqui no salão da igreja*

*que ainda tá construindo. E no pátio ai da igreja também. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Portanto, depois da construção do posto de saúde e ou da igreja nesses quatro territórios, que muitas dos eventos deixaram de existir, passando a ocorrer somente aquelas do calendário escolar. Eram eventos mais tradicionais do calendário escolar, como dia das mães, das crianças, e comemoração do Natal. São festas e comemorações quase que vistas como obrigatórias de acontecer. A mãe de educando, do povoado Bom Jesus, em Pirenópolis, ainda diz que,

*Assim festinha não tinha, é uma coisa que já teve sabe, tinha aquelas mais obrigatória da escola né festinha de dia das crianças, das mães essas tinha. Porque sempre as professoras e a merendeira fazia, mas do contrário não. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Em Mambaí, no povoado Vila Nova é a ex-professora quem detalha, que mesmo ocorrendo somente os eventos do calendário escolar,

*A gente via mais a comunidade ativa, participação da comunidade, agora o pessoal que participa é na reunião da igreja mesmo, eventos religiosos da igreja, foi o que restou mesmo. Nada mais na escola, ai quando tem as festas comemorativas, os pais já não tem mais interesse mais em ir, eles não querem se deslocar para chegar lá na outra escola. Ai aqui eles participavam muito bem, era pertinho demais né. Festinha das mães mesmo, a escola lotava não tinha nem espaço sabe. Hoje eles sempre fazem as festinha lá em Mambaí, mas, as daqui já não vão. (Fala obtida em entrevista com ex- professora da escola).*

Ainda é importante ressaltar, que depois do fechamento da escola, as datas comemorativas tradicionais do calendário escolar (dia das mães, crianças, Natal, Páscoa, festa junina e outros eventos) ocorrem na igreja das comunidades. Embora em Cocalzinho, na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, não são todos os eventos que tem ocorrido na igreja, pois a mesma não permite. E exemplo disso, é quando a mãe de educando na comunidade Lagoa do Pato Selvagem reclama que,

*Eu senti muito chateação depois de ter fechado aí. Tinha que ter pelo menos uma escola em nossa comunidade, agora não tem nenhuma escola. Agora muita coisa que ocorria na escola acontece no salão da igreja. Mas não tem mais algumas coisas igual a comemoração do dia do Natal que ocorria só quando tinha a escola. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Até mesmo os eventos que são permitidos na igreja, estão deixando de existir na comunidade pois como coloca a ex-merendeira da comunidade Lagoa do Pato Selvagem,

*Na igreja não tá mais dando certo. E tá acabando. O povo tá esquecendo. E não é por causa da crise não, foi bem antes de chegar a crise que não vê mais nossas festinhas. (Fala obtida em entrevista com a ex- merendeira da escola).*

A presença da escola já movimenta a comunidade bem como influencia para que haja outros movimentos além daqueles escolares. Assim, não havendo mais escolas, não tem mais movimento, e a pouca, mas, importante união que existia, também é ameaçada. A escola estando aberta funciona como um importante veículo de divulgação. Por isso, a desunião ocorre também porque muitos membros da comunidade acabam não sabendo dos eventos que passam a ocorrer em outros espaços. Sobre essa dificuldade de divulgação dos eventos, os educandos da comunidade Lagoa do Pato Selvagem, em Cocalzinho, explicam que,

*Agora tá ocorrendo tudo aqui na igreja, quando ocorre, mas lá na escola era mais massa. Lá era melhor. Por ser escola né aí era melhor. Igual tá tendo essa vacinação aqui na igreja então o povo veio hoje, agora vai saber quando vai vim. Então assim via mais vezes né... porque assim nós alunos era o correio da escola então todo mundo sabia, igual hoje dia de vacinação aqui na igreja mas nem todo mundo sabe né.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Os educandos do povoado de Bom Jesus, em Pirenópolis, complementa a realidade anterior ao dizer que nesse território, a igreja não abre exceções para nenhum tipo de evento. Na fala quando dizem que a escola estava aberta,

*Tinha quadrilha, aí convidava o pessoal da região tudo para vir, ajudava, e agora não tem mais isso. Na igreja isso não pode acontecer porque existe um conselho aqui não aceita essas festinhas de tipo nenhum. Aí é só reza e mais nada.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Em Abadiânia, no Assentamento Barro Amarelo, não ocorre evento de tipo nenhum, pois além da escola, também a igreja e o posto de saúde estão abandonados e o sujeito que era líder da comunidade que poderia organizar reuniões para discutir sobre, tem morado na cidade. Em nenhum dos oito territórios tiveram Escolas do Campo, portanto, não havia envolvimento de toda a comunidade na escola. De todo modo, a escola estando aberta conseguia reunir parte da comunidade com os eventos por exemplo, por isso que com o fechamento essa reunião fica ainda mais difícil. Sobre isso, o ex-líder e professor do Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia reforça que,

*A escola também tem a parte social que ela faz né que é reunir as famílias, nos dias de festas né. Então essa parte social mesmo acabou, não tem mais. A escola era o espelho da comunidade. Lá acontecia de tudo, aula, reunião da associação, festa. Depois que a escola fechou desuniu a comunidade, muito mas muito mesmo.* (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).

Esse tempo em que a escola do Assentamento Barro Amarelo tinha eventos para além do calendário escolar, ocorria quando o professor era do próprio território, dava aula no assentamento, mas o expulsaram e que fez muita falta tanto para a escola quanto para o próprio assentamento já que era líder.

Nas escolas de Santo Antônio, Vila Boa, Damianópolis e Sítio d'Abadia, tiveram um outro contexto cultural de eventos e principalmente em Santo Antônio e Vila Boa que por não serem comunidades, nunca tiveram igrejas e posto de saúde. A Escola Municipal Multigraduada Farroupilha em Santo Antônio do Descoberto, com o tempo de existência passou a ser tudo para os camponeses, sempre foi a única coisa que tiveram e os mantinha além é claro do trabalho enquanto caseiro nas fazendas. Eles conseguiram uma escola que atendia a todas as suas necessidades, coisa que não aconteceu em Vila Boa. Portanto em Santo Antônio contavam com a ajuda dos fazendeiros que mantinha a escola e assim manter o campesinato enquanto caseiro.

A escola persistiu até o momento que os fazendeiros não iam se prejudicar. Segundo os educandos a escola tinha vários eventos, era responsável por gerar economia, com os bordados que eram feitos na escola, e servia ainda como posto de saúde. A mãe de educandos coloca que

*Todos os eventos a gente gostava. Tinha quadrilha. Pascoa, dia das crianças, Natal eles dava presente para a gente, ovo de pascoa. Sem contar que lá tinha dentista de graça, cursos de crochê, costura, era uma vez por semana, aí a gente tinha uma banquinha na feira de Santo Antônio para vender essas coisas. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Com a presença da escola, mantém a família no território, pois com o fechamento desta escola ocorreu a saída de muitos sujeitos das fazendas onde trabalhavam. E a saída desses sujeitos diminui o número de crianças, portanto, as crianças que ainda permanecem ficam sem a escola e ficam ainda sem os amigos de escola e isso muito afeta o sentimento da criança que passa a estar mais sozinha, podendo ser mais um incentivo para viver na cidade. Isso ficou explícito em Santo Antônio, quando a mãe de educando diz que,

*Nossa eu fiquei muito triste, as crianças muito triste também. Meu filho era pequeno, ai tinha coleguinha que ele tava desde o prezinho né. Então foi muito ruim eu fiquei triste demais. E aqui tinha muita gente, muita gente. Hoje não tem mais. (Fala obtida em entrevista com a mãe de educandos da escola).*

E os educandos, filhos dessa mãe entrevistada, complementam,

*A escola fechou, a gente nem tinha mais criança para brincar, a gente ficava sozinho. Antes tinha uns três quatro menino que eles vinham para cá, a gente ia para a casa deles brincar, fazer trabalho. Tem gente agora que tá morando em Aguas Lindas, Brasília, Santo Antônio mesmo. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Somente em Vila Boa, que a escola nunca foi espaço para outras eventos a não ser aquelas delimitadas pelo calendário escolar. A Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza, em Vila Boa, não passava das festinhas ou comemorações obrigatórias do calendário escolar, pois atividades de outro tipo foram quase que impossíveis de acontecer no cenário agrário atual, pois a escola está próximo do trecho de uma rodovia e muito distante do campesinato ( o ônibus



só funcionava para levar as crianças para estudarem, enquanto que em Santo Antônio do Descoberto, na fazenda Farroupilha, em que estava localizado a escola, os proprietários conseguiram ônibus não somente para levar as crianças para a escola, mas também levar os pais, e levar os pais na cidade).

No povoado de Boa Esperança, em Damianópolis, e na comunidade de Água Boa, em Sítio d'Abadia, mesmo com a construção do postinho e a igreja nestes territórios, continuou havendo muitas atividades, (contrário do que aconteceu em Abadiânia, Pirenópolis, Cocalzinho e Mambaí). São outras atividades, para além das datas comemorativas tradicionais. Sobre esses eventos na escola do povoado Boa Esperança, em Damianópolis, o educando diz que,

*Sempre comemorava o dia das crianças, o dia dos pais, das mães, festa junina, sempre tinha uma comemoração. Mesmo estando de férias, sempre tinha alguma festinha, sempre tinha apresentações e a comunidade inteira participava. Tinha a parada da leitura, os meninos reuniam para contar histórias, muita gincana, piquenique. Em alguma data comemorativa acontecia o piquenique, a gincana e a gente aprendia era muito, era uma aula. Tinha competição de desenho. Tinha também o inter - classe que era os jogos entre as turmas, mais jogava era futebol. E só jogava futebol também porque não tinha outro espaço pra jogar vôlei, não tinha espaço, nem o material. A gente jogava queimada, eu gostava era muito de jogar. Aqui já teve muita coisa, agora não tem nada. Tinha o PET também, que era tipo um reforço da escola. A escola é o único local que a gente tem para fazer evento. Passava filmes a gente ia lá assistia filme o dia todinho. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

A líder no povoado de Boa Esperança, em Damianópolis complementa ainda que,

*A escola era tudo, a gente fazia festinha, tudo a gente reunia na escola, essa escola era nossa referência pra tudo aqui. Quando não tinha o postinho, porque agora tem. Mas antes vinha medico para fazer tratamento de dente, exame tudo era o foco a escola. Eles vinha para a escola. A gente fazia festa, até festa de aniversário a gente fazia porque não tinha um outro local bom pra fazer. Até hoje, as reuniões são feitas na escola. Muitas coisas ocorrem na igreja agora, mas o que não pode ocorre tudo na escola por exemplo as reuniões mesmo. (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).*

Em Sítio d'Abadia, na comunidade de Água Boa, os educandos também colocam que além das festas tradicionais da escola (festa junina, dia das mães, dos estudantes, dias das crianças, Páscoa, Natal) a escola era espaço de teatros, de reunião da comunidade, e os educandos complementam ao dizer que,

*Aqui era diferente um pouco a gente fazia artesanato, crochê, bordado. Nós podia levar brinquedo pra escola, brincava era muito. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Por isso, que tiveram territórios que se aproximam mais da Escola do Campo do que da Escola Rural. Foram as escolas em Damianópolis, Sítio d'Abadia e Santo Antônio do

Descoberto. Os municípios de Vila Boa, Mambaí, Cocalzinho, Pirenópolis e Abadiânia tiveram suas escolas mais distantes daquela Escola do Campo. É importante ressaltar que tornar a escola espaço para vários momentos, torna a comunidade mais participativa da escola, e foi o que percebeu nos territórios dos municípios de Damianópolis, Sítio d'Abadia e Santo Antônio do Descoberto. Embora também seja importante colocar, que o envolvimento da comunidade na escola, bem como, o contexto agrário em especial no território de Santo Antônio não estava suficiente e que favorecesse para formação de coletivo e com base nos princípios da Educação do Campo nestes territórios. É importante ressaltar ainda, que a Escola Municipal Boa Esperança, em Damianópolis foi a que mais se distanciou da Escola Rural, sendo que até hoje mesmo estando fechada é a única que ainda acontece reunião da comunidade e que discute possibilidades da reabertura da escola.

Como já foi colocado, depois que as escolas fecharam muitas festas e comemorações não existem mais, e muitos dos pais e avós não mais participam dos eventos que ocorrem na escola da cidade, seja por argumento de saúde, seja por falta de condução e por causa do trabalho que exercem.

No povoado Boa Esperança, em Damianópolis, tem a fala de uma senhora, mãe de educando e avó de educando e que não mais participa dos eventos,

*Na outra escola os pais as vezes vai. Eu tenho um netinho que já me chamou duas vezes para ir mas não dá para eu ir por causa da saúde. (Fala obtida em entrevista com avó de educando da escola).*

Na comunidade Água Boa, em Sítio d'Abadia, também apareceram falas que justificam que não vão para os eventos na escola da cidade por causa da saúde. Em todas as comunidades tiveram pais que justificaram que não vão na escola da cidade por causa da falta de condução, não ter carro e por que no ônibus em que os educandos vão não cabem todos. Sobre isso a ex-merendeira, em Vila Boa, explica que,

*Tinha os eventos, mas, era muito difícil, assim porque o ônibus tinha que marcar porque para vir os alunos e os pais não dava, aí quando era dia das mães vinha só as mães ou só os pais. (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

Outra ex-merendeira, no povoado de Bom Jesus, em Pirenópolis diz que na escola da cidade,

*Quando vai hoje é duas três mães. Porque fica mais difícil agora também. E também a Kombi é pequena não dá para as mães irem assim. (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

Em Sítio d'Abadia, quando pais vão na escola junto com os educandos,

*O que não vem sentado vai em pé mesmo. Senta de três.* (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).

Portanto, o ônibus, além de causar todo o transtorno de sofrimento e preocupação que muito é desconsiderado na fala das Secretarias de Educação, também tem impedido o direito do pai em estar participando da vida escolar do filho na cidade. Os ônibus como já não vai tão vazios, com os pais presentes não dá, isso só confirma que a pequena quantidade de educandos tem sido um falso argumento pra fechar a escola. Contando que em todas as comunidades são utilizadas pelo menos um ônibus escolar. Por isso, que segundo a ex-professora da Escola Municipal Barro Amarelo em Abadiânia, diz que tinha eventos na escola,

*Tinha. Festa das mães, dias das crianças eu sempre fazia. Os pais participavam, a gente fazia almoço. Fazia o amigo secreto. Agora sim é mais difícil eles virem para cá, para as reuniões e festinha quase não tem eles aqui, não são todos que tem carro que tem jeito de vir.* (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).

Há também, pais que não acompanham a vida escolar do filho na cidade porque trabalham. Portanto, da mesma forma que não ocorre a participação da comunidade em reuniões escolares, não há participação dos pais em eventos escolares, e principalmente nos eventos escolares já que quando vão, acham mais relevante as reuniões que discutem a situação escolar do filho. A mãe de educando, no Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia, trabalha como doméstica, mas também cuida do lote sozinha pois o esposo fica o dia todo fora, no trabalho de caseiro em uma fazenda. Essa mãe diz, que quando a escola do assentamento estava aberta,

*Tinha, tinha reunião, festinha das mães, das crianças eu gostava de participar. E eu gostava de participar sempre.* (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).

Depois que a escola fechou, essa mãe ainda explica que,

*É mais difícil de participar de festinhas, eu vou mais na reunião do colégio que é uma coisa mais importante.* (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).

Também em Vila Boa e Santo Antônio do Descoberto que não são comunidades, mas camponeses que são caseiros nas fazendas e por isso não tem nenhum pai com essa disponibilidade devido ao trabalho que exercem. Uma mãe, em Santo Antônio do Descoberto, complementa que em relação aos eventos

*Raramente eu participo, vou na escola deles. Hoje mesmo tinha que resolver alguma coisa lá na escola para minha filha, mas não deu para eu ir, por eu estar trabalhando. Depois que eles foram para lá eu nunca mais participei de festinha, para te falar a verdade.* (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).

Foram nos territórios dos municípios de Abadiânia, Santo Antônio do Descoberto e Vila Boa que tiveram pais que não podem ir por causa do trabalho enquanto caseiro, portanto, além da falta de condução ou de saúde, tem aqueles pais que não vão na escola da cidade porque estão sendo fisgados pelo modelo de campo que é o agronegócio a partir do trabalho de caseiro nas grandes fazendas nas redondezas do município, o que percebe que esse modelo de campo também tem prejudicado a vida dos sujeitos camponeses nesse sentido.

Contudo, é somente no Povoado Boa Esperança em Damianópolis que há em preponderância, a presença dos pais na escola da cidade. Sobre isso a ex-professora também explica,

*Hoje os pais continuam participando, a gente quando marca uma reunião aqui, a gente já tem certeza que os pais da zona rural virão, enquanto que os que estão aqui perto não vem. Esses pais eu acho que ficam inseguros também, suas crianças levantarem muito cedo, daí eles vem para ver como está. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

E mesmo nesse território, o acompanhamento dos pais já não é mais o mesmo o que é algo ruim tanto para o pai quanto para o educando. Principalmente esse educando do campo que se encontra em outro ambiente escolar, com outros sujeitos de cultura diferente, é um educando do campo que como vimos está submetido a todo um esforço para ter que estudar.

Mas, não é somente os pais que são privados de participar da vida escolar do filho depois que fecha a escola no campo, o próprio educando quer seja criança ou adolescente dificilmente consegue participar de atividades (eventos, comemorações, festas que ocorrem geralmente fora do horário da aula na escola da cidade). Portanto, eventos como quadrilha, dias das crianças, comemoração de Natal, peças teatrais não tem participação dos educandos do campo uma vez que todo o preparo que envolve o ensaio, ocorre fora do horário de aula, e o ônibus ou não chegou ou não espera os ensaios, bem como tais eventos e comemorações geralmente ocorre num período contrário ao da aula, e também não tem o transporte para levá-los.

Portanto, entendendo que todos eventos é parte da formação desses educandos, mas que não podendo participar estão sendo privados de envolver nesses momentos. Não é somente com a falta de ônibus quando ele quebra, greve do motorista que estão tomando o direito da criança ou jovem de estudar, não é somente com o sofrimento e riscos que esses educandos passam na estrada, mas existe a negação do direito de acessar a educação quando ocorre a exclusão dos educandos do campo nessas outras atividades escolares que também envolvem aprendizado. Em todos os territórios existe essa dificuldade de envolvimento com a escola tanto dos pais quanto dos educandos. Sobre isso, tem a fala dos educandos, na comunidade Água Boa, em Sítio de Abadia, que pode representar a situação ao dizer que

*Agora os eventos estão ocorrendo tudo no Sítio, mas agora é mais difícil da gente fazer porque eles ensaia no período que não dá pra nós ir. Porque nos é do transporte. Esse ano mesmo teve quadrilha, mas aí eles ensaiava de seis a sete. Aí como nós estudamos a tarde aí chega uma hora e volta cinco. Aí não tem como ficar lá pra voltar. A gente fica querendo mas não tem como. Lá na escola tem aula de zumba, mas nós também não participa. Os colegas nosso fala que nós somos os excluídos. Eu não importo também mais não. Tem as coisas diferente na escola, a gente nem se anima. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Na fala do educando em Sítio d'Abadia, na comunidade Água Boa, deixa explícito como ocorre os desencontros das atividades da escola e como esses educandos podem se sentir com isso. Embora na fala, os educandos coloquem que não se importa, o que existe é um sentimento de indiferença e que portanto, se importa mesmo que não importasse a sua não participação é prejuízo grande enquanto formação. Em Pirenópolis, no Povoado Bom Jesus, os educandos complementam a fala do território anterior ao explicar ainda que vontade em participar não faltava

*Na época de ensaiar quadrilha a gente ficava querendo participar, mas não dava, o ônibus porque terminou a aula vinha embora, então era depois da aula que era os ensaios aí nunca dava para participar. Foi no ensino médio que deu para eu participar que aí eles separaram um horário durante a aula para a gente ensaiar, tirava lá uma meia hora uma hora antes da aula terminar. Mas a hora de dançar era a noite aí só ensaiava na maioria da vezes, porque não vinha ônibus buscar. Ele levou uma vez. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Existe, portanto, essa dificuldade de principalmente os educandos, pais de educandos se envolver com a escola da cidade. E os eventos da escola da cidade é bem diferente da escola da comunidade, tem uma outra aparência. Essa nova aparência tem a essência da cultura da cidade. Sobre essas diferenças, os educandos no território de Santo Antônio, reclamam que,

*Eles lá chama a gente pra fazer quadrilha, mas quadrilha é um negócio que tem canjica, bolo de fubá, aí tem que seguir a tradição. Mas, hoje em dia a quadrilha tá é com funk. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

É importante ressaltar, que não foi conseguido outras falas sobre essas diferenças e muito pode estar associado ao fato da dificuldade dos educandos em participarem desses eventos na escola da cidade. Os educandos do povoado Boa Esperança, esclarece que na escola da cidade somente dava para participar dos jogos de inter-classe que ocorria uma vez por ano. São jogos de todas as modalidades e eles enfatizam que quem participava era somente os educandos, portanto, sem a participação dos pais. E, principalmente, os educandos homens porque as educandas da comunidade não conseguia integrar pelo preconceito de uma cultura também da escola, de que jogos que envolve bola não são jogos de meninas, portanto não dava

para montar times. Enquanto, que quando a escola do povoado Boa Esperança estava aberta, a comunidade que podia participar, e as meninas se integrava em quaisquer atividades.

Mas, não é somente a essência dos eventos que mudam como já foi exposto, não é somente essa dificuldade de participação em outras atividades da escola da cidade, mudam também o relacionamento com os professores e os colegas. Infelizmente, esse relacionamento é mais tenso e pode ser preconceituoso. Foram nos territórios dos municípios de Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho, Pirenópolis, Vila Boa, Damianópolis e Sítio d'Abadia que tiveram falas de educandos que sentiram dificuldades de se relacionar com os colegas de sala e professores por algum motivo.

Em Santo Antônio do Descoberto, por exemplo, os educandos colocam que na escola no campo os professores ajudam mais, são mais amigos e compreensivos. E isso fica melhor explícito na fala dos educandos de Sítio d'Abadia na comunidade Água Boa, quando diz que

*O aprendizado também era melhor. As professoras era mais amigas assim, pra mim era melhor. No Sítio os professores são muito bruto demais, tem uns que nem sabe dá aula direito. Ai as professoras daqui era bem melhor. As professoras que eram daqui agora dão aula em uma outra escola lá na cidade também. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

E por existir um contexto proporcionado pelo sistema do capital que estão diretamente inseridos, portanto, de desigualdades econômicas, de exploração e violência que pode influenciar na desonestidade dos educandos da cidade, também no desrespeito que só tende a piorar quando o próprio sistema escolar reprime esses sujeitos. O professor da cidade, adota um comportamento mais rígido e profissional, de opressão com esses educandos, para evitar qualquer conflito. Sobre isso, os educandos do campo de Santo Antônio percebe que

*O professor não deixa sair nem para ir no banheiro. Eles falam sempre que na última aula, acaba que nem na última aula. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Na cidade, a dinâmica é totalmente diferente, o capital tem invadido a vida das pessoas com mais facilidade já que é na cidade que o capital se encontra de várias formas e em várias intensidades. Na cidade, o foco são a dinâmica do comércio, indústria, da competição, e as pessoas e os educandos da cidade estão inseridos nesse contexto. Assim, os educandos do campo carregam consigo muito de suas raízes de honestidade, de humildade, de cuidado com o meio ambiente, de amor ao próximo e por isso, sentem as diferenças culturais. Por isso, que surgiram falas como a de educandos em Santo Antônio que diz,

*Antes lá na minha escola lá na cidade tinha uma sala de informática, mas ai eles foram lá entraram dentro da escola e roubaram os computador tudo. Ai a gente ficou sem informática. Isso não pode ser chamado de escola, a gente*

*lá estudando, aí o povo começa a tacar fogo no lixo assim sabe. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Os educandos do campo são unidos, se ajudam, no entanto, na cidade os colegas se aproximam no interesse para conseguir alguma coisa, ou aproveitar de alguma forma da ajuda que recebeu. Os educandos do campo tem preservado mais a ajuda ao próximo, a cordialidade, a união mesmo não estando na escola no campo do campo, mas já carregam isso com eles porque ainda é parte da sua cultura. Os educandos do campo de Santo Antônio do Descoberto complementam sobre isso, ao dizer que,

*Lá na cidade todo mundo é separado do outro, porque lá pelo menos em Santo Antônio, aqui é igual ao que meu irmão diz, quando tinha a escola Farroupilha não tinha esse negócio de todo mundo separado, era todo mundo junto e querendo ou não você acabava criando um vínculo de amizade aqui, e lá não, a sala toda e a escola também é dividida em grupos, todo mundo tem seu grupo, cada um no seu quadrado, é separado. Por exemplo, aquelas meninas que só conversam aí as vezes eu to nesse grupo porque eu gosto muito de conversar, aí daqueles que não fazem nada em sala de aula, eles também se juntam. Aí fica separado os grupos. Aí ninguém se junta, ninguém conversa. Só conversa quando é trabalho ou quando é para fazer alguma atividade e é por obrigação. Porque se entende que está fazendo aquilo porque é obrigado, porque se eu não fazer eu não consigo aquela nota, então vou muntar nas costas dele, aí pronto. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Os educandos de Santo Antônio do Descoberto diz ainda,

*Os alunos que tinham lá era bem mais educado do que lá em Santo Antônio, tipo lá ninguém falava palavrão, nem nada. A gente chega lá e a gente fala “oi” aí eles olham assim e fala - e eu te conheço! Antes era bem mais educado mesmo. Não existe união sabe. Se o coleguinha tinha esquecido alguma coisa em casa, o outro ia e ajudava, emprestava. Lá se você emprestar suas coisas, aí já era, rouba, não devolve mais. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Em Cocalzinho, na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, os educandos dizem que

*Se tivesse um colégio aqui igual lá da cidade seria muito bom né. A comunidade ia ser melhor. Porque lá na escola da cidade tem melhor estrutura, tem professor melhor, mas tem muita pessoa que mexe com coisa errada também, aqui quando tinha escola era mais tranquilo isso. Não tinha esse negócio de briga, lá todo dia tem briga. E você pisar no pé de outro lá, os caras já querem partir para briga. Já deu até morte lá. Deus me livre! Só de olhar muito tempo para uma pessoa já da briga. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Mas, não é somente os educandos da cidade que podem ter esse comportamento rebelde, de desrespeito. Os educandos do campo também o tem e muito está ligado ao contexto que se insere, de sofrer nas estradas, de passar fome, de sentir dificuldades de adaptação e ainda de conseguir acompanhar a cobrança da escola da cidade. Por isso, os educandos do campo

também podem ser considerados péssimos alunos. São duas realidades de educandos distintas (do campo e da cidade) e ambas não são consideradas, ao invés disso são ignoradas e em muitas situações são duramente reprimidas. Sobre isso, a ex-diretora e professora da comunidade de Água Boa, em Sítio d'Abadia, relata a experiência que teve,

*Eu trabalhei a tarde, a única que eles deixaram a tarde, e foi um desafio que enfrentei, porque eu nunca tinha passado por aquilo, é um reforço, aí vem primeiro, segundo terceiro, quarto e quinto ano. Um dia específico para cada turma. Eu pensei que eu não ia dar conta desse desafio mas eu fui e eu amei. Aqueles meninos da roça do assentamento que eles ficavam criticando, daí eu enrolava um papel higiênico na minha mão e chamava o pequenininho lá fora e dava uma geral nele. E mandava de volta para seu lugar. Geralmente esse reforço são alunos que tem dificuldade na aprendizagem, são alunos que é de fora, que saem de casa cedo, que eles dão o almoço lá mesmo, já está cansado, com o reforço à tarde, ele está morto, então ele não quer aprender nada. Eu acho que falha só a realidade porque lá estudam muitos alunos de assentamento de regiões rurais e esses alunos não chegam tão limpinho, como aqueles que tomou banho na hora, então esses alunos são discriminados sim. As vezes eles são mais rebeldes, eles ficam mais rebeldes e aí são considerados péssimos alunos. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

Os educandos do campo veem as diferenças nos colegas do campo para a cidade. Inclusive em se tratando dos assuntos quando é educando do campo para outro também do campo e um educando do campo quando é educando da cidade. Quando são dos mesmos territórios os assuntos fluem na conversa, enquanto que em territórios diferentes os assuntos não conseguem fluir tão facilmente. Em Vila Boa, os educandos complementam sobre isso, ao dizer que,

*Lá era só os meninos da zona rural então lá a gente se identificava, porque não tinha gente da cidade, então a gente já tem assuntos em comum e as crianças também, assim era bem legal. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Mas, além do comportamento diferenciado dos professores do campo para os professores da cidade bem como dos educandos do campo para os educandos da cidade, esse comportamento pode estar imbuído de preconceito. Assim, os educandos do campo podem ser discriminados por serem do campo, porque ainda hoje a cultura urbana é tida como superior a do campo. Assim, a cidade é vista como sinônimo de modernidade, enquanto que a cultura camponesa é símbolo do atraso. Em Santo Antônio do Descoberto, Pirenópolis, Damianópolis e Sítio d'Abadia, os educandos do campo colocam de forma explícita que sofrem com preconceito por serem do campo.



Educandos da fazenda Farroupilha, em Santo Antônio do Descoberto, sofrem com o preconceito vindo dos professores e partindo dos professores é que tem fortalecido ainda mais o preconceito que os educandos da cidade sentem com estes educandos do campo. É interessante observar na fala, que os educandos do campo sentem vergonha dos apelidos pejorativos, apelidos que estão ligados a aquele sujeito do campo atrasado, ao personagem de Maurício de Souza, quando dizem

*Esse negócio de os da roça partia não era só dos alunos, também dos professores, do coordenador que lá na chamada sempre tem aqueles que moram na zona rural e os da zona urbana. Os da zona rural tem mais assim, eles ajudam mais, quem mora na fazenda por exemplo, faltou, aí é só ir lá e justificar falta porque o transporte não veio. Aí ao invés de colocar da zona rural, o coordenador, mesmo colocava “da roça”. Ele ajudava com aquilo ali, sabe a criar mais aquilo, ele chegava e falava na frente de todo mundo, para a gente passar vergonha. Porque esse coordenador ele era bem comunicativo, fazia a gente passar vergonha, chamava de da roça. Aí a gente ficava bem constrangido. **Me chamaram de Chico Bento uma vez. Então é chato né. Minha irmã já chegou a ir na escola por causa disso, porque ele falava demais assim. Mas ele continuava não tinha como ele parar não.** (Grifo nosso). (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Jeca Tatu, Chico Bento, são personagens criados por Monteiro Lobato e por Maurício de Souza para representar o campesinato. Segundo Souza, essas representações partiam “daqueles que tinham poder no espaço agrário do início do século XX e que se disseminou por todo o país” (2014, p. 42). Portanto, o que constata nas falas dos sujeitos e principalmente dos educandos é que mesmo sendo personagens criadas ainda no século XX, são essas as representações do campesinato ainda nos dias atuais, e que muito desvaloriza a identidade territorial camponesa.

A líder do povoado de Boa Esperança, em Damianópolis, foi para a escola da cidade quando não tinha mais séries na escola de sua comunidade. Portanto, também foi educanda e estudou na escola da comunidade, como também na escola da cidade e relata a experiência,

*O pessoal que vai daqui tudo sofre bullying de ser roceiro, de pé sujo. A gente não tinha roupa boa para ir para escola, não tinha sapato, ia de havaiana, não tinha uma mochila para levar as coisas, aí levava em saco de arroz. Ainda bem que nós temos aqui só menino e menina bonita que cala a boca porque aqui é o povoado de gente mais bonita, não é falando não. Mas aí eles baixam a bola. (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).*

Contudo, tiveram educandos no povoado de Boa Esperança, em Damianópolis que não terminaram todas as séries que a escola do povoado oferecia porque ela foi fechada antes que terminassem. E por isso que contam que,

*No começo quando a gente foi pra lá foi muito difícil, eu mesmo me sentia excluído no início, ficava num cantinho. Quando tinha quadrilha mesmo, eu*

*não dancei, porque não tinha coragem. Mais difícil é para as meninas, porque as meninas de lá é muito patricinha, chegava assim e falava – “aquele menino é da tapera”, porque também a gente chega na escola cinza e pior quando chegava atrasado e ônibus quebrava, todo mundo olhava pra gente que tava chegando. – falavam assim – “Eita buzão ou o pau de arara quebrou hoje foi?” Eu sei que a gente já passou por cada uma. A gente teve força, o cabelo chegava branco de poeira. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

No discurso, eles expressam o que passaram, e deixa explícito que foi uma consequência do fechamento da escola e que não foi fácil, já que como coloca o educando, no território de Damianópolis,

*Eu não me enxergo como sendo da cidade porque somos acostumados aqui. Nós fomos obrigados do jeito deles lá porque levaram os alunos pra lá. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Mais que isso, os educandos expressam o sentimento de inferioridade, ao dizer que,

*A gente aqui da fazenda pode ser mais simples, não veste tão bem igual eles de lá, não tem o cabelo liso igual eles de lá. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Nascimento explica que (2006, p. 873) com o fechamento da escola “eles devem assumir os valores da cidade, pois senão são chamadas de atrasados pelos colegas ou pelos próprios professores”. Os educandos da comunidade Água Boa, em Sítio D’Abadia diz que sofreu preconceito dos colegas,

*Quando nós estudava de manhã nos ia né (...) Aí dizendo eles lá que não tinha mosquito não né. Ai eles fala que foi só nós chegar que nós trazia daqui e levava pra lá. Ai eles até falava assim que nós não banhava não e levava os mosquitos. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

É importante observar nas falas, que eles percebem que foram submetidos a todas essas condições quando fechou a escola. De todo modo, uma criança ou jovem do campo quando submetido a tais situações faz com que elas sintam vergonha de suas origens, de suas raízes, de que não se reconheça enquanto camponês, o que pode influenciá-la tanto a deixar de estudar, quanto de deixar o campo. Assim, a vida da cidade e a cultura da cidade é supervalorizada, para que o campo se torne o território do negócio (SOUZA, 2014).

Mas, da mesma forma que os educandos do campo sentem diferenças, o professor do campo também sente diferenças quando deixa de trabalhar com educandos do campo para trabalhar com os educandos da cidade. E isso ficou claro no território do povoado Vila Nova, em Mambaí, no Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia. No Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia, diz a ex-professora do campo que agora trabalha e mora na cidade,

*é muito diferente o comportamento dos alunos lá é muito diferente. Eles são assim mais amorosos, os do campo, e os da cidade são assim mais um contato profissional. Agora lá no campo era assim tipo até hoje tem aluno de lá que me pede benção. Eu tenho rapaz já que faz ensino médio, que me pede benção em qualquer lugar que eu esteja. Assim parece que a gente é tipo um parente, mais que um professor. Como se fosse da família. E lá até os pequenininho, os pais já diziam, vai lá dar a benção para a tia. Eles também tem um respeito maior. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*

E Souza já dizia que, “a espacialização do camponês na cidade não destruiu sua identidade com o território camponês. Ele se territorializou a partir da resistência e conservação do seu modo de vida”, (2014, p. 50). E, os professores da cidade sentem diferenças, acham melhor trabalhar com os educandos do campo. Foi entrevistado duas professoras de municípios diferentes, sendo estes Vila Boa e Santo Antônio do Descoberto, só não foi conseguido entrevistar a professora de Cocalzinho que também é da cidade. Sobre os educandos do campo e os pais do campo, a ex-professora da Escola Municipal Dorvalina Araújo de Souza, em Vila Boa diz que

*Os meninos lá são muitos amorosos é uma das coisas melhores da zona rural. Na época de manga, de milho é o que a gente mais ganha na escola. Os alunos da zona rural são bem melhores de mexer do que os da zona urbana. Onde eu trabalho os pais deixam o filho largado acha que pensa que o filho tem que caminhar com as próprias pernas mas aí que tá o problema. O pessoal da zona rural é muito mais preocupado, mais presente que os daqui. O coração dos alunos é melhor também, é muito difícil você ver um caipira ruim. (Fala obtida em entrevista com ex- professora).*

E que mesmo expondo as qualidades do camponês, existe nesta fala o preconceito ao chamá-lo de caipira, estar se referindo a um sujeito atrasado. Portanto, por parte dos professores que são da cidade foi comprovado que tanto em Santo Antônio quanto também em Vila Boa existiu preconceito com os educandos do campo, ao trata-los enquanto Caipira, Da Roça.

Mas, como já foi colocado além dos professores do campo sentirem as diferenças dos educando do campo para os educandos da cidade, também sentiram diferenças na organização do ambiente de trabalho. Em Mambaí, Abadiânia, Pirenópolis, Damianópolis e Sítio d’Abadia a diferença foi em relação a autonomia, se antes os professores destes territórios tinham mais trabalho por ser sozinho em quase todas as tarefas, também tinha a autonomia no processo de dar aula, de organizar as atividades. Porém, na cidade tudo passa a ser organizado e acompanhado por equipes, com uma organização específica. Em relação a essa perda de autonomia a ex-professora da escola no povoado Vila Nova, em Mambaí diz,

*teve diferença e assim também na parte de ensinar e tudo, porque assim, as vezes tem pessoas que pra fazer uma coisa bem feita precisa alguém tá no pé e assim aqui não, a gente tinha autonomia pra tudo né, se tivesse algum problema que a gente pudesse resolver a gente mesmo resolvia né, as vezes*

*só ligava pra eles assim se fosse um caso a gente não tivesse condição de resolver e lá não, lá por um lado é até melhor, porque as vezes acontece alguma briga na sala ali você vai atrás do coordenador, o coordenador resolver, só que eu sou assim, eu aprendi aqui, eu só chamo o coordenador ou o diretor, alguém se for um caso que eu mesmo não der conta de resolver na minha sala, entendeu? Eu não fico atrás não, sabe. (Fala obtida em entrevista com ex- professora da escola).*

Nos territórios que as escolas funcionavam somente um ou duas professoras e a merendeira como aconteceu em Mambaí, Abadiânia, Pirenópolis, Vila Boa, Cocalzinho, era difícil a realização de todas as atividades porque não tinha outros sujeitos que poderiam ajudar, e redistribuir o trabalho, por isso só a professora, por exemplo, cumpria a função de diretor, coordenador, de vigia da escola. Na fala da ex-professora, em Mambaí, dá para perceber que no sentido de ter autonomia nas decisões, na organização, era positivo. A ex-professora do povoado Vila Nova em Mambaí ainda diz que,

*Depois que mudou pra cidade em Mambaí, como a escola já era uma escola maior né, já é mais pessoas e cada um pensa diferente aí ficou aquela coisa mais, não ficou mais coletiva. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*

A realidade é que a professora entrevistada está num coletivo que é mais difícil de se inserir, se fosse um coletivo de sujeitos do campo assim como ela é, seria mais fácil o diálogo de ideias e opiniões um vez que todos conhecem a realidade do território, dos educandos, da escola e portanto, seria construtivo não importando a quantidade de pessoas envolvidas. Mesmo que se fosse um coletivo de sujeitos que nem todos fossem do campo, ou que se fossem mas, com opiniões muito distintas, é mais tranquilo porque se está fazendo um trabalho que é no seu território, portanto, conhece esse território e o que seria melhor para ele. Ficar sozinho ou em menor número num território de realidade desconhecida é ficar oprimida as regras, aos mandos do que há tempos já está enraizados.

São basicamente as principais consequências culturais que foram registradas nas falas dos sujeitos do campo. Era para os sujeitos do campo conformarem com as consequências porque se tinha antes uma escola no campo faltando uma estrutura física mais ampla, humana e tecnológica. Essa é a estratégia para os sujeitos do campo não sentirem falta, se convencerem que a escola no campo é ruim, de que o conforto e a qualidade na educação só é possível de encontrar na cidade. Mas, em todos os territórios as escolas assumiram alguma importância pelo menos para parte da comunidade.

#### 4.3 Econômicas

As consequências econômicas se deram em todos os territórios. Primeiramente, é importante ressaltar que por causa do descaso do Estado com as escolas no campo, as consequências econômicas já existiam antes mesmo da escola no campo fechar. A falta de transporte para levar os professores e funcionários que moram na cidade para o campo e vice versa aconteceu em Abadiânia, Vila Boa, Damianópolis e Santo Antônio do Descoberto causando uma despesa considerável para estes. Embora a ex-professora que trabalhou no Assentamento Barro Amarelo já tenha sido do campo, ela mudou para a cidade por causa da saúde do filho e quando o fez continuou despendendo por conta própria, o custo de ir e voltar da escola do Assentamento Barro Amarelo para a cidade. A ex-professora conta que,

*Eu saía da comunidade do Barreiro para o Barro mas não tinha transporte para mim. Eu ia por minha conta. Eu ia de moto, de carro, de bicicleta, eu ia do jeito que dava. Eu trabalhei na escola até 2012, aí eu mudei para cá para a cidade, aí eu terminei, fechei o ano lá na escola e eu ia daqui para lá, eu ia também por minha conta, eu pagava a gasolina, ficou seis meses assim, de sofrimento mesmo. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*

Em Vila Boa, a ex-merendeira diz que,

*O ônibus quebrava, aí ficava dois três dias quebrado. Eu ficava atrás de alguém para me levar. Mesmo os alunos não indo eu tinha que ir para cumprir meu horário. (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

Em Santo Antônio do Descoberto, a ex-professora que vinha da cidade, precisava dormir na fazenda onde ficava a escola, se não quisesse pagar algum transporte para levá-la, pois não havia transporte escolar público que custearia a ida e volta. Sobre isso ela conta,

*Eu cheguei a morar lá na fazenda, eu morei quase dois anos. Aí eu sai pedi para vir para a cidade, aí eu voltei mas aí já tinha o transporte que levava os professores. Porque se não tivesse você fica muito fechado ali, e a proprietário da fazenda onde tava a escola, não morava na fazenda, somente os caseiros, aí quando acabava a aula você ia para dentro da casa do professor, mas aí você fica muito só, muito distante. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*

Assim, esses sujeitos precisavam ir por conta própria ou depender de ajuda de terceiros para levá-los. Em Damianópolis, no povoado de Boa Esperança, depois que houve a municipalização da escola, o ex-vigilante da escola, foi transferido para a escola cidade, pois seu concurso era do Estado e não podia continuar atuando na escola da comunidade que passou a ser do município. Esse senhor que foi vigilante na escola diz também, que

*Prefiro trabalhar aqui na comunidade, porque primeiro, se o Estado voltasse abrir uma escola aqui, eu adorava trabalhar aqui, até mesmo porque, você deslocar de casa, eu mesmo tenho que ir de moto e eu tenho despesa com isso. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).*

As escolas no campo em todos os territórios estudados, quando foram fechadas ofereciam somente o Fundamental I. A realidade que o Estado esteve disponibilizando com muita luta dos trabalhadores do campo, o direito de estudar no campo, mas a maior parte das escolas não passam do Fundamental II. Portanto, se as escolas no campo de poucas séries são em maior número, em maior número elas também tem sido fechadas.

As escolas que oferecem o Fundamental II e médio são ainda em menor número e tem diminuído o número de escolas de Fundamental II e médio com a estratégia do Estado de municipalização como aconteceu nos territórios de Damianópolis e Sítio d'Abadia, por isso já acontece o êxodo rural de famílias ou dos jovens dessas famílias antes mesmo da escola no campo e de poucas séries fechar, se mudando do campo para continuar os estudos das séries seguintes na cidade. Em Damianópolis, no território do povoado Boa Esperança, houve a saída de camponeses antes mesmo do fechamento da escola, sobre isso a líder deste território, conta que,

*Primeiro a escola era só a quarta série, mas também foi com luta que nós conseguimos trazer até a oitava série. Porque antes fazia até a quarta série e tinha que ir embora. Inclusive eu tenho uma amiga que foi embora para estudar porque não tinha a série que ela precisava na época aqui. Eu também tive que ir embora, mas, eu voltei. Ai todo mundo teve que se virar para sair, porque só tinha também até a oitava série. (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).*

Aconteceu também em Vila Boa e Abadiânia, a saída de camponeses jovens e ainda crianças da comunidade, porque a escola da comunidade não oferecia as demais séries. Em Vila Boa, o pai de educando explica a realidade da saída das famílias camponesas por falta de série na escola no campo,

*Alguns pais saíram daqui porque também a escola não tinha todas as séries e fechou também. Até porque trabalho é concorrido em qualquer lugar então se você deu esse problema você não correspondeu ao patrão e acaba que demitido ou demitindo. (Fala obtida em entrevista com pai de educando da escola).*

Em Abadiânia, no Assentamento Barro Amarelo, quem fala sobre essa realidade é a ex-merendeira,

*Eu mudei para cá porque tinha dado esse problema na coluna, e meus filhos precisavam estudar porque lá na escola só funcionava de primeira à quarta série. (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

O direito de estudar, ainda é um direito que muito limitado as escolas de poucas séries no campo e quando elas existem. Quando não tem escola no campo é preciso sair mais cedo do campo para estudar e até morar na cidade para evitar sofrimento. As escolas no campo tem sido

“substituídas” pelo transporte escolar como se ambos não fossem de direito. E os transportes que são oferecidos para levar para a escola na cidade só vão nos turnos que tem mais educandos e ainda não são garantidos todos os dias. O ex-líder da comunidade do Assentamento Barro Amarelo, explica que,

*La no assentamento também, principalmente as pessoas que termina o ensino básico que tem que estudar na cidade, não tem outro jeito, ai tem que vim pra cidade. Morando lá a faculdade mesmo ninguém faz porque não tem transporte, ai se quiser tem que mudar de lá. (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).*

Já com essa fala fica evidente que o Estado não tem incentivado o camponês a morar no campo. Ele precisa de todo modo mudar-se do campo para conseguir continuar estudando porque não tem ônibus no período noturno que seria o horário dos educandos da faculdade. Os educandos na comunidade Bom Jesus, em Pirenópolis, que participaram da roda de conversa, reforça o fato de que fora do turno normal do transporte escolar, são os educandos que devem pagar quando, por exemplo, precisam fazer reforço, recuperação na escola da cidade.

*Teve um pessoal mesmo que ficou de recuperação e para fazer teve que pagar o motorista para levar porque ele não leva em dias de feriado ou fora dos dias e horários de aula. Ai hoje é assim o pessoal aluga, arruma parente para não precisar pagar, aluga lá na cidade mesmo. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

A saída de jovens educandos do campo, na busca pelo ensino superior, pelo trabalho na cidade, ocorreu em Pirenópolis e que pela fala da ex-merendeira da escola fechada, eles também não voltaram para o povoado de Bom Jesus, Pirenópolis, depois que terminam seus cursos.

*Mas os jovens que não quer continuar aqui vão estudar fazer faculdade, então tem muitos que sai para ir procurar coisa melhor. Hoje tem jovem que já estudou aqui que hoje é médico, farmacêutico, psicólogo, mas não estão aqui mais. Trabalham em Anápolis, Brasília. (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

E os educandos do povoado Bom Jesus, em Pirenópolis, explicam porque os educandos quando saem da comunidade, dificilmente retornam ao dizer que,

*Se tivesse uma escola, se o pessoal do lugar mesmo tivesse interesse, porque aqui já teve muita associação, para dar emprego pro pessoal ficar aqui mesmo. Acho que muita gente não teria ido embora. **Igual aqui muitos lugares que você vai passar você vai ver só os dois velhos aposentados, porque os filhos foram embora, ficar na roça sem ter muito o que fazer.** (Grifo nosso). (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Em Sítio d’Abadia, a ex-merendeira complementa,

*Meus filhos estudaram na escola daqui também. Meus sete filhos estudaram ai na escola, mas nenhum mora aqui mais. Teve só um deles que chegou a*

*formar, o resto ficô por isso mesmo e foi trabalhar. (Fala obtida em entrevista com a ex-merendeira da escola).*

Concluimos a partir das falas, que os jovens que saem do seu território para estudar dificilmente retornam porque o território não consegue desenvolver economicamente, principalmente depois que fecha a escola, que seria uma fonte de emprego e uma fonte para criar empregos. Sem ter como estudar e trabalhar no campo, é um campo desprovido de recursos e por isso que as pessoas acabam se mudando para trabalhar, estudar na cidade.

Sobre a escola no campo ter capacidade de realizar essa importante função de gerar renda, os educandos do povoado Bom Jesus, Pirenópolis explicam que,

*Igual esse prefeito ai que tá prometendo abrir a escola, ele tem até um projeto que vai fazer uma horta comunitária que o pessoal vai produzir que as escolas vai comprar do pessoal que tá produzindo, já é mais emprego. Então se a escola aqui tivesse aberta, tivesse esse projeto então a escola daqui ia comprar os produtos produzidos aqui mesmo. Acredito que já ia girar mais o lugar, não precisaria das pessoas ter que sair para procurar melhora. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Na prática, a Escola Municipal Multigraduada Farroupilha estando aberta se aproximou dessa função de gerar economia. Segundo, uma mãe de educando, em Santo Antônio do Descoberto diz que,

*A escola tinha cursos de crochê, costura, era uma vez por semana, ai a gente tinha uma banquinha na feira de Santo Antônio para vender essas coisas. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

De um modo geral, a tendência para comunidades como essas é a de que vão se tornando somente de pessoas idosas camponesas como foi explicado pelos educandos no território de Pirenópolis. As famílias camponesas são obrigados a abandonar o campo para ir para a cidade procurar recurso de estudo, trabalho, saúde na cidade. Como as pessoas mais idosas não vivem para sempre, elas tendem a migrar com uma certa idade para a cidade, para terminar seus anos de vida, as vezes vendem logo seus lotes por motivos de saúde, que só pode ser tratada na cidade, ou tornam mais tarde herança daqueles jovens que desanimaram com o campo, e que também vendem os lotes.

No território do povoado Vila Nova, Mambaí também tiveram a saída de jovens no esforço de estudar e trabalhar. Uma educanda que participou da roda de conversa diz que trabalha e estuda na Bahia e,

*Eu quero terminar minha faculdade de pedagogia, se eu encontrasse emprego aqui seria bem melhor, pertinho de casa da família. Mas aqui a gente não encontra não. Se abrisse essa escola de novo seria ótimo demais. Hoje eu tô trabalhando no município de Cocos, Bahia, e trabalho como professora. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*



E o pai desta educanda, ainda complementa, ao dizer que,

*Minha filha e outros jovens não fica aqui né. Tá trabalhando lá pros rumos da Bahia porque não tem serviço aqui. Porque essa escola não abre e dá serviço pra minha menina né? Taria junto com o pai, agora trabalha nesse mundo, até agora nunca almoçou, tá esperando a carona pra voltar. (Fala obtida em entrevista com pai de educando da escola).*

Os educandos que moram com os pais que são caseiros nas fazendas de Vila Boa, também tem perspectivas de sair de um campo que não lhes oferece perspectivas e de um trabalho de camponês que não tem valor, de um trabalho explorado. Vila Boa, também é um município que não oferecem cursos superiores, por isso os educandos pensam em outras cidades. São educandos, filhos de caseiros, que não tiveram sequer a autonomia de cultivar a terra e por isso contam que,

*Eu pretendo sair daqui da fazenda, pretendo estudar porque eu terminei só o ensino médio, ai quero mudar para Goiânia, Brasília para ter uma vida melhor. Ficar aqui não da renda e serviço da fazenda é muito pesado, aqui as coisas é muito dificultado nessa região. O trabalho da gente não é valorizado. O trabalho que dá mais aqui é vaqueiro, cuida de tudo sabe. Não da renda não. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Assim, com a ação do Estado fechando as escolas no campo, dificultando o ingresso na educação superior, mantém os dados da baixa escolaridade, e o agronegócio se beneficia pois o camponês que ainda fica no campo é subordinado ao modelo de trabalho do agronegócio e que segundo Caldart (2015, p. 10) “é de baixa remuneração do trabalho dos assalariados; simplifica o trabalho e reduz as exigências de qualificação para a maioria dos trabalhadores”.

Com o fechamento da escola e com as mínimas perspectivas de continuação dos estudos, os jovens que tem permanecido nas comunidades estão sendo capturados para doarem sua força de trabalho ao mercado mas principalmente do agronegócio. E não ocorre somente em Vila Boa, também está explícito no povoado de Boa Esperança, em Damianópolis. O ex-vigilante da escola fechada neste território que diz que,

*O pessoal jovem que não tem oportunidade de estudar, termina o ensino médio e que fica mais difícil. Ai vai pras fazendas trabalhar, tem a fazenda AGROFAVAS pros lado da Bahia mexe com café com soja, ai trabalha como tratorista, é uma firma que abriu esse espaço para eles. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).*

Sobre isso, os educandos da roda de conversa no povoado de Boa Esperança, ainda reforça que,

*A maioria trabalham aqui na Bahia, nas fazendas, agricultura muito forte que tem né. Para os homens ficam mais fácil, porque tem curso em Posse, em Mambá que ajuda a se encaixar nas fazendas, mas para as mulheres ficam*

*mais difícil, pras mulheres só tem que estudar mesmo, vê o que dá. Assim não é um preconceito, mas eles procuram empregar os homens né. Não tem muito serviço para as mulheres. Ai a gente termina o 2º grau e fica ai. Se não for embora mesmo para tentar com a cara e a coragem, se não é ficar aqui mesmo. Aqui não oferece né uma faculdade, um curso mais elevado. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

E somente os homens tem essa “oportunidade” não só de trabalhar mas de fazer curso técnicos que são oferecidos pelo agronegócio. E por estarem distante da formação do movimento dos trabalhadores do campo, da Educação do Campo, não percebem que a falta de incentivo para estudar pelas ações do Estado, faz com sejam capturados e beneficie a lógica de exploração de trabalho imposta pelo mercado capitalista principalmente do agronegócio. As mulheres não se encaixam nos serviços oferecidos pelo agronegócio e simplesmente são excluídas. Quando os educandos dizem que,

*Aí direto eles estão oferecendo curso também. Meu marido mesmo é tratorista, mas tá fazendo curso, tá treinando para ser operador de máquinas. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

E os educandos dessa roda de conversa complementam ainda que,

*É essas oportunidades são boas porque tem transporte das fazendas que vem buscar, e é perto também. Ai em Posse em Mambai oferece esses cursos mais rápido de profissionalização de técnico em segurança, técnico agrícola, almoxarifado, operador de máquinas. Ai eles, nós né, vamos na segunda e voltamos na sexta feira. E tem curso que é oferecido na própria fazenda, aí faz por lá mesmo. Eu mesmo trabalho na AGROFAVAS, eu trabalho de fiscal, que é contador no caso e no almoxarifado. Eu trabalho nessas duas áreas. E ainda bem que nas fazendas lá eles ajudam bastante a gente, aqueles que tem interesse, que mostra serviço também. Ai eles pagam curso. Então assim eles tão dando uma oportunidade que não tinha né. Então tá ajudando mais os jovens a se manterem aqui. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Esse trabalho que realizam para o agronegócio é um trabalho explorado e capaz de modelar a mente do sujeito a acreditar nessa perspectiva de campo que é do agronegócio a partir dos cursos que são estrategicamente oferecidos. O trabalho que oferecem exige que eles se desvincule da segunda –feira a sexta – feira do seu território, retornando somente nos finais de semana. E o descaso do Estado com a população camponesa, e por lhes faltarem uma formação ligada ao movimento, aos preceitos da Educação do Campo, torna-se a única alternativa, veem o agronegócio como uma “oportunidade” de melhorar suas condições financeiras, bem como de se manter no campo. Bogo (2008, p. 175) já dizia que quando “capital se instala num território, finge ser a favor de todos. Com a falsa ideia de desenvolvimento, mente que gerará empregos. Na verdade, ele é contra todos, mesmo que alguns consigam emprego”.

Mas, essa captura do trabalho dos jovens camponeses pelo agronegócio acontece também em Pirenópolis, no povoado de Bom Jesus. Os educandos dizem que,

*No meu caso que não continuou né estudando me sobrou trabalhar na roça. E o que manda hoje em dia é o papel. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Portanto, os educandos que não continuam os estudos por causa da escola no campo ser fechada e pela dificuldade de continuar com o estudo pelas consequências geradas seja com o sofrimento, os custos financeiros, por falta de transporte escolar, de vagas nas escolas urbanas entre outros motivos, acabam tornando mão de obra fácil para o agronegócio que tem se instalado na mesorregião e tem conseguido se instalar no território do campesinato como acontece em Abadiânia, no Assentamento Barro Amarelo, e tem indiretamente instalado nos demais territórios estudados neste trabalho com exceção de Vila Boa e Santo Antônio que sempre foram o território do agronegócio desde quando as escolas estavam abertas.

Assim, falamos num Estado que tem estimulado o esvaziamento do campo e juntamente fazendo acreditar que o território do campesinato é atrasado e fadado a extinção e o agronegócio aproveita desse estímulo do Estado e tem sido capaz de adentrar na vida, no território deste campesinato, tornando-se o único modelo de campo que supostamente tem garantido a sobrevivência.

Até o momento, foi citada a saída de famílias, educandos do campo antes de fechar a escola no campo, mas com o fechamento da escola aconteceu a saída imediata de famílias nos territórios dos municípios de Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto e Abadiânia. Em Pirenópolis, no povoado de Bom Jesus, a ex-merendeira conta que

*Teve uma família ali que mudou para a cidade. A filha deles tava no segundo ano ainda e eles acharam ruim de colocar a menina naquela idade dentro da Kombi todo dia. Ai ela achou mais fácil mudar. (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

E a ex-professora complementa a fala da ex-merendeira ao dizer que,

*E lá tem muitos que infezaram por causa desse transporte que estraga sempre fica dias sem aula, fica difícil, ai a gente vê falar muito dos outros que também querem sair de lá. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*

Em Santo Antônio do Descoberto, também houve a expulsão imediata de famílias com o fechamento da escola. Os educandos falam primeiro que,

*Aquele colégio eu achava ele bom porque ele facilitava muito a nossa vida aqui. Era perto, e tipo antigamente tinha bem mais pessoas aqui na zona rural. Mas quando ela fechou muita gente teve que se mudar lá para Santo Antônio. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

A mãe destes educandos na Fazenda Farroupilha, ainda explica que com,

*O fechamento dela foi difícil para todos os pais, teve pai que teve que abrir mão de emprego por ter filho muito pequeno que não ia mandar para a rua não. Ai espalhou tudo depois que fechou a escola. Tem uns que foram para as Aguas Lindas, outros foram para Santo Antônio mas a maioria foi Santo Antônio mesmo. Meus filhos mesmo estudam com alguns coleguinhas que eram daqui. Meus filhos ficam a semana na cidade, os maiores, aí o meu menor vai e volta todos os dias. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Ao redor do Assentamento Barro Amarelo havia,

*Pessoas que tiveram que deixar a fazenda que trabalhavam como caseiro e procurar por outras ou morar na cidade, porque tem lugar lá que o ônibus não vai pegar as crianças. (Fala obtida em entrevista com ex-líder da comunidade).*

Mesmo sendo um trabalho subordinado, era a forma de sobrevivência encontrada por famílias que não eram assentadas e trabalhavam como caseiro nas fazendas próximas ao assentamento Barro Amarelo. Depois do fechamento da escola, também houve muita venda de lotes e arrendamento de lotes no Assentamento Barro Amarelo, resultando na entrada de sujeitos que não são camponeses, com outras perspectivas econômicas. Assim, o arrendamento tem levado o campesinato deste território à subordinação e a apropriação da terra pelo capital, é a perda de autonomia na produção. Segundo o ex-líder da comunidade,

*A produção lá é quase zero, eu não vou falar que é zero não porque tem gente que planta alguma coisa. É falta de visão, porque é uma arrenda que não rende. Demora o eucalipto, é um trem que suga a terra. (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).*

Também ocorreu a expulsão especificamente de sujeitos que trabalhavam na escola, e que passam a morar na cidade porque são transferidos para a cidade. Em relação a migração dos funcionários e professores, tiveram sujeitos do campo que acharam melhor mudar para o município pois seria difícil continuar morando na comunidade e trabalhando no município. Em relação a saída de sujeitos da comunidade depois que fechou a escola fechada, aconteceu em Damianópolis, Povoado Boa Esperança, com a professora que quando experienciou a ida e vinda do povoado para a cidade mudou- se completamente para a cidade. Sobre isso, ela relata,

*Desde 2009 eu moro aqui no município. Assim que não tinha como me manter lá mais. Não tinha como trabalhar eu vim para o município continuar estudando e trabalhando. Desde criança eu morei lá no povoado boa esperança. Até nove anos atrás eu morava lá. Quando terminou meu contrato lá eu vim trabalhar no município, mas continuava morando lá. Ai eu pegava esse deslocamento de transporte até o município. Ai era muito sofrido, desvinculei de lá porque foi melhor, eu preferi comprar uma casa aqui na cidade. (Fala obtida em entrevista com a ex-professora da escola).*

O senhor que foi vigilante na escola preferiu continuar no povoado por gostar muito do lugar, mas coloca que é muito difícil ter que sair do povoado e de moto trabalhar na cidade seja pela poeira e pela chuva que enfrenta, bem como, por ser estrada de chão do povoado até Damianópolis. Tudo isso que hoje passa, já foi bem diferente quando a escola de seu povoado estava aberta. Sobre isso, ele reforça que,

*Prefiro trabalhar aqui na comunidade, porque primeiro, se o estado voltasse abrir uma escola aqui, eu adorava trabalhar aqui, até mesmo porque, você deslocar de casa, eu mesmo tenho que ir de moto e eu tenho despesa com isso. E o transtorno de por exemplo agora é poeira, e no tempo de chuva, você sabe como é difícil andar de moto nesse tempo, é muito ruim né. Eu sem dúvida nenhuma, já tem oito anos, mas trabalho lá porque não dá para ficar sem trabalhar o custo de vida está muito difícil. Mudar pra lá não foi porque eu queria, eu prefiro aqui apesar de ser um lugar simples, e que muitas vezes o pessoal fala que é ruim e tudo mais, mas eu amo aqui. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).*

Esse senhor, que foi vigilante da escola fechada, no povoado de Boa Esperança, em Damianópolis, conta que teve outra dificuldade quando foi transferido para trabalhar na cidade. Segundo ele,

*Quando eu fui transferido para Damianópolis eu fui para uma função, mas eu cheguei lá não foi bem o que eu encontrei. Eu fui ser faxineiro ao invés de ser vigilante. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).*

Assim, precisava adaptar a muitas coisa, mas inclusive a uma função que nunca havia exercido, as dificuldades não foram poucas tanto para ele quanto para as funcionárias de limpeza que precisaram se organizar para não perder tanto tempo, já que a escola que foram transferidas é pequena e o trabalho não exige duas pessoas mesmo durante os dois turnos, enquanto que na escola do povoado, as funcionárias que cuidavam da limpeza poderiam retornar para suas casas quando quisessem, e realizar seus afazeres, o que não acontece na escola que foram transferidas, por ser muito distante.

Além do povoado de Boa Esperança, o fechamento da escola expulsou professores do campo na comunidade do povoado Bom Jesus, em Pirenópolis. Sobre isso, a ex-professora diz que,

*Eu morava de fazenda em fazenda sendo caseira com meu marido e o dia que nós conseguimos comprar a casa aí fechou a escola, parecia até uma marcação, sei lá. Eu tive isso na minha mente né. E eu não lucrei nada mesmo, mas quando der certo, eu posso vender, eu to de plano vender para eu poder comprar aqui na cidade. Te falar que a escola foi uma influência para mim comprar e agora para mim vender. Porque nós moramos aqui de aluguel né, sai do aluguel fica mais fácil. Lá no povoado eu gosto muito de lá, porque eu tenho a casa, mas tem um lote que eu plantei minhas mangueiras, laranjas, tem jabuticaba. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*

Em Sítio d'Abadia, na comunidade Água Boa, a ex-professora diz que,

*Todos os funcionários eram da comunidade, e eles hoje eles pegam os ônibus juntos com os alunos. Quando fechou a escola todos os funcionários mudaram para a escola de Sítio d'Abadia, inclusive eu. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*

Tanto os professores e demais funcionários ainda moram na comunidade de Água Boa, em Sítio d'Abadia, mas o fechamento da escola da comunidade pode significar a saída principalmente desses sujeitos, considerando o fato que é recente, tem aproximadamente dois anos que a escola fechou.

Em Cocalzinho, na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, não teve a saída de nenhum sujeito que trabalhava na escola, embora fosse somente dois que trabalhassem (a merendeira e a professora). A ex-merendeira, ficou desempregada depois que fechou a escola e a professora que já morava na cidade não perdeu seu trabalho.

*A outra professora que trabalhou aqui não era contrato mas pelos anos de trabalho não deixaram ela desempregada, mas é assim eles jogam ela prum canto joga para outro... são assim. Agora nós merendeira somos contrato, ai fechou a escola baubau, procura seu rumo. (Fala obtida em entrevista com ex-merendeira da escola).*

Em Abadiânia e Mambaí, os funcionários da escola selecionada, foram transferidos para a cidade. Enquanto que em Santo Antônio do Descoberto e Vila Boa, os funcionários já vinham da cidade, portanto, depois que fechou a escola no campo, voltaram a trabalhar na cidade. O êxodo rural, ou melhor, a expulsão dos sujeitos do campo, marca um retrocesso para as comunidades camponesas. Com a saída destes sujeitos, o trabalho que exercem ou exerceriam ficam concentrados na cidade e infelizmente a comunidade tende a desaparecer porque vão ficando as pessoas com a idade mais avançada que não conseguem mais produzir e se manter no campo. Também são poucas as possibilidades de outros camponeses procurarem esse campo para morar, principalmente se forem pais com filho em idade escolar. Assim, vai acabando o movimento que antes havia com a escola e ainda diminuindo as possibilidades para entrada de novos sujeitos camponeses nestes territórios. Sobre a desvalorização do território, o ex-vigilante do povoado de Boa Esperança diz que,

*O ponto negativo com o fechamento da escola é que a gente que mora aqui, porque você fechar uma escola, uma única escola e você fechar é uma grande perda né, eu vejo assim que quando, se abrisse aqui novamente estaria desenvolvendo. Foi uma perda muito grande pra nós, ai uma pessoa pergunta onde fica a escola, nós vamos falar que não tem escola aqui, o pessoal estuda tudo em Damianópolis, agora Damianópolis que é ponto de referência para tudo. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).*

Na fala da ex-professora em Pirenópolis, no povoado Bom Jesus, que hoje trabalha e mora na cidade diz sobre essa desvalorização do território do campesinato,

*Agora por exemplo, quase ninguém vai para lá mais, porque a pessoa fala assim, eu vou mudar para tal lugar, mas lá tem a escola lá, não? se não a pessoa já desinteressa. Aí fica ruim até para região, e até diminui mesmo o número de alunos porque qual pai vai querer morar lá, ou ficar lá sem escola. Ai fica assim neutro, mora só os que já tá e não aparece ninguém. Mas tá bõo também o pessoal indo para Santo Antônio né, tem o transporte, e as professoras vai junto. (Fala obtida em entrevista com ex-professora da escola).*

Ainda, em Pirenópolis, os educandos do povoado de Bom Jesus, reforçam que,

*A escola é importante, principalmente numa comunidade desse tamanhozinho, então ter a escola é sempre bom. Então quando perguntam a gente agora tem que falar que não tem escola, que já teve uma escola. Porque assim todos os municípios tem escola, tem igreja, tem posto de saúde e aqui não tem a escola então desvaloriza o lugar da gente. Não cresce fica isso aqui. Porque muita gente tem menino e como vai colocar na escola, aqui não tem escola. Então sai muito gente, e quem poderia vir para cá não vem mais também. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Na comunidade Lagoa do Pato Selvagem, é a mãe de educando que explica que,

*Além das crianças ter que ir de ônibus todo dia, também desvaloriza o lugar. Assim um lugar tão grande, cheio de tantas crianças, ter que ir para outro município para poder estudar, porque no caso vai para outro município. Porque as crianças tão indo é pro município de Aguas Lindas. (Fala obtida em entrevista com mãe de educando da escola).*

Outra especificidade em relação as consequências econômicas, é quanto aos programas de Bolsa Família, Renda Cidadã, que ajudam as famílias a se sustentarem com o básico de alimentação, saúde, material escolar e que portanto, são programas que nada tem a ver com incentivo para o trabalho na terra. Estes programas estão sendo ameaçados de serem cortados, porque só tem direito a esse programa, se as famílias de baixíssima renda manterem com o mínimo de falta os filhos na escola, mas como manter quando o transporte falta demais, seja pelo não pagamento dos motoristas, o transporte estar quebrado, ou porque é mais importante garantir o transporte dos professores da comunidade. Sobre essa ameaça de cortar a renda Cidadã, ficou explícito no povoado de Pirenópolis, na fala de educandos quando contam que,

*Já teve ameaça da assistente social de cortar a renda cidadã porque tinha menino faltando de aula, porque tem um tanto certo de falta que pode ter para receber o benefício. Ai as mães falaram que não tem como, porque muitas faltas são por falta de transporte, porque falta também. Ela veio um dia aqui avisando que se continuasse faltando ia cortar, ai foi onde falou né do transporte estar faltando também. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

As poucas migalhas de direitos tem sido retiradas da classe trabalhadora e especificamente aqui dos camponeses. A falta de recurso financeiro e aliado a isso a negação de todos os outros direitos, incluindo o direito a educação no campo e do campo, faz com que impulse a saída, venda de lotes, mesmo os lotes de Reforma Agrária. E isso tem impulsionado falas da sociedade como *“eu antes até era a favor da Reforma Agrária, depois do que eu vi no Assentamento Barro Amarelo, os sem-terra vendem as terras por esperteza para ganhar dinheiro com a situação”*. São falas como essas que nos faz refletir ainda, o quanto precisamos lutar e nos formar ainda mais.

São pessoas contra os trabalhadores sem-terra, contra os camponeses. O movimento sem-terra ainda ganha a fama de roubar a terra para depois vender. Isso ficou bem claro na opinião de uma senhora que ajudou a pesquisadora a encontrar o Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia e indicou algumas pessoas que viveram e vivem no assentamento. São pessoas que desconhecem o descaso do Estado para com esses sujeitos do campo, e de como é difícil manter-se no campo com esse descaso.

E o descaso com a escola no campo tem sido estratégico. A escola no campo representaria uma ameaça as próprias perspectivas adotadas por este Estado, uma vez que a comunidade tem possibilidades de tornar mais crítica com a escola. É com a escola também que dá possibilidades de fortalecer a união das comunidades. Assim, fechar a escola é desestabilizar e desestruturar suas identidades e tudo que eles já construíram enquanto campesinato, e é por falta de formação, de conhecimento de seus direitos, que os impede de lutar para enfrentar essas amarras impostas pelo Estado e que tem sido tecida conjuntamente com o agronegócio que se beneficia com tudo isso. Assim, esse descaso se explica, em o Estado ter outras perspectivas de campo que não é a do apoio e fortalecimento do campesinato.

#### 4.4 Políticas

As consequências sociais, culturais e econômicas aconteceram com diferentes intensidades, mas se deram em todos os territórios dos oito municípios. Contudo, em relação a consequências na dimensão política, não foi sentido em todos os territórios, uma vez que, tiveram escolas mais e outras menos envolvida com a comunidade, bem como as características dos próprios sujeitos do campo que demandavam essa dimensão política na escola.

Foram os territórios dos municípios de Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho, Pirenópolis, Vila Boa e Mambaí que não ocorriam, quando a escola estava aberta, quaisquer momento ou movimento político, portanto, não foram afetados diretamente nesse sentido, já



que o máximo de reunião para discutir alguma coisa era a reunião de pais e as discussões giravam em torno das atividades escolares, desempenho do educando na escola. Embora seja importante considerar, que com o fechamento da escola nestes territórios, a possibilidade de haver discussões com viés político e crítico dificilmente ocorrerá, por que a comunidade dos territórios ficam ainda mais desunidas e tem mais dificuldades de formação depois do fechamento da escola.

Assim, em relação as consequências políticas foi mais afetado os territórios dos municípios de Abadiânia, Damianópolis e Sítio d'Abadia. Como consequência política, considera o desmembramento de associação e o fim da reunião dessas associações, reuniões que são importantes para o desenvolvimento e fortalecimento da comunidade, uma vez, que discutem e problematizam a realidade do território em busca de soluções. Com o fechamento da escola há dificuldade da associação, das reuniões continuar, pois traz uma desunião a comunidade. Bogo já coloca que “a classe dominante sabe como é importante a organização política, por isso, sempre que pode, procura impedir a organização dos trabalhadores (2008, p.170).

O ex-líder da comunidade, do assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia diz que,

*Depois que a escola fechou desuniu a comunidade, muito mas muito mesmo.*  
(Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).

Segundo o ex-líder e professor da comunidade se deve mais aos sujeitos que saíram do assentamento. A comunidade desuniu com o fechamento da escola e que a única reunião que ocorre são as reuniões convocadas pela escola da cidade. E a participação dos pais na escola da cidade é mínima porque trabalham e é um trabalho assalariado nas fazendas ao redor do assentamento, também por causa da distância, por falta de condução e com o tempo que é gasto. São problemas que surgiram e que não existia quando a escola estava no assentamento.

Em Abadiânia, no assentamento Barro Amarelo, com o fechamento da escola muitos assentados venderam seus lotes para morar na cidade e entraram sujeitos novos, e sujeitos estranhos. Sujeitos novos porque são camponeses também, mas que desconhece a história e luta do assentamento, bem como dos sujeitos estranhos, que estão longe dos princípios do campesinato, pois como bem coloca o ex-líder e professor da comunidade

*Eu já pensei em fazer uma reunião lá mas na mesma hora eu desisti. Tem gente lá que eu vou ser sincero eu não conheço, porque a organização é o seguinte, quando é todo mundo do mesmo nível é uma coisa, você tem argumento para conversar com as pessoas, aí o que acontece, aquele pequeno vende a terra para uma pessoa tem mais poder aquisitivo, ele não vai te ouvir.*  
(Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).

O coletivo fica mais difícil de ser formado novamente, portanto mais difícil de lutar pela educação, por exemplo, e o ex-líder e professor da comunidade tem consciência da importância do coletivo e do coletivo comum, que iniciou essa luta. Não importa se acrescenta outros, mas que também não haja perdas pelo êxodo rural, daqueles que iniciaram a história de luta pela terra. No Assentamento Barro Amarelo, os sujeitos que lutaram pela terra, lutaram para a construção da escola e sobre a importância de ter e se manter o coletivo o ex-líder e professor explica que,

*A escola primeira lá, a gente pegamos uma casa que tinha na fazenda, e fizemos uma ampliação, lá poder começar a escola, aí depois que foi construída lá. Lá a escola é muito boa, tem duas salas, tem aluno que dá para encher a escola. A gente tinha ampliado aquela primeira, mas foi dois anos só para iniciar nessas que tem lá. **Eu falo que nós fizemos isso, eu não falo eu não, porque éramos um grupo ne, o eu não faz nada.** (Grifo nosso). (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).*

Hoje, o assentamento tem sido engolido pela lógica do agronegócio a partir da entrada de sujeitos estranhos e ainda de sujeitos novos que se mostram a favor do campo sem escola, portanto de um campo onde as perspectivas se fazem com o agronegócio. Em Damianópolis, no povoado de Boa Esperança, a realidade é diferente. De acordo com a líder da comunidade,

*Até hoje as reuniões são feitas na escola. Muitas coisas ocorrem na igreja agora, mas o que não pode ocorrer tudo na escola por exemplo as reuniões mesmo. (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).*

Primeiro tenta com a igreja, se a igreja não libera o espaço, que procura-se fazer na escola, uma vez que restam poucas cadeiras na escola, pois, materiais desse tipo foram quase todos transferidos e distribuídos nas escolas da cidade. Também porque, não é sempre que consegue ter acesso facilmente a chave do portão da escola.

Portanto, as reuniões já não acontece com a mesma frequência que acontecia na escola quando ela estava aberta. Por um lado não é tão ruim porque a escola tem funcionado de alguma forma para atender a essas reuniões, mas como nem sempre é possível fazer reunião na escola, e a escola está fechada boa parte do tempo, acontece que a participação do pessoal nessas reuniões acabam diminuindo, já que as pessoas se desencontram por não ter um lugar certo, de pessoas que não são informadas. Antes, o local das reuniões eram somente na escola, agora ficou mais disperso, uma vez, que pode ocorrer na igreja.

Além das reuniões que acontecem vez ou outra na escola, também tem ocorrido as eleições municipais. A realidade é que as eleições municipais tem sido garantida pelo Estado em todos os territórios que tem escola, pois é nas escolas fechadas que ocorrem a votação. A escola para atender a política do Estado, a escola funciona, mas abrir a escola no sentido de

poder atender a comunidade nas várias dimensões (político, educacional, cultural, social e econômico) não é feito, ao invés disso fecha e demoli parte da escola como aconteceu no povoado de Boa Esperança. Sobre essa demolição em parte da escola e ainda da ocorrência da eleição, são os educandos deste território que relatam,

*Fizeram uma reforma agora na escola para a eleição. Porque estava muito feia, o interesse para gastar na reforma eles tem mas para voltar a funcionar ne... nós tinha seis salas na escola, mas ai derrubou o lado de lá da escola porque de tanto não funcionar e acho que ficaria caro para reformar, ai eles derrubaram e reformaram só o lado de cá. (Fala obtida em entrevista com educandos da escola).*

Na comunidade de Água Boa, Sítio d'Abadia foi identificado nas falas dos sujeitos que havia reuniões da comunidade na escola. No entanto, são falas que apenas citam esses momentos, como bem faz a ex-professora e diretora da escola

*Ocorriam as festas de escolas, os teatrinhos, reunião da comunidade, reunião com o pessoal da prefeitura. Acontecia até a vacinação quando não tinha posto. (Fala obtida em entrevista com o ex-professora da escola da comunidade).*

Hoje, já não acontece mais nada, e em específico as reuniões da comunidade. As únicas reuniões que ainda tem algum pai que participa é da escola na cidade o que é difícil porque como foi colocado, o transporte escolar neste território vai lotado. É uma realidade semelhante ao que acontece no Assentamento Barro Amarelo, em Abadiânia. Embora ainda não tenha ocorrido a saída de sujeitos bem como não tem ocorrido a entrada de sujeitos estranhos no território da comunidade Água Boa, Sítio d'Abadia. No entanto, ainda é algo que é possível de acontecer uma vez que é a escola mais recente que fechou e assim como em Abadiânia, Sítio d'Abadia possui um campo também territorializado pelo agronegócio e comunidades como a de Água Boa se veem cercados por este.

#### 4.5 Ambientais

As consequências ambientais assim como as consequências políticas não ocorreu em todos os territórios. As consequências ambientais foram registrada nas falas somente de um dos oito territórios estudados, este território é o Assentamento Barro Amarelo em Abadiânia, o único território que partiu da Reforma Agrária, e que por ser território de Reforma Agrária que segundo Frigotto (2010, p. 35)

*É o mais combatido pela classe burguesa brasileira por articular a educação a mudanças radicais no projeto societário, é ali que vislumbramos os elementos mais avançados de uma educação que busca ir além do capital, e portanto, é*

contra hegemônica ao projeto social e educacional de capitalismo dependente no Brasil.

É no Assentamento Barro Amarelo que o agronegócio tem se territorializado e com isso intensificando a expulsão de camponeses. O fechamento da escola foi o principal motivo para a venda e o arrendamento de lotes, levando muitas famílias a viverem na cidade. Entretanto, essa prática tem sido ingresso para entrada de sujeitos que produzem a partir do modelo do agronegócio do Eucalipto e que muito tem provocado problemas ambientais. Ainda o ex-líder e professor da comunidade reforça essa afirmação, dizendo que,

*O que mais planta lá é eucalipto tanto no redor do assentamento quanto dentro do assentamento. E o eucalipto é ruim porque acaba com a água ne. Muitos arrendam a terra, outros plantam sem mesmo arrendar, é falta de visão, porque é uma arrenda que não rende. Demora demais para colher o eucalipto, é um trem que suga a terra.* (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).

No caso específico de Abadiânia, é com a expansão do eucalipto que causa o desequilíbrio que é o da perda da água do solo. E, infelizmente, as terras ficam fracas de nutrientes para outras produções, fator para intensificar a expulsão dos sujeitos camponeses que também não veem como produzir e o ex-líder afirma ao dizer que,

*As terras também não são boas, são terras fracas. Ai muitos vende, arrendam, só não vende aqueles que são pé no chão mesmo.* (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).

A Escola do Campo seria fundamental para formar os sujeitos camponeses e formá-los numa perspectiva crítica da realidade, seja do modelo de campo do agronegócio, seja ainda no que esse modelo de campo faz acreditar. Não existe terra improdutiva, existe um modelo de produção improdutivo que é do agronegócio. E ainda, o ex-líder e professor do Assentamento Barro Amarelo em Abadiânia, reconhece e complementa que é,

*Com a escola na comunidade o povo tem mais condições de morar lá. Porque tem uma escola que atende as crianças e que não vai precisar vir para a cidade.* (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).

O ex-líder e professor embora morar na cidade, ainda tem sua propriedade no assentamento, e por isso, que sente as consequências ambientais quando diz,

*Minha propriedade era 300 mm de água, hoje eu to lá com três represas secas, não posse criar nem peixe porque não tem água. Eu não planto, porque eu sou consciente e eu sei que não faz bem. Mas ai o vizinho planta, ai acaba com a água dele e com a minha.* (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).

A partir da fala anterior fica explícito que infelizmente para o campesinato acaba não existindo outra alternativa a não ser se subordinar a esse modelo de produção do agronegócio

do eucalipto no caso específico do Assentamento Barro Amarelo, pois como bem coloca o ex-líder e professor da comunidade,

*O eucalipto ali virou praga, a gente não tem como acabar, tem que contratar máquina pesada para arrancar os tocos. (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).*

E o Estado ignora o campesinato para está beneficiando e se beneficiando conjuntamente com este modelo capitalista. O ex-líder e professor da comunidade complementa a fala anterior ainda dizendo que,

*O eucalipto deveria ter uma lei federal que proibisse ne, porque destrói mesmo. Mas os próprios órgãos do governo eles tem interesse no imposto, porque a pessoa planta o eucalipto mas depois para cortar tem que pagar um dinheiro. (Fala obtida em entrevista com o ex-líder da comunidade).*

Em Abadiânia, foi percebido ainda que o eucalipto não está presente somente no Assentamento Barro Amarelo, mas também ao redor do assentamento e em muitos outros espaços rurais de Abadiânia. Sabendo dessa realidade camponesa e da função da escola no e do campo, que é possível dizer que o fechamento da escola neste território tem impulsionado a desterritorialização do campesinato e fortalecido na reterritorialização do agronegócio.

Portanto, neste território, foi criada uma estratégia de abandono quase que total do Estado para com o assentamento e em específico para com escola, para que esses sujeitos deixassem de acreditar na escola no campo implantando a ideia de que a escola da cidade é melhor. Essa ideia de que a escola da cidade é melhor foi bem aceita principalmente por aqueles que tinham entrado recentemente no assentamento que desconheciam afinal, a luta que foi conseguir a terra, a luta e o significado da escola no campo. Havia muitos educandos para estudar nessa escola e isso precisava mudar, portanto dificultou a vida do professor e dificultou o funcionamento da escola nas condições mais básicas. Ao invés de lutar por essa escola, de mudar essa realidade precária de descaso e negação de direitos, parte dos sujeitos novos que entraram no assentamento contrariou se com a escola, a escola passou a ser o problema. O Estado colocou parte da comunidade contra sua escola e outra parte se sentiu fraca já que era em menor número e foi forçada a aceitar o que estava acontecendo.

Portanto, a partir da realidade no Assentamento Barro Amarelo, é possível compreender o processo de fechamento da escola que está ligado a intenção deste Estado de expulsar o campesinato e com isso impulsionar a reterritorialização do agronegócio. Assim, além das consequências sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais que existem no Assentamento Barro Amarelo, é percebido que tem instalado com grande força o modelo de campo do agronegócio já que Abadiânia tem sido um município forte neste modelo de

produção. O território do agronegócio tem avançado pelo território do campesinato e contando com a ação direta do Estado.

## PARA NÃO CONCLUIR

Este trabalho nos faz refletir sobre o quão pior pode ficar o quadro de fechamento de escolas no campo na conjuntura da política brasileira atual. Com o *impeachment* tem se instalado um Estado que não precisa ter critérios que determine o fechamento de escolas, porque o poder do Estado hoje, está quase que completamente nas mãos da classe burguesa, que não tem como objetivo, repartir o capital, mas concentrá-lo em seus cofres e manter seu poder.

Por não repartir este capital hoje, que esse Estado tem rasgado a Constituição que representam as conquistas conseguidas com muita luta da classe trabalhadora. Portanto, é rasgando a constituição que tem sancionado o corte de gastos de muitos direitos a partir da PEC 55 (Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016) por durante 20 anos incluindo a educação.

Antes da PEC já ocorria o fechamento de escolas, tanto que foi lançada a lei 12.960 em 2014 que tinha como objetivo conter esse processo de fechamento, aumentando o grau de exigência para que uma escola fosse fechada. A PEC praticamente que consegue derrubar essa lei não havendo mais obstáculos. Portanto, é drástico ter que pensar em quantas escolas no campo serão fechadas nesse próximo período? Se mesmo com essa lei já ocorre em grande número o fechamento dessas escolas, e com a ação da PEC 55?

Se antes de qualquer golpe, de rasgarem a Constituição já era momento de luta, hoje essa luta tem que ser muito maior, sendo mais organizada, pois tem se presenciado verdadeiras avalanches de retrocesso. Se a educação pública precisava de mais e melhores escolas, nessa atual conjuntura a previsão é de menos escolas e em condições muito piores.

A PEC, dentre outras ações que se deram após o *impeachment* não teve participação do povo. Portanto de que democracia estamos falando? Estamos com uma grande luta pela frente, uma vez que será somente com luta, com organização e formação que poderemos deter esse Estado burguês. E esse trabalho tem em seu cerne a luta e a formação, e foi realizado nessa conjuntura de *impeachment*, melhor de golpe de Estado, e de retrocessos enquanto direitos da classe trabalhadora que não podem ser ignorados. Portanto, espera-se que este trabalho também seja uma formação, para que os sujeitos do campo e em específico destes oito territórios dos municípios pesquisados (Abadiânia, Cocalzinho, Pirenópolis, Santo Antônio do Descoberto, Vila Boa, Mambaí, Damianópolis, Sítio d'Abadia) possam se enxergar nessa pesquisa e na capacidade que tem enquanto coletivo para transformação da realidade. Portanto, que ampliem a visão de território entendendo que a escola no campo não se limita ao espaço físico onde está instalada. A escola no Campo se encontra em um território de resistência Camponesa.

Ao escrever esse trabalho enquanto pesquisadora passou o sentimento de impotência. Escrever e analisar todo esse processo de fechamento é pouco no sentido de contribuir para a Educação do Campo. A vontade é de ir muito mais longe. Enquanto pesquisadora mas também militante, camponesa, gostaria de naquele momento que estava nas comunidades, dizer, que eles não estão sozinho e que é uma luta histórica. Dizer que existe um movimento, a Educação do Campo e de que é pelos princípios da Educação do Campo, dos povos trabalhadores do campo que a luta fica mais forte, que é possível viver e estudar no campo porque é de direito desses sujeitos ter acesso à educação e a educação no seu território.

Como já dizia Molina (2015, p. 391) “é urgente e necessário politizar estes debates com as comunidades, publicizando o altíssimo volume de recursos envolvidos nesta perversa lógica de transportar as crianças, acelerando com o isso o fim de muitas comunidades camponesas”. É importante ressaltar, que na terra, não basta a escola em todos os níveis e modalidades, há a necessidade de consolidar outros direitos a partir de políticas públicas voltada a infraestrutura, de saúde, de transporte intra-campo, de valorização e formação continuada dos professores que atuam nas escolas.

E é com o apoio do Estado que o agronegócio tem se instalado nos territórios do campesinato goiano, uma vez, que a partir desse trabalho verificamos que não tem, por exemplo, critérios para fechar uma escola no campo. O Estado opta pelo modelo de campo do agronegócio e com isto o agronegócio realiza a sua territorialização e reterritorialização pelo campo.

São várias as consequências quando fecha uma escola no campo. Podemos destacar a falta de vagas para estudar na escola da cidade, pois são escolas geralmente lotadas, o sofrimento que é na estrada do campo para a cidade, seja com a poeira, lama, a fome, o cansaço, bem como o preconceito que os educandos do campo sofrem seja por parte dos colegas, dos professores e coordenação da cidade. Enfim, a maioria das famílias possuem crianças e adolescentes, e que para evitar todo o sofrimento de sair todos os dias do campo com o fechamento da escola no campo, ocorre a expulsão de camponeses de suas terras.

De oito territórios estudados, verificamos que um destes tem ocorrido a reterritorialização do agronegócio e que muito foi influenciado pelo fechamento da escola. É o território do município de Abadiânia, único território que partiu da Reforma Agrária, e que tem sofrido com o processo de reterritorialização do agronegócio a partir da venda de lotes e ainda com o arrendamento destes lotes.



Considerando os oito territórios, dois destes, (Santo Antônio do Descoberto e Vila Boa) foram territórios que já eram do agronegócio e com a escola significaria a reterritorialização do campesinato, mas ao sentir a ameaça, o agronegócio com auxílio do Estado, fechou ambas escolas, pois o fato da Escola no Campo estar localizada onde ainda há camponeses, já a caracteriza como uma unidade de resistência ao modelo capitalista e, ao mesmo tempo, num campo de disputa quando esta é entendida como motor da resistência e permanência dos camponeses em seus territórios.

Em quatro territórios, correspondentes aos municípios de Pirenópolis, Cocalzinho, Damianópolis, Mambaí contam com interferência do agronegócio por meio da dinâmica do trabalho principalmente de jovens, envolvido neste modelo de campo. Assim, sem ter renda no seu território e sem ter como estudar em seu território que o trabalho e os cursos que o agronegócio oferece tem sido a única oportunidade. A captura desses jovens (trabalho bem como das suas mentes) ainda pode significar a reterritorialização do modelo de campo do agronegócio em seus territórios.

Em Sítio d'Abadia, na comunidade Água Boa, é o único que não foi identificado ainda nenhuma interferência e ou reterritorialização do agronegócio no território a partir do fechamento da escola, embora seja importante retomar que foi no território deste município, a escola mais recente fechada. Contudo, é com o fechamento da escola neste território que o Estado está beneficiando o modelo de campo do agronegócio que pode se instalar seja na venda dos lotes, como também, oferecendo trabalho e cursos para a comunidade, oferecendo as ditas “oportunidades” que o Estado tem negado, uma vez, que esta comunidade se encontra cercada com o agronegócio da soja.

Com o fechamento das escolas e com previsão de intensificar esse processo que haverá a expulsão em massa dos camponeses do campo. A previsão com a permanência das metas deste Estado é de um campo brasileiro tomado pelo modelo de campo do agronegócio, por isso qual o nosso desafio?

Que a realidade atual não seja motivo de desânimo, de conformismo, mas que seja a nossa força para continuar lutando, se formando e se fortalecendo enquanto coletivo a partir dos princípios e deste movimento da Educação do Campo que segundo Molina (2015) é o movimento que compreende a Escola no e do campo uma aliada dos sujeitos sociais para permanecem na terra e enquanto camponeses. Portanto, finalizo este trabalho mas não a discussão, pois muito a que se lutar considerando a realidade atual.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. **Estrutura fundiária**. Dicionário da Educação do Campo. / Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012.

ANDRADES, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosângela Nasser. **Revolução Verde e a Apropriação Capitalista**. Juiz de fora: CES Revista, v.21, 2007, p.43-56. Disponível em Acesso em: 20 de agosto de 2013.

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO Maria Clara. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: Dados básicos para uma avaliação**. Disponível em: [http://www.observatoriodaeducacao.org.br/ebulicao/ebul06/Faisca\\_4.1.pdf](http://www.observatoriodaeducacao.org.br/ebulicao/ebul06/Faisca_4.1.pdf). Acessado em: 30 de junho de 2015

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo. In: a educação básica e o movimento sindical do campo**. Coleção por uma educação básica do campo. Brasília DF, nº2, 1999.

BOGO, Ademar. **A educação e a disputa de projetos em nossa agricultura**. In. Por uma Educação do Campo: projeto político pedagógico da Educação do Campo 1º encontro do PRONERA na região sudeste. Vitória, 2008.

BOGO, Ademar. **Identidade e Luta de Classes**. Editora: expressão Popular, São Paulo, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 2004. BRASIL.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. **A Questão Da Ideologia Em Antonio Gramsci**. Trabalho & Educação – vol.16, nº 2 – jul / dez – 2007.

BRUM, A. J. **A Revolução Verde**. In: Modernização da agricultura: trigo e soja. Petrópolis. Vozes 1987.

CALDART, Roseli Salete. **A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar**. In: Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Editora insular, Florianópolis, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a educação do campo**. In. Por uma educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Incra/MDA. Brasília, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e desafios do momento atual**. Porto Alegre, julho de 2015.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In. Por uma Educação do Campo. Editora vozes, 4ª edição, Petrópolis, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **A ESCOLA DO CAMPO EM MOVIMENTO**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun. 2003 ISSN 1645-1384 (online)

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In. Por uma Educação do Campo: Educação do Campo: identidade e políticas públicas. 2ª edição, Brasília, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. Ano 2, número 2, 2004. Disponível:  
[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:D7m7yv0VqiYJ:www.uff.br/trabalhonestessario/images/TN\\_02/TN2\\_CALDART\\_RS.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:D7m7yv0VqiYJ:www.uff.br/trabalhonestessario/images/TN_02/TN2_CALDART_RS.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)  
Acessado: 05/06/2015

CALAÇA, Manoel A **expansão Do Agronegócio Em Goiás E A Subordinação Do Campesinato**. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRÁFOS. Vitória/ES. Agosto, 2014.

CANÁRIO, Rui. **A escola no mundo rural: contributos para a construção de um objeto de estudo**. Educação, Sociedade & Culturas, Lisboa, n. 14, p. 121-139, 2000.

CARDOSO, Shara Carneiro. **Mudanças provocadas pela Revolução Verde no Brasil e no mundo a partir dos anos sessenta**. Trabalho de conclusão de curso da área de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Ceará, Faculdade. Fortaleza, 2011.

CARDOSO, Maria Angélica; JACOMELI, Mara Regina Martins. **Considerações sobre as escolas multisseriadas: Estado da arte**. Educere Et. Educare - Revista de Educação ISSN 1809-5208, Cascavel, vol. 5, nº 9, p. 267-290, jan./jun. 2010.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 15ª edição. Campinas: Papyrus, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **CARTOGRAFIA DE UM PENSAMENTO DE CERRADO**. In. \_\_. Cerrados: perspectivas e olhares. – Goiânia: Editora Vieira, 2010.

D'AGOSTINI, Adriana; TAFFAREL, Celi Zülke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. **Escola Ativa**. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012. P. 313-326.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 23ª ed., São Paulo, Saraiva, 2003.

DUARTE, Élio Garcia. **Manifestações camponesas em Goiás. Perspectivas para uma pesquisa**. História cultural. Revista Goiânia, vol. 6 Jan. /jun., 2001, p. 113-134.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. Londres e Nova York: Routledge: 2003

FELICIANO, Carlos Alberto. **Estado, apropriação e concentração de terra e poder: da propriedade como direito natural ao questionamento da fundação social da terra.** In: Questão agrária no século XXI - escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. 1ª edição, São Paulo, 2015.

FERNANDES; Bernardo Maçano. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais.** Universidade Estadual Paulista – UNESP. A pesquisa em Educação do Campo, v. XX, p. X-I, 2006. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zsg1QuPac7cJ:portal.mec.gov.br/segad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo\\_bernardo.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=us](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zsg1QuPac7cJ:portal.mec.gov.br/segad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=us). Acessado em: 20/05/16

FERNANDES, Bernardo Maçano. **O campesinato o século XXI possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Curitiba/Brasília, Novembro De 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Diretrizes de uma Caminhada. In. Por uma Educação do Campo.** Editora vozes, 4ª edição, Petrópolis, 2009.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Entrando nos territórios do Território** In: Paulino, Eliane Tomiasi. Fabrini, João Edmilson (org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: expressão Popular, 2008d, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **A questão agrária no limiar do século XXI.** Espaço e Geografia, v.04, p.07 - 24, 2001c.

FERNANDES, B, M; WECH, C, A; GONÇALVES, E, C. **Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** 1. ed. Roma: International Land Coalition, 2012. v. 1. P.60

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Território camponês.** Dicionário da Educação do Campo. / Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Reforma Agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente.** In: A questão agrária no século XXI: Escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. 1ª edição. São Paulo: Outras expressões, 2015.

FERNANDES, B. M. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro.** Agrária (São Paulo). v.1, p.16 - 36, 2004.

FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: < <http://www.FNDE.gov.br/>> Acesso em 02 de junho de 2015.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO.** S/d

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FREITAS, Luís Carlos. **Fechar escolas é crime**. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2015/10/28/fechar-escolas-e-crime/>. Publicado em: 28/10/2015 acessado em: 30/12/2016

FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1880-1850. Um período de transição da mineração a agropecuária**. Goiânia, Ed. da UFG, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário contra hegemônico e Educação do Campo: desafios de conteúdo, método e forma**. In: Educação do Campo reflexões e perspectivas, Florianópolis, Editora Insular, 2010.

GRATÃO, Lúcia Batista Helena. **(Agri)cultura cerradeira e o agronegócio: olhar, alerta e grito de conservação**. In: \_\_. Camponato e territórios em disputa. São Paulo: editora: expressão popular, UNESP, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse estatística. Disponível em: Acesso em: 01 de jun. de 2016.

IBGE Cidades - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Cidades. Disponível em: [http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=\\_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_EN). Acesso em: 30 set. 2016

JANK, Marcos Sawaya; NASSAR, André Meloni; TACHINARDI, Maria Helena. **Agronegócio e comércio exterior brasileiro**. REVISTA USP, Coordenadoria de comunicação social, Universidade de São Paulo, nº 64, p. 14-27, 2004 – 2005.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas. 2003. CEB/CNE. Parecer nº 36 de 04 de dezembro de 2001, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília.  
Site: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>, acessado no dia 14/11/2005.

MARIANO, Alessandro Santos. SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas no campo**. 6º seminário nacional estado e políticas sociais. 2º seminário de direitos humanos. Uni Oeste, Paraná, Setembro de 2014.

MATOS, Alan Kardec Veloso de. **Revolução Verde, Biotecnologia E Tecnologias Alternativas**. Cadernos da FUCAMP, v.10, n.12, p.1-17/2010

MENDES e SILVA, Maria Alice Siqueira. **Sobre a Análise do Discurso**. *Revista de Psicologia da UNESP*, 4(1), 2005.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helena Célia de Abreu. **Avanços e desafios na construção da Educação do Campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. **Escola do Campo**. In. Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular. São Paulo, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna. **A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul./dez. 2015

MOLINA, Monica Castagna. Palestra realizada na Universidade de Brasília para os educando na Licenciatura em Educação do Campo/ Turma 08. 2015

MOLINA, Monica Castagna. **A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito a educação dos povos do campo**. In: Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – educação. Brasília, MDA, 2008.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e Movimento Social. 3 ed. Ed Cortez, São Paulo 2010.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA Maria Glória. **A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014

MUNARIM, Antônio. **Educação do Campo: desafios teóricos e práticos**. In: Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Editora insular, Florianópolis, 2010.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação E Cultura: As Escolas do Campo Em Movimento**. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 867-883, nov./dez. 2006

NORONHA, Maria Izabel Azevedo. **Fechar escolas e superlotar salas de aulas é um crime!** Publicado Sex, 30 de Outubro 2015 - 19:35. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/opiniao-apeoesp/fechar-escolas-e-superlotar-salas-de-aulas-e-um-crime/>. Acessado em 30/12/2016

OLIVEIRA, L. L. N. A; MONTENEGRO, J. L. A; MOLINA, M. C. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo**. v. 28, ns. 1 e 2, jan. – dez./2009; v. 29, n. 1, jan. – jun./2010

OLIVEIRA, L. L. N. A; MONTENEGRO, J. L. A; MOLINA, M. C. **Panorama da Educação do Campo**. In: MUNARIN, A. et al (org.). Educação do Campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, João Ferreira. **A função Social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas.** In: Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte, MG : Autêntica, ©2009.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde.** Com Ciência n°.120. São Paulo, 2010. Disponível em Acesso em: 20 de agosto de 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PELÁ, Márcia. CASTILHO, Denis. (Orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares.** – Goiânia: Editora Vieira, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O poder, e o socialismo.** Rio de Janeiro: Graal, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação.** In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1.ª edição; Editora expressão Popular, São Paulo – 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3º edição 7º reimpressão – São Paulo: Atlas, 2007

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos; TELÓ Fabrício. **O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida.** AGRÁRIA, São Paulo, No. 15, pp. 145-170, 2011

SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária.** 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

SOUZA, Francilane Eulália. **Encantos e desencantos na fronteira agrícola do Cerrado: transformações e perspectivas na COPAMIL (Cooperativa Agrícola Mista Iraí Ltda.).** Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambiental, 2003.

SOUZA, Francilane Eulália de. **As “Geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumento para a valorização do território do camponês? Tese de Doutorado em Geografia.** Presidente Prudente – SP. 2012

SOUZA, Francilane Eulália de. **O campo, o camponês e a cidade: representações dicotômicas compartilhadas pela cultura de massa pelos alunos camponeses do município de Goiás – GO.** In. \_\_\_\_\_. Educação do Campo: descobrindo o futuro perto de casa. Gráfica e Editora Vieira, 2014.

SOUZA, Francilane Eulália de. **PANORAMA DO FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO DO ESTADO DE GOIÁS DE 2007 A 2015.** Boletim DATALUTA n. 103 – Artigo do mês: julho de 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental.** Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1.<sup>a</sup> edição; Editora expressão Popular, São Paulo – 2009

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva.** Brasília: Iber Livro, 2008.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Camponeses: um olhar nos primórdios da Modernidade.** Estudos Teológicos, v. 44, n. 1, p. 105-120, 2004.

VENDRAMINI, C.R. **A escola diante do multifacetado espaço rural.** Perspectiva, Florianópolis, v. 21, n.1, pp. 145-166, jan./jun. 2004



## **APENDICES**

### **ROTEIRO DA RODA DE CONVERSA COM OS EDUCANDOS**

1. Qual significado da escola no campo para vocês?
2. A escola que fechou era importante para você? Porque?
3. Acontecia algum evento na escola? Quais? Onde ocorrem atualmente?
4. Vocês sabem porque fechou a escola?
5. Tem sido aproveitado o espaço da escola que foi fechada? Como? O que acham desse espaço?
6. Houve mudança na sua vida com o fechamento da escola? Quais?
7. Você continua estudando em uma escola no campo ou tem estudado na escola da cidade?
8. Você prefere estudar no campo ou na cidade? Porque?
9. Como já existe algum tempo que fechou a escola, você vê que foi melhor a ter fechado? Porque?
10. Você gosta da nova escola que tem estudado? Porque?
11. Existem diferenças (no ambiente, nas amizades, das aulas) da escola que estudavam para a escola que estudam atualmente? Quais?
12. O que você aprende na atual escola te ajuda na sua vida no campo? Se não, porque? Se sim, Como?
13. Gostaria de saber o que você pretende ser na vida? E porquê?

### **ROTEIRO PARA A ENTREVISTA AOS PAIS**

1. Qual era a importância da escola para a comunidade?
2. Acontecia algum evento na escola? Quais? Onde ocorrem atualmente?
3. Como você sentiu com a escola fechada? Piorou?
4. Você conhece o argumento porque fechou a escola no campo?
5. Você vê algum impacto ou consequência para seu filho e a comunidade com o fechamento de escolas no campo?

6. Já houve ou tem possibilidade de fechamento de alguma escola de sua comunidade?  
Como? Porque?
7. Sua comunidade lutaria contra o fechamento das escolas no campo? Como?
8. Quais mudança que ocorreram depois do fechamento da escola?
9. Vocês tentaram de alguma forma se mobilizar para reabrir a escola?

### **ROTEIRO PARA A ENTREVISTA A LIDERANÇA DA COMUNIDADE**

1. Como você vê o fechamento das escolas no campo?
2. Qual era a importância da escola para a comunidade?
3. Acontecia algum evento na escola? Quais? Onde ocorrem atualmente?
4. Você sabe porque tem fechado escolas no campo?
5. Você vê algum impacto ou consequência com o fechamento de escolas no campo para a comunidade?
6. Para onde estão indo os alunos que estudavam na comunidade?
7. A comunidade pode impedir no fechamento das escolas no campo? Como?
8. Já houve ou tem possibilidade de fechamento de alguma escola de sua comunidade?  
Porque?
9. Houve alguma mudança que não tenha dito que se deu após o fechamento da escola?
10. Vocês tentaram de alguma forma se mobilizar para reabrir a escola?

### **ROTEIRO PARA A ENTREVISTA AO EX-GESTOR E PROFESSOR**

1. Como você vê o fechamento das escolas no campo?
2. Quais os argumentos para o fechamento das escolas no campo?
3. Quantas comunidades essa escola atendia? Qual era o perfil da comunidade?
4. Qual era a importância da escola para a comunidade? Havia alguma relação entre escola e comunidade?
5. Acontecia algum evento na escola? Quais? Sabe onde ocorrem atualmente?
6. O que fizeram com a escola?
7. Como ex- gestor e ou se tratando de professor em qual local tem trabalho e em que cargo tem atuado?
8. Como você está se sentindo com esse novo espaço de trabalho? Como é o ambiente?

9. Para onde estão indo os alunos que estudavam nessa escola? Esta escola é melhor? Porque? Eles estão sendo assessorados com o transporte?
10. Você vê algum impacto ou consequência com o fechamento de escolas no campo para a comunidade?
11. Houve alguma mudança que não tenha dito que se deu após o fechamento da escola?
12. Vocês tentaram de alguma forma se mobilizar para reabrir a escola?

### **ROTEIRO PARA A ENTREVISTA A COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

1. Porque fechar a escola no campo?
2. Com base em que é fechada uma escola no campo?
3. Quem decide o fechamento de uma escola no campo?
4. Quantas comunidades essa escola atendia?
5. A comunidade que a escola atendia opinou em relação ao fechamento da Escola do Campo? Se sim, como ela opinou e que influencia gerou?
6. Qual foi destino dos alunos e professores que estavam na escola?
7. Há transporte para os alunos? Quantos quilômetros para chegar a escola? Ficou mais perto?
8. Houve alguma tentativa de mobilização da comunidade para abertura da escola?